



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

**O DISPOSITIVO DE PACIFICAÇÃO
DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS
ATRAVÉS DE UM PERCURSO
PELA AVENIDA SETE DE SETEMBRO**



MARIA ISABEL COSTA MENEZES DA ROCHA

Maria Isabel Costa Menezes da Rocha

**O DISPOSITIVO DE PACIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS ATRAVÉS
DE UM PERCURSO PELA AVENIDA SETE DE SETEMBRO**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da
Bahia como requisito parcial para obtenção do grau
de Doutora.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Paola Berenstein Jacques

Salvador

2016

R762 Rocha, Maria Isabel Costa Menezes da.

O dispositivo de pacificação dos espaços públicos urbanos através de um percurso pela Avenida Sete de Setembro / Maria Isabel Costa Menezes da Rocha. 2016.

290 f. : il.

Orientador: Profa. Dra. Paola Berenstein Jacques.

Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2016.

1. Espaços públicos - Planejamento urbano - Salvador (BA). I. Jacques, Paola Berenstein. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. III. Título.

CDU: 711.4(813.8)

Maria Isabel Costa Menezes da Rocha

O DISPOSITIVO DE PACIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS URBANOS ATRAVÉS DE
UM PERCURSO PELA AVENIDA SETE DE SETEMBRO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de
Doutora em Arquitetura e Urbanismo.

Salvador, 5 de dezembro de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. PAOLA BERENSTEIN JACQUES

Orientadora e presidente da banca examinadora – PPG-AU/UFBA

Prof^a. Dr^a. MARIA STELLA MARTINS BRESCIANI

Membro externo da banca examinadora – História/UNICAMP

Prof^a. Dr^a. URPI MONTOYA URIARTE

Membro externo da banca examinadora – Antropologia/UFBA

Prof^a. Dr^a. THAÍS TRONCON ROSA

Membro externo da banca examinadora – Arquitetura/UFBA

Prof. Dr. LUIZ ANTÔNIO DE SOUZA

Membro interno da banca examinadora – Urbanismo/UNEB –
PPG-AU/UFBA

A minha mãe e meu pai
que me transmitiram o gosto de caminhar e o saber cultivá-lo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que atravessaram meu caminho e contribuíram, de alguma forma, com a minha experiência e percepção de cidade. Agradeço por me terem transformado e por me fazerem entender quão valioso pode ser o período em que nos dedicamos a uma tese; pelo contato diário com ideias e ações que nos provocam e aproximam. Agradeço por esse afeto desprendido.

Independentemente de citar nomes, a presença de inúmeras pessoas nos diversos cotidianos vividos nesses últimos cinco anos – entre Natal, Grenoble, Salvador, Campinas, entre outras – teve importante participação neste percurso.

Sou grata a Paola por provocar a vivência em Salvador, e pelas demais provocações (des)orientadoras durante todo o trabalho de tese. Axé!

Agradeço a Stella, Urpi, Luiz e Thais Rosa por acompanharem de perto o processo de tradução da experiência desta pesquisa, sempre com observações construtivas.

Assim também agradeço a todos os professores e professoras que me instigaram a encarar a complexidade da vida urbana com olhos ainda mais curiosos. Em especial a Pasqualino e Thais Portela.

Gratidão a todo o Laboratório Urbano! E as reuniões de quarta-feira. Eparrei!

Àqueles que me acompanharam em Salvador, nas caminhadas, carnavais, praias e vida de bairro. Viva a Vila!

Muito grata pela convivência querida com Milene – seu ouvido e pestana atenta – e Sara, que dividiram comigo, além dos espaços e questões de trabalho, o espaço e aconchego da casa. Assim, também com Lutero.

A todos os que fizeram parte do meu cotidiano em Grenoble, especialmente ao Cresson, agradeço. A Rachel Thomas por ter aberto a porta para a aventura sensível pedestre. Às queridas Noha, Mouna, Mariem, Hegameh, que tornaram o Cresson mais familiar e acolhedor com seu sotaque árabe. Salaam Aleikum!

A todas as pessoas do samba de coco, dos batuques e batucadas de Campinas.

Volto a Salvador para agradecer a atenção desprendida por Maria, Silvandira e Luis, no PPG-AU.

Gratidão a Babi, Fabrício e Minhoca pela companhia e pelo lar nos últimos momentos de escrita. E a Igor e Leo pelo capricho gráfico.

Na rua, agradeço a presença revolucionária de Bia. Na praia, a resistência carinhosa de Jô. Na praça, o salão de Bob, com música, poesia e todos convidados. No passeio, a bravura de Tainã. Na Cidade, tantos outros.

Em casa, a Marco e Vera – painho e mainha – peço a bênção e agradeço. Amém!

Agradeço a presença constante de Clara em minha vida.

Agradeço a Márcio, pelo desafio nômade lançado, e pelo porto seguro.

O cavaleiro do medo
Usa do ouro a razão
P'ra ofuscar os meus olhos
E confundir minha emoção
Não sabe que a luz que me guia
É da estrela que irradia
A linda pastora do tempo
Que guarda o meu povo eterno
E livre o meu pensamento

Quem faz a história da vida
Com ela rompeu as entranhas do chão
Quem quer saber do que está escondido
Procura no fundo dos olhos do povo
E dentro do seu coração
Vão com o vento as palavras
São como pombos-correios
Mas estão sempre atrasadas
Pois o seu voo é lento
E o meu pensamento é ligeiro

Ednardo/ Pastora do Tempo

RESUMO

A proposta desta tese, de entender o processo de pacificação dos espaços públicos urbanos, nasceu da inquietação a respeito das condições dadas aos pedestres de praticar a cidade, seja através do caminhar, seja por outros usos que envolvem diretamente o corpo do praticante na apreensão e na conformação do ambiente. Se, inicialmente, nos baseamos na ideia do apaziguamento de mobilidades – processo empreendido sobre o discurso de favorecer os deslocamentos lentos não-motorizados – somos confrontadas a outros processos que visam reformar a imagem de cidades, a partir do apaziguamento, mas não apenas. Partimos então em busca de uma experiência empírica que pudesse revelar a pacificação dos espaços públicos em torno de uma das mais importantes vias públicas da cidade de Salvador. A vivência cotidiana e errante (Paola Berenstein Jacques) da/na Avenida Sete de Setembro se definiu como o principal caminho para entender como as relações sociais constroem sentido junto com as ambiências urbanas, e como elas vêm a ser transformadas a partir da intervenção do poder público, visando a requalificação urbana segundo os preceitos do planejamento estratégico. Através da prática do caminhar, encontramos nesta Avenida, um campo de ampla atuação da Secretaria Municipal de Ordem Pública, produzindo ordenamentos que revelam um dispositivo de gestão de territórios, submetendo as práticas habitantes ao que se estabelece (a partir de então) como ordem. Desta forma, além de processo, entendemos a pacificação (ou ordenamento) como dispositivo de poder (Michel Foucault), pois articula elementos diversos – desde o discurso da sustentabilidade (no qual se encontra o apaziguamento de mobilidades), às questões sobre a estética urbana, políticas de segurança pública, promoção do turismo, etc.. Assim, nos disponibilizamos a uma contaminação afetiva (Felix Guattari) afim de apreender o dispositivo pacificador através do percurso na Avenida Sete, observando igualmente os aspectos históricos que ela nos revela, nos falando sobre outros dispositivos, outras pacificações, mas, sobretudo sobre os muitos outros sujeitos (Ana Clara Torres Ribeiro) que agem a pesar de e em relação ao dispositivo, reinventando sua existência cotidianamente.

Palavras-chave: dispositivo de pacificação, ordenamentos, percurso urbano, Salvador.

RESUME

La proposition de cette thèse, de comprendre le processus de pacification des espaces publics urbains, est né de l'inquiétude sur les conditions données aux piétons pour pratiquer la ville, soit par la marche, soit par d'autres usages qui impliquent directement le corps du praticien dans l'appréhension et dans la conformation de l'environnement. Si, dans un premier temps, nous nous appuyons sur l'idée de l'apaisement des mobilités – processus entrepris sur le discours de promouvoir des déplacements lents non motorisés – nous sommes confrontés, après, à d'autres processus qui visent réformer l'image des villes, à partir de l'apaisement, mais pas seulement. Nous sommes partis, alors, à la recherche d'une expérience empirique qui puisse révéler la pacification des espaces publics autour de l'une des plus importantes artères de la ville de Salvador. L'expérience quotidienne et *errante* (Paola Berenstein Jacques) de/ sur l'Avenida Sete de Setembro s'est défini comme le principal chemin pour comprendre comment les rapports sociaux construisent du sens dans et avec les ambiances urbaines. Par ailleurs, nous nous interrogeons comment ces ambiances sont transformés à partir de l'intervention du pouvoir public, visant à la rénovation urbaine selon les principes de la planification stratégique. Grâce à la pratique de la marche, nous trouvons dans cette Avenue, un vaste champ de l'action du Secrétariat Municipal de l'Ordre Public – Secretaria Municipal de Ordem Pública. La SEMOP opère en produisant des nouveaux ordonnements et en soumettant les pratiques habitants à ce qui est établi, alors, comme l'ordre; ce qui révèle un dispositif de gestion de territoires. Ainsi, en plus de comprendre la pacification (ou l'ordonnement) comme un processus, nous le comprenons aussi en tant que *dispositif de pouvoir* (Michel Foucault), vu qu'il articule des éléments divers – dès le discours concernant la durabilité (dans lequel se trouve aussi l'apaisement des mobilités), jusqu'aux questions sur l'esthétique urbaine, les politiques de sécurité publique, la promotion du tourisme, etc.. Dans cette voie, nous nous sommes disponibles à une *contamination affective* (Felix Guattari) afin de saisir le dispositif pacificateur à travers le parcours sur l'Avenida Sete, en notant également les aspects historiques qu'il nous révèle. L'avenue nous parle, de cette manière, sur d'autres dispositifs, d'autres pacifications qu'elle a connu dans l'histoire, mais nous parle surtout des *plusieurs autres sujets* (Ana Clara Torres Ribeiro) qui agissent, et ont toujours agi, en dépit de et en relation avec le dispositif, en réinventant leurs existences quotidiennement.

Mots-clés: dispositif de pacification, ordonnement, parcours urbain, Ville de Salvador.

ABSTRACT

The proposal of this thesis, to understand the pacification process of the urban public spaces, was born from our concern about the conditions given to pedestrians to practice the city, either by walking, or for other uses that directly involve the body of the practitioner in the apprehension and shaping of the environment. If initially we rely on the idea of mobility appeasement – process undertaken on the idea of promoting decelerated non-motorized displacements – we are confronted to other processes aiming to reform the image of cities, starting from appeasement, but not only. Then, we set off in the search of an empirical experience that could reveal the pacification of public spaces around one of the most important thoroughfares of the city of Salvador. The daily life of/at Sete de Setembro Avenue defined itself as the main way to understand how the social relations construct meaning with urban ambiances, and how they come to be transformed by government interventions, aiming the urban renewal by following the principles of strategic planning. Through the practice of walking we find at this avenue a field of wide action of the Municipal Department of Public Order, producing regulations that reveal a territory management *despositif*, subjecting inhabitant practices to what is established (from then) as order. Thus, beyond process, we understand the pacification (or ordering) as a power *dispositif* (Michel Foucault), since it articulates various elements - from the rhetoric of sustainability (which includes the mobility appeasement), to questions about the urban aesthetics, public security policies, tourism promotion, etc. So, we open ourselves to an affective contamination (Felix Guattari) in order to grasp the *dipositif* of pacification through the pathway at Sete de Setembro Avenue, also noting the historical aspects that it reveals to us, speaking to us about other *dispositifs*, other pacifications, but mainly, about many other subjects (Ana Clara Torres Ribeiro) who act in spite of and in relation to the *dispositif*, reinventing their lives daily.

Keywords: pacification *dispositif*, order, urban pathway, Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Parte I.

Toten de boas vindas à "cidade apaziguada" de Grenoble.....	35
Vista do monumento da Praça da Apoteose, no Sambódromo, com morros ocupados ao fundo. Domínio Público	54
Colagem: poligonal da UOP Tijuca, divulgada pelo site internet da Prefeitura sobre mapa Google destacando o bairro da Tijuca, Rio de Janeiro	58
Tirinha da Mafalda.....	59
Frentes de atuação da Semop	62

Parte II.

Praça da Piedade – MOCPOP e manifestação	87
Panflete recebido na Praça da Piedade	90
Mapa com a delimitação das poligonais do Centro Histórico, do Centro Antigo e, entre elas, o limite tracjado da Área de Proteção Rigorosa (APR), do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (Governo do Estado da Bahia), sobre o qual destacamos o trecho da Avenida Sete de Setembro.....	96
“Poligonal de Atuação”: apresentação do eixo de Desenvolvimento Urbano para a “Avenida Sete de Setembro [poligonal do] Território Empreendedor”. Fonte: FMLF, 2014.....	100
Página do Território Empreendedor no Facebook	101
Primeiro <i>parklet</i> instalado em Salvador, na região entre os dois maiores <i>shopping centers</i> da capital	106
“Cartazes” exibidos nas redes sociais da Prefeitura de Salvador.....	109
Frame de vídeo captado em um percurso na Rua Coqueiros da Piedade	112
Estação da Lapa antes e como pode vir a ser, a estação- <i>shopping center</i>	116
Recorte do Jornal A Tarde de 16 de dezembro de 1959. Disponível na página internet da Fundação [Municipal de Cultura] Gregório de Matos	119
Alguns arcos-oficinas da Ladeira da Conceição da Praia	124
Expressões públicas “dão espetáculo” na nova escadaria da Barroquinha	125
Estátua do Caboclo por sobre as árvores do Campo Grande	131
Visita de uma família ao Espaço Cultural Tupinambá	134

“Por um mundo de paz”: divulgação de evento promovido pela Prefeitura	139
Fotografias da descida até a praça da Vila Brandão.....	141
Ponta do Forte Santa Maria, com o antigo quiosque, estacionamento e vendedor ambulante. Praça do Instituto Mauá onde também se localizava o Posto Policial	151
Cena do filme “O Show de Truman” (Weir, 1998)	158
Manhã de uma segunda-feira, em abril de 2012 e Tarde de uma quinta de setembro, 2015.....	160
“Coco da Jô”: apetrechos informativos.....	163
Página de “A Feira da Cidade” nas rede social do Facebook.....	166

Parte III.

“O Centro Antigo sangra”: detalhe do panfleto distribuído no 2 de julho de 2015	188
Cartaz fixado no mobiliário da Igreja N. S. do Rosário dos Pretos	193
Rua do Rosário, antes do alargamento para se tornar Avenida Sete.....	196
Indicação do Setor de Proteção à Estética da Cidade	213
A Feira da Cidade na Ribeira: ocupação do Largo da Ribeira pelos chamdos big chefs.....	221
Sombreiro novo: a tática de adequar-se ao padrão azul bandeira e esconder o antigo laranja.....	222
O caminhãozinho para venda de café transformando a calçada da Piedade face à Avenida Sete em parada para uma conversa.....	231
Página do Facebook da Feira da Cidade com publicação comemorativa pelos dois anos de atividades.....	237
Preparação para iniciar o concerto no ponto de ônibus da Orla do Porto da Barra.....	238
Fotografia de um dos luaus no Porto da Barra.....	240
“Prefeito é agraciado com medalha do pacificador”	242

SUMÁRIO

Agradecimentos.....	ix
Resumo	xiii
Résumé.....	xv
Abstract.....	xvii
Lista de Figuras.....	xix
Sumário.....	xxi
Introdução.....	1
Tempo tempo tempo tempo	9
Parte I. Sobre as mutações, método e dispositivo.....	11
Capítulo 1. Método experimental.....	16
Capítulo 2. Os territórios e o dispositivo	34
Parte II. Lugar, lugares: um percurso pelo centro de Salvador	71
Capítulo 3. Praça da Piedade.....	79
Capítulo 4. Território Empreendedor	95
Capítulo 5. Passeio Público.....	128
Capítulo 6 (Respiro). Vila Brandão	141
Capítulo 7. Porto da Barra - Farol	150
Parte III. Das Reminiscências.....	173
Capítulo 8. Outros dispositivos de pacificação, restos de outros momentos	178
Capítulo 9. Na onda do gourmet.....	216
Estratégia face às táticas e astúcias [Notas de conclusão].....	241
Referências bibliográficas	256

INTRODUÇÃO

O trabalho de tese iniciou-se com o desejo de experimentação. Depois de um mestrado sobre a prática da cooperação internacional em urbanismo¹ – o que leva equipes de uns países a proporem projetos-intervenções nas cidades de outros países – eu havia decidido que, para o doutorado, trataria de uma realidade que me fosse tangível. No mestrado, trabalhei sobre o projeto de cooperação Paris-Rio para a requalificação de uma zona central carioca que abarcava um complexo de favelas já consideradas históricas, por serem das primeiras favelas a se conformarem nos morros mais centrais, próximas e com vista para a Baía de Guanabara. O “trabalho de campo” foi, portanto, em Paris, junto à equipe da prefeitura designada a elaborar uma proposta de desenho urbano para a integração do conjunto de morros com a região do entorno, onde seriam feitas algumas intervenções com vistas à Copa do Mundo de futebol de 2014 e, sobretudo, aos Jogos Olímpicos de 2016. A própria equipe parisiense alegava a impossibilidade de fazer um trabalho de campo “a fundo”, devido à presença do crime organizado nos morros em questão, daí contava-se com poucas informações que haviam sido coletadas *in loco* e com muitos dados disponibilizados pela Prefeitura do Rio e na Internet. Tudo o que estava sendo discutido dependia de uma operação prévia de pacificação da área, segundo o modelo de intervenção policial que começava a ser implementado nas favelas cariocas.²

Por mais interessante que o trabalho do mestrado tenha sido, ele provocou uma dupla reação: a vontade de sair do *bureau* e de tratar de um tema que fizesse parte da vivência urbana cotidiana. O desejo – ou intenção para o doutorado – era de voltar-se para uma experiência de cidade.

Nesse sentido, a experiência que falou mais alto foi a daquele momento: do cotidiano em Grenoble, cidade em vias de afirmar-se como exemplo francês de urbanismo na escala humana, da caminhada e demais modos suaves (*modes doux*) de deslocamento, do transporte público. Com base naquela experiência cotidiana, indagava: como o tratamento dos espaços públicos urbanos favorece a qualidade de vida na cidade e possibilita a convivência entre pessoas e grupos das várias classes sociais e de diferentes estilos de vida? E como isto se dá no caso brasileiro? Os espaços públicos em vista eram, sobretudo, os lugares de fluxo, as ruas e o transporte público igualmente. Assim, me detive na questão do pedestre, da concepção de um ambiente destinado ao pedestre, como interesse norteador das chamadas “requalificações”, mas sem esquecer de considerar a caminhada

¹ O mestrado em “Urbanismo, Habitat e Cooperação Internacional”, no Instituto de Urbanismo de Grenoble, filiado à Université de Grenoble 2 (Pierre Mendès France), teve início em setembro de 2008 e foi concluído em setembro de 2010.

² Em novembro de 2008 iniciou-se a operação de pacificação de favelas no centro do Rio de Janeiro, na Favela Santa Marta, onde foi instalada a primeira Unidade de Polícia Pacificadora.

em meio urbano, a experiência pedestre, como processo de apreensão a partir do qual se propõe um outro urbanismo e se constrói a crítica a essas mesmas requalificações, revitalizações, renovações, etc.

Na intenção de trilhar este caminho, encontrei na Escola de Arquitetura de Grenoble o Cresson (*Centre de Recherche sur l'Environnement Sonore*), o qual havia acabado de iniciar uma pesquisa em parceria com, entre outros, o Laboratório Urbano, na UFBA, coordenado por Paola Berenstein Jacques. A pesquisa recém iniciada, cuja coordenadora era Rachel Thomas, tinha por título: “os enigmas sensíveis das mobilidades urbanas contemporâneas” – *les énigmes sensibles des mobilités urbaines contemporaines* (MUSE) – o que imediatamente chamou a minha atenção e interesse. Entrei em contato com as coordenadoras e comecei a participar das discussões da pesquisa em Grenoble, cujo tema continuava o de uma pesquisa anterior, também em parceria com o Laboratório Urbano: “a assepsia das ambiências pedestres no século XXI” – *l'aseptisation des ambiances piétonnes au XXIe siècle* (PIRVE) – a qual já indicava o caminho para a dita pacificação, enquanto assepsia dos espaços públicos urbanos, e para o trabalho com e como pedestre.³

No contexto de Muse, a experiência de campo se dividia segundo os eixos da pesquisa.⁴ O primeiro eixo, sobre “o apaziguamento das mobilidades urbanas no século XXI”, tratava especificamente do caso de Salvador. Como falamos, o objetivo de favorecer a mobilidade (ou circulação)⁵ à escala humana é muito presente no urbanismo de Grenoble (cidade sede do laboratório Cresson), o que a levou a se tornar uma *ville apaisée*, cidade apaziguada.⁶ O processo de apaziguamento de Grenoble não é, no entanto, o foco da pesquisa Muse, como também não é desta tese.

³ A página *online* sintetizou o foco da pesquisa no seu título: <www.caminharnacidade.ufba.br>

⁴ MUSE se dividia em 4 eixos subtemáticos, sendo o primeiro deles “o apaziguamento das mobilidades urbanas no século XXI”, cujo campo se dava na cidade de Salvador. Os demais eram: “os espaços-tempos da mobilidade lábil”, em Caracas; “vigilância(s) em público”, em Londres e Paris; e “O papel das práticas e dos dispositivos de limiares nos sistemas sensíveis de mobilidade”, em Barcelona e Paris. Para mais informações sobre MUSE, acessar <anr-muse.fr>

⁵ É importante frisar desde já que não se pretende aqui entrar no mérito da discussão sobre a diferença entre os conceitos de mobilidade e circulação. Procuraremos utilizar cada termo de acordo com o que vinha sendo empregado em cada contexto. Entendemos, no entanto, que apesar de serem conceitos diferentes – a mobilidade sendo mais abrangente, pode ser empregada quanto a mudanças de posição não geográficas – vêm sendo empregados, de maneira simplificada, como sinônimos, referentes ao deslocamento intraurbano.

⁶ Segundo consta no site da Prefeitura de Grenoble (<<http://www.grenoble.fr/actualite/75/103-ville-apaisee-grenoble-a-30-km-h-depuis-le-1er-janvier-2016.htm>>), após uma série de reformas e mudanças gradativas, a cidade generalizou, neste ano de 2016, a velocidade máxima em 30 Km/h, deixando algumas vias em exceção de, no máximo, 50 Km/h, e para tanto precisou tomar inúmeras medidas em termos de transporte público e vias para pedestres e outros modos não-motorizados.

Quanto à tese, de início, ainda sem um campo de experimentação definido, levávamos em conta a possibilidade de trabalhar com o caso de Grenoble, observando como o tema das ambiências encontra ali ressonância, bem como as questões do “apaziguamento das mobilidades” e interrogando como estes tomariam forma no caso brasileiro. No entanto, no Brasil, especialmente em Salvador, outra gama de temas e questões se fazem ouvir, nas ruas como no ambiente acadêmico, nos intrigando a buscar outros perceptos e afetos. Desta forma, resta em Salvador um campo fértil à experimentação cotidiana. Apesar disto, é importante saber em que contexto surge o questionamento sobre tal *apaisement*, pois se trata do mesmo contexto em que surgem os primeiros questionamentos norteadores para a tese, partindo da experiência do pedestre.

Em termos científicos, a pesquisa Muse nasce dentro de um ambiente baseado no pensamento fenomenológico, daí o foco nos “enigmas sensíveis”, ou seja, objetivava-se perceber, através dos sentidos, as ambiências encontradas *in situ*, no caso, na Praça da Piedade e no Porto da Barra, em Salvador. Perceber de que modo as diferentes formas e ritmos do movimento de pessoas (mercadorias, informações) construía, modificavam e faziam sentido em tais ambiências. No caso de Salvador, os enigmas deveriam ser decifrados com a experiência nos espaços públicos que passaram por ou provocam um certo apaziguamento das mobilidades, segundo o entendimento proposto pela pesquisa; relativo a acalmar o movimento, reduzir as velocidades. Sendo assim, o decifrar dos enigmas, ou a sua problematização, acontecia com base sobretudo na percepção ou sensibilidade dos pesquisadores. Fenomenologicamente falando, podemos dizer da dificuldade de sintetizar a apreensão sensível de um grupo de pesquisadores. Tal processo é complexificado pela parceria entre pesquisadores (e laboratórios) de culturas subjetivas diversas, portanto, de percepções, bastante diferentes. Além deste agravante, eu estava em uma posição delicada: era tida como estrangeira pelos baianos e “local” pelos franceses, que muito se baseavam na minha tradução, objetiva e subjetiva, da(s) experiência(s) sensível(eis). A consciência desta situação me levou a considerar outros caminhos, que não puramente fenomenológicos, para a apreensão ao mesmo tempo da cidade – enquanto estrangeira que sou (ou era) – e do processo de apaziguamento dos seus espaços públicos.

Ao buscar decifrar os tais “enigmas sensíveis” eu era frequentemente interceptada por questões de ordem histórica e também da constituição da sociedade de Salvador, assim como das suas subjetividades, seus processos de subjetivação, das relações de poder, entre outras questões.⁷ Percebe-se que Salvador detém enigmas outros, que concedem sentido

⁷ Desde já, utilizamos noções extraídas do pensamento de Michel Foucault, bem como de Gilles Deleuze, Felix Guattari, Suely Rolnik, autores que vem problematizar os processos pelos quais passam os diversos

inclusive a outras experiências brasileiras de cidade. Talvez por ter sido a primeira capital do país, um dos principais portos para o tráfico de pessoas escravizadas, por conservar o seu núcleo urbano inicial, o Pelourinho, como patrimônio da humanidade, e prestar homenagem ao castigo dos escravizados rebeldes com o nome de locais públicos – o Pelourinho, a Rua da Força – e, apesar disto, ser uma cidade onde se expressa cotidianamente uma resistência alegre humana e urbana, especialmente da cultura negra. A impressão que tive, em muitas situações, é de que Salvador nos mostra intensificadas algumas questões sociais do Brasil, decorrentes da nossa conformação socioespacial, de segregações e hierarquias persistentes no espaço urbano.

Em vista das diferenças e especificidades de cada contexto, o brasileiro e o francês, podemos dizer que Salvador provocava uma necessidade de apreensão mais duradoura, de modo a entender minimamente o modo como se constituem os usos, fluxos e relações entre os muitos sujeitos no/do espaço público, os processos de subjetivação de si, dos outros, da cidade. Aqui, vemos como tudo isso se relaciona atualmente com as intervenções do poder público, fortemente baseadas na noção de *ordem pública*,⁸ que vem operar articulando reforma urbana, pedestrianização, segurança, limpeza, etc. tudo o que concerne de algum modo à ordem pública.

Os aspectos sensíveis e subjetivos, quando colocados ao lado da ordem pública nos remetem a um controle socioespacial que vai além das “mobilidades” e da redução de velocidades, levando-nos ao que alguns autores da crítica ao urbanismo considerado espetacular já identificam como uma *pacificação*. Esta, além de possuir um tronco comum ao apaziguamento – sendo inclusive sinônimos nos dicionários – pode ser verificada atualmente em contextos urbanos diversos e apresenta relação como surgimento mesmo do urbanismo como disciplina, mas também como estratégia de controle populacional. No Brasil, a noção se mostra ainda dotada de especial potência crítica, devido à chamada política (e polícia) de pacificação empregada nas favelas cariocas; um claro exemplo de gestão territorial de base militar, atuando como ferramenta para a requalificação daqueles territórios. Bem entendido que se trata de diferentes processos de pacificação – a dos espaços públicos e aquela das favelas – embora apresentem similaridades, especialmente no tocante à escolha das localidades (e populações) alvo de processos de pacificação ou dos ordenamentos. Desta forma, mais que uma questão urbanística, a pacificação se mostra uma problemática relativa à gestão de territórios, o que engloba, ao mesmo tempo, população e

sujeitos sociais e as relações que tecem entre si, manipulando saberes e poderes na construção de subjetividades.

⁸Através da Secretaria Municipal de Ordem Pública.

o seu meio ambiente – espaço passível de delimitação com base nas atividades que aí se desenvolvem e o conformam.

Indo por este caminho, nos deparamos com o modelo já conhecido de planejamento estratégico urbano, cujos dogmas foram escritos ⁹ com base no planejamento empresarial e nas estratégias militares e, por isto, atua no sentido da dessubjetivação e coisificação da cidade, promovendo a construção de uma imagem consensual de cidade, capaz de conquistar ampla adesão social. Ou seja, esse tipo de plano se instaura no meio urbano seguindo o modelo da gestão empresarial e, ao visar atrair um público-alvo de consumidores, e dissuadir expressões dissensuais do modo de consumo proposto, pretende sintetizar a cidade a partir dos locais considerados estratégicos, que vêm a ser reformados, ou requalificados. Desta forma, o processo de construção de imagem – ou de marca, o chamado *branding* – põe em risco os processos de subjetivação operados pelos habitantes bem como os espaços socialmente e cotidianamente construídos.

Em face de tal emaranhado de engrenagens, operando conjuntamente e estrategicamente no equacionamento dos “problemas urbanos”, sobretudo no tocante aos espaços públicos, consideramos a existência de um dispositivo de pacificação. A pacificação dos espaços públicos seria então um dispositivo de controle complexo, seguindo o entendimento de *dispositivo* em Michel Foucault, que salienta a associação entre elementos de naturezas diferentes para a sua composição; agregando os enunciados verbais e os não verbais; o dito e o não dito; palavras, formas, ações, etc.. A partir deste entendimento, o caminhar em meio urbano, que nos colocou em face de tal dispositivo, se fez ainda mais fundamental para que pudéssemos compreendê-lo.

O atravessamento do dispositivo no caminho das ideias nos motivou, por outro lado, a também prestar atenção ao desvio, aquilo que escapa ao dispositivo, a esse modo de gestão, seja por não constituir um foco do interesse estratégico, seja por não se deixar capturar por ele, seja por resistir aos mecanismos de exclusão e/ou esquecimento.

Nesta busca, o trabalho de pesquisanos incitou a fazer percursos nos colocando em contato com o espaço urbano e com as suas interpelações, deixando que estas nos guiem em nosso caminho, em campo e no campo das ideias. Nos detemos assim na Avenida Sete de Setembro, em Salvador, onde tocamos particularmente dois percursos, o empírico e o histórico, que se cruzam erráticamente, fazendo com que o espaço-tempo cotidiano admita ou revele reminiscências de outros espaços-tempos passados.

⁹ Aqui falamos do modelo de plano estratégico que começou a ser desenhado em meados da década de 1980 e se concretizou com a inauguração de Barcelona como capital olímpica de 1992.

Ao realizar percursos, fomos tecendo uma via para o processo de apreensão-tradução da problemática da pacificação. Em tais percursos, nos valem da memória do que vivenciamos e das outras memórias ativadas em campo. Nos valem daqueles fragmentos de territórios, que mais nos falaram sobre a pacificação dos espaços públicos, e das pacificações outras, ainda ecoantes. Nos valem da passagem, repetidas vezes pelos mesmos lugares e das passagens únicas das situações e sujeitos que vieram ao nosso encontro. Nos permitimos passar, e que passasse também o desejo de ficar, de nos deter mais demoradamente sobre este ou aquele aspecto. Desta forma, em errância, assumimos o “erro”, o lacunar, o que ficou pelo caminho.

Na primeira parte desta tese, o percurso intenciona trançar os dois fios condutores da experiência: método e dispositivo. Veremos que da caminhada partimos à errância como método, ou método errático – seguindo as considerações de Paola Berenstein Jacques – que nos possibilita lidar com o fragmentário, como contrapartida de uma experimentação abundante, desprendida dos limites mais cartesianos. O caráter errante vem acompanhar os dois momentos do binômio apreensão-tradução, que por sua vez, não se traduz em antes e depois, mas em um processo onde apreender e traduzir estão imbricados, como meio para a compreensão do dispositivo em seus diversos componentes, à medida que os percebemos. A noção de dispositivo também sugere a imbricação de diversos elementos, sobre o qual trataremos especialmente no segundo capítulo.

A segunda parte traz separados em capítulos cinco pontos do (per)curso da Avenida Sete de Setembro, mas veremos outros pontos, ou trechos, que de tão relacionados se encontram misturados aos demais. Exemplo destes, o Campo Grande não desmente a canção dos Novos Baianos.

Por isso onde quer que eu ande

Em qualquer pedaço eu faço

Um Campo Grande

Um Campo Grande

*Um Campo Grande*¹⁰

Como a canção acima, as diferentes experiências do(s) percurso(s) inspiram relações e provocam memórias. Estas podem surgir como canções, mas também como trechos do diário de campo, como imagens, etc.. Vamos compondo assim o quadro do processo de

¹⁰ *Swing de Campo Grande*, quarta faixa do álbum *Acabou Chorare* (1972), com letra de Paulinho Boca de Cantor e música de Moraes Moreira.

apreensão-tradução, sempre levando em conta os elementos capazes de somar-se ao entendimento do que viria a ser um *dispositivo de pacificação*.

Na terceira parte deste trabalho, nos detemos nas reminiscências de outros processos que se mostraram presentes no percurso da Avenida. Tais processos – colonização, modernização e espetacularização – serão sobretudo observados no penúltimo capítulo, de modo a trazer à tona questões, não apenas de outras épocas, mas principalmente de outros âmbitos que possam explicitar a complexidade do processo atual de pacificação urbana, a qual apresenta-se aqui como dispositivo, mas revela ainda restos, reaproveitados ou ressignificados, de outros dispositivos. O capítulo final vem interrogar quais processos (e fragmentos de dispositivos) compõem a pacificação dos espaços públicos, a partir do entendimento do que seria uma gourmetização de tais espaços. Ambos os capítulos finais questionam de que modo o poder dominante tem colocado em marcha séries de adaptações, padronizações, modelos de ocupações que se confundem e se permeiam em diferentes estratégias de controle. Quais são as ações, de quais sujeitos, que esses processos vêm enfrentar?

Com esta questão, finalizaremos o percurso de apreensão-tradução do dispositivo de pacificação atuante na Avenida Sete de Setembro, em Salvador, observando a sua relação com outros dispositivos, mas principalmente, com os muitos outros sujeitos dos territórios em suas táticas cotidianas para lidar com as estratégias do(s) poder(es) dominante(s).

TEMPO TEMPO TEMPO TEMPO

Eu gostaria de retomar ainda, nesta introdução, uma reflexão que me foi provocada numa espécie de recomeço do doutorado, no início do terceiro ano, na volta do período de sanduíche no exterior. Falávamos em historiografia, no âmbito de disciplina Urbanismo Contemporâneo, na pós-graduação da FAUFBA. Quem organiza a história? Eu entendia – ainda entendo, em certa medida – que a forma com a qual a história é contada baseia-se na intenção de quem a conta. De que lado, ou de que lados, o contador da história joga? Isto apontaria o sentido da sua intenção na hora em que narra, ou conta, como um somar de fatos: primeiro aconteceu isto, depois aquilo, terceiro foi aquilo outro... A narração, além de contar, ainda coloca o “como” dos fatos, a partir da memória e do ponto de vista de quem narra. E ponto de vista é questão de experiência. A expressão “ponto de vista” deixa isso bem claro: diferentemente de dizer opinião, quando falamos em ponto de vista, nos remetemos diretamente ao sentido da visão de quem vê, ou vi(ve)u. Ainda acho que a história, assim como a vida, é temperada de intenções. Mas intenção não significa determinação, uma intenção não determina o produto final de um livro de história, ou mesmo de um romance. Os acontecimentos jogam, dançam, brincam em meio às intenções. Muitos desaparecem da memória. Este jogo se passa de forma a dar mais ênfase a este ou aquele fato, a este ou aquele movimento, a este ou aquele sujeito. Há também de se pensar que a história não é um produto final, ainda que esteja em livro. A história muda a cada lida, porque a experiência é sempre outra. Talvez seja essa a magia do tempo; fazer do mesmo sempre outro. O tempo é contínua invenção. As intenções são, no entanto, nada mais do que invenções nas quais o ponto de vista se detém. No contar histórias, por mais fora do controle que sejam os acontecimentos, por mais independentes que sejam os sujeitos, as trajetórias e a vida que passou, o contador ou narrador existe, e a sua existência e experiência de vida fazem sentido junto à história contada. Se o contador/narrador tem intenção de contar/narrar essa história, aí é onde se encontra a chave da questão. Como fazê-lo? Não sei de uma fórmula, mas acredito que posicionar-se é um bom começo. Ter consciência da posição que ocupa provavelmente pode deixar mais claro o ponto de vista de quem fala, inclusive para esta mesma pessoa, que fala. Por outro lado, há de se preparar para a fala do outro. Sim, a história fala por si. Os sujeitos falam, obviamente, mas também os acontecimentos, os lugares, as ambiências. O poder hegemônico fala muito! As intenções (e a memória) de quem conta ou narra devem jogar com tudo isto. No caso de uma pesquisa acadêmica, intenção se confunde com questão. Qual é sua questão? Entre tantas outras, por que teríamos a intenção de nos deter, e problematizar, uma determinada questão? Muitas vezes, a intenção desaparece, ou se camufla em imposição. Não temos escolha, a questão é

dada. Mas ao mesmo tempo há um assédio de múltiplas questões, imagens que se querem pontos focais na vista. Tais imagens vão surgindo e modificando-se com a nossa experiência de vida. Se, em determinado ponto da nossa existência, uma questão gritava mais alto, com alguns passos em outra direção, seu grito pode mudar de tom, ou mesmo ficar inaudível. A experiência, o movimentar-nos entre imagens, sons, cheiros, afetos, entre passados e devires, sobretudo a experiência urbana nos posiciona. Em nos colocar no nosso devido lugar – no sentido da expressão popular – a experiência faz nascer em nós as intenções. Que venham os desvios!

Parte I. **SOBRE AS MUTAÇÕES, MÉTODO E DISPOSITIVO**

O interesse inicial em se debruçar sobre as práticas pedestres e as condições do caminhar nas cidades foi transformado e complexificado com as questões surgidas a partir de experiências diversas. Seja por meio das pesquisas como a já citada *Muse*, ou a pesquisa do *Pronem*,¹ seja pelas experiências cotidianas de cidade(s) – também diversificadas pelas mudanças de residência – fomos constantemente afetados por situações, sujeitos, elementos outros, que vinham a provocar desvios de rota ou de atenção. Se, em muitos momentos, tais desvios causaram desorientação, vertigem, eles nos deram as pistas para a possibilidade do trabalho errante sobre o espaço público urbano.

Levando em conta a noção de errância trabalhada por Jacques (2012), colocamos em prática uma experiência cotidiana e não planejada da/na cidade, mas, além da experiência no meio urbano, passamos a considerar a possibilidade de “errar” também no meio acadêmico. “A experiência errática, assim pensada como ferramenta, é um exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento” (Idem, pg. 23).

Buscando apreender os modos de ser e de (se) fazer pedestre na cidade, esbarramos em questionamentos diversos. Tais questionamentos foram especialmente provocados por encontros durante o percurso cotidiano através do espaço banal da cidade de Salvador. Encontros proporcionados sobretudo devido ao caráter errante do percurso, mas também pela banalidade do espaço. Seguindo o entendimento de Milton Santos (2009), o espaço banal é onde se encontram todos fenômenos, decorrentes da ação heterogênea de pessoas, empresas, instituições, daí o autor considerá-lo como sendo o “espaço dos geógrafos”, por ser o seu campo de trabalho por excelência; cuja materialidade é “ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação” (Idem, pg. 321).

Nesse sentido, alguns elementos encontrados no(s) caminho(s) provocaram estranhamento de maneira mais corrente, nos indagando sobre a presença de sistemas que operam na configuração urbana dos espaços públicos, e assim, no controle das ações humanas nesses espaços. A intenção de estabelecer zonas urbanas consideradas mais adequadas à passagem e ao uso pelo pedestre, por parte do poder público – dos largos, praças, passeios e parques, aos recentes calçadões – pode indicar um desses sistemas que se evidenciam na materialidade da cidade enquanto espaço banal. Assim, chegamos à formulação de uma das questões da nossa problemática, em torno do urbanismo: por se tratar de uma ferramenta de ordenação espacial, como o(s) produto(s) das operações urbanísticas pode(m) tanto autorizar

¹ A pesquisa *Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea* foi desenvolvida entre 2011 e 2015 pelo grupo de pesquisa Laboratório Urbano, do PPG-AU/FAUFBA, em colaboração com pesquisadores da UNEB e outros pesquisadores convidados. Foi financiada pela FAPESB e o CNPq através do Programa de Apoio a Núcleos Emergentes – PRONEM.

quanto inibir a presença de usos e a participação de sujeitos diferentes nos espaços públicos urbanos? Assim formulada, a questão induz a um resultado de base dicotômica (autorizar *ou* inibir), no entanto, como sistema de controle, entendemos que pode operar de modo a autorizar *ao mesmo tempo em que* inibe a ação, ou as muitas ações, no espaço público, estabelecendo critérios de comportamento, modos de ser e estar em público consonantes com ideais de civilização e urbanidade globalmente difundidos. Esta indução a um padrão de comportamento socialmente aceito, tendendo a eliminar as formas dissonantes e/ou conflituosas de ação é o que primeiramente nos chama a atenção para a noção de pacificação. O termo é empregado atualmente, por diversos autores do urbanismo crítico, para referirem-se ao processo complexo, que engloba, entre outros elementos, a construção de ideais de consumo do tempo e do espaço, refletidos na imagem (também idealizada) de cidade livre do conflito social, de seres humanos iguais e cordiais.

Ao lermos tais autores, a exemplo de Richard Sennett, observamos como a questão da circulação em meio urbano, sob o apelo por eficiência e segurança dos meios de transporte, sobretudo individuais – justificando a eliminação de barreiras e demais obstáculos à boa circulação de veículos – pode se apresentar como parte dos objetivos de pacificação dos espaços públicos. Inicialmente, a necessidade de um caminho livre, a ser percorrido com rapidez pelos automóveis, moldou, durante todo o século XX, as grandes cidades do mundo cada vez mais globalizado. Sennett (1995), em seu artigo *Espaces pacifiants*, nota que “o corpo moderno em deslocamento é, portanto, um corpo pacificado; nós circulamos de forma ao mesmo tempo passiva e rápida através do espaço” (Ibid., pg. 131). Atualmente, é interessante notar como o objetivo de circulação desimpedida atinge também a mobilidade pedestre e demais modos de transporte não motorizados. Nos indagamos se, mesmo quanto aos chamados modos suaves, o objetivo de eficiência e segurança dita as normas para o bom uso do espaço público livre de conflitos.

Em nossa experiência errante, nos deparamos com situações em que a norma se fazia presente, embora não fosse dita, em outras, os elementos que compunham o espaço se constituíam eles mesmos a enunciação das normas sociais. Tal diversidade de elementos que atuam conjuntamente para a instauração de uma ordem hegemônica, incluindo-se tanto o dito quanto o não-dito, nos leva à noção foucaultiana de *dispositivo*, entendendo-a como articulação de engrenagens de naturezas diversas que se mobilizam visando o controle da vida nos espaços urbanos. Sobre o dispositivo, nos deteremos mais demoradamente no segundo capítulo.

A noção de dispositivo nos encontrou no início do percurso errante em Salvador, em um tatear caminhos, ambiências, imagens e subjetivações. São nessas encruzilhadas nos caminhos das ideias e nos caminhos da cidade, que somos levadas pelo desvio, seguindo a

compreensão de desvio como método, proposta por Jeanne Marie Gagnebin (2014). Aludindo à etimologia das palavras em grego e alemão, Gagnebin faz o trocadilho – “método é desvio” – já que tanto *método* quanto *desvio* trazem implícito o sentido de *caminho*.² A autora salienta sobretudo a insuficiência dos métodos como receitas que se deseja reproduzir ou “aplicar” em situações diversas, muitas vezes a “fenômenos novos, singulares, que pedem a invenção de novos modos de vida e de novas formas de pensar.” (Idem, pg. 15). Encaramos então o método como caminho que pode ser desvio, como um modo de aproximação disponível às interpelações do caminho, isento de qualquer comprometimento com modelos-métodos pré-estabelecidos, comprometido apenas com a apreensão-tradução do dispositivo em suas expressões e relações cotidianas.

² “A ideia de “desvio” no prefácio da Origem do drama barroco alemão, primeiramente faz um trocadilho com a palavra “método”. Em grego, método quer dizer com (*met*) caminho (*hodos*). E desvio, em alemão é *unweg*, um caminho (*weg*) que dá volta (prefixo *um-*). Benjamin simplesmente lembra que caminho não é sempre reto e direto, mas que há outras formas de caminho e de caminhar” (GAGNEBIN, 2014, pg. 15)

Capítulo 1. MÉTODO EXPERIMENTAL

Partimos para a experimentação do campo, em busca da apreensão dos espaços públicos urbanos de Salvador, bem como do que seria a sua pacificação, e nos deixamos atravessar por diversas formas de conhecimento.

A questão da circulação, hoje transformada em *mobilidade urbana* – e promovida como anseio (não só) urbano – nos mostrou um vasto campo de indagações sobre o espaço público. Em se tratando das vertentes mais comprometidas com os aspectos sociais e culturais, encontramos uma bibliografia diversa; de crítica ao urbanismo contemporâneo, de questionamento sobre o sentido de espaço público, mas também de base histórica e filosófica.

A definição de um fio condutor foi influenciada pelos muitos atravessamentos que nos interpelaram ao longo do trabalho de tese, especialmente impulsionados pelo campo de vivência cotidiana, o nosso trabalho de campo em Salvador. Ao mesmo tempo em que observamos a relação da teoria com o que foi e o que estava sendo apreendido na prática, na experiência cotidiana do caminhar em meio urbano, não deixamos de olhar para suportes narrativos outros, como notícias, filmes, músicas, etc. Tais suportes, que podiam ser inclusive outras situações, se muitas vezes indicavam caminhos para outros universos, também continham a potência de iluminar a nossa questão por outros meios. Assim, contribuíamos, a cada atravessamento, para a definição de um fio condutor. Somos, deste modo, inspiradas pelo que nos afeta, chega até nós, naquilo que Félix Guattari (1992) chamou *contaminação afetiva* ou *apreensão transversal*. Seguindo o autor, entendemos que apenas quando nos colocamos disponíveis para captar novos sistemas ético-estéticos, “novas suavidades”, “perceptos e afetos mutantes”, é que podemos escapar ao (já) antigo paradigma dominante, aos discursos e desejos produzidos pela mídia/pensamento hegemônico.

Este modo de captação das subjetividades mutantes “a partir de percepções e de estados de alma banais”, segundo Guattari (Idem, pg. 114), possibilita a passagem para fora do que é padronizado, para além do padrão de discursos, formas e ações, para o impadronizável, daí mutantes. Logo percebemos quão vertiginoso pode ser o trabalho de apreensão baseado no movimento; no nosso próprio movimento em percurso e no movimento das coisas, das pessoas, da cidade em transformação. No entanto, entendemos que movimento, enquanto ação, é também expressão da força criativa e criadora que se encontra no espaço-tempo cotidiano, o avesso dos espaços-tempos espetaculares³ que se querem programados e

³ Aqui nos remetemos à ideia de sociedade do espetáculo, de Guy Debord (2003), onde ele coloca a “consciência espectadora” (pg. 127) se fazendo dependente de um tempo espetacular, “alienação necessária”.

reproduzíveis. Desta forma, encontramos na *contaminação afetiva* um componente do que seria o nosso método de trabalho, especialmente o dito trabalho de campo. Antes de tudo, houve uma inquietação e um querer estar no espaço público da cidade para apreender como se dá na prática os seus usos cotidianos e também o que acontece como prática do urbanismo, ou de gestão urbana. Daí o nosso interesse *a priori* para com o caminhar em meio urbano como método de apreensão, interesse nascido de uma prática de cidade anterior (inconsciente enquanto pesquisa) e que virou uma prática mais atenta, perdurando até o último momento do trabalho em Salvador, e perdurando...

Ao integrar a contaminação afetiva como prática cotidiana e método, a distinção entre o trabalho de campo e o uso enquanto habitante dos espaços públicos da cidade resta injustificada. Neste sentido, a mudança para Salvador foi um facilitador da experiência da alteridade como modo de apreensão da realidade urbana, o que Paola Berenstein Jacques (2012) chamou de experiência errante, ou errática, a prática da *errância*. No nosso caso, além de traduzir, de certo modo, o nosso método de apreensão da cidade, a errância também nos indicou um caminho para o trabalho de pesquisa como um todo indissociável – da “escolha” dos lugares de experiência à “escolha” das fontes teóricas, ambos se alimentando mutuamente com vistas à compreensão da problemática da pacificação dos espaços públicos urbanos. Colocamos *escolhas* entre aspas, para ressaltar o caráter errático inclusive dessas “escolhas”. Podemos dizer que havia intenções de pesquisa que foram se transformando em método, ou em maneiras de fazer, à medida em que íamos tateando materialidades da nossa problemática.

O tatear errante como metodologia nos permite uma abertura a situações que não conhecemos nem poderíamos prever. Este tipo de abordagem estabelece criticamente um contraste com o projeto urbano e/ou arquitetônico. Na nossa formação em arquitetura e urbanismo, aprendemos a, mais que propor, estabelecer previamente os usos e atividades que acontecerão no espaço projetado, sem muitas vezes conceber uma abertura do projeto à intervenção e às propostas decorrentes dos usos possíveis, não-imaginados, ou seja, uma abertura às invenções e demais apropriações criativas habitantes. Felizmente, não considerar o fator da imprevisibilidade não garante que apenas se faça o uso programado⁴ do espaço público projetado. O percurso nas ruas e praças que bordam o centro de Salvador se mostrou uma fonte de vários exemplos de apropriações não previstas, indicando a possibilidade de encontrá-las também em muitas outras cidades, notadamente brasileiras. Por outro lado, nos deparamos igualmente com situações que nos impõem certas condutas, modos de ação padronizada, e são estas que nos provocam a indagação sobre a atuação de diversos sistemas

⁴ Remetemo-nos também ao “programa de necessidades”. Conhecido da projeção em arquitetura, ele reúne as funcionalidades imprescindíveis da estrutura a ser criada ou reformada.

de controle na gestão da vida na cidade. Estas situações podem nos guiar para uma compreensão da pacificação dos espaços públicos, relacionando-a a outras pacificações instituídas ao longo da história, ou a outros processos de controle que se instauraram sem necessariamente serem nomeados, ou chamados pacificações. Indo nessa direção, nos disponibilizamos a nos deixar afetar, afim de perceber a quais pacificações somos submetidos diariamente, normas que fazem eco com uma suposta necessidade de ordem social. O que seria esta ordem social? Do ponto de vista de quem? A nossa experiência feminina, por exemplo, é capaz de evidenciar certos padrões baseados em pressupostos machistas (porque hegemônicos) ou hegemônicos (porque machistas), aos quais somos submetidas cotidianamente. Este aspecto pode nos dizer algo sobre o sentido de pacificar como uma forma de controle, inclusive atuando em nossas relações sociais na e com a cidade. Por outro lado, entendemos que a nossa presença no espaço público, além de incorporar as normas subjetivas vigentes, constrói sentido junto aos demais elementos do espaço.

Desta forma, a nossa presença no espaço público de Salvador, ao mesmo tempo em que é capaz de apreender a ordem construída, é também sujeito na conformação das ambiências urbanas e, portanto, as atualiza. “Em primeiro lugar, se é verdade que existe uma ordem espacial que organiza um conjunto de possibilidades (por exemplo, por um local por onde é permitido circular) e proibições (por exemplo, por um muro que impede prosseguir), o caminhante atualiza algumas delas” (Certeau, [1990] 2013, p. 164). Incorporamos com Michel de Certeau o sentido de *enunciações pedestres* – a partir do qual, o autor propõe uma comparação do caminhar com a função “enunciativa” da linguagem verbal – para nos guiar em nossa prática caminhante, nos lembrando sempre que não há neutralidade no corpo do pesquisador, como em nenhum outro corpo ou componente do espaço social. Há sempre uma participação nossa no espaço o qual procuramos apreender, participação que está impregnada de vivências de situações outras, como segmentação de tempos passados e copresença de temporalidades. Em se tratando de espaço público, esta participação implica em uma exposição, um pôr-à-prova pelo próprio corpo, nas relações com o ambiente físico, com os demais enunciados/ enunciações e com os demais sujeitos. Certeau toma emprestado o termo e o entendimento da função enunciativa do caminhante/caminhar em Jean-François Augoyard ([1979]2010), quando, ao falar em “retórica habitante”, este considera a prática de caminhar algo parecido a uma leitura-escritura do espaço praticado. Aqui, entendemos mais claramente a proposta de Augoyard ao aventurar-se em campo, “passo a passo”,⁵ atravessando e

⁵ Em uma tradução literal do título do livro *Pas à pas*, notando como Augoyard já revela de antemão o método de desenvolvimento do trabalho fundado sobre a caminhada. «Ce livre est placé sous le signe du pas à plusieurs titres.» É a frase do autor que introduz do livro (idem, pg. 19). Ele continua esta introdução revelando os seus objetivos iniciais para o trabalho de campo da pesquisa – que interrogava qual relação os habitantes mantinham com o espaço habitado – para o qual, havia, em suas palavras, projetado um itinerário abstrato. «Mais au gré du

incorporando os elementos dados pelo território, em um método sem-método inspirado no caminhar.

Além disto, é interessante notar como Augoyard⁶ aceitou um “tal convite à perambulação”, e uma abertura do campo de saberes sobre a cidade. Segundo ele,

Um tal convite à vadiagem poderia modificar a nossa atitude mental sobre os fenômenos urbanos. Ele incita a *ir em frente*, a pensar a vida cotidiana segundo a lógica que lhe é própria, a se instalar no que é insignificante, plural, parcelar. [...]

Uma filosofia do *resto* só é realmente possível através de uma ruptura na hierarquia dos valores epistemológicos. Isso implica que o método não seja apenas um instrumento de causalidade, ou seja, que a maneira de fazer possa mostrar-se tão significativa quanto o resultado da ação e que o estilo da expressão pese tanto quanto o significativo ou o expressado. No universo urbano que a reduziu em sequências funcionais, que condiciona suas necessidades e codifica seus usos, a vida cotidiana só mantém praticamente sua dimensão expressiva ou retórica. (Idem, pg. 22, grifos no original, tradução nossa)⁷

O autor tem sua cultura científica fundamentada na fenomenologia, onde se busca uma compreensão dos fenômenos em sua expressão no espaço-tempo onde/ quando ocorre, o espaço-tempo do evento. Desta forma, entendemos que existe uma certa escolha (ou intenção) por se descolar daquilo que expressa ou é decorrente da segmentação de outros tempos e de outras temporalidades; foca-se antes no momento mesmo em que o fenômeno se manifesta. Além disso, o ponto de vista fenomenológico desfoca a dimensão política da vida cotidiana; ao focalizar na expressão ou retórica habitante, tende a transformar o espaço social e/ou banal em pano de fundo, distanciando-o da ação relacional entre as diversas subjetividades que compõem tal espaço. O caráter político que se encontra justamente nessas relações é colocado em suspensão afim de verificar os fenômenos em si mesmos. Assim, ao considerar que o “universo urbano” reduz a vida cotidiana a sequências funcionais, condicionando as necessidades e codificando os usos, o autor vai interpelar o cotidiano dos sujeitos em busca da sua expressão própria. Entendemos que esta expressão habitante se dá apesar das formulações

pas à pas, *l'assurance de notre savoir a faibli.*»(Ibid., grifo no original). E aqui ele reconhece como à medida do (método) *passo a passo*, é colocada em cheque a garantia do saber técnico-científico de pesquisa.

⁶ Um dos fundadores do laboratório Cresson, em 1979.

⁷“*Une telle invitation au vagabondage pourrait modifier notre attitude d'esprit sur les phénomènes urbains. Elle incite à sauter le pas, à penser la vie quotidienne selon la logique qui lui est propre, à s'installer d'emblée dans l'insignifiant, le pluriel, le parcellaire. [...] Une philosophie du reste n'est vraisemblablement possible que par une rupture dans la hiérarchie des valeurs épistémologiques. Elle implique que la modalité ne soit pas seulement un instrument de causalité, c'est-à-dire que la manière de faire puisse paraître aussi significatif que le résultat de l'action et que le style de l'expression pèse autant que le signifié ou l'exprimé. Dans l'univers urbain qui l'a réduite en séquences fonctionnelles, qui conditionne ses besoins et donne le code de ses usages, la vie quotidienne ne garde en propre que sa dimension expressive ou rhétorique.*” (AUGOYARD, 2010, pg. 22)

urbanísticas, mas também se dá *com* tais formulações, as quais seriam, seguindo o autor, efeitos de uma “objetivação do habitar”, decorrentes de “mecanismos da produção dominadora/dominante do espaço urbano” (Ibid., pg. 188, tradução nossa)⁸. No entanto, para Augoyard, a proposta de “se demorar sobre as modalidades vividas/experimentadas e seguir à descoberta teria primeiramente a vantagem de dispensar tais objetivações abstratas que cortam *a priori* toda sociabilidade concreta” (Ibid., pg. 189, grifo no original, tradução nossa)⁹. No nosso caso, buscamos igualmente nos distanciar das chamadas objetivações, mas sem deixar de observar o seu efeito na conformação do espaço público urbano, e perceber, sobretudo, as relações existentes entre os “mecanismos da produção dominante” e as práticas habitantes cotidianas, sendo estas também constituintes do espaço urbano.

Além de ter sua percepção fundamentada no método fenomenológico, a sua proposta foi de abertura às interpelações do campo, especialmente como forma de possibilitar uma brecha no campo da pesquisa sociológica, bem como em relação ao campo do pensamento e das práticas urbanístico-arquitetônicas. Desta forma, ele inicia a construção da crítica ao modelo de urbanismo vigente, um urbanismo que propunha totalidades – cidade, bairro – no caso estudado, dos chamados *grandsensembles*.¹⁰

O estudo nos chama a atenção para a potência crítica do caminhar errante, aberto e disponível aos afetos e perceptos do ambiente urbano, em contrapartida às propostas objetivadoras para os espaços (a serem) vividos. Condiz então com o “elogio” de Paola Jacques à errância, como desvio dos modos técnicos de pensar e fazer cidade.

Essa postura crítica e propositiva com relação à apreensão e compreensão da cidade, por si só, já constitui uma forma de resistência tanto aos métodos mais difundidos da disciplina urbanística [...] quanto ao próprio processo de esterilização da experiência, de espetacularização das cidades contemporâneas e de pacificação de seus espaços públicos. (JACQUES, 2012, pg. 24)

⁸“*Une manière de penser avvertie des mécanismes de la production dominatrice de l’espace urbain interdira toujours de reconnaître que l’expression habitante s’exprime d’abord elle même. La logique de la pensée urbanistique n’admet que la causalité transitive. [...] En ce sens, court-circuiter le modal, l’intermédiaire et le labile équivaut à objectiver l’habiter, tant par les mécanismes de construction que par les manières de définir des « objets-logements » [...]*” (Ibid., pg. 188)

⁹“*S’attarder sur les modalités vécues et en poursuivre la découverte aurait pour premier avantage de donner congé à de telles objectivations abstraites qui découpent a priori toute sociabilité concrète [...]*” (Ibid., pg. 189)

¹⁰ Esses *grandes conjuntos* habitacionais são particularmente presentes no contexto francês, onde foram construídos notadamente nas décadas de 1960-1970, nas periferias das cidades industriais, para responder a uma demanda crescente de habitação urbana. Muito resumidamente, podemos dizer que se tratam de estruturas de muitos andares, construídas em concreto armado, abrigando um grande número de unidades residenciais, mas também dispendo de espaços livres e de espaços de uso comum, como parques, creches, restaurantes. Em vista da sua dimensão – onde se propunha uma diversidade social e de usos – com frequência são chamados *cités*, como a famigerada *cité radieuse* de Le Corbusier, em Marselha. De maneira geral, as *cités* abrigaram uma população trabalhadora (das usinas), de diversas origens, mas homogênea em termos de poder econômico, se tornando espécies de guetos.

A atitude de disponibilizar-se à apreensão errante, “sem método”, ou cujo método é construído “passo a passo” (seguindo Augoyard), é bastante diversa daquela proposta por Rachel Thomas para a pesquisa Muse. No entanto, apesar de estar fortemente baseada em protocolos de experimentação, estes, por sua vez, fundamentados em diferentes momentos de apreensão¹¹ – fazer corpo, tomar corpo, dar corpo às ambiências urbanas – havia uma certa preocupação com uma *atitude de engajamento* no sentido de “apreender as formas sensíveis da vida urbana, pensar sua evolução e formular questões quanto às condições atuais e seus desdobramentos” (THOMAS, 2014, p. 33).

Quanto a nós, nos atemos mais particularmente a esta atitude de *engajamento afetivo*, especialmente preeminente em se tratando da experiência habitante, mais presente nas noções de *fazer corpo* e *tomar corpo*, fases que, como o próprio relatório da pesquisa esclarece, são inspiradas “dos métodos de enquete etnográfica” (Idem). Então, podemos dizer que nos valemos essencialmente dessa inspiração etnográfica para o trabalho de campo; não de um método etnográfico, já que, como disse Mariza Peirano (2014), “etnografia não é método”, mas de um “instinto etnográfico”, segundo esta mesma autora. Tal instinto nos foi provocado também pelo nosso próprio estranhamento, natural enquanto estrangeira em uma nova cidade, e intensificado pelo afastamento do Brasil, anterior ao período de doutorado. O estranhamento que nos leva a refletir e questionar o “objeto estranho” pode ser associado hoje à constatação de que “a pesquisa de campo não tem momento certo para começar e acabar” (Idem, pg. 379).

Peirano reitera que etnografia não é método, mas é também teoria, visto que a postura etnográfica foi se delineando teoricamente a partir das primeiras incursões, quando os “os etnógrafos de um século atrás iam a campo com um projeto aberto, sempre dispostos a reconfigurar as questões originais e colocar outras” (Ibid., pg. 381). Assim, “a disposição a nos expor ao imponderável e a vulnerar a nossa própria cosmologia” (Ibid., pg. 382), juntamente com outras características de uma *postura*¹² foram sendo reconhecidas como teoria ou

¹¹ Tal metodologia se baseava nesses três momentos distintos, porém não tão bem distinguíveis entre eles. O *fazer corpo com as ambiências urbanas* seria a fase da chegada a campo, de imersão, do deixar-se afetar, impregnando-se da/na ambiência do lugar, entendendo também a sua participação/ implicação na conformação/ transformação de tais ambiências. O *tomar corpo com as ambiências urbanas* já seria uma assimilação da ambiência e do que a compõe; a quantidade e o movimento das pessoas, os sons, cheiros, as normas que regem o lugar, etc.. Seria de fato uma apreensão pelo corpo do pesquisador (ou demais estrangeiros) quando este começa a se inserir em um contexto novo, incarnando os modos de ser habitantes. Finalmente, o *dar corpo às ambiências urbanas* seria aquela fase que concerne mais diretamente ao trabalho do pesquisador enquanto tradutora da experiência de campo, requerendo criatividade na invenção de formas narrativas capazes de possibilitar não apenas o compartilhamento da experiência, mas a sua análise e debate entre os diversos pesquisadores e demais envolvidos.

¹² Em entrevista a Paola Berenstein Jacques, Alessia de Biase (2012) toca no assunto da “postura antropológica”, salientando que também pode ser adotada pelo arquiteto e urbanista que deseje perceber de outras maneiras a cidade – se isso for questão central ao seu trabalho – “no sentido de se abrir para a possibilidade de ver que, o

“formulações teórico-etnográficas” (Ibid., pg. 383), e hoje nos inspiram a “desvendar novos caminhos” (Ibid., pg. 389), em termos metodológicos, para realizar o nosso percurso em Salvador.

Para provocar estranhamento, o ambiente urbano do centro de Salvador não precisava ser-nos completamente estranho, como não o era, devido às experiências de cidade brasileiras, nordestinas, de toda uma vida, nos equipando de um misto de semelhança e diferença, de proximidade e distanciamento da realidade a ser habitada. Mesmo assim, um estranhamento inicial – especialmente, quanto às más condições de habitabilidade/ mobilidade pedestre dos espaços públicos, aparentemente incoerente com o alto grau a apropriação desses espaços por diversos usos – nos levou a perseguir a percepção da alteridade, seja na materialidade dos lugares (calçadas, demais passagens e outros espaços), seja nas ações dos sujeitos ali presentes.

Nos enxergamos então na condição de estrangeiras, de acordo com o entendimento de Simmel: aquela pessoa que não está de passagem, nem pode-se dizer do lugar onde se encontra. É, em certa medida, também nômade, e não apenas atravessa um lugar, nele fica e ocupa posição por um tempo. “O estrangeiro é um elemento do grupo, como também o são os pobres e os demais ‘inimigos internos’. É um elemento cuja posição supõe ao mesmo tempo exterioridade e confrontação.” (SIMMEL, 2012 [1908], pg. 21, tradução nossa).¹³ Seguindo esta afirmativa, enquanto estrangeiras, nos aproximamos da condição de estrangeiros em que vivem outros habitantes; os pobres e os “inimigos internos”. Vemos a possibilidade de iluminar o nosso questionamento com base na problematização da categoria *estrangeiro* como forma de tensionar os processos de pacificação, visto que a presença (considerada) estrangeira é também pressuposto da confrontação da qual nos fala Simmel, ou do conflito – inerente ao espaço público – alvo da pacificação.

A presença estrangeira “amiga”, por outro lado, foi fortemente levada em conta nas formulações sobre a imagem das cidades brasileiras. Muitos relatos de viagem se tornaram referências para estudiosos contemporâneos,¹⁴ na busca por conhecer os contextos anteriores e compreender a situação atual das cidades brasileiras (a exemplo de Salvador e Rio de Janeiro). A partir delas, seria possível entender a configuração e as práticas socioespaciais da

mesmo lugar, se temos que falar de espaço, pode ser interpretado, visto e sentido de maneiras outras, e que essas maneiras outras participam da construção desse lugar, e essas outras maneiras constroem também a nossa maneira de olhar a cidade.” (Idem, pg. 14)

¹³ “El extranjero es un elemento del grupo, como también lo son los pobres y los distintos “enemigos interiores”. Es un elemento cuya posición supone al mismo tiempo exterioridad y confrontación.” (Simmel, 2012 [1908], p. 21). Na versão brasileira, temos a seguinte tradução: “Assim como o indigente e as variadas espécies de ‘inimigos internos’, o estrangeiro é um elemento do próprio grupo. São elementos que se, de um lado são imanentes e têm uma posição de membros, por outro lado estão fora dele e o confrontam” (SIMMEL, 1983, pg. 183)

¹⁴ Segundo veremos mais à frente com algumas de nossas referências, como Kátia Mattoso (1992), Robert Pechman (2002), entre outros.

Bahia e/ou do Brasil de ontem e de hoje. Além de serem base para textos historiográficos, tais relatos podem ser comparados atualmente a textos etnográficos, no entanto, à época em que foram escritos, a etnografia nascente estava sobretudo interessada nas sociedades que viviam fora das cidades – caso dos indígenas brasileiros, por exemplo – por serem tidas como exóticas, alheias à cultura ocidental.

Há ainda que se considerar a diferença entre estrangeiros e aventureiros. André Botelho (2013), ao estudar a narrativa de viagem de Mário de Andrade ao Amazonas, observa que “suas viagens guardam um sentido próximo ao da ‘aventura’, tratado por Georg Simmel como uma experiência de ruptura com o fluxo do cotidiano, e também com certa abertura empática em relação ao desconhecido” (Idem, pg. 18). A obra de Mário de Andrade analisada por Botelho intitula-se *O turista aprendiz*, o que nos dá pistas para uma diferenciação entre duas categorias de visitantes considerados “amigos”, enquanto estrangeiros. Aquele (aventureiro) de passagem, que rompeu o fluxo do seu cotidiano partindo para outro lugar, mas sem ganas de construir um outro cotidiano duradouro no lugar onde chega, diferencia-se, portanto, do estrangeiro (também) descrito por Simmel, o qual ocupa uma posição dentro da sociedade do lugar onde se instala, ainda que temporariamente, e estabelece aí um cotidiano. Muitos visitantes como estes últimos passaram pelo Brasil, especialmente no século XIX, quando lhes fora atribuída certa “objetividade”, que se traduz em liberdade de experimentação e de interpretação,¹⁵ também observada por Simmel.

Quanto à nossa condição de pesquisadora, devido às nuances de estrangeirice que nos identificam, e à postura etnográfica adotada, não nos cabe afirmar que este caráter de estrangeira nos dá total liberdade de opinião, ou o poder de uma opinião objetiva dos fatos. Acreditamos que o *indivíduo dotado de objetividade*, ao qual se refere Simmel (Op. Cit.), seja uma radicalização da categoria estrangeiro, quase uma caricatura, visto ser utópica a ausência total de preconceitos e demais juízos de valores capazes de influenciar na observação, apreensão e análise dos fatos e dados. Isto porque construímos em nós um acervo de referências a partir das experiências de cidade anteriores que configuram e transformam a nossa percepção de

¹⁵ A dissertação de Moema Parente Augel (1975), intitulada *Visitantes estrangeiros na Bahia oitocentista*, faz o levantamento dos relatos de viagem mais significativos do século XIX. Citamos aqui o exemplo de Tollenare: “Tollenare sabe tirar partido da vivência exótica que lhe está sendo, malgrado ele mesmo, talvez, proporcionada, e não deixa de percorrer os mais diferentes e distantes pontos da região, interessando-se vivamente pelo lugar onde reside, procurando interpretar e penetrar na mentalidade do povo, seus gostos e seus desgostos, suas fraquezas e predileções, fazendo a um tempo trabalho de etnólogo e sociólogo, historiador e cronista do cotidiano. Não se limita a observar. Quer viver o mundo tropical, tomando banho na sua baiazinha da Vitória, provando a carne da baleia, pegando bicho de pé, por encharfurar-se nos charcos de Itaparica, durante uma caçada. Da Bahia, deixa excelentes descrições tanto da cidade propriamente dita como da população e dos costumes, detendo-se longamente, por exemplo, na exposição da vida teatral local, na pesca da baleia, na descrição dos botocudos, ou da Vitória ou do Rio Vermelho, além de certas tiradas elocubrativas a respeito do temperamento do povo e dos contrastes entre o parisiense e o brasileiro.” (AUGEL, 1975, pg. 55-56)

mundo. Longe de buscarmos uma objetividade científica, focalizamos nossa atenção nas subjetividades, no que têm de contingentes, e sua expressão na vida cotidiana. Daí basearmos a nossa experiência na busca do estranhamento, o que, de certa forma, desvia-se do próprio procedimento etnográfico. Nos esquivamos de uma familiarização com o (ambiente) estranho – processo natural no convívio cotidiano – e procuramos sempre algum aspecto da subjetividade desconhecida, inclusive daquilo que se mostra em vias de se tornar familiar.

Assim, optamos por levar em conta a necessidade de engajamento e de disposição em nos deixar tensionar pelo campo/caminho; o que constitui a matéria prima da empiria, segundo Mariza Peirano (Op. cit.), “não apenas dados coletados, mas questionamentos”. Entre estes questionamentos, a condição de estrangeira nos permite, além do exercício de alteridade, penetrar em um “conjunto de temas proibidos”, como observou Ana Clara Torres Ribeiro (2015), temas que não interessam às grandes organizações /corporações, e entre eles está o próprio cotidiano, deixado de lado em prol do espaço-tempo do (grande) evento. Da mesma forma, o chamado *espaço banal* (SANTOS) é desconsiderado em benefício do *espaço espetacular* (DEBORD), o qual é concebido muitas vezes com a pretensão de tornar-se vitrine, representativo (do que se oferece ao visitante como consumível) de uma localidade – a serviço, notadamente, da indústria do turismo.

Os chamados temas proibidos, por sua vez, podem constituir situações fortemente presentes no espaço público urbano e envolvendo uma diversidade de sujeitos que atuam ininterruptamente nesse ambiente. No entanto, muitos desses sujeitos são excluídos do campo da representatividade midiática – assim como o é o *cotidiano* e o *espaço banal* – e da participação junto ao poder público; daí serem eles próprios também temas proibidos, seguindo a argumentação de Ribeiro. Ao serem excluídos, tais sujeitos tornam-se estrangeiros, pois são localizados fora do aparelho do poder público. Mas esta localização, ou não-localização, se dá apenas no discurso imagético fabricado. Tal dicotomia, interior-exterior ou incluir-excluir, faz o estrangeiro discursivamente. Isto também poderia ser analisado como um mecanismo de pacificação? Já que, ao excluir, o poder hegemônico visaria uma neutralização dos sujeitos excluídos, e uma melhor definição, ou padronização, do que poderá ser incluído? É um dos questionamentos que a empiria nos traz.

Observamos então que existe uma ressonância entre o devir turístico das cidades – quando se projeta uma imagem de cidade a ser consumida pela indústria do turismo e pelas classes dominantes – e o devir estrangeiro do que é excluído do primeiro processo. Lembrando que a diferença do turista para o estrangeiro é semelhante àquela do aventureiro, observada por Botelho (Op. Cit.). Assim como o aventureiro, o turista não se estabelece no lugar, e, apesar de também ter, no mais das vezes, uma “abertura empática ao desconhecido”, passa por ele com uma certa rapidez. Devido a essa fugacidade na sua permanência, entende-se que busca

ter indicações/ informações sucintas e eficientes para o seu “conhecimento” do lugar. Tal rapidez nos remete às observações de Richard Sennett (1995) sobre a tentativa de diluição das sensações de movimento, da visão e do toque nos *espaços pacificadores*. Entre outras, Sennett retoma a questão da “imagem repertório” – base dos estudos de Kevin Lynch¹⁶ – e o problema da simplificação, que encobre ou borra a complexidade existente nos detalhes.

Ao examinar seu entorno com a ajuda de uma imagem repertório, submetendo o ambiente a simples categorias de representações, comparando similaridade e diferença, as pessoas atenuam a complexidade da sua experiência corporal. A imagem repertório filtra a informação visual. Socialmente, isto significa que a operação do olho desbota a experiência do outro, do novo, do desconhecido. Além do mais, a experiência do movimento rápido, tão profundamente impregnada na experiência corporal moderna, leva o olho a utilizar uma imagem repertório para jogar e classificar imediatamente. Da mesma forma que o movimento rápido separa o corpo em movimento do lugar, a prontidão de computador das operações da imagem repertório desgasta igualmente a ligação com o ambiente e o estímulo que isto provoca. (Sennett, 1995, pg. 133, tradução nossa)¹⁷

Apesar de o autor não relacionar a questão da imagem repertório à experiência do turista, mas à “experiência corporal moderna” em geral, a retomamos aqui para entender como o turista *padrão*¹⁸ tenderia a buscar e/ou se basear nesses espaços de leitura mais facilitada e, principalmente, como as cidades respondem ao mercado do turismo, cada dia mais globalizado e influente. Além disso, a experiência analisada por Sennett indaga o caráter de aventureiro do turista alvo do *marketing* turístico e nos provoca o questionamento: este turismo seria uma ferramenta que também opera na conformação espacial das cidades e consequente pacificação da experiência (não só) habitante?

Sobre a diferença entre o estrangeiro e o turista, cabe nos deter um pouco naquela diferenciação estabelecida por Régine Robin entre o *flâneur* e o nômade. A teorização de Robin foi citada por Nadja Monnet (2013, pgs. 219-220) quando esta considera que o nômade apenas transita pela cidade e é, seguindo Robin, um “analfabeto urbano”, enquanto que o *flâneur*, ao buscar estranheza e distanciamento no ambiente urbano, tende a um conhecimento ainda mais

¹⁶ O urbanista Kevin Lynch é o autor de *A imagem da cidade* (1960) obra inovadora no pensamento urbanístico dos anos 1960, que se tornou referência como método de investigação sobre a percepção da paisagem urbana.

¹⁷ “En examinant leur entourage à l’aide d’une image répertoire, en soumettant l’environnement à de simples catégories de représentation, en comparant similarité e différence, les gens atténuent la complexité de leur expérience visuelle. L’image répertoire filtre l’information visuelle. Socialement, cela signifie que l’opération de l’oeil ternit l’expérience de l’autre, du neuf, de l’inconnu. De plus, l’expérience du mouvement rapide sépare le corps en mouvement du lieu, la promptitude d’ordinateur des opérations de l’image répertoire affadit aussi bien le lien avec l’environnement que la stimulation qu’il provoque.” (SENNETT, 1995, pg. 133)

¹⁸Atualmente, vemos a ainda embrionária busca de modos de fazer turismo mais *lentos*, fugindo às imagens e experiências pré-fixadas pelos guias turísticos e cartões postais.

aguçado deste ambiente. Desta forma, o nômade estaria para o turista assim como o *flâneur* está para o estrangeiro. No entanto, considerar nômade como sendo aquele que passa, sem estabelecer relação alguma com o ambiente que atravessa, inclusive podendo estar dentro de seu automóvel, nos coloca um problema conceitual, pois seria uma redução radical da ação nômade – enquanto outros autores, como veremos a seguir, investem no movimento inverso.

Entendemos a oposição estabelecida por Robin e citada por Monnet, e a vemos como fundamental no sentido em que problematiza a relação do corpo do indivíduo com o espaço público: enquanto uma categoria se movimenta lentamente, com visão, tato e demais sentidos aguçados, num estranhamento-apreensão do ambiente onde transita, o outro apenas passa; enquanto o primeiro se coloca em relação com o caminho, o segundo busca o ponto final do seu trajeto, sempre indo de um ponto a outro, importando pouco o meio pelo qual alcança o destino.

A ponte não é para ir nem p'ra voltar

A ponte é somente atravessar

*Caminhar sobre as águas desse momento*¹⁹

A construção de estradas urbanas, originárias da preocupação moderna com a circulação rápida, evidencia um aprimoramento e um incentivo ao modo de passar desconectado com o caminho, buscando rapidamente conectar-se a um ponto no final do trajeto. O que propomos aqui é, antes, a experiência do percurso – daí a ideia da ponte, como materialização máxima do caminho – sem nos preocupar em chegar a um lugar específico, mas vivenciando os lugares oferecidos no e pelo próprio percurso. Ele pode revelar entradas e saídas em diversos ambientes sem necessariamente valer-se de portas, ou fronteiras bem definidas. De toda forma, mais do que levar de porta a porta, consideramos que o percurso nos traz à experiência de atravessar, experienciar o caminho.²⁰

Por outro lado, apesar de estarmos trazendo noções que se apresentam dicotomicamente, questionamos tal dicotomia na intenção de nos livrar de cair em uma

¹⁹ A música *A ponte*, de Lenine (1997), lembra que no ir e no vir/voltar, o lugar para onde se vai, ou de onde se vem/ volta, protagoniza o movimento de passar, enquanto que no atravessar, o protagonista é o caminho que se atravessa, no caso, a ponte. Em uma versão da música com participação do *rapper* Genival Oliveira Gonçalves, mais conhecido como GOG, este acrescenta uma crítica à Ponte JK, de Brasília DF, e em determinado momento lança o verso “*a ponte virou ponto turístico*”, o que traz à ponte subjetivações que transcendem o caráter de caminho. Este, por si só, é a imanência da experiência de atravessar.

²⁰ Para uma reflexão sobre as noções de *ponte* e *porta*, problematizando as ações de associar ou dissociar do ponto de vista da composição – do pensamento e da obra de arte – ver Simmel *A Ponte e a Porta*, de 1909, traduzido por Simone Carneiro Maldonado e publicado na revista de ciências sociais *Política e Trabalho*, nº12, de 1996 (Disponível online em <<http://www.oocities.org/collegetpark/library/8429/12-simmel-1.html?201622#EndNote1>> consultado em 29/09/2016).

simplificação ou tipificação das experiências, segundo as categorias “definidas”. Tomamos, então, tais categorias como uma base conceitual capaz de nos ajudar a entender a complexidade da vida urbana, observando-se as diversas possibilidades de experiência.

Feita essa ressalva, voltemos à questão do nômade, o qual podemos entender a partir da sua relação com a noção de estrangeiro,²¹ por ser sempre estrangeiro, embora estando sempre no seu lugar – no caminho – diferentemente do turista ou aventureiro, já que este, em essência, sempre volta para o seu lugar depois de uma experiência de viagem. Não devemos esquecer, no entanto, que tanto a noção de *estrangeiro* quanto aquela de *turista* trazem consigo a relação espacial e temporal. O turista só o é em relação ao lugar onde se encontra, e no tempo em que se encontra, assim como os demais estrangeiros, especialmente os estrangeiros externos. No tocante aos *estrangeiros internos* – lembrando a expressão “inimigos internos” utilizada por Simmel – nos perguntamos da relação destes com os chamamos “espaços pacificadores” (na expressão de Sennett), da ideia de combate ou mesmo de guerra envolvendo tais “inimigos”. Também questionamos a sua relação com os espaços espetacularizados (segundo Debord), pelo fato de estes espaços estarem diretamente associados à uma representação das cidades, enquanto que os estrangeiros internos são, no processo de construção de imagem, *a priori*, dissociados de tal representação.

Desta forma, notamos a complexidade da noção de estrangeiro e vislumbramos a sua relação com a noção de nômade, entendendo a potência desta última, notadamente porque nos dá duas claras pistas de análise. A primeira diz respeito à compreensão do sentido, a partir da ação dos diversos estrangeiros internos; o que os faz estrangeiros. A segunda é no tocante à forma de apreensão do caminho, no ato de caminhar, o que nos dá uma pista importante para tratar da questão do caminhar como modo de relacionar-se com o espaço público urbano, e assim com a cidade.

Para melhor discutir a noção, nos detemos um momento sobre o “tratado de nomadologia” de Deleuze e Guattari (1997). Neste tratado, os autores opõem a “ciência nômade” à ciência que eles denominam “régia”. Esta, seria a ciência instituída, aquela, a ciência instintiva. A ciência nômade, ou ambulante, segundo os autores, atua no meio liso, escorregando sempre para uma desterritorialização (como o *flâneur*), onde vai construir o seu sentido, “seguir o fluxo da matéria”. Ao contrário, a ciência régia foge a toda instabilidade ou a todo fluxo, buscando sempre enquadrar o conhecimento, fixando-o e definindo-o em seus limites – ou estrias, termo que utilizam – enquanto o nômade atua nos limiares, pondo os seus

²¹ Segundo Simmel, “si el nomadismo, caracterizado por la no vinculación a un punto des espacio, es el concepto opuesto al de fijación en semejante punto, la forma sociológica del ‘extranjero’ representa, en cierto modo, la unión de ambas determinaciones revelando una vez más que la relación con el espacio no solo es condición, sino también símbolo de las relaciones humanas” (Simmel, 2012, pg. 21)

“conhecimentos aproximativos” às provas “sensíveis e sensitivas que o impelem a suscitar mais problemas do que o que pode resolver” (Idem, pg. 42).

Deleuze e Guattari apresentam a noção de “máquina de guerra nômade”, mais bárbara do que selvagem, “vinda de fora”, contra o Estado interior, aquele que detém as ciências régias encapsuladas dentro das suas instituições (cada uma com seu papel bem definido). Daí parte o argumento dos autores; do conflito entre nômades e Estado. Tal conflito é ambivalente porque é somente na situação de conflito que cada um se coloca como tal. O nômade, em seu fluxo (e seu ‘desrespeito’ às estrias do campo estatal), opõe-se à fixidez do Estado. O próprio termo do *Estado* já transparece a sua intenção de permanecer, indica um estado relativamente permanente, caracterizável em sua estabilidade, enquanto o nômade agarra-se ao movimento, mas mais do que isto, ele resiste à captura pelo aparelho de Estado. Daí o entendimento da nomadologia como máquina e como “potência extrínseca” (Ibid., pg. 15).

O tratado de nomadologia de Deleuze e Guattari provoca em nós diversas questões relacionadas às diversas situações percebidas ou vivenciadas. Pode assim nos ajudar a entender o sentido de nômade em sua relação com o espaço e/ou um território dado, diferindo da relação que o poder hegemônico estabelece. Neste sentido, podemos nos aproximar também do entendimento/ problematização das noções de tática e estratégia de Michel de Certeau:

Embora sejam relativas às possibilidades oferecidas pelas circunstâncias, essas *táticas* desviacionistas não obedecem à lei do lugar. Não se definem por este. Sob esse ponto de vista, são tão localizáveis como as *estratégias* tecnocráticas (e escriturísticas) que visam criar lugares segundo modelos abstratos. O que distingue estas daquelas são os *tipos de operações* nesses espaços que as estratégias são capazes de produzir, mapear e impor, ao passo que as táticas só podem utilizá-los, manipular e alterar.” (CERTEAU, 2013, pg. 87, grifos no original).

Seguindo Certeau, assim como as estruturas de poder criam lugares com base em modos de pensar e fazer estratégicos, no mais das vezes dissociados do espaço praticado, os sujeitos, ao agirem taticamente, atuam sobre esses novos lugares de maneira dissociada, ou dissociando-se, das novas leis instituídas. “Obedecem” então um saber-fazer construído com a prática, em constante adaptação às situações novas, que emergem dos novos lugares mapeados e impostos. As noções de tática e estratégia, em Michel de Certeau – assim como a maioria das noções aqui trazidas – são dos elementos que surgiram durante nosso percurso, interpelando tanto o trabalho de campo quanto a pesquisa teórico-histórica.

Inúmeras são as situações onde o nômade (ou a ação tática) se faz visível, ainda que desapareça em seguida, ou confunda-se rapidamente ao meio estriado-modelado (ou estratégico) do aparelho de Estado. Tomamos então o percurso a pé, através dos espaços

públicos, como uma abertura ou condição de possibilidade para presenciar tais situações. Nos resta a disponibilidade para nos deixar perceber a “energia revolucionária própria dos miseráveis, dos *excluídos* do jogo político corrente” (DIDI-HUBEMANN, p.34, grifo no original) para tensionar certas determinações do poder público e estereótipos construídos socialmente. Tal energia revolucionária é atribuída àqueles sujeitos aos quais Didi-Hubemann associa a imagem de *vagalumes*; potências de lampejo que, mesmo efêmeras, atravessam as luzes ofuscantes do espetáculo, no caso percorrido, pretendido pelas operações urbanas revitalizadoras.

Assim, enquanto lampejo, passagem, entendemos o nômade também como movimento e momento que tende a escapar da nossa compreensão. Isto lembra o que certa vez Francesco Careri falou a respeito dos ciganos da cidade de Roma:

Foi aí que compreendi a existência do Outro, normalmente pensamos um outro que é pacificado, que podemos entrar em acordo, com os ciganos era impossível, eles nos escapam, e vão continuar escapando. A única forma de sobrevivência deles é de nos escapar, é assim.

[...]

Os ciganos continuam a ser uma grande questão para mim. Quanto mais os estudo – eu estudei bastante, li vários livros de antropólogos etc. – mais eles me escapam, quanto mais os conheço, mais eles me escapam... (CARERI, 2013, pg. 16-17)

Se Francesco Careri nos fala do Outro por definição nômade, como o é o caso dos ciganos, nos propomos aqui a também nos colocar na condição de passagem, respeitando o tempo do cotidiano e as possibilidades que ele nos oferece e, nessa condição, tatear o que há de nômade na ação dos muitos outros – para fazer uso da expressão cara a Ana Clara Torres Ribeiro (2012). Muitas vezes o cotidiano e, além dele, o tempo da passagem, não nos permite permanecer em um ponto do caminho, pois nos atrai para outro logo à diante. Muitas vezes os sujeitos e/ou lugares outros nos escapam de uma apreensão mais duradoura, por se constituírem em passagens, ou, integrarem a situação de/em movimento, interagindo momentaneamente com nosso percurso. Por outro lado, o cotidiano nos permite a volta a situações similares, sem necessariamente estarmos “equipados” de material para o trabalho de campo, mas sempre disponíveis às suas interpelações.

O movimento apreensão-tradução, baseado na disponibilidade, conduz o entendimento do processo de pacificação dos espaços públicos, observando como este processo intenciona a transformação do espaço-tempo banal, ou cotidiano, em espaço-tempo espetacular. Mas entendemos previamente que tal processo é também tensionado pelos “espaços e obsessões nômades”²² da cidade em suas mutabilidade e mobilidade, os quais não

²² A expressão foi lida primeiramente em Manuel Delgado (2007), citando Jean Duvignaud, e nos traz um amplo campo de estudos já desenvolvidos sobre o sentido de nômade em relação às teorias sobre a cidade. Duvignaud

se deixam fixar (ou imobilizar) pelo dispositivo pacificador – ou aparelho de Estado, segundo Deleuze e Guattari.

Seguindo o entendimento do conjunto de autores citados, o caráter nômade poderia se estender a muitos aspectos e elementos das cidades, embora sempre relacionados às ações nômades, às táticas dos muitos outros sujeitos, que jogam com as estruturas mais solidificadas, estas que obedecem à vontade de cristalização das operações (e) do poder hegemônico. Assim, nômade seria tudo aquilo que escapa à imagem fixada da cidade como obra humana (consensual?) e se entrega, de certa forma, à necessidade da natureza. Deslizando pelas estrias conformadas pelas leis e normas vigentes, a ação tática dos nômades observa a própria sobrevivência, afirmando-se como presença. O nômade pode ser visto, então, em relação de complementaridade com a cidade estriada/ fixada, sendo considerado o outro da pólis – Estado fechado, cidade, polícia – mas também parte dela, o que a transforma e dá movimento. Enquanto antítese do estático, podemos reconhecer no nômade a alteridade urbana, que se contrapõe (ou é dissociado) ao que é construído como identidade urbana.

Aspecto tocado, direta ou indiretamente, nas diversas referências, a dicotomia fechado-aberto, dentro-fora – associada a estático-móvel; rugoso-liso; fixo-fluido; etc. – corre o risco de remeter a uma “pureza”, um tanto forçada, em cada polo. Daí, no sentido da apreensão-tradução, é importante percebermos as permeabilidades entre essas características, as suas mutações estratégicas ou táticas.

Assim, formulamos a hipótese de que a imagem de cidade utilizada pelo marketing urbano se configura com base numa negação, da “não-cidade bárbara”, ansiando-se uma eliminação desse outro urbano ou a sua pacificação – ao modo do que acontecia aos povos indígenas (selvagens?) ou tem acontecido às favelas (bárbaras?). Ambos exemplos são de grupos tidos (notadamente no Brasil), pelo discurso dominante, como antônimos do urbano, colocados em contraste com este para evidenciar as suas benesses como forma civilizada de vida. Desta forma, servem ao discurso hegemônico para alimentar e dar sentido à ordem urbanística²³ a ser instaurada nas cidades.

fala em “espaços ou obsessões nômades” em seu livro *Lieux et non-lieux*, de 1977. Delgado retoma o sentido da expressão associando-a ao que considera a *não-cidade*, em sua relação de complementaridade com a *cidade*. A não-cidade seria tudo aquilo que não se deixa cristalizar, nas palavras de Delgado. Diríamos das ações que não são passíveis de sedimentação, por seu caráter de movimento. “A não-cidade é antes de tudo o nômade” (DELGADO, 2007, pg. 64). Outros autores também revisaram a ideia de não-lugar passando por Duvignaud e seus “espaços e obsessões nômades”, como Alexandre Gillet (*Dérives atopiques: le “non-lieu” ou les errances d’un concept, EspacesTemps.net*, Travaux, 08.05.2006 <<http://www.espacestemp.net/articles/derives-atopiques/>>). Isto indica que se trata de um longo caminho teórico, uma possibilidade que poderá ser retomada (ou não) durante nosso percurso.

²³ A diferença entre cultura urbanística e cultura urbana é colocada por Manuel Delgado (2007, Op. Cit.), lembrando a diferença entre cidade e urbano, em Lefebvre (1971); enquanto a primeira se refere a uma realidade localizável, colada às estruturas territoriais, o segundo diz respeito à sociedade urbana em suas práticas,

É levando em conta esta relação de dependência que Robert Pechman (2002) observa como a civilização alimenta a barbárie para depois deserdá-la, excluindo (em teoria) tudo o que contradiga o anseio civilizador-pacificador. A partir de uma abordagem historiográfica, o autor parte para a problematização das formas de controle urbanas, desde a formação das primeiras metrópoles brasileiras, observando como o “processo civilizatório” atua na conformação urbanística. Esta abordagem historiográfica nos ensina a tomar os fatos e dados do cotidiano do ponto de vista, não só da longevidade do fato histórico, mas principalmente dos processos que trouxeram ao cotidiano atual resquícios de questões de outros espaços-tempos. Como tais resquícios, ou reminiscências, vem a constituir e instituir modos de fazer, modelos de cidade e sociedade frutos de processos de subjetivação agenciados pelo poder dominante, mas também ressignificados na prática e na experiência cotidiana, numa eterna transformação de devires? As reminiscências são aqui encontradas também como elementos do cotidiano, provocações do percurso que remetem a tempos outros, sobrevivências reais – a exemplo dos *vagalumes* de que fala Didi-Hubermann – e/ou lampejos de memória. “Um tipo de anacronismo pautado na questão da memória, da memória social, cultural, mas também, e, sobretudo, da memória involuntária” (JACQUES, 2015, pg. 66). Entendemos este anacronismo como um tropeço necessário no caminho, capaz de desestabilizar, por desobedecer à ordem cronológica, mas sem provocar uma interrupção nesta mesma ordem, sendo suficiente para nos fazer perceber os percalços que levaram (e sobrevivem, em certa medida) ao tempo presente.

A imagem do tropeço é coerente com o risco associado ao anacronismo. Segundo Nicole Loraux (1992), é importante levar em conta uma prática controlada do anacronismo, onde se assume “o risco do anacronismo (ou, pelo menos, de certa dose de anacronismo), com a condição de que seja com inteiro conhecimento de causa e escolhendo-se as modalidades” (Idem, pg. 58). Além disso, antes de fazer uso do anacronismo como “método que consiste em ir para o passado com questões do presente para voltar ao presente com o lastro do que se compreende no passado” (Ibid., pg. 61), somos levadas a olhar para o passado a partir do tropeço nas reminiscências, rugosidades (SANTOS)²⁴ desse(s) passado(s) no presente. Esses restos nos revelam maneiras de pensar e de fazer cidade capazes de indicar o que se deu como

construindo e transformando perpetuamente o urbano. A cultura urbanística estaria, seguindo Delgado, mais ancorada na materialidade físico-espacial (da cidade), e menos engajada no movimento contínuo de pessoas, usos, agenciamentos coletivos (do urbano).

²⁴ Milton Santos (2009) trabalhou sobre a noção de rugosidades desde a década de 1970, buscando um termo para tratar das formas (físico-sociais, geo-territoriais) herdadas: “Chamemos rugosidade o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares.” (Idem, pg. 140).

devir²⁵ urbano em outros tempos. Nos valemos então de um anacronismo residual afim de questionar o que ainda reverbera daquele devir, e o que se mostra como devir atual da cidade, especialmente observando os modos de gestão da vida social, os diferentes dispositivos de pacificação.

Ao estudarmos a adoção de padrões urbanísticos que se tornam hegemônicos e norteiam as reformas urbanas, em detrimento dos usos e ocupações específicos já existentes em cada localidade, veremos como os devires urbanos são colocados no jogo. Por outro lado, o devir nômade, em seu caráter de mutabilidade se insinua tanto para o turista quando para o estrangeiro, e empresta sua potência à nossa experiência de apreensão-tradução, por nos permitir transitar entre um e outro, apreensão e tradução, e sermos constantemente atravessados por experiências nômades outras. A tradução aqui adquire uma importância adicional enquanto processo impregnado do devir nômade, por requerer uma passagem ao domínio do inteligível e mesmo do reconhecível, de elementos em constante transformação – o espaço-tempo vivido, as experiências narradas, a apreensão historiográfica e teórica, entre outros. Além disso, em constante transformação também suspeitamos ser o próprio dispositivo de pacificação, descartando velhas engrenagens e adquirindo novas, ou desconsiderando algumas peças (que podem ser noções, modelos arquitetônicos, padrões comportamentais, etc.) e admitindo outras, a depender do que se faça necessário para operar de maneira otimizada a gestão de territórios, espaços e pessoas.

O movimento de apreensão atua nos dois sentidos: ao mesmo tempo em que escolhemos no campo as peças de nosso quebra-cabeça, o campo/caminho nos guia nesta escolha, como um reflexo teórico-empírico, especialmente devido ao processo de experimentação da prática habitante cotidiana acontecer ao lado do processo de leitura e aprofundamento teórico. Nos colocamos, assim em posição de *catadora*, como observou Nadja Monnet (Op. Cit.), partindo em busca dos afetos e perceptos na cidade ou, segundo a autora, em busca de urbanidade. E a catação também acontece no ambiente literário/ acadêmico, poderíamos dizer inclusive, com a mesma pré-disposição a uma contaminação afetiva, observando quais autores ou passagens nos estranham, despertam interesse por provocar uma inquietação ou um lampejo que venha clarear a nossa problemática.

Neste sentido, não só rugosidades – como materialidade físico-espacial herdada – mas também outras reminiscências e sobrevivências do passado, como modos de pensar e de ser

²⁵ Ana Clara Torres Ribeiro (2012) se detém sobre o conceito de rugosidade em Milton Santos e a toma como “acúmulo de tempos que conforma o espaço, condiciona os futuros possíveis. Interfere na disputa entre futuros que acontece a cada momento, para aqui recordarmos a leitura de Lefebvre do devir social. (...) A rugosidade é vinco, conjunto de rugas, marcas, memórias.” (Idem, pgs. 68-69)

na cidade, se constituem igualmente em lampejos ou janelas abertas,²⁶ nos lembrando da necessidade em considerar outros espaços-tempos para entender o espaço-tempo atual. Concordando com o que disse Ana Clara Torres Ribeiro (2015):

E neste ponto nós sentimos as tensões: cotidiano-história-cotidiano; senso comum-ciência-senso comum; lugar-espaço-lugar. Não está posto que, para avançar ou para construir o novo paradigma nós tenhamos que considerar [apenas um lado], porque se nós consideramos só isto [um elemento específico], nós estamos nos suicidando como cientistas. (...). Então nós temos que saber que estamos tensionando o tempo todo. (...). Quando encontro algo que atrai meu olhar, quero ver o [que existe ao] lado também, isto é fundamental como exercício de uma nova percepção. (Ibid., p.299, colchetes no original)

²⁶ Se consideramos novamente a noção de *porta* em Simmel (1996), como elemento que dá a condição de passar de um dentro ao fora e vice-versa, de associar um dentro a um fora e/ou dissocia-los, talvez possamos entender a janela como condição de ver/perceber uma situação externa sem integrar-nos a ela. A porta estaria para a experiência espacial assim como a janela para a experiência temporal anacrônica.

Capítulo 2. OS TERRITÓRIOS E O DISPOSITIVO

Nos equilibrando entre um caminho e outro, ancoramos a nossa experimentação de campo em Salvador. No entanto, se Salvador apareceu até aqui como um campo pré-determinado de vivência, ela foi uma das primeiras grandes “escolhas” que fomos levadas a tomar. Como falamos anteriormente, a experiência cotidiana em Grenoble nos chamou a atenção para uma questão em especial: quais são as características de um espaço público destinado aos pedestres (em contrapartida às ruas para carros)? Ou: como as operações urbanísticas sobre o território podem interferir nos usos e na participação de sujeitos diferentes nos espaços públicos urbanos? As questões, no entanto, requeriam levar em conta as singularidades de cada contexto urbano, e daí a necessidade em definir um campo onde pudéssemos ancorar o nosso cotidiano. Feito isto, a empiria se daria sempre considerando as inúmeras relações de poder que se tecem e conformam o espaço público urbano.

Ao partirmos da experiência em Grenoble, trazemos inicialmente o tema do apaziguamento de mobilidades – visto ser o termo empregado no caso francês, *apaisement* – como meio para possibilitar uma maior participação de pedestres e demais modos suaves de deslocamento no espaço público de circulação. A redução de velocidade dos meios de transporte é levada em conta pela gestão urbana na Europa, como uma via para a reconstrução do “elo social”; base de um entendimento da noção de urbanidade frequentemente associada à vida urbana pré-automóvel. No entanto, por mais que se proponha uma redução drástica do número de automóveis nos centros urbanos, (ainda) não se considera a sua extinção, ou, uma “volta” à cidade-sem-carros. O espaço público destinado ao carro é bastante reduzido e dificultado, seja com a própria desaceleração – apenas em algumas vias da área intraurbana²⁷ de Grenoble pode-se atingir os 50km/hr, as demais têm velocidade máxima limitada a 30km/hr – seja pelo custo de estacionar em via pública, visto que grande parte das vias obedece ao tarifário, segundo as zonas de estacionamento.²⁸

²⁷ Duas autoestradas tangenciam os limites da cidade de Grenoble, sobretudo a Oeste e a Sul, apresentando como limite máximo de velocidade 90km/hr, com alguns trechos a 70km/hr. Apesar de não circundarem completamente a *Ville*, essas autoestradas chegam próximo de estabelecer os limites da região intraurbana, a exemplo do boulevard périphérique de Paris.

²⁸ O conjunto de informações sobre *Transporte e espaço público* em Grenoble, onde se inclui as regras e mapas de estacionamentos, estão disponíveis online no link <<http://www.grenoble.fr/77-transport-et-espace-public.htm>>



Toten de boas vindas à "cidade apaziguada" de Grenoble

Por estar localizado na cidade de Grenoble, o laboratório Cresson, onde se baseia a pesquisa Muse, aborda o tema do apaziguamento de mobilidades claramente fundamentado no contexto europeu, tanto urbano quanto acadêmico. Por outro lado, o trabalho de campo se deu em Salvador, trazendo uma temática bastante familiar do caso francês, especialmente Grenoble, para o caso brasileiro, especialmente Salvador.

A dificuldade em se adaptar a maneira de abordar a problemática do apaziguamento ao contexto de Salvador pode ser entendida se levamos em conta sobretudo os diferentes interesses políticos que regem tal processo no Brasil, de maneira geral. O próprio termo também se constituiu parte dessa dificuldade

adaptativa, visto não ser utilizado pelas nossas políticas públicas que tratam de uma “pedestrinização” das vias de circulação urbana. No entanto, o discurso de sustentabilidade, ou de “cidades para pessoas”²⁹, norteia uma série de intervenções nas cidades brasileiras, onde a redução de velocidades e a prioridade aos modos não motorizados de deslocamento integram ideologicamente as práticas urbanísticas contemporâneas. Tal posicionamento ideológico é difundido e levado a cabo através de modelos de cidade e de promoção – requalificação, revitalização, renovação – urbana que tocam especialmente os espaços públicos.³⁰

Deste modo, falar em apaziguamento no contexto brasileiro adquire a conotação de “ideia fora do lugar”³¹ sem, no entanto, provocar uma problematização do processo, de fato

²⁹ Para a usar a expressão já bastante difundida e que intitula o livro de Jan Gehl, originalmente *Cities for people*, de 2010.

³⁰ O que Manuel Delgado (2011) considera um “espaço público ideológico”, ou, o espaço público como realização de um valor ideológico.

³¹ Ermínia Maricato intitulou um texto seu, *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias*, de 2000, remetendo-se à expressão que Roberto Schwarz cunhou em 1977; ele, para falar que “Ao longo de sua reprodução social, incansavelmente o Brasil põe e repõe ideias europeias, sempre em sentido impróprio” (SCHWARZ, 2000, pg. 29); ela, tomando a deixa para falar sobre planejamento e regulação urbanística, escreve: “o urbanismo brasileiro não tem comprometimento com a realidade concreta, mas com uma ordem que diz respeito a uma parte da cidade apenas” (MARICATO, 2000, pg. 122)

também (e diferentemente) existente, como resultado da adoção de modelos internacionalmente disseminados.

Por outro lado, o termo é sinônimo (tanto na língua portuguesa quanto na francesa) de pacificação. Este, em contexto brasileiro, já contém uma potência crítica decorrente do significado adquirido com a política de pacificação das favelas da cidade do Rio de Janeiro, iniciada em 2008. Além disso, segundo vimos na introdução deste trabalho, o termo vem sendo utilizado há algumas décadas, na construção de teorias críticas do urbanismo espetacular. Nesse sentido, a pesquisa Muse se viu impelida a tratar do tema relativo à mobilidade, problematizado a partir da noção de pacificação dos espaços públicos. Embora possa causar uma certa confusão – uma das muitas questões decorrentes do processo de tradução, entre franceses e “locais” – sabemos que a suposta pacificação dos espaços públicos não se constitui em uma extensão da política de pacificação das favelas, adotada no Rio.³² O termo tampouco é utilizado formal e institucionalmente no tocante aos espaços públicos urbanos no Brasil. Por isso mesmo apresenta uma força problematizadora, especialmente no caso das cidades brasileiras. Assim, a nossa questão central focalizada no pedestre e na prática de caminhar assumiu esta bifurcação, no sentido de tatear também o que seria e como se daria essa pacificação dos espaços públicos. A nossa busca já se mostrou errante no momento em que nos foi possível (e necessário) o desvio de atenção; do que vinha sendo entendido como apaziguamento, para apreendê-lo com base no seu metassinônimo, pacificação. Tendemos a notar inicialmente enquanto diferença entre apaziguamento e pacificação, a forma como a gestão urbana – na França e no Brasil – emprega tais termos, mas devemos analisar com mais detalhes essa diferença. Por outro lado, veremos claras semelhanças no uso do termo pacificação pelo urbanismo acadêmico em ambos os contextos.

Apaziguamento, na França, diz respeito notadamente à mobilidade, traduzindo-se na diminuição de velocidades, mas também concerne à diminuição máxima do contato entre meios de transporte diversos, separando-se as modalidades em faixas de rolamento distintas. Tem uma relação íntima com a conhecida acessibilidade universal – matéria obrigatória nos currículos dos cursos de arquitetura e urbanismo, também no Brasil – o que justifica uma série de nivelamentos ou verdadeiros alisamentos nos pisos das calçadas, muitas vezes colocando o passeio de pedestres no mesmo nível da via carroçável. O respeito às diversas modalidades de ir e vir e a necessidade de segurança no trajeto levam a um novo ordenamento dos espaços públicos que possibilite uma rápida “leitura” das normas de fluxos, tanto de passagem quanto de permanência. Para isto, o primeiro alvo de uma nova concepção de vias apaziguadas é o

³² Em alguns momentos do relatório final da pesquisa Muse (THOMAS, 2014, pgs. 16, 27, 44), observamos que se estabelece uma relação de referência com a política públicacarioca de pacificação de favelas, indicando uma possível “extensão” do território de atuação de tal política; das favelas até os espaços públicos urbanos.

transporte motorizado individual, que, além de ocupar uma grande área no espaço público urbano, representa o maior perigo no tráfego por alcançar as mais altas velocidades. Desta forma, fala-se em uma redemocratização dos espaços públicos baseada numa maior presença de pedestres e demais corpos não-motorizados, o que, por sua vez, tornaria a cidade mais propícia a encontros fortuitos.

Pacificação na França

O termo pacificação além de ser utilizado na França para se referir ao mesmo processo de apaziguamento das mobilidades (objetivo de muitas cidades, na busca pela dita “durabilidade urbana”),³³ é igualmente empregado – especialmente no contexto acadêmico – como sinônimo da expressão cunhada por Sharon Zukin (1995): *domestication by cappuccino*.

Neste sentido, podemos citar o trabalho de Kaduna-Eve Demailly (2014) sobre os *jardins partagés*³⁴ no contexto francês, os quais se constituíam inicialmente em práticas ilegais de ocupação de terrenos baldios e, posteriormente passaram a ser vistos como um elemento pacificador,³⁵ por dar um uso mais “saudável” a vazios urbanos, facilmente apropriáveis por usuários de drogas e outras atividades consideradas ilícitas. Anterior a este, o trabalho de Elsa Vivant (2007) sobre a “instrumentalização das cenas culturais *off* nas políticas urbanas” problematizava a questão das ocupações das ruínas de estruturas arquitetônicas industriais por associações ou artistas *off*,³⁶ levando em conta o seu caráter de “ocupantes pacificadores”.

³³ Entendemos que a pacificação, nesse caso, alude a uma diminuição da letalidade atribuída ao movimento acelerado dos carros. Contrapõe-se assim a uma guerra metafórica, onde o conflito é letal, criando a condição de possibilidade (ao menos no discurso que a justifica) do conflito não-letal, do encontro entre as pessoas em movimento e delas com o espaço atravessado.

³⁴ Os jardins partilhados em meio urbano são geralmente instalados em terrenos abandonados, públicos ou privados, podendo ser desde pequenos lotes até uma longa faixa de terra ao longo de uma via férrea desativada, caso já bastante comum em cidades francesas.

³⁵ “De nombreux habitants s’impliquent et le jardin devient au fil du temps un lieu fédérateur, symbole de la pacification du quartier et du développement durable.” (DEMAILLY, pg. 144)

“On peut ici faire référence au thème de la pacification des espaces publics. Cette théorie désigne la mise en œuvre d’opérations d’urbanisme, dans des lieux dégradés, fondées sur la culture de la consommation et du divertissement, qui se traduisent par le développement de commerces et de cafés. Sharon Zukin emploie le terme de «domestication by cappuccino» (Zukin, 1995b) pour caractériser la mise en scène et la standardisation des espaces publics, qui aboutit à l’exclusion des indésirables (Atkinson, 2003). La pacification par le cappuccino est le fait d’acteurs privés qui proposent des activités culturelles payantes afin de dégager des profits. Dans le cas des vacants jardinés, l’activité est certes payante mais peu chère (en moyenne 20 euros par an) et le projet est initié par des riverains et non par des firmes. Les moyens sont donc largement divergents bien que cafés comme vacants jardinés contribuent à la régulation et à la pacification des espaces publics.” (Idem, pg. 148)

³⁶ O *off*, segundo a autora, desenvolve um papel que o *in* não poderia desenvolver, por se tratar de sujeitos engajados em formas políticas opostas ao neoliberalismo, portanto, dispostos a ocupar e desenvolver um trabalho cultural e/ou artístico em zonas urbanas “estigmatizadas como perigosas” (VIVANT, 2007, pg. 185) e em construções fora do padrão de segurança, atraindo um público de atitudes igualmente *off*, em termos de consumo

A autora nota este caráter emergente sobretudo quando tais ocupações se tornam porta de entrada para a intervenção institucionalizada da municipalidade de Paris, seu campo de estudo. Ambas as autoras se baseiam no argumento de Sharon Zukin de que alguns tipos de usos são chamados a revitalizar determinadas regiões urbanas consideradas inóspitas pelo pensamento hegemônico, como é o caso de redes de cafés, *fast-foods*, restaurantes, entre outros, conhecidas internacionalmente; daí a expressão “domesticação pelo cappuccino”. Ambas as autoras também destacam, além de uma requalificação dos vazios urbanos, uma securização operada por ambos os tipos de ocupação de que tratam, sejam jardins partilhados ou coletivos culturais. Segundo Demailly ou Vivant, há uma certa transformação da imagem do lugar (antes visto com desconfiança e receio), bem como uma vigilância assegurada pelos novos usos.

Jean-Pierre Garnier (2008), outro autor francês, utiliza o termo da pacificação para construir uma crítica ao que chama “espaço público reencantado” (*espace-public réenchanté*) em alusão a uma disneylandização do espaço público. Segundo ele, a imagem da cidade espetacularizada é dirigida a camadas específicas da sociedade, sob o slogan do “querer viver juntos”³⁷ que se revela fictício no momento em que o espaço público requalificado renega um conjunto de sujeitos desviantes. Por ser *a priori* aberto e acessível a todos, o *espaço público reencantado* busca outras formas de garantir a segurança do seu público-alvo e, para isto, dissuadir (porque não é [ou é pouco] possível bloquear de fato) a presença das classes consideradas indesejáveis a cujos sujeitos o autor atribui o papel de “desmancha-prazeres” (*trouble-fête*).

Modalidades e dispositivos de todos os tipos vão estar no local para protegê-los contra a delinquência, ou simples desvio, agora criminalizado sob a alcunha de incivilidade. Na medida em que a luta contra a pobreza dá lugar à luta contra os pobres, eles serão o primeiro alvo da normatização do espaço urbano. (Idem, pg. 71, tradução nossa)³⁸

Desta forma, segurança torna-se a palavra-chave do processo de espetacularização, transformando-o agora em pacificação, visto a preocupação em livrar tal espetáculo urbano de

cultural, a sendo tolerados (senão simpatizados) por uma população residente que não se sente ameaçada nem provocada por tais grupos – diferentemente do que podia se passar no caso da instalação repentina de um equipamento cultural *in*, leia-se elitista.

³⁷ “Qui, dès lors, peut croire encore – à moins qu’il ne s’agisse que de faire croire – à la fiction consensuelle d’une ville pacifiée et réconciliée sous le signe d’un « vouloir vivre ensemble »?” – Quem, então, ainda acredita - a menos seja como um faz de conta - na ficção consensual de uma cidade pacificada e reconciliada sob o signo de uma “vontade de viver juntos”? (GARNIER, 2008, pg. 70, [e] tradução nossa)

³⁸ “Des dispositions et dispositifs en tout genre seront mis en place pour les protéger contre la délinquance, voire la simple déviance, criminalisée maintenant sous l’appellation d’incivilité. Dans la mesure où la lutte contre la pauvreté a fait place à la lutte contre les pauvres, ceux-ci constitueront la première cible de la normalisation de l’espace urbain.” (IDEM, 2008, pg. 70)

qualquer perturbação ou imprevisto, cujas causas são (sempre) atribuídas aos “inimigos internos”. Além disso, Garnier nos fala da nova importância da festa, do evento, do tempo do espetáculo, para que haja condições de um maior controle da “ ‘reapropriação’ lúdica e convivial dos espaços públicos, dissimulando, na mesma ocasião, o ordinário da vida cotidiana” (Ibid., pg. 69, tradução nossa)³⁹. Desta forma, de atores da vida pública, os habitantes são convertidos em espectadores ou, nas palavras do autor, em visitantes da sua própria cidade. Seguindo esta imagem, podemos nos remeter, por exemplo, à visita a exposições (em museus ou não) onde, por mais interativa que seja, o visitante é convidado a seguir normas de visita, algumas claramente anunciadas (como percursos), outras, os contornos e a atmosfera do espaço se encarregam de orientar. Assim, as cidades vão sendo requalificadas a partir dos seus espaços públicos, sendo vistos quase exclusivamente como instrumentos para a atratividade turística⁴⁰ e, aqui complementamos, inclusive para atrair *turistas internos*.

Por outro lado, além dos espaços públicos mais centrais, a tentativa de pacificação acontece também nos espaços públicos das periferias francesas, o que foi curiosamente notado por uma pesquisadora brasileira, possivelmente influenciada pela referência carioca da pacificação de favelas. A tentativa de prever ou a intenção de programar os usos dos/nos espaços de livre circulação das cidades, através das chamadas requalificações urbanas, foi observada por Marcele Trigueiro (2008) no caso de bairros franceses considerados “sensíveis”. Aqui vemos uma transição da problemática da pacificação dos espaços públicos dos centros urbanos para as periferias, as áreas residenciais populares. Trigueiro desenvolveu a sua tese de doutorado sobre dois *grands ensembles* franceses – Ville Nouvelle e Les Minguettes – localizados na periferia da Lyon metropolitana. Segundo a autora, os grandes conjuntos (*grands ensembles*) de habitação social periféricos, construídos na década de 1970 em muitas cidades francesas⁴¹ para suprir a necessidade de habitação social, são considerados o epicentro dos problemas sociais e urbanos – daí serem ditos sensíveis. Têm sido objeto de renovações e requalificações urbanas especialmente preocupadas com a questão de uma possível perda do “elo social”, por isso, focalizadas no objetivo de projetar espaços públicos favoráveis à

³⁹ “Ce qu’il s’agit de simuler, à des dates et en des lieux fixés en haut lieu à l’avance, c’est la « réappropriation » ludique et conviviale des espaces publics, dissimulant, par la même occasion, l’ordinaire de la vie quotidienne pour la majorité des habitants, soumis à des logiques sociales contraires aux idéaux claironnés.” (Ibid., pg. 69)

⁴⁰ “Ce qui faisait écrire à un observateur caustique de cet étouffement et de cette perte d’autonomie qu’«il n’y a plus de villes parce qu’il n’y a plus de réalité urbaine qui puisse être considérée comme autre chose qu’une activité touristique» (Muray, 1999).” (Ibid., pg. 78)

⁴¹ O bairro Arlequin é uma megaestrutura arquitetônica que também faz parte de um *grand ensemble* da cidade de Grenoble, estava em processo de conformação quando do trabalho de Jean-François Augoyard (Op. Cit.) foi escrito no final da década de 1970.

sociabilidade dos habitantes. Estes, por pertencerem a classes sociais “fragmentadas” e, acrescentamos, a grupos originários de nacionalidades diversas, são vistos pelo poder público como foco de uma “dessolidarização” social (Idem, pg. 98).

No entanto, pode-se afirmar que os bairros ditos “sensíveis”, julgados por concentrar todas as disfunções ligadas à crise recorrente do urbano e também à decomposição do corpo social – quiçá ao desaparecimento da coesão social – são os territórios cuja solidariedade social desenvolve-se mais fortemente. (TRIGUEIRO, 2012, pg. 90)

Embora os bairros periféricos sejam considerados anômicos, a autora nos lembra que tal anomia é menos relacionada à solidariedade social do que à ausência de regras “normais à razão urbana”, daí serem tidos como lugares de regulamentação insuficiente, portanto, onde se teria menos controle dos desejos e valores sociais (Idem, pg. 91). De toda forma, associa-se à crise urbana uma crise da coesão social, esta, diretamente relacionada à elevação dos índices de criminalidade. Por isto, embora a crise urbana se generalize e provoque a atuação do poder público de modo extensivo ao conjunto da cidade, especialmente em seus espaços públicos, as primeiras ações decorrentes da Lei Relativa à Solidariedade e à Renovação Urbana (*Loi SRU*) francesa (de 13 de dezembro de 2000) concernem “a reestruturação urbana dos grandes conjuntos habitacionais” (Ibid., pg. 93). Nesses conjuntos, o objetivo de dar um novo status urbano e social leva a transformações muitas vezes radicais dos seus espaços públicos, através de demolições e novas construções, entendidas como capazes de favorecer a legibilidade e, assim, a ordem dentro dos bairros. Segundo a autora, havia (há?) uma verdadeira crença nas renovações urbanas como meio para a “remissão social”. Acredita-se que através de uma estratégia de projeto, pode-se assegurar as condições de apropriação e uso dos espaços públicos pelos “públicos” (habitantes, no caso dos *grands ensembles*) dotando-os, a partir daí, de identidade espacial (de bairro, no caso estudado).

Em seguida, é claro que a produção do espaço público com base em tal concepção urbanística e arquitetônica pode levar a efeitos de “super-programação” nos novos ordenamentos. Desta disposição a produzir instrumentos concebidos para serem coercitivos, capazes de alertar os usuários sobre os usos e atividades esperados, resultariam espaços públicos urbanos hiper-programados e hiper-distintos funcionalmente. (TRIGUEIRO, 2008, pg. 123, tradução nossa)⁴²

⁴² “Ensuite, force est de constater que la production d’espaces publics fondée sur une telle conception urbanistique et architecturale peut mener à des effets de «sur-programmation» dans les aménagements. De cette disposition à produire des instruments conçus comme instruments coercitifs, capables d’alerter les utilisateurs sur les usages et activités attendus, il résulterait des espaces publics urbains sur-programmés et hyper-distincts fonctionnellement.” (TRIGUEIRO, 2008, pg. 123)

Em nota a este trecho, a autora esclarece que tais ordenamentos se tratam tipicamente de uma distribuição funcional das vias, separando-se os modos de deslocamento – corredores de ônibus, pistas para carros, pistas “cicláveis”, caminhada e atividades comerciais partilhando (repartindo) as calçadas – o que nos sugere o apaziguamento anteriormente tratado aqui, embora a autora não toque diretamente nesse tema. Trigueiro, no trabalho de tese, também não cita diretamente o termo pacificação, apesar de sugerir o processo, especialmente por tratar de bairros de habitação social. A questão da coesão ou elo social é por si só ligada à ideia da “coabitação pacífica entre os homens” (Idem, pg. 103). E, ao analisar a lógica dos chamados “fabricantes da cidade”, a autora observa o apelo à requalificação do espaço público para pacificar a cidade, notando, sobretudo, a atenção dada ao raciocínio que associa qualidade no tratamento urbanístico à qualidade social. Além disso, ela fala nos termos de *dispositivos técnicos e espaciais do urbano* que são elementos da conformação projetual, colocados na área para interagir com as *disposições sociais*, visando promover “valores comuns” e podendo autorizar, mas também invalidar práticas sociais. Toda esta problematização interpela diretamente a temática tratada na nossa tese, embora sem tocar nos termos do apaziguamento ou da pacificação. Trigueiro tampouco vale-se do conceito de dispositivo em Foucault, embora se aproxime do seu entendimento quando considera o espaço público urbano um dispositivo em si, derivado da atuação de dispositivos técnicos que o dotam de “qualidade urbana” e, ao mesmo tempo, instituem “prescrições de uso”. Ou seja, além de entender o espaço público como “sujeito e instrumento”, manipulado especialmente pelos atores hegemônicos,⁴³ toma o mesmo como dispositivo complexo, sobretudo por ser composto por conceitos, objetos arquitetônicos, normas e ainda por outros dispositivos.

Em outros termos, a análise nos apresenta o processo de *residencialização*⁴⁴ implementado nos contextos de habitação social franceses: se trata, grosso modo, da criação de novas unidades habitacionais e melhoria das antigas (espaços privados) e da requalificação dos espaços de usos comuns, observando sobretudo a distinção entre público e privado, bem como a legibilidade das funções e do estatuto atribuído a cada fragmento do espaço. A esta residencialização associa-se uma preocupação com a segurança e a

⁴³ Tais atores seriam os profissionais do urbanismo e representantes políticos, segundo a autora, ao que acrescentaríamos também os investidores privados que visam cada vez mais os espaços públicos como lugares de atuação e construção de imagem

⁴⁴ O trabalho de Diego Beja Inglez de Sousa (2014), que faz uma análise comparativa entre grandes conjuntos habitacionais em Paris e em São Paulo, também nos fala sobre o processo de residencialização, apresentando algumas citações na tentativa de definição do neologismo na França: “a residencialização é o reencontro da convivialidade”; ela “deve simplificar a gestão urbana ao clarificar os domínios e então as responsabilidades em matéria de cuidado e de limpeza dos diferentes espaços [...], deve também contribuir com a segurança das instalações ao deixar mais difícil a apropriação dos espaços exteriores por grupos de jovens, fontes de danos e depredações [...]” (Idem, pgs. 202-203)

tranquilidade, portanto, “afim de preservar o espaço residencial e de favorecer a elaboração de sociabilidades urbanas” (Ibid., pg. 73, tradução nossa), uma série de medidas são tomadas, inclusive no tocante à circulação pedestre, áreas de estacionamento, parquinhos para as crianças...

Apenas posteriormente – quando da tradução para a publicação de artigos oriundos da tese no Brasil, em português – a autora passa a falar claramente em pacificação, considerando a “ação pacificadora da renovação urbana” (TRIGUEIRO, 2012, pg. 107). Nota que, ao afirmar o estigma do bairro “sensível” como um lugar onde o elo social está enfraquecido, as autoridades (ou fabricantes da cidade) julgam que as relações entre *dispositivos técnicos* e *disposições sociais* não correspondem às “suas expectativas de pacificação urbana e, em última instância, de remissão social” (Idem, pg. 108), daí jugarem necessária a reconfiguração, renovação, requalificação desses dispositivos. Por fim, com base no trabalho de campo realizado, Marcele Trigueiro observa que a introdução de “instrumentos coercitivos e pacificadores” não contribuem de fato para a sociabilidade nos espaços urbanos, sobretudo por servirem à intenção de definir antecipadamente os usos e a identidade ou o significado social de tais espaços, desconsiderando os elementos do “acaso”, dos encontros fortuitos, “da experiência da diversidade, do aprendizado da tolerância, em suma, do conflito social que o espaço público tem a capacidade de promover.” (Ibid., pg. 109).

No Brasil, favelas

Através da tradução de Trigueiro, chegamos ao contexto brasileiro, onde o termo pacificação é hoje utilizado também no âmbito do urbanismo ou, ao menos, no âmbito do urbano, da cidade. Quando falamos em pacificação, aqui no Brasil, somos diretamente levadas a pensar sobre as favelas, especialmente as favelas cariocas, as quais, desde 2008 recebem, como política pública de gestão territorial, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), objetivando uma pacificação generalizada da favela. Segundo um grande número artigos acadêmicos, bem como de páginas da internet que tratam do tema⁴⁵, o Programa de Pacificação de Favelas visa à “retomada” de territórios ocupados por traficantes e milicianos, e, com isto, à “recuperação da cidadania” nas comunidades. O primeiro movimento refere-se ao que o próprio programa chama de *ocupação* da favela pela polícia militar, quando geralmente

⁴⁵ Entre eles, o site oficial do Programa de Pacificação de favelas, exclusivo sobre as Unidades de Polícia Pacificadora, expõe de maneira sucinta do que se trata o programa. <www.upprj.com>. Entre outros, podemos citar: <<http://direito.folha.uol.com.br/em-seguranccedila/para-entender-o-processo-de-pacificao-das-favelas-do-rio>> e, com um tom de avaliação do programa de pacificação de favelas: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/04/08/politica/1428518250_338716.html> (consultados em 02/10/2016)

acontecem conflitos armados entre a tropa de choque (o Batalhão de Operações Especiais – BOPE – da PM) e o crime organizado em meio ao espaço da favela. Apenas depois deste confronto inicial – com a morte ou prisão dos principais traficantes, os quais devem ter mandatos de prisão decretados – e de uma primeira ocupação pelo BOPE, uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) é instalada no local, caracterizando uma (re)conquista do território da favela, pelo poder público.

A ocupação definitiva da favela pela polícia pacificadora teria como foco a sua integração aos sistemas urbanos da cidade formal (transporte público, coleta de lixo, e demais serviços públicos e privados). Isto contribuiria para uma ressocialização da população da favela com o restante da cidade, também possibilitada pelo livre fluxo do conjunto de serviços (e de habitantes e visitantes da cidade, de modo geral) entre os diferentes territórios. No entanto, tal Programa tem apresentado atuação e resultados extremamente complexos, que vêm sendo estudados por um grande número de pesquisadores e instituições, inclusive estrangeiras. No seu discurso, ele é claramente voltado para o bem-estar da população que habita no interior e no entorno imediato à favela, buscando o fim da gestão do território pelos narcotraficantes que, entende-se, fecham a favela e controlam o acesso e a circulação no seu interior e entre ela e a “cidade”. Desta forma, a questão da pacificação das favelas é tratada sob o viés da segurança pública, através do qual liga-se à criminalização do ambiente da favela – o que inclui os seus moradores – sobretudo devido a este “fechamento” da área pelos comandos do narcotráfico. Colocamos “fechamento” entre aspas por entender que a comunicação do ambiente do “morro” se dá cotidianamente com o ambiente do “asfalto” através das relações de produção da/na cidade e de divisão do trabalho que englobam a totalidade da população urbana.

A dicotomia morro-asfalto, informal-formal, favela-cidade é tratada por diversos pesquisadores, entre eles, nos deteremos principalmente nos trabalhos de Márcia Pereira Leite (1996; 2000; 2012). A autora vem estudando as políticas públicas de pacificação de favelas mesmo antes de serem implementadas portando esta terminologia. Observando como é construído o discurso da “cidade partida”⁴⁶, Leite busca entender como se desenvolve a promoção da imagem ou do sentimento de *guerra*, fundamentado no aumento da violência urbana nas últimas décadas do século XX, e, conseqüentemente, como é levantada a “bandeira de paz”. Assim, constrói-se uma outra dicotomia, guerra e paz, a partir das relações entre os elementos apresentados como dicotômicos, ou as duas faces da cidade, citadas anteriormente. A partir das análises de Márcia Leite, nos três momentos de sua pesquisa, vemos como foi

⁴⁶ Márcia Leite toma emprestado, ou como mote, a expressão propagada por Zuenir Ventura, utilizada no título do livro do autor – *Cidade Partida* de 1994 – para tratar das duas faces da cidade do Rio de Janeiro.

atribuída à favela a causa dos problemas da cidade do Rio, por ser associada ao antônimo mesmo de cidade ou de cidadania. A “metáfora da guerra”, apresentada por Leite, foi relacionada não só à violência dos bárbaros urbanos, como eram vistos os favelados, mas também à violência da polícia contra os primeiros. Da mesma forma, a “paz” se revelava um sentimento capaz de unir as partes da cidade, juntamente com a solidariedade entre as populações divididas, em prol deste “bem comum”. A autora ainda discute “como a ideia de paz ora se vincula à solidariedade e à unificação da ‘cidade partida’, ora à guerra e a políticas de segurança pública fortemente associadas à fragmentação e à exclusão social.” (LEITE, 1996, pg. 4) e, neste sentido, serviria para justificar tais políticas.

Entre os artigos de Márcia Leite que estudamos, no mais antigo, de meados da década de 1990, observamos como a autora tenta entender o discurso produzido pelos agenciamentos coletivos, especialmente analisando a participação midiática em torno da construção da noção de paz. A autora se depara com questões que revestem a cidade do Rio de Janeiro como um todo, relativas aos conflitos sociais presentes na vida das diversas classes, sejam as classes privilegiadas do ambiente urbano formal, seja as classes menos favorecidas, habitantes dos morros e encostas.⁴⁷ “Claramente, para esses [últimos] atores a ideia de paz era conotada como a incorporação das favelas à cidade e à cidadania, envolvendo denúncias de apatenação e genocídio e demandas pelo fim da brutalidade policial e pelo respeito aos direitos dos favelados.” (Idem, pg. 12). Naquele momento, é a noção de paz que aparece como peça-chave da problemática (da violência) urbana.

Poucos anos mais tarde, em artigo de 2000, um novo termo é trazido: a *pacificação* é então considerada como contraponto ao discurso e às políticas de combate à violência baseados na “perspectiva que supunha a existência de uma guerra entre *morro* e *asfalto*” (LEITE, 2000, pg. 83, grifos no original). Assim, tal perspectiva,

Liderada pelo aparato policial civil e militar e contando com a adesão ativa de vários políticos, de setores da mídia e de parte dos moradores da cidade, oriunda principalmente de suas camadas médias e abastadas, clamava por *ordem e segurança* e pela *disciplinarização* das “classes perigosas”. Considerava que a situação excepcional da cidade — de guerra — não admitia contemporizações com políticas de direitos humanos e com reivindicações pelo respeito aos direitos civis dos moradores nos territórios conflagrados. (Idem, pg. 74, grifos nossos)

É nesse contexto descrito por Leite, onde se deram episódios emblemáticos (e chocantes) de violência policial contra as populações fragilizadas – moradores de rua e

⁴⁷ Ela analisa as imagens veiculadas pelos principais jornais da capital fluminense sobre o crescimento da violência urbana, expressado sobretudo pela onda de sequestros em 1995, e observa como, também a partir das mídias, se faz a relação com as chacinas ocorridas no início daquela década, que expressaram a violência policial contra a população marginalizada, moradora de rua (chacina da Candelária, 1993), e das favelas (chacina de Acari, 1990).

favelados – sobretudo os mais jovens, violência que culmina com a série de sequestros, em finais de 1995, segundo a mesma autora. A necessidade de uma trégua social impulsiona, na sociedade carioca, o desejo de paz, esta seria decorrente da união entre as diferentes populações e da solidariedade social. Daí se fortalece a corrente de pensamento que defende a democratização dos direitos humanos com a redução da violência policial e uma política de segurança mais igualitária, operada por uma polícia “domesticada”, de modo a levar a cidadania à população marginalizada da favela, ao que Márcia Leite chama pacificação. Ela enfatiza como este novo discurso é vitorioso nas eleições de 1998, onde o candidato que defende a adoção de mecanismos menos violentos para o combate à criminalidade torna-se governador do estado do Rio de Janeiro.⁴⁸ O termo pacificação, no entanto, ainda não é empregado na definição de políticas públicas urbanas, mas a autora já considera a nova abordagem do tema da violência um ponto de inflexão, direcionando a discussão do tema para “uma nova concepção de cidadania e de política, que ali parece estar se gestando com o recurso às ideias de paz e solidariedade.” (Ibid.)

Em outro artigo mais recente, de 2012, Leite reafirma, como em 2000, que a “metáfora da guerra” foi (tem sido) retomada sempre que os índices ou a percepção da violência são agravados e/ou quando a violência urbana se torna, novamente, tema de campanha política eleitoral. Essa corrente de pensamento e ações responde à demanda por ordem pública das classes mais favorecidas e tende a considerá-las como detentoras, por excelência, do direito à vida e à segurança, enquanto a supressão de tais direitos é tolerada quando se trata das populações marginalizadas, negando-lhes assim, o seu caráter de cidadãos. Nesse contexto, a autora passa a observar as relações da polícia com os diferentes territórios urbanos, que tendem a ser cada vez mais segregados quando da adoção de políticas baseadas no discurso da guerra. Seguindo essa análise, vemos que os elementos discursivos hegemônicos tendem a legitimar a segmentação da cidade e o uso seletivo do seu território, e tratam a condição de favela como uma *opção* (LEITE, 2012, pg. 380), pelo campo da ilegalidade (na moradia, no trabalho, etc.).

Observamos como Leite reconsidera o que seria um ponto de inflexão nas políticas públicas de segurança, realocando-o na criação do Programa de Pacificação de Favelas, mais especificamente no momento da implantação da primeira Unidade de Polícia Pacificadora, na Favela Santa Marta, em 2008, embora note que tal programa está longe de se tornar uma

⁴⁸ O candidato Anthony Garotinho contrapunha-se a César Maia por seu apelo religioso e populista, o que formou a base para o seu programa de governo fortemente centrado na segurança pública.

política pública generalizada à totalidade das favelas do estado do Rio de Janeiro.⁴⁹ O *site internet* do programa esclarece que se trata de uma parceria entre os governos – municipal, estadual e federal – mas, que foi implantado e inicialmente conduzido pela Secretaria Estadual de Segurança do Rio de Janeiro. Como dito anteriormente, tal programa visa uma (re) conquista pelo Estado do território das favelas concernidas, retomando o controle sobre elas de modo a desarticular as quadrilhas e os comandos do tráfico de drogas, e impedir o seu domínio sobre o território.

Abrimos aqui um parêntese afim de ressaltar que este modelo de gestão carioca dos territórios de favela tem sido adotado de maneira incipiente em Salvador, na favela do Calabar, onde foi implantada uma Base Comunitária de Segurança (BCM), em 2011. Assim como Santa Marta, o Calabar não é das maiores favelas da cidade, está localizada entre bairros de habitação de classe média e próximo à orla oceânica, região de exploração turística, evidenciando um padrão de escolha das favelas a serem pacificadas. Daí entende-se que a intenção do poder público em pacificar essas favelas é coerente com o interesse das classes econômicas mais favorecidas – seja dos empresários do ramo turístico, seja a população habitante no entorno – de que haja um maior controle social e econômico da área da favela, que passaria a ser gerida pelos mesmos valores formais, do poder público e do(s) mercado(s).

Voltando ao Rio de Janeiro, Leite (Idem) destaca a existência, ao menos nas intenções, de duas frentes de ação: a UPP militar e a UPP social. Esta última estaria vinculada aos princípios de polícia de proximidade e, com isto, à necessidade de reforma da política de segurança pública violenta, especialmente em face às classes mais vulneráveis.

A principal crítica que Márcia Leite faz ao programa diz respeito justamente ao viés dito social das UPPs, ou à falta dele. É importante ressaltar a intenção de livrar a população das favelas, além do contato com os traficantes, da convivência com uma polícia, senão corrompida (atuando em acordo com os comandos do tráfico), exterminadora – segundo analisado nos artigos anteriores, nos quais Leite toca no assunto das chacinas ocorridas no início da década de 1990 no Rio de Janeiro. Por outro lado, embora a autora ressalte a dificuldade em avaliar os resultados do programa (ao menos, naquela época, em 2012), apresenta críticas principalmente no quesito social, no qual o programa tinha vistas à “integração das favelas à cidade, ao proporcionar segurança e cidadania aos seus moradores” (Ibid., pg. 383). Primeiramente, a tão prometida (e sonhada) abertura e integração com a cidade não vinha acontecendo como planejado, ou seja, o conjunto de equipamentos e serviços,

⁴⁹ No artigo de 2012, a autora lista as 35 favelas que haviam recebido uma UPP, em meio “às mais de mil favelas existentes” no estado. Atualmente, em 2016, são 38 favelas consideradas pacificadas, segundo o *site internet* oficial do programa, todas na capital, de fato, o território-foco do programa.

públicos e privados, necessários ao desenvolvimento humano e social da comunidade não havia chegado satisfatoriamente.

Além disto, outra questão que consideramos mais complexa: não só o território é objeto da pacificação (livrar/limpar a favela do crime), mas há também a intenção de pacificar os próprios *favelados*,⁵⁰ como condição para conceder-lhes a devida cidadania. Leite explicita esta problemática ao citar uma fala do então secretário de segurança do Rio, José Mariano Beltrame, quando este diz que é preciso ajudar os moradores a pedir, “pois lhes é difícil até priorizar” (Ibid., pg. 384). A fala demonstra que os objetos do desejo dos favelados contrastam com um “padrão de desejo” ou de demandas esperadas, consideradas “normais” – associadas à cultura e às normas dominantes. Por não corresponderem a uma ordem de prioridades estabelecida segundo o pensamento dominante, as demandas dos habitantes tendem a ser desconsideradas, bem como as organizações de base, que perdem em termos de representatividade para os policiais pacificadores (Ibid.).

Além dos diversos autores que tratam do tema das favelas cariocas e da política de pacificação⁵¹ – lembrando que esta não é a temática central desta tese – a situação também é ilustrada em diversos filmes. Entre eles, podemos citar os documentários *5x pacificação*, de 2012 – dirigido por cineastas oriundos de comunidades cariocas: Cadu Barcellos, Rodrigo Felha, Luciano Vidigal e Wagner Novais – ou *Morro dos Prazeres*, de Maria Augusta Ramos, 2013. Em ambos, podemos observar as relações tecidas entre a polícia e os moradores, mas, mais que isto, o conflito entre as normas informais de vizinhança anteriormente estabelecidas e as novas normas que chegam com a ocupação da favela pelas forças policiais – muito mais do que com a dita abertura da favela à cidade formal.

Entendemos, com isto, que o caso das favelas também é atravessado por uma problemática de fluxos, especialmente presente no discurso de abertura do seu território.⁵²

⁵⁰ Na categoria *favelados* encontra-se sobretudo os moradores de favelas, no entanto, Márcia Leite analisa como, no discurso, esta categoria apresenta uma certa ambiguidade onde tais sujeitos são por vezes tidos como coniventes ao crime por falta de opção (obrigatoriamente) e, por outras vezes, vistos como coniventes ao crime por opção (voluntariamente) (LEITE, 1996). De maneira geral, trata-se do “estigma da marginalidade, desordem e violência que recobre [os territórios de favela] transformando seus moradores, os *favelados*, no arquétipo das ‘classes perigosas’.” (LEITE, 2012, pg. 378, grifo no original)

⁵¹ Além de Márcia Pereira Leite, lembramos dos nomes de Bianca Freire-Medeiros e Rafael Soares Gonçalves, por terem sido referências citadas em outros trabalhos nossos. Recomendamos ainda a leitura do livro recentemente lançado *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistência* (organizado por Patricia Birman, Márcia Pereira Leite, Carly Machado, Sandra De Sa Carneiro, em 2015), surpresa que veio evidenciar a afinação contemporânea com esta tese, por direcionar a compreensão dos dispositivos de ordem urbana em sua relação com as práticas habitantes cotidianas que constituem tramas de resistência social.

⁵² Aqui podemos aludir novamente às imagens da *porta* e da *ponte* em Simmel (1996, Op. Cit.) buscando entender em que concerne esta abertura da favela. Seria a transformação dos acessos a esses territórios, que deixariam a função de portas para assumir a função de pontes? Mitigaria assim a sensação de entrada e saída de um território

Onde o fluxo acontece com um controle diferente daquele do Estado, através da pacificação, seria permitido o acesso do poder público e, com ele, um fluxo mais heterogêneo de indivíduos, bem como das lógicas de mercado hegemônicas que regem o restante da cidade. A esta abertura ao poder público, implicando uma tomada da responsabilidade (e da representatividade, segundo nos fala Leite) pela gestão e controle do lugar, refere-se uma retomada de território. Tal retomada é sinônimo da instauração de uma nova ordem social no ambiente da favela. Seria a mesma ordem vigente no ambiente urbano planejado?

As novas normas, a nova ordem urbana, juntamente com a crise de representatividade face ao poder público e, nesse sentido, o poder tomado pelos agentes da ordem (a polícia), impõem aos habitantes da favela padrões de conduta cotidiana diferentes daqueles que foram sendo construídos concomitantemente à própria favela. A pacificação se dá assim – seguindo a narrativa dos autores estudados – justificada como processo civilizatório, que desautoriza práticas socialmente construídas, transformadas em expressão da desordem, pelo discurso dominante. O exemplo mais recorrente – citado nos textos, mostrado nos filmes – no caso das favelas cariocas, é a questão dos bailes *funk*; se antes quem determinava as horas de começo e término eram os próprios organizadores e demais funkeiros, com a chegada da UPP, a regra vem de fora, buscando aproximar-se da regulamentação urbana que determina os limites de intensidade sonora permitidos.

*Eu nunca vi policiamento dentro de favela, eu sempre vi intervenção, vi a ocupação, mas eu nunca vi policiamento. (...) O que eu acho que a UPP veio fazer nesse momento foi salvar as comunidades da própria polícia. Porque você tinha uma polícia que era uma polícia de extermínio.*⁵³

Com a citação acima, vemos que esta mudança – como adequação aos padrões e leis vigentes no *asfalto* – habitou também o imaginário da população das favelas, constituindo anseios de cidadania, a qual seria refletida numa mudança de atuação da polícia para com os favelados. O limite de decibéis seria apenas uma dessas normas a serem seguidas pela população da favela, a exemplo dos outros bairros. No entanto, a postura do novo corpo de polícia formado para atuar nas UPPs não tem correspondido a essa imagem de polícia “salvadora” e os conflitos com os habitantes das favelas que recebem UPPs continuaram sendo a exceção, bastante diferentes do que se observa em relação aos habitantes dos bairros formais.

para promover uma continuidade nos caminhos da cidade? Seria este o objetivo da ocupação das favelas pelas polícias pacificadoras?

⁵³ Fala de Maurício Hora, fotógrafo, no filme *5x Pacificação* (Barcellos; Felha; Vidigal; Novais; 2012; 6’18”).

Basta lembrar do caso *Amarildo*,⁵⁴ ocorrido em julho de 2013, sobre o qual se confirmou posteriormente a morte do pedreiro de 43 anos, Amarildo de Souza, nas dependências da UPP na favela da Rocinha, onde morava.

Se em 2012 Márcia Pereira Leite não se propunha claramente a avaliar o Programa de Pacificação de Favelas do Rio de Janeiro, em 2015, a mesma autora apresenta análises com novos dados sobre a prática do extermínio de populações de favelas, ainda vigente mesmo em comunidades “pacificadas” (como são consideradas pelo poder público). Desta forma, o extermínio continua sendo uma das formas de atuação da polícia nas favelas – ao lado do controle social coercitivo dos moradores – voltadas para aqueles sujeitos “incorrigíveis”.⁵⁵ A parte da população “normalizável”, aquela que está disposta a “remover a favela de dentro de si” se insere na política voltada à *inclusão produtiva*,⁵⁶ ou seja, da pacificação pela via da integração ao mercado formal de trabalho, do desenvolvimento do empreendedorismo nas favelas pacificadas.

Como diversos autores já demonstraram (Silva, 2002, 1967; Valladares, 2005; Leeds e Leeds, 1976), as favelas, desde sua origem, estiveram integradas à economia e à sociedade capitalistas. “Abrir” as favelas ao mercado antes significa, no contexto atual, a solução atual encontrada pelo Estado para equacionar o “problema das favelas” reconfigurando parte delas como “territórios seguros”. De um lado, pela *inclusão produtiva* de seus moradores “normalizáveis”. De outro, pelo controle social repressivo dos que assim não se revelarem e/ou ao lhes tornar inviável a vida em seus locais de moradia originais. Trata-se, nesse caso, de deixar o mercado “fazer a sua parte” para remover, pelos novos custos da habitação e da reprodução social trazidos pela gentrificação dessas localidades e/ou pela especulação imobiliária que a acompanha (“remoção branca”, portanto, que se associa às remoções forçadas) aqueles moradores que continuarem, nas novas condições consolidadas nas favelas *pacificadas*, a ser *favelados*. Identificação que se refere aqui àqueles que, como ouvi de um comandante de UPP em meu campo, não conseguirem, no contexto da *pacificação*, “remover a favela de dentro de si”. (LEITE, 2015, pg. 395, grifos no original)

O mercado capitalista opera em, no mínimo, duas frentes no dispositivo de pacificação das favelas: na gestão dos custos de habitação e especulação imobiliária, que seleciona os habitantes aptos a pagarem o preço crescente; e na gestão do novo “território de negócios”,

⁵⁴ Uma busca por “Amarildo” no site Justiça Global <<http://www.global.org.br/>> apresenta uma lista de reportagens referentes ao extermínio da população de favelas pelas forças militares do mesmo portal.

⁵⁵ “A juventude de favela não tem jeito. Já foi cooptada pelo tráfico. Essa nós já perdemos.” Fala do coordenador geral das UPPs, em entrevista a Márcia Leite (2015, pg. 390).

⁵⁶ No filme *5x pacificação*, acompanhamos alguns casos de pessoas que procuraram oportunidades para ganhar a vida fora do mercado ilícito do tráfico de drogas, onde elas ressaltam a diminuição drástica do ordenado mensal. Daí ser sempre salientada a necessidade de iniciativa, esforço e perseverança daqueles que desejem se “beneficiar” das oportunidades de *inclusão produtiva*. (LEITE, 2015, pgs. 396-397)

nas palavras de Márcia Leite, selecionando os indivíduos que “saibam priorizar” e se tornem empreendedores, segundo as leis do mercado.

Quer brigar por causa de festa [proibida pela UPP]. Festa junina? Temos que priorizar os valores. Educação! Faço a minha parte, estou correndo atrás de projetos... [...] Essa reunião está perdendo o foco. Não sai nada de concreto! Quando entramos, ordenamos o espaço. A gente dá a cidadania. Direitos e deveres. Quem promove festas? [referência aos bailes funk que seriam promovidos por traficantes de drogas]. Temos que atingir o bem da comunidade. O problema é o lixo...⁵⁷

Janela para outra pacificação

Retomando as noções de guerra e paz, utilizadas por Márcia Pereira Leite para diferenciar os tipos de abordagem da problemática da violência urbana (e da segurança pública), vemos como ambas as noções expressam o tratamento dado às populações marginalizadas, e como estas são consideradas o “outro” urbano. As duas formas extremas de lidar com a alteridade envolvem, respectivamente, extermínio e transformação. Segundo vimos acima, a abordagem pela paz, a pacificação, implica em uma transformação que possibilite o controle do território e dos sujeitos pacificados, com base em normas, padrões e, pode-se dizer, doutrinas capazes de “fazer” o cidadão de bem. Não exclui, no entanto, a prática do extermínio dos sujeitos dissonantes.

Nesses termos, em que medida pode-se considerar que a pacificação das favelas se aproxima de uma outra pacificação anterior, presente na história brasileira, aquela relativa ao controle dos povos originários do Brasil? Se, quando resistiam à dominação, os indígenas eram tidos como rebeldes e mortos numa “guerra” considerada “justa”, se dóceis, eram passíveis de catequização, processo pelo qual sua “alma” poderia ser “salva”. Somos provocadas, então, a relacionar a catequização de outrora ao empreendedorismo atual fomentado nas favelas; quando, através das leis do mercado – e, aqui, pode-se entender que exercem função semelhante às leis da igreja – os sujeitos e os seus territórios são passíveis de admissão formal na divisão social do trabalho. Começamos a perceber a possibilidade de existirem ou de terem existido diferentes dispositivos de pacificação, compostos por elementos diversos – catequização/ empreendedorismo, lei da igreja/ lei do mercado – que desempenharam funções

⁵⁷ Falas do comandante de uma UPP, recolhidas em duas reuniões com os moradores, durante o trabalho de campo de Leite (idem, pg. 389).

úteis, no momento oportuno, ao controle e gestão de populações desviantes pelas populações dominantes. Feita esta observação, é importante nos deter um pouco mais nessa outra pacificação, concebida como política de Estado cujo alvo eram os povos e territórios indígenas.

Segundo o antropólogo João Pacheco de Oliveira, com o “indianismo”⁵⁸, que se desenvolveu no século XIX e “tornou-se um padrão estético dominante” (Oliveira, 2014, pg. 128), os mecanismos de dominação envolvendo o extermínio das populações indígenas passaram a ser abominados, ao mesmo tempo em que a *domesticação* das mesmas foi relegado, em um primeiro momento, exclusivamente à doutrinação religiosa. A religião cooptava então com os interesses econômicos do regime, portanto, das classes dominantes que viriam a se servir da mão-de-obra nativa, doutrinada para inserir-se na cultura de trabalho instaurada pelos colonizadores. Daí, Pacheco de Oliveira observar a categoria pacificação como referente a civilizar e incluir, especialmente naquele momento de catequização indígena.

Apenas no século seguinte, foi colocada em prática uma política que ficou de fato conhecida como de pacificação indígena. Encabeçada pelo Marechal Rondon – criador do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) – tal política agregava-se ao objetivo de conquistar e ocupar territórios ainda desconhecidos e/ou de difícil acesso no interior do Brasil, por isso, parte dessa ocupação se dava justamente para a abertura de estradas.

A nova política de pacificação, além de pregar o não-enfrentamento violento aos indígenas, propunha um respeito à sua cultura, incluindo-se aí as suas crenças e cultos – à exceção da cultura nômade de algumas tribos, por isso, diz-se também de um processo de sedentarização dos povos indígenas. Em termos de território (ou territorialização) este foi o aspecto mais marcante do novo tratamento dado aos povos originários; a criação de reservas indígenas – terras públicas destinadas ao usufruto das comunidades (para) que mantivessem o seu modo de vida original. Assim, os territórios de uso indígena eram reduzidos e delimitados com precisão visando garantir um maior controle e (principalmente?) a proteção dessas populações pelo Estado. Daí o foco dado por Oliveira ao caráter tutelar da pacificação.

A tutela é uma forma de dominação marcada pelo exercício da mediação e ancorada no paradoxo de ser dirigida por princípios contraditórios que envolvem sempre aspectos de proteção e de repressão, acionados alternativamente ou de forma combinada segundo os diferentes contextos e os distintos interlocutores. (Idem, pg. 130)

⁵⁸ Uma corrente de pensamento onde a imagem do indígena idealizado é romantizada, passando a ser objeto central de obras artísticas em suportes diversos, especialmente na literatura, na poesia, mas também na pintura, na escultura e na música, segundo Pacheco de Oliveira. Podemos associar o fortalecimento de tal padrão estético ao discurso que se construía para formar as bases da independência do Brasil e, com isto, a imagem da nova nação que, representada pelo (elemento) indígena e assim como ele, teria sentimentos nobres para com a sua terra.

O autor destaca ainda que o regime tutelar esteve presente nas pacificações anteriores ao SPI, através de uma dupla combinação: com a repressão militar, ameaçando a existência de modos de vida contraditórios àquele da dominação civilizatória,⁵⁹ e a inserção do grupo resultante (da campanha militar para erradicação dos sujeitos “rebeldes” ou “traidores”) nas missões religiosas. Este *modus operandi* foi praticado desde o início da colonização até o desenvolvimento do chamado indigenismo, quando se prescindiu (em teoria) do uso do enfrentamento bélico.

A tutela militar sem viés religioso foi, posteriormente, revista e replantada com Rondon e, a partir desse momento, não pregava mais a inclusão das populações indígenas na chamada “sociedade nacional” (Ibid.) e na divisão do trabalho, através de um processo dito civilizatório. Do contrário, propunha a separação radical entre “reserva indígena” e os territórios conquistados pelas frentes de expansão da economia nacional em direção ao que se chamava sertão.

No discurso, entendemos que a delimitação das terras reservadas às populações originárias era justificada para garantir a sua proteção face aos avanços do desenvolvimentismo e, assim, deixá-las “viver em paz” as suas crenças e costumes, ao mesmo tempo em que permitia ao Estado o controle total do território. Este controle deveria acontecer tanto na forma tutelar, referente às terras indígenas, quanto no tocante à exploração das terras “conquistadas”. No entanto, sabemos que o interesse sobre as terras de ocupação indígena permanece até os dias de hoje – sobretudo por parte dos grandes proprietários de terras e/ou empresas de cunho rural – gerando conflitos, ameaçando a “paz” e a vida das populações originárias, em nome de um outro tipo de exploração capitalista.

No mesmo texto, Oliveira examina como o que chamou de categoria pacificação tem sido empregada no contexto atual e urbano das favelas cariocas, observando as semelhanças com o campo do indigenismo, amplamente estudado por ele, especialmente no tocante ao regime tutelar. Seguindo sua leitura, podemos notar como os diferentes processos de pacificação têm sido, ao longo da história do Brasil, o principal modo de lidar com o “outro”, ou os muitos outros nacionais, cujos modos de existência são vistos como uma ameaça à ordem dominante e, mais do que isto, à imagem ou à estética dominante. A imagem do indígena foi ela mesma moldada para tornar-se representativa de uma brasilidade almejada pelas elites. Assim, os próprios índios, para (co)responder a tal imagem idealizada, tiveram que ser “pacificados” – seja eliminando-se os resistentes, seja catequizando e ensinando a cultura ocidental, seja isolando-os do restante da sociedade, respectivamente ao longo da história.

⁵⁹ Nas palavras de Oliveira, “Estes povos, que desconheciam a religião cristã, praticavam a poligamia, a feitiçaria e a antropofagia, ofendiam frontalmente — assim fomos levados a acreditar pela história oficial — os padrões morais dos europeus.” (Ibid., pg. 127)

Nos remetemos, então, novamente às favelas cariocas que, ao longo do tempo, foram sendo reconhecidas como elemento identitário, não apenas da cidade do Rio de Janeiro, mas também do país, participando da construção nacional (*nation building*), segundo Oliveira. Em trabalho anterior (ROCHA, 2010), nós interrogamos o tratamento dado às favelas do Rio, quando, a partir da cooperação internacional com a Prefeitura de Paris, propunha-se uma reestruturação de uma porção da região central – compreendendo os bairros de Cidade Nova, Estácio, Catumbi, parte de Santa Tereza e do Rio Comprido – para a promoção da imagem da cidade. O projeto de “renovação urbana”, como foi chamado pela agência francesa,⁶⁰ se deu notadamente em vista dos jogos mundiais que se teria, lugar na cidade; Copa do Mundo de Futebol de 2014 e Jogos Olímpicos de 2016. A região trabalhada pela cooperação é ocupada por um conjunto de morros e favelas existentes há mais de um século, conhecido como Complexo São Carlos. Vizinho à região, o bairro de Santo Cristo estava sendo cotado para abrigar a Vila de Mídias dos Jogos Olímpicos. Sabendo que, à época, já havia sido iniciado o Programa de Pacificação de Favelas, podemos notar que pacificar o morro de São Carlos e adjacências estava entre as prioridades, por sua localização privilegiada, mais especificamente por fazer parte da paisagem do carnaval, abraçando o Sambódromo carioca, e ainda estar relativamente próximo (em torno de 5 Km) do estádio mítico do Brasil, o Maracanã.

⁶⁰ O Atelier Parisiense de Urbanismo (APUR) foi o órgão através do qual se estabeleceu a cooperação internacional entre Paris e Rio, ali, cooperando diretamente com a Secretaria de Urbanismo carioca. Os relatórios da equipe parisiense encontram-se no site internet do APUR: <<http://www.apur.org/etude/renouvellement-urbain-centre-rio-janeiro>>



Vista do monumento da Praça da Apoteose, no Sambódromo, com morros ocupados ao fundo. Domínio Público.

O projeto sobre a região do morro de São Carlos nos serve aqui para ilustrar a relação existente entre o urbanismo, os interesses econômicos sobre o território e o processo de pacificação. Através de uma pesquisa rápida, vimos que a região já vinha sendo objeto de financiamento para outros projetos, relativos a moradia, infraestrutura e requalificação de espaços de uso público,⁶¹ desde finais de 2009, época do início do acordo de cooperação entre Rio e Paris.

A visibilidade internacional, ampliada com a escolha para cidade-sede dos jogos, trouxe investimentos diversos a esta entre outras localidades do Rio de Janeiro. No entanto, por se tratar de área de favela, “reduto do tráfico”, entendia-se que nada podia ser feito em

⁶¹ “Ressalta-se ainda tratar-se de local fronteiriço do bairro da Lapa conhecido como o berço da boemia carioca e consagrado centro de entretenimento da cidade. No local remonta ao início do século XX no Morro de São Carlos o surgimento de uma das favelas mais antigas da cidade que atualmente forma o Complexo do São Carlos congregando as comunidades do Morro da Coroa, Catumbi/Mineira, São Carlos, Azevedo Lima, Santos Rodrigues, Rato e Clara Nunes com população de 20.567 habitantes e 5.737 moradias. Esse complexo foi recentemente agraciado com recursos do Programa PAC/Pró-Moradia para a implantação de obras de urbanização e infraestrutura. A degradação urbana local é perceptível, potencializada em razão do acelerado crescimento das comunidades locais e da carência de implantação de adequada drenagem. ” Trecho da justificativa de uma proposta para implantação de infraestrutura e requalificação urbana de área central na cidade do Rio de Janeiro, encontrada no site: <<http://api.convenios.gov.br/siconv/dados/proposta/1338415.html>>

território dominado por organizações criminosas.⁶² Neste ponto, entra em cena a operação de pacificação. De fato, o complexo de São Carlos recebeu uma UPP em maio de 2011, segundo o site oficial do Programa. Não sabemos em que medida foram consolidados os investimentos em moradia, serviços, infraestrutura ou “renovação urbana”, no entanto, podemos perceber como o interesse em determinado território nasce com a possibilidade de sua exploração econômica. No caso da cidade, vemos uma “frente de expansão” – para retomar a expressão da época do Marechal Rondon – do território de exploração turística, potencializada com a chegada dos eventos mundiais.

Especialmente na cidade do Rio – mas também em Salvador – muitas favelas ocupam lugares em evidência e bastante centrais ou próximos a locais de “interesse estratégico”, sejam turísticos ou para o uso das classes mais abastadas, daí justifica-se a necessidade de tornar tais comunidades “integráveis” à cidade formalmente planejada, ou seja, pacificá-las. Entende-se que isso contribui ainda para mitigar a sensação de insegurança numa cidade bastante estigmatizada pela violência e possibilitar que turistas visitem sem medo territórios já considerados tipicamente brasileiros,⁶³ como o são as favelas.

Neste combate, não só ao crime, mas à sensação de insegurança, os mecanismos de segurança passam a ser operados também no ambiente do chamado “asfalto” da cidade do Rio e, posteriormente, em Salvador.

Através das Unidades de Ordem Pública cariocas até Salvador

Entendendo que a sensação de insegurança não atingia apenas as áreas (próximas) de favelas, e que outros ambientes também careciam de requalificação urbana, a prefeitura do Rio de Janeiro também passou a investir na *ordem pública*.

No início de 2009, a gestão municipal carioca recém-eleita criou a sua Secretaria Especial de Ordem Pública – SEOP – cujo *plano estratégico* visa exclusivamente o combate à desordem urbana, ou seja, “situações que banem as pessoas e os bons princípios das ruas, contribuindo para a degeneração, desocupação desses logradouros e a redução das atividades econômicas”, segundo a mesma secretaria.⁶⁴ Com base em estudos desenvolvidos junto à

⁶² Inclusive, os levantamentos e propostas da equipe francesa foram feitos com base em dados virtuais, sem nenhum estudo empírico no local, visto a impossibilidade de acesso a uma comunidade dominada pelo tráfico – segundo alegaram – sobretudo para agentes ligados à municipalidade, ainda mais estrangeiros.

⁶³ Ainda no mestrado, tivemos a oportunidade de trabalhar rapidamente sobre a cidade de Rabat, capital do Marrocos, onde havia bairros originados por ocupações informais em encostas, aos quais, pesquisadores e moradores locais se referiam como “tipo Brasil”, ou “tipo Rio” (Rocha, 2010).

⁶⁴ Prefeitura do Rio, Secretaria Especial da Ordem Pública. Mais informações no site da Seop: <<http://www.rio.gov.br/web/seop/exibeconteudo?article-id=1851209>>

Guarda Municipal, em uma parceria da Prefeitura com a Universidade de São Paulo, observou-se que

Mesmo após as significativas melhoras obtidas com a política de pacificação do Governo do Estado, a cidade do Rio de Janeiro apresenta taxas de homicídio acima de muito elevadas para a população em geral e principalmente para o grupo etário mais jovem. A política municipal de ordem pública adotada a partir de 2009 pela Prefeitura do Rio de Janeiro reivindicou de forma direta a responsabilidade do município diante dos problemas de desordem urbana que contribuem para degradar a qualidade de vida na cidade e para torná-la menos atraente para investidores e como destino turístico nacional e internacional. (CARNEIRO & BONDAROVSKY, 2015)

Diante da realidade assim formulada, os pesquisadores se debruçaram sobre uma bibliografia notadamente desenvolvida nos Estados Unidos, com ênfase na teoria das “janelas quebradas” (*broken windows*), a qual associa diretamente o estado de conservação das estruturas físicas que compõem um ambiente à criminalidade, ou à sensação de insegurança, esta, atribuída à desordem. Assim, o medo na cidade teria como causa tanto os índices de criminalidade quanto a condição de possibilidade do encontro com indivíduos indesejáveis no espaço público urbano (LORETTI, 2015). Esta condição de possibilidade seria dada pelo que se considera desordem; ilustrada, na teoria citada, pelas janelas quebradas, no Brasil, adquiriria outras imagens.

Segundo Priscila Loretti, o programa municipal que ficou conhecido como “Choque de Ordem” pode ser entendido como uma “resposta da Prefeitura ao que o poder público considerava uma forma de desordem, provocada pelos mercados [...] e demais práticas consideradas informais e ilegais, como a dos flanelinhas.” (Idem, pg. 502). A estas práticas soma-se a presença de uma população de rua. Mas a primeira disputa, aquela que desencadeou a necessidade de ordenamento, do ponto de vista da autora, diz respeito ao comércio dos conhecidos camelôs, os vendedores ambulantes desejosos de desenvolver livremente o seu trabalho, bem como de ver legitimado o seu local de atuação e pertencimento, as áreas de uso público.

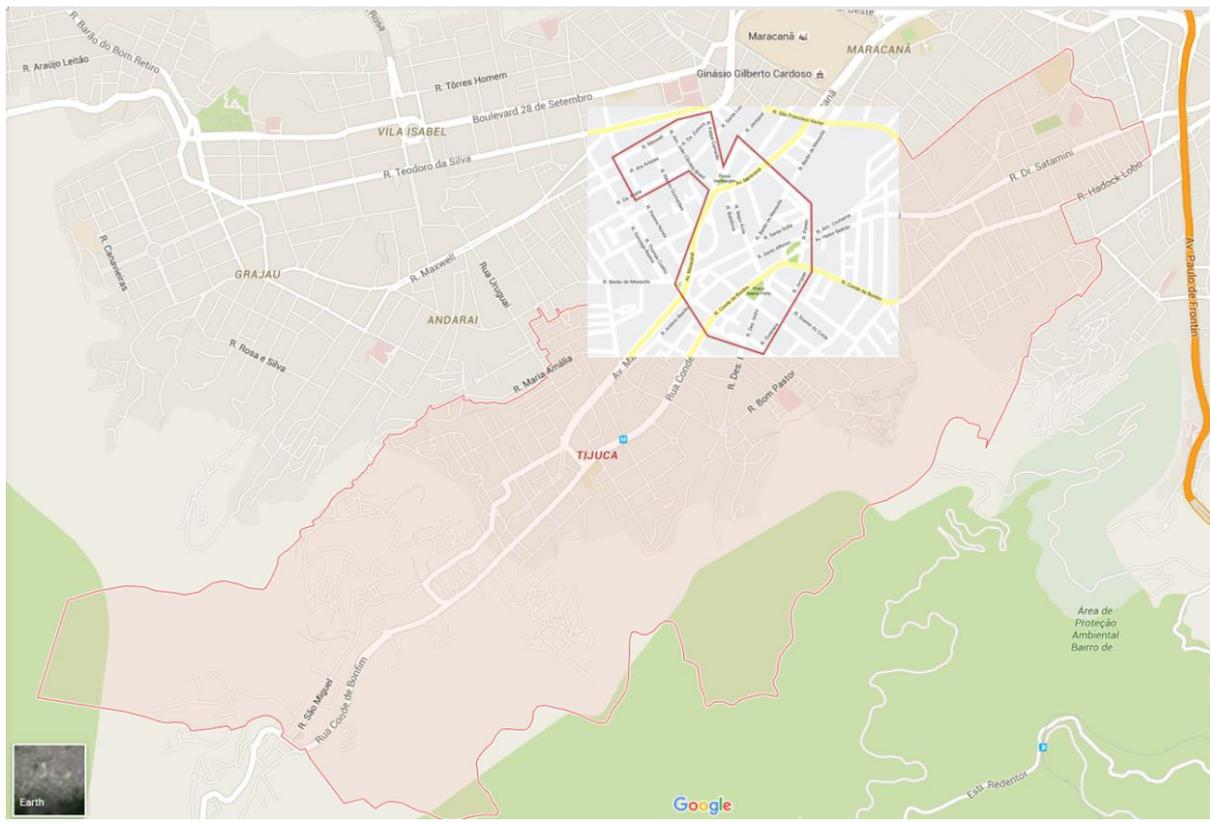
Da amplitude da missão da Seop surge a necessidade de associar-se a outras secretarias municipais, mas o principal motor das suas ações está na Guarda Civil, a qual recebeu um grande investimento e aumentou consideravelmente o número de guardas (CARNEIRO & BONDAROVSKY, Op. Cit.). Do choque de ordem, os investimentos foram sendo destinados a criação de mecanismos para a manutenção da ordem. Desta forma, alguns territórios onde foram identificados *hot spots* ou indícios de desordem⁶⁵ receberam uma Unidade de Ordem

⁶⁵ Por *hot spots* entendemos pontos onde se desenvolvem atividades ilícitas como vendas de drogas, prostituição e assaltos. Já a desordem pode ser atribuída a atividades diversas; desde a presença de mendigos, carros

Pública (UOP) cujos agentes eram responsáveis pela patrulha, controle e fiscalização. A guarda cotada para uma UOP atua em um perímetro bem definido onde o patrulhamento e a “ordem pública” são garantidos 24h.

A semelhança entre as UPPs e as UOPs é perceptível, inclusive no que concerne à atuação dentro de áreas bem delimitadas. Enquanto as primeiras atuam dentro do território já definido da favela, as segundas demonstram o mesmo modo de operação, ou seja, há uma certa dependência em se definir limites territoriais. O que transparece, nos dois casos, é o caráter securitário das políticas adotadas, ainda que se destaque a necessidade de integrar a favela à “cidade”, tornando-a acessível aos diversos serviços, ou de, através da ordem pública, democratizar os espaços públicos urbanos (antes) “ocupados desordenadamente à revelia do Estado” (LORETTI, Op. Cit.). Neste ponto, Loretti observa como as UOPs expressam uma retomada do poder e da gestão dos espaços públicos pelo Estado, numa espécie de *desprivatização*, que promoveria, segundo o discurso dos gestores, a possibilidade de uso e usufruto por todos os cidadãos. “Mas esse espaço ‘desprivatizado’, que, em tese, seria para uso de todo cidadão, é, no final das contas, monopólio do governo municipal, que administra/negocia sua utilização de acordo com seus critérios. Assim, cabe à Prefeitura definir quem utilizará e como se fará uso do espaço ‘público’.” (Idem, pg. 514).

estacionados em locais proibidos, vendedores não licenciados, até um poste sem lâmpada, lixo acumulado, som em volume alto, etc.



Colagem: poligonal da UOP Tijuca, divulgada pelo site internet da Prefeitura (<<http://www.rio.rj.gov.br/web/gmrio/exibeconteudo?article-id=2431387>>), sobre mapa Google destacando o bairro da Tijuca, Rio de Janeiro.

Associando-se desordem ao crime, o poder público ganha maior legitimidade para atuar com as “forças da ordem” para punir indivíduos infratores – de flanelinhas, cambistas ou ambulantes, a traficantes – e, ao mesmo tempo, assume a responsabilidade pela conservação material do ambiente anteriormente “abandonado”. Em ambos os aspectos, os ordenamentos urbanos aproximam-se das operações de pacificação, de seu caráter tutelar, de seu viés militar – ou repressor, do combate à desordem – e por definir territórios estratégicos onde atuar. Além disto, encontramos no discurso da Prefeitura do Rio em relação à sua Seop, o dever ou necessidade de incentivar uma “mudança de cultura”,⁶⁶ o que está intimamente

⁶⁶ No texto de abertura da Proposta para um Plano Municipal de Ordem Pública, o secretário Rodrigo Bethlem discorre: “A cidade do Rio de Janeiro, a partir da eleição do prefeito Eduardo Paes, em 2008, passou a conviver com uma nova postura em relação às questões de ordem pública. A orientação da nova administração foi a *desprivatização* do espaço público e a garantia de um ambiente urbano acessível a todos os cidadãos e elemento de qualidade de vida, tanto para moradores da cidade quanto para seus inúmeros visitantes, provenientes das mais distintas partes do mundo. Esse compromisso se materializou na criação da Seop, cujo objetivo é a articulação, sob um único responsável, de diversos órgãos que atuam direta ou indiretamente nesse domínio. Dessa forma, as ações da Seop buscaram desde o início combater práticas que vinham impedindo o desenvolvimento adequado da vida na cidade, como a ocupação indevida das praias, as construções irregulares, o comércio e o transporte ilegais, entre outras. Essa postura, até então inédita, ficou conhecida como choque de ordem e não se limitou a ações episódicas, mas buscou resgatar a ideia de que o espaço urbano é fundamental para o desenvolvimento de uma cidade. Outro fator de destaque é o incentivo à mudança de cultura, da ilegalidade para a legalidade, mudança na qual os cidadãos são convidados a participar e trabalhar em conjunto para

relacionado ao cumprimento de um Código de Posturas Municipais (definido na gestão anterior). Tal código é o principal regulador das atividades e práticas desenvolvidas na área urbana, sobretudo nos espaços de uso público. Em outras palavras, é a base legal para a “educação” da sociedade urbana.



Tudo isto para tatear um entendimento do que viria a ser a pacificação dos espaços públicos no caso brasileiro. Indo neste caminho, percorremos rapidamente o campo da pacificação das favelas, no Rio de Janeiro, onde esbarramos com a versão carioca da pacificação dos espaços públicos, ou o seu ordenamento.

Aqui gostaríamos de notar quão próximas podem ser as noções de paz e de ordem. Segundo o *Dictionnaire (Larousse) des concepts philosophiques* (BLAY, 2006), no verbete *paz* (*paix*, por Didier Ottaviani) diz-se que se opõe mais à noção de *desordem* que à de *guerra*, acrescentando que a conquista da paz não supõe o desaparecimento de tensões, ou do conflito, mas seu estado de equilíbrio.⁶⁷ O equilíbrio na relação de forças não indica uma situação de igualdade, mas pode revelar o poder de dissuasão de uma das partes envolvidas – o que explica a expressão “se queres a paz, prepare a guerra” (Idem) – ao desencorajar a ação da outra parte.

a preservação da urbe. As ações da Seop impactam também em outro ponto sensível na vida do Rio de Janeiro, que é a questão da segurança pública. Como já se sabe, ações de preservação da ordem pública no espaço urbano têm efeitos na prevenção de crimes, pois reduzem as condições favoráveis à ocorrência de delitos. Assim, a Prefeitura transforma-se num importante instrumento para diminuir os índices de violência. (...) A integração entre distintos níveis federativos é central à melhoria da segurança pública no Rio de Janeiro. (...) A realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016 na nossa cidade reforça ainda mais a importância deste projeto. O presente documento explica e detalha em primeiro recorte temático uma proposta do Plano Municipal de Ordem Pública, bem como proposições a serem submetidas à discussão pela sociedade carioca (...). O PMOP será a nova base para a convivência e desenvolvimento da Cidade Maravilhosa (PREFEITURA DO RIO DE JANEIRO, 2010, p. 9, grifo nosso).

⁶⁷“État de quietude, de tranquillité, au niveau individuel ou collectif. Plus encore qu’à la guerre, la notion de paix s’oppose à celle du désordre, ouvrant ainsi sur une plurivocité conceptuelle, et ne suppose pas la disparition des tensions, mais leur état d’équilibre. (...) Une définition positive de la paix est donc possible, en ne la limitant pas à une absence de guerre, qui n’est que l’une de ses déterminations possibles. C’est en la pensant comme équilibre du rapport de forces que peut être comprise l’expression « si tu veux la paix, prépare la guerre », fondement d’une dissuasion garante de la paix.” (OTTAVIANI, 2006, p. 589-590)

Se tomamos ordem como sinônimo de paz, podemos observar com mais clareza a relação existente entre ordenamento e pacificação. Especialmente no caso de Salvador, onde baseamos a nossa experiência cotidiana, é interessante notar os paralelos existentes entre a criação de uma Secretaria Especial de Ordem Pública, no Rio de Janeiro – pioneira da pacificação em meio urbano – e a estruturação da Secretaria Municipal de Ordem Pública na capital baiana. A ordem pública passa a ser foco dos investimentos também da nova gestão municipal soteropolitana já na campanha eleitoral de 2012.

Em nosso tatear a respeito da pacificação dos espaços públicos urbanos na cidade de Salvador, nos aproximamos sobretudo da Avenida Sete de Setembro, Avenida que atravessa grande parte da região central da cidade e contém os lugares que integram o campo de trabalho da pesquisa Muse; o Porto da Barra e a Praça da Piedade. Logo percebemos que se tratava de um lugar de importância não apenas viária, mas fortemente presente no cotidiano da população. Composta de várias avenidas em uma só, continha diversos pedaços de cidade em sua extensão de quatro quilômetros e meio (4,6 Km). Já no final de 2012, a Sete passou a constar nos discursos da gestão recém eleita, como foco dos investimentos iniciais em matéria de ordem pública, através da secretaria que viria a ser o carro-chefe do novo governo municipal.

Apenas mais tarde, quando a Sete se afirmava definitivamente como nosso campo de experimentação/ vivência/ estudo, é que nos debruçamos mais demoradamente sobre a sua história, o que nos proporcionou diversos esclarecimentos sobre a sua configuração atual. De fato, para se dar tal como a temos hoje em dia, a Avenida Sete foi feita da “colagem” de segmentos de ruas menores, como a Ladeira de São Bento, ou um lado da praça do Campo Grande; e de algumas maiores, como o Corredor da Vitória e a Ladeira da Barra. Outros trechos foram abertos à custa da demolição de muitas edificações – de casas a igrejas – ou da emenda com uma ponte por sobre um relevo mais baixo.

Os pontos tratados pela pesquisa Muse estão inseridos em trechos bastante específicos da Avenida. A Piedade se encontra em meio à região popularmente conhecida por *Avenida Sete*, onde se evidencia a predominância do uso comercial, principalmente dos pavimentos térreos e da rua.⁶⁸ Mas esta *Avenida Sete* integra uma multiplicidade de usos dos espaços públicos e privados, bem como congrega uma diversidade de praticantes desses espaços, atores na conformação da atmosfera de movimento intenso de pessoas, coisas, informações, etc. O Porto da Barra, por sua vez, integra a faixa de orla da Avenida, onde também

⁶⁸ Esta Avenida Sete ainda se encontra vizinho a bairros residenciais – como o Bairro Dois de Julho e o Bairro dos Barris – e imersa em uma região considerada de grande relevância histórica, como veremos nos capítulos seguintes.

encontramos fortemente presente o uso comercial e, principalmente, de serviços, os quais realçam o poder catalizador da paisagem e do espaço de praia em meio à cidade.

O processo de transformação urbana que fomos encontrar nas zonas centrais de Salvador, sobretudo na popular *Avenida Sete* de Setembro e na região do Porto da Barra, estava sendo desenhado pela nova gestão municipal, primeiramente, no campo da estratégia discursiva, carregada de noções de ordem, empreendedorismo, sustentabilidade, fluidez, estética. As ações começaram em 2013, com a tomada de posse do atual prefeito – Antônio Carlos Magalhães Neto – e a nomeação de Rosemma Maluf como secretária de Ordem Pública, afirmando um posicionamento e/ou uma tomada de posição da SEMOP frente às questões urbanas, especialmente no tocante ao urbanismo de espaços públicos. *Ordem Pública* se tornava a expressão-chave da gestão que pretendia transformar a imagem da capital da Bahia.

Como foi pronunciado pela secretária ainda no final de 2012, era considerada em caráter de emergência uma reformulação na imagem da cidade, ao que a secretária chamou de “maquiagem”, afirmando haver “dificuldades na estética da cidade”, o que inclui, por exemplo, o lixo presente nas ruas. Por outro lado, o discurso também evidencia o foco de atuação da secretaria sobre os vendedores ambulantes.

Vamos dar uma atenção grande ao comércio das ruas, porque realmente ele está tomando as calçadas. Mas tudo isso de forma calma, tranquila, com o diálogo com as lideranças de cada segmento. A arma principal da minha gestão será o diálogo com as lideranças e um trabalho técnico e efetivo na busca de resultados dentro dos objetivos da secretaria. (Bahia Notícias, 15 de dezembro de 2012, pg. Internet)⁶⁹

Tais vendedores ocupam sobretudo as zonas comerciais – como é o caso da parte da Avenida Sete no entorno da Praça da Piedade – e são muitas vezes associados ao acúmulo de mercadorias, mas também de lixo nas calçadas. De maneira geral, no discurso da nova ordem pública, a questão dos ambulantes parece agregar uma série de problemas urbanos representativos do que se entende por desordem, desde o exercício ilegal da atividade, a ocupação desordenada e “feia” do espaço público, até a obstrução da passagem de pedestres.⁷⁰ Este último aspecto é bastante enfatizado para explicitar a necessidade de “devolver” as

⁶⁹ Disponível em: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/127912-precisamos-realizar-trabalho-de-maquiagem-para-receber-visitantes-diz-secretaria-de-neto.html>>. Consultado em 30/07/2016.

⁷⁰ No início do mandato, em 2013, muitos jornais divulgaram as propostas de atuação da Semop junto aos ambulantes. A fala da nova secretaria esteve presente nas notícias, como esta: “A ideia é que as calçadas da avenida fiquem livres para o trânsito de pedestres. O passeio é de todos e não de um grupo. Vai ser um desafio, mas vamos ordenar a cidade” (disponível em: <<http://www.bocaonews.com.br/noticias/principal/serviaos/54084,ambulantes-das-passarelas-comeam-a-ser-retirados-nesta-segunda-feira.html>>)

	Guarda Municipal Segurança urbana e prevenção à violência.
	Salvamar Serviço de resgate em praias.
	Feiras e Mercados Feiras Municipais
	Limpeza Urbana Coleta, transporte, tratamento e destino de resíduos produzidos.
	Iluminação Pública Manutenção e desenvolvimento do parque luminoso e eventos.
	Mercados e Feiras Municipais Regularização e administração de mercados e feiras.
	Comércio Informal e Espaço Público Comércio Informal e Espaço Público
	Cemitérios Públicos Serviços de procedimentos de enterro e cremação.

calçadas ao uso público dos pedestres, combatendo assim, a apropriação indevida pelo chamado comércio informal.

A Semop concentra, então, diferentes temáticas concernentes ao espaço público urbano. Assim, a secretaria ataca em várias frentes visando garantir a ordem na capital baiana. Entre as suas atribuições, encontramos a Guarda Municipal em primeiro plano, cuja incumbência é a *Segurança urbana e prevenção à violência*, o que garante um grande apoio popular e, sobretudo, da classe média. Entre os demais eixos de atuação listados no site da Secretaria, conforme a imagem ao lado,⁷¹ aquele que mais nos chamou a atenção enquanto urbanistas foi o chamado *Comércio Informal e Espaço Público*. Em todos os itens está implícito que se trata de gerir

os espaços públicos urbanos, no entanto apenas este faz menção direta ao *Espaço Público* e o associa ao uso pelo comércio informal. Nos indagamos então em que medida a questão dos vendedores ambulantes não seria um primeiro passo para que a ordem pública atue no campo do urbanismo. Tal indagação se dá com base na análise das diversas informações divulgadas pela própria Prefeitura (site próprio, agência de comunicação, diários oficiais) e demais mídias. Especialmente sobre a *Avenida Sete* e entorno, a Prefeitura afirmou que “Essas ruas passarão por uma requalificação, que inclui a troca de todo o calçamento, iluminação pública, paisagismo, barracas padronizadas, coleta de lixo e cobertura onde for possível, para evitar que usem aqueles toldos feios para se protegerem da chuva e do sol”, segundo o Jornal O Correio.⁷²

A questão do comércio ambulante – sobretudo, na região da *Sete* próxima à Praça da Piedade – passou a ser objeto de estudos e propostas por parte do poder público já na década de 1990. Em 1992, foi feito um estudo e elaborada uma proposta de “ordenamento do comércio

⁷¹ Encontrada na página inicial da Secretaria, no site: <http://www.ordempublica.salvador.ba.gov.br/>

⁷² A matéria intitulada *Ambulantes da Avenida Sete serão relocados até dezembro* foi publicada online em 5 de junho de 2013. Disponível no site: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/ambulantes-da-avenida-sete-serao-relocados-ate-dezembro/> Consultado em 20/07/2016.

informal” para a Avenida Sete, o que vem se configurando como foco (inicial) dos projetos elaborados para a Avenida. Ambos, estudo e proposta, foram reconsiderados em 1994 e 1997 por outras gestões municipais, sem, no entanto, chegar à execução de fato. Apenas em 2013, na gestão atual, leva-se em conta o caráter emergencial, apresentado também nas propostas precedentes, e se iniciam as ações para o dito ordenamento (UFBA, ProExt, 2014).

A operação de ordenamento começou mais fortemente em vista da Copa do Mundo de Futebol, no início de 2014. O “Estado de Exceção”⁷³ declarado em nome da Copa – amparado pela Lei Municipal nº 8414/2013, que dispõe sobre medidas relativas à Copa das Confederações Fifa de 2013 e a Copa do Mundo Fifa de 2014 e dá outras providências⁷⁴ – possibilitou uma “ação emergencial” sobre diversos pontos da cidade, entre eles a Avenida Sete. Aqui, no centro urbano comercial, a ação dizia-se no sentido de desobstruir os passeios com a requalificação das vias transversais transformadas em pequenas feiras de ambulantes.

Vale notar que a noção de *estado de exceção*, segundo Agamben (2004), origina-se de um totalitarismo moderno que identifica inimigos de estado ou categorias de cidadãos considerados em desacordo com o sistema político. “Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos” (Idem, pg. 13). Esta noção, bem como a da criação de um sentimento de crise que justifique ações emergenciais, foi retomada por Carlos Vainer (2011) ao observar como o planejamento estratégico urbano visa instaurar uma “Cidade de Exceção”, flexibilizando normas e leis em favor dos interesses privados das empresas. Estas empresas têm sua imagem associada, pelo discurso estratégico, ao desenvolvimento econômico de uma região degradada.

Na *Avenida Sete*, as ações emergenciais iniciais vêm a ser continuadas – com o foco no ordenamento dos camelôs – durante aquele ano de 2014, quando é proposto o Programa

⁷³ A expressão foi amplamente trabalhada por Giorgio Agamben em livro homônimo (*Estado de Exceção*, AGAMBEN, 2004) e bastante retomada sobretudo na produção de textos críticos às leis novas e/ou revisadas tendo em vista a realização da Copa do Mundo da FIFA de 2014. Tais leis estão presentes nos três níveis de poder e trazem, em seu discurso um forte apelo securitário relacionado ao âmbito da “ordem pública”. Daí a associação com o que se entende como *estado de exceção*, quando se possibilita, por lei, a ação contra a lei, tornando possível atuações em caráter de emergência que venham contradizer o direito civil garantido por lei. Agamben observa como “o estado de exceção tende cada vez mais a se apresentar como paradigma de governo dominante na política contemporânea” (Idem, pg. 13) baseando-se na instauração de um clima de emergência permanente. Nesse sentido, os grandes eventos esportivos foram utilizados como mote para justificar ações emergenciais contraditórias às leis existentes. Portanto, foram criadas leis como a Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012, chamada *Lei Geral da Copa*, a qual visa favorecer prioritariamente o organismo privado da FIFA e as empresas a ela coligadas.

⁷⁴ Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/ba/s/salvador/lei-ordinaria/2013/841/8414/lei-ordinaria-n-8414-2013-dispoe-sobre-medidas-relativas-a-copa-das-confederacoes-fifa-de-2013-e-a-copa-de-mundo-fifa-de-2014-e-da-outras-providencias>>. Consultado em 12/07/2016

Território Empreendedor, atuando de forma genérica para a “promoção da área”. Segundo o atual prefeito, o projeto faz parte das “ações da administração municipal para devolver a cidade à população” (AGECOM, 09/12/2014),⁷⁵ ignorando, desta forma, a forte presença popular existente na área – perceptível mesmo em uma rápida passagem em carro ou ônibus, sobretudo durante o dia. Assim, a administração cria um discurso de crise sobre a Avenida Sete que não é coerente com o que se observa *in loco*, induz e norteia a percepção da realidade, ou fala apenas para uma camada da população que não a frequenta.

Ainda em 2014, o processo de ordenamento da ocupação dos espaços públicos chega à Barra, onde se fala em *choque de ordem*, expressão que já havia sido empregada no contexto carioca alguns anos antes, segundo vimos. Lá, a remetemos ao processo de pacificação de favelas (iniciado anteriormente à criação da Seop), visto ser a operação da tropa de choque aquela que abre o caminho para a ocupação militar do território. Além disso, a expressão intitulou a Operação Choque de Ordem, da Prefeitura do Rio, referente ao combate à desordem (propícia à sensação de insegurança e à prática do crime, segundo seus defensores). Aqui, em Salvador, vemos claramente a referência à operação do Rio de Janeiro.

Descendo a Avenida em direção ao oceano, vemos como, na Barra, propõe-se notadamente uma padronização nas ocupações privadas da (Nova)⁷⁶ orla, onde serão definidos os materiais do mobiliário dos bares e restaurantes, bem como as cores das sombrinhas e cadeiras de praia dos chamados barraqueiros.⁷⁷ Isto antes mesmo de ver concluída a reforma, que também aconteceu em caráter emergencial, sob a mesma justificativa do evento da Copa, da qual trataremos com maiores detalhes ao longo do percurso. Apesar da referência ao choque de ordem carioca, questionamos a respeito da ênfase dada ao aspecto visual dos espaços públicos que receberiam os ordenamentos, quando o caráter securitário, diferentemente do Rio, parece ser colocado em segundo plano, no discurso da gestão municipal de Salvador.

⁷⁵Disponível em:

<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=45495%3APrograma-da-prefeitura-revitaliza-avenida-sete-para-aniversario-de-100-anos&catid=57&Itemid=178>
O termo “devolver” já vinha sendo utilizado tanto para se referir à pequena escala dos pedestres – “Os cidadãos soteropolitanos irão, enfim, ter as calçadas da Avenida Sete devolvidas aos pedestres.”
(<<http://www.metro1.com.br/prefeitura-realoca-ambulantes-da-avenida-sete-e-do-relogio-de-sao-pedro-5-28637,noticia.html>>) – quanto na grande escala do território. Sites consultados em 12/07/2016.

⁷⁶ Já aqui em uma alusão ao projeto Nova Orla, proposto pela Prefeitura de Salvador.

⁷⁷ Segundo a notícia de 29 de junho de 2014, disponível no link:

<<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/comissao-vai-promover-choque-de-ordem-na-barra-apos-a-copa-veja-o-que-muda/?cHash=7a482f39ba3109cc3c039be010cb64f6>> Consultado em 20/07/2016.

Dispositivo de Pacificação

Ainda que, inicialmente, nesta primeira parte da tese, se tateie a problemática e o lugar de modo menos empírico, chegamos ao ponto de questionar os ordenamentos urbanos, e assim fazendo, buscamos tensionar o próprio urbanismo, ou os sistemas de gestão do(s) território(s) urbano(s) enquanto um dispositivo de pacificação. Voltamos ao termo pacificação por entender a potência crítica que ele carrega, especialmente no Brasil, em diferença ao termo apaziguamento, ou mesmo ao (“mero”) ordenamento. Já que não é utilizado oficialmente para o tratamento dos espaços públicos urbanos, ele provoca também por remeter a outros processos, menos pacíficos, ocorridos anteriormente. A presença da violência na imposição de uma nova ordem é um dos aspectos que são salientados pelo uso do termo, e tal violência pode vir a ser igualmente verificada no caso de Salvador.

Começamos então a entender a pacificação em sua complexidade, que vai além do urbanismo, como nos mostra as suas “aparições públicas”; as vezes em que o termo foi utilizado como política de Estado. Talvez possamos entender o apaziguamento das mobilidades apenas como uma vertente da pacificação aplicada ao urbanismo, ou ainda um processo que camufla outros discursos e ações em uma fórmula consensual: da reconquista do território pelo pedestre.

Devido à complexidade de relações que se tecem entre elementos de naturezas diversas – discursos, formas, ações, instituições, etc. – tomamos a pacificação como dispositivo de poder, segundo a noção de Michel Foucault.

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não-dito são os elementos do dispositivo. *O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos.* (FOUCAULT, [1979] 2014, pg. 364, grifo nosso)

Em meio a esses elementos, podemos encontrar inclusive outros dispositivos, como é o caso do urbanismo, com seus enunciados, proposições, organizações específicas. A rede que constituiria o dispositivo de pacificação atravessa, intervém e procura controlar todos os aspectos e objetos da vida em sociedade, dentre eles as cidades, em geral, e os espaços públicos, em particular. Para exercer tal controle – ainda seguindo Foucault – os elementos do dispositivo podem/devem sofrer mutações, visando responder a uma questão considerada urgente, pelo pensamento hegemônico, em determinado momento histórico. “O dispositivo tem, portanto, uma função estratégica dominante”. (Idem, pg. 365). Entendemos esta afirmação observando que as estratégias são criações de um poder dominante, capaz de atingir

uma grande massa de indivíduos para os quais se volta e, senão controlá-los, enquadrá-los em padrões sociais. Foucault exemplifica o seu dispositivo valendo-se especialmente das instituições disciplinares, da escola à prisão, passando pelo manicômio. Vemos, no entanto, com as pacificações presentes na história do Brasil, como as estratégias de controle populacional podem vir a se estender a territórios outros, talvez estabelecendo outros tipos de dependência com limites físicos, mas também com justificativas, modos de atuação e estruturas espaciais sempre algo diferenciados.

Nesse sentido, partimos do princípio de que a pacificação, como dispositivo, nunca é a mesma do ponto de vista da sua formação estrutural, se vale de discursos e objetos novos, relê e atualiza formas antigas. Além disso, numa sua leitura de Foucault, Deleuze nota que “em cada dispositivo, as linhas atravessam limiares em função dos quais são estéticas, científicas, políticas, etc.” (DELEUZE, 1990, pg. 156). Ao que chamávamos elementos, Deleuze chama linhas de força,⁷⁸ as quais compõem o dispositivo, deixando entrever a figura da rede, segundo a definição de Foucault. O uso desta figura, a rede, provoca ainda a imagem da captura pelo dispositivo, bem como do que a ele possa vir a escapar. Esta imagem nos interessa pois pode nortear a nossa apreensão da pacificação dos espaços públicos em nossa vivência cotidiana, entendendo juntamente aquilo que dela desvia.

Milton Santos nos dá uma importante contribuição para complexificar o entendimento do dispositivo, segundo a noção de sistemas e redes.

A economia contemporânea não funciona sem um sistema de normas, adequadas aos novos sistemas de objetos e aos novos sistemas de ações, e destinados a provê-los de um funcionamento mais preciso. Na realidade, trata-se de normas constituídas em vários subsistemas interdependentes, cuja eficácia exige uma vigilância contínua, assegurada por uma legislação mundial, tribunais mundiais e uma polícia mundializada. (SANTOS, 2009, pg. 275)

Mediante as redes, há uma criação paralela e eficaz da ordem e da desordem no território, já que as redes integram e desintegram, destroem velhos recortes espaciais e criam outros. Quando ele é visto pelo lado exclusivo da produção da ordem, da integração e da constituição de solidariedades espaciais que interessam a certos agentes, esse fenômeno é como um processo de homogeneização. Sua outra face, a heterogeneização, é ocultada. Mas ela é igualmente presente. (Idem, pg. 279)

Ao falar em ordem, e território, Milton Santos nos traz de volta ao nosso campo de experimentação cotidiana em Salvador, nos afastando de abstrações teóricas para nos reaproximar de uma materialidade possível.

⁷⁸ “Los dispositivos tienen, pues, como componentes, líneas de visibilidad, de enunciación, líneas de fuerzas, líneas de subjetivación, líneas de ruptura, de fisura, de fractura, que se entrecruzan y se mezclan mientras unas suscitan otras a través de variaciones o hasta de mutaciones de disposición.” (DELEUZE, 1990, pg. 157-158)

Como vimos rapidamente, os ordenamentos, aqui exemplificados com o caso dos ambulantes da Avenida Sete, fazem parte de um projeto mais amplo de instauração da ordem. Esta ordem quando colocada no espaço público da cidade, concerne diretamente à gestão urbana, baseando-se em argumentos técnicos que induzem ao consenso, como o de “garantir o livre acesso” ou, mais genericamente, “tornar a cidade boa para quem mora aqui”. Mais sintomático ainda do disciplinamento estratégico, é quando a “Semop objetiva transformar a Avenida Sete em um *shopping center* a céu aberto”, segundo foi publicado no Diário Oficial do Município do dia 29 de abril de 2015. Desta forma, a secretaria entende o seu Território Empreendedor: para além da estruturação do espaço físico, se trata de uma questão de gestão daquele espaço, o que implica em dar maior segurança aos comerciantes e demais usuários (Salvador, DOM, 6328-29-04-2015). A referência ao modelo de gestão privada do espaço comercial esclarece a intenção de controle de um espaço delimitado e deixa entrever um processo de privatização daquele ambiente público (seria este contraditório à *desprivatização* antes citada no caso do Rio?).

A gestão espaço-temporal, por não ser, de fato, privada (por ser exercida pelo poder público), indica a necessidade de um dispositivo capaz de fazê-lo, jogando com as estruturas existentes, adaptando-se a elas e moldando-as a ele. Assim, a Ordem Pública, ao abarcar o urbanismo, é a instituição que se mostra capaz de articular categorias de natureza diversa em função do objetivo que constitui o seu próprio enunciado: a ordem pública.

Podemos enxergar a *ordem pública* como noção estratégica, utilizada em um contexto em que é facilmente inteligível, tornando-se rapidamente signo do/no discurso, ação e forma que toma o espaço público e a opinião pública. Além desta, a noção de *paz* ainda se faz presente nos interstícios, por exemplo, ao prometer que o ordenamento dos ambulantes se dará de “forma calma, tranquila”. Isto nos remete a outros tipos de pacificações que já marcaram a história brasileira em diversas épocas, sempre relacionadas a um território (objeto de conquista).

A noção de paz aparece inclusive como eixo de atuação do projeto Território Empreendedor:

O projeto tem seis eixos de atuação: empreendedorismo, economia criativa e turismo, acesso a serviços financeiros, infraestrutura, cultura da paz e ordem. Como um dos principais parceiros do projeto, o Sebrae está colaborando no incentivo ao empreendedorismo, com ações voltadas ao layout das barracas dos ambulantes; criação de catálogo de turismo; formalização de ambulantes; consultoria para apoio à constituição de condomínios nas 13 áreas do comércio informal; e em cursos voltados para gestão e divulgação de negócios.

Cabe à Semop a execução das ações destinadas à manutenção da ordem pública; reordenamento do comércio informal; requalificação da iluminação

pública; prevenção à violência e proteção do patrimônio público; articulação com órgãos competentes visando à preservação do bem-estar e segurança dos cidadãos; reforma do Mercado das Flores, Dois de Julho e do espaço urbano no entorno; ações voltadas para defesa do consumidor; serviços de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos; e proteção à estética da cidade. (AGECOM, 28/07/2014)⁷⁹

Nestes trechos publicados pela Assessoria Geral de Comunicação da Prefeitura de Salvador, vemos a diversidade de elementos postos em relação em favor da gestão/promoção de uma área delimitada do centro da cidade, entre eles a “cultura da paz” e a “ordem” que, segundo vimos no dicionário, podem ser entendidos como sinônimos. A manipulação de ações genéricas como “manutenção da ordem pública”, “preservação do bem-estar” e “proteção à estética da cidade” transparece a base discursiva consensual e necessariamente hegemônica, devido a seu poder persuasivo. Indica também uma tomada de poder sobre os aspectos mais diversos da vida no espaço público.

O dispositivo de pacificação, como ordem pública, mostra-se claramente na sua intenção⁸⁰ “de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2005, pg. 13) travestida em diálogo ou em acordo com os elementos outros – outras ordens, outras racionalidades e suas táticas. Giorgio Agamben, ao estudar a noção de dispositivo, propõe uma breve genealogia do termo no interior da obra de Foucault, onde observa inicialmente o uso por ele de *positividade* para se referir ao que depois viria a chamar *dispositivo*. O termo positividade – Foucault havia então “aprendido” com Jean Hyppolite – dizia respeito ao elemento histórico, segundo o pensamento de Hegel.

Se “positividade” é o nome que, segundo Hyppolite, o jovem Hegel dá ao elemento histórico, com toda a sua carga de regras, ritos e instituições impostas aos indivíduos por um poder externo, mas que se torna, por assim dizer, interiorizada nos sistemas das crenças e dos sentimentos, então Foucault, tomando emprestado este termo (que se tornará mais tarde “dispositivo”) toma posição em relação a um problema decisivo, que é também o seu problema mais próprio: a relação entre os indivíduos como seres viventes e o elemento histórico, entendendo com este termo o conjunto das instituições, dos processos de subjetivação e das regras em que se concretizam as relações de poder. (Idem, pgs. 10-11)

⁷⁹ A matéria *Ambulantes da Av. Sete recebem capacitação para empreendedorismo* está disponível em: <http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44796%3Aambulantes-da-av-sete-recebem-capacitacao-para-empreendedorismo&catid=56&Itemid=170> Consultado em 20/07/2016.

⁸⁰ Colocamos *intenção* no lugar de *capacidade*, originalmente no texto de Agamben, por entendermos haver uma ação dos sujeitos outros, capazes (estes, sim) de resistir e/ou desviar e/ou jogar com as estruturas de poder pré-fixadas.

Assim, nos disponibilizamos a buscar a compreensão das diversas metamorfoses – do espaço urbano, do dispositivo, das táticas e estratégias, etc. – através da prática cotidiana (do habitar e do pesquisar), especialmente na Avenida Sete de Setembro em Salvador. Levando em conta a noção de dispositivo como *elemento histórico*, procuramos também nos deter nas rugosidades (SANTOS, 2009) do percurso que nos chamem a atenção para dispositivos outros, elementos de outros tempos históricos, ainda que, para entedê-los, devamos nos voltar para processos relativos a outros lugares...

Parte II. **LUGAR, LUGARES: UM PERCURSO PELO CENTRO DE SALVADOR**

O trabalho iniciou-se questionando as características, causas e efeitos de um espaço público planejado para dar lugar ao pedestre. A questão recaiu sobre a pacificação, como dispositivo que autoriza, no discurso, e inibe ou busca controlar, na prática, o uso e a apropriação dos espaços públicos, através dos seus ordenamentos, reordenamentos, remodelações, revitalizações, e também dos apaziguamentos. Procuramos, então, entender como a pacificação dos espaços públicos urbanos se configura em um processo de gestão territorial, herdeira de uma série de fatores históricos, mas também econômicos, da globalização e disseminação de modelos urbanos, e da conseqüente homogeneização das práticas urbanísticas. Com os primeiros questionamentos, chegamos a Salvador através da pesquisa Muse, que nos levou a lugares mais precisos da cidade: a Praça da Piedade e o Porto da Barra, ambos localizados na Avenida Sete de Setembro – avenida de importância viária inegável e também de grande valor simbólico para a cidade, construído cotidianamente através dos usos e práticas habitantes que a conformam. Vem sendo apropriada e transformada desde a sua inauguração, em 1916, quando marcou a chegada definitiva dos ideais de modernização e de gestão urbana em Salvador, como detalharemos mais à frente.

A Avenida Sete se mostrou, ao longo da experiência cotidiana, um campo fértil para basear as nossas percepções e indagações. No seu curso – como um rio, sempre o mesmo, sempre outro – tensionamos e estabelecemos a problemática que nos guia no percurso de apreensão. A pesquisa, que buscava entender a pacificação a partir dos usos e práticas pedestres, tornou-se trabalho firmado nas interpelações ocorridas na Avenida, através das revelaram-se aspectos da atuação urbanística do dispositivo de pacificação – nas intervenções e na gestão do poder público – mas também dos diferentes modos de ação dos seus habitantes e usuários. Além disso, provoca um aprofundamento histórico, ao desvelar situações fortemente ancoradas em outros tempos, ou momentos passados. Isto se dá, possivelmente, por ser também uma das vias que expressam o percurso de urbanização da cidade de Salvador, do chamado Centro Histórico, passando pelo Centro Antigo até tocar a orla oceânica, com o Farol da Barra na esquina marítima.

O nosso processo de apreensão iniciou-se já de maneira errante com a pesquisa Muse, ainda tateando um possível campo onde basear a nossa experimentação. No entanto, naquele momento nos detínhamos sobretudo numa compreensão dos fenômenos urbanos – relacionados ao que se entendia por apaziguamento – através da observação/ percepção dos espaços experienciados com base em uma cartilha de protocolos.

Para esta tese, nossa experiência foi outra, apesar de ainda, inicialmente, centrada nos pontos determinados pela pesquisa coletiva. Motivadas a entender o que vai além da percepção imediata, nos disponibilizamos a uma apreensão contínua daquele centro urbano

(ou dos vários centros) que se mostrava com a Avenida Sete, de modo a vivenciá-lo, incorporando-o, tanto ao cotidiano quanto ao saber pelo corpo.

Em maio de 2014, propomos alguns encontros mais programados – com dias e horas marcadas para começar – especialmente na Praça da Piedade. Desta forma, fizemos oito períodos de “trabalho de campo” na Praça, em dias diferentes, e pudemos observar, posteriormente, ao reler o diário de campo, como, a partir do sétimo dia, já fomos levadas a extrapolar (novamente) aquele lugar. O próprio percurso sugeria tal extrapolar, seja através do fluxo de pessoas, seja pelas regiões de interesse do poder público, frequentemente citadas nos noticiários e nos veículos de comunicação da Prefeitura. A proximidade de tais lugares à Avenida Sete nos impelia a ir, e buscar as possíveis relações. Quanto aos diversos lugares encontrados na própria Avenida, o trabalho sobre o caminhar sugeria que não nos detivéssemos. Desta forma, assumimos uma possibilidade de apreensão pela passagem, pelas múltiplas passagens, pelo passar repetidas vezes. Assim, apenas aqueles dois primeiros lugares – embora possamos dizer que os mesmos contenham outros tantos – são presenças salientadas do nosso percurso.

No Porto da Barra, as idas aconteciam mais erráticamente, mas com maior frequência, e na mesma época das idas à Piedade – intensificadas em meados de 2014. Elas não deixaram de acontecer depois desse período, apenas tornaram-se mais cotidianas e, de certa forma, imprevisíveis, menos pensadas, menos programadas. Pudemos acompanhar a última grande transformação urbanística da orla da Barra, o trecho de orla que vai do pé da Ladeira da Barra até as proximidades da Rua Marquês de Caravelas, aquele que deveria ser a menina dos olhos da Copa do Mundo de Futebol de 2014. Porém sem ter conseguido estar pronta naquele momento, esta parte da Orla (re)fez-se inteira para o Carnaval. De fato, o evento da Copa aconteceu também na Barra, mas a transformação não chegou nos finalmentea tempo e o Porto ainda se via desfeito enquanto o *Fifa Fun Fest* desfilava em frente ao Farol.

Do Porto, por se tratar de orla, tivemos a tendência de ir buscar mais longe outros espaços que tivessem relação com o que se propunha ali em termos de reforma e reordenamento. Nos deixamos assim, contaminar por outras questões que pairavam sobre a cidade de Salvador sem que tivessem relação espacial direta com a Avenida Sete. Apesar desta contaminação, procuraremos aqui permanecer com o foco sobre a Sete e seu entorno imediato, sem descartar a possibilidade de solicitar o exemplo daqueles outros lugares, se assim se fizer necessário. Por levar a outros portos, trataremos do trecho final da Avenida Sete de Setembro mais à diante, considerando coerente também com o percurso de expansão urbana da Avenida e com o percurso que seguiram as nossas reflexões.

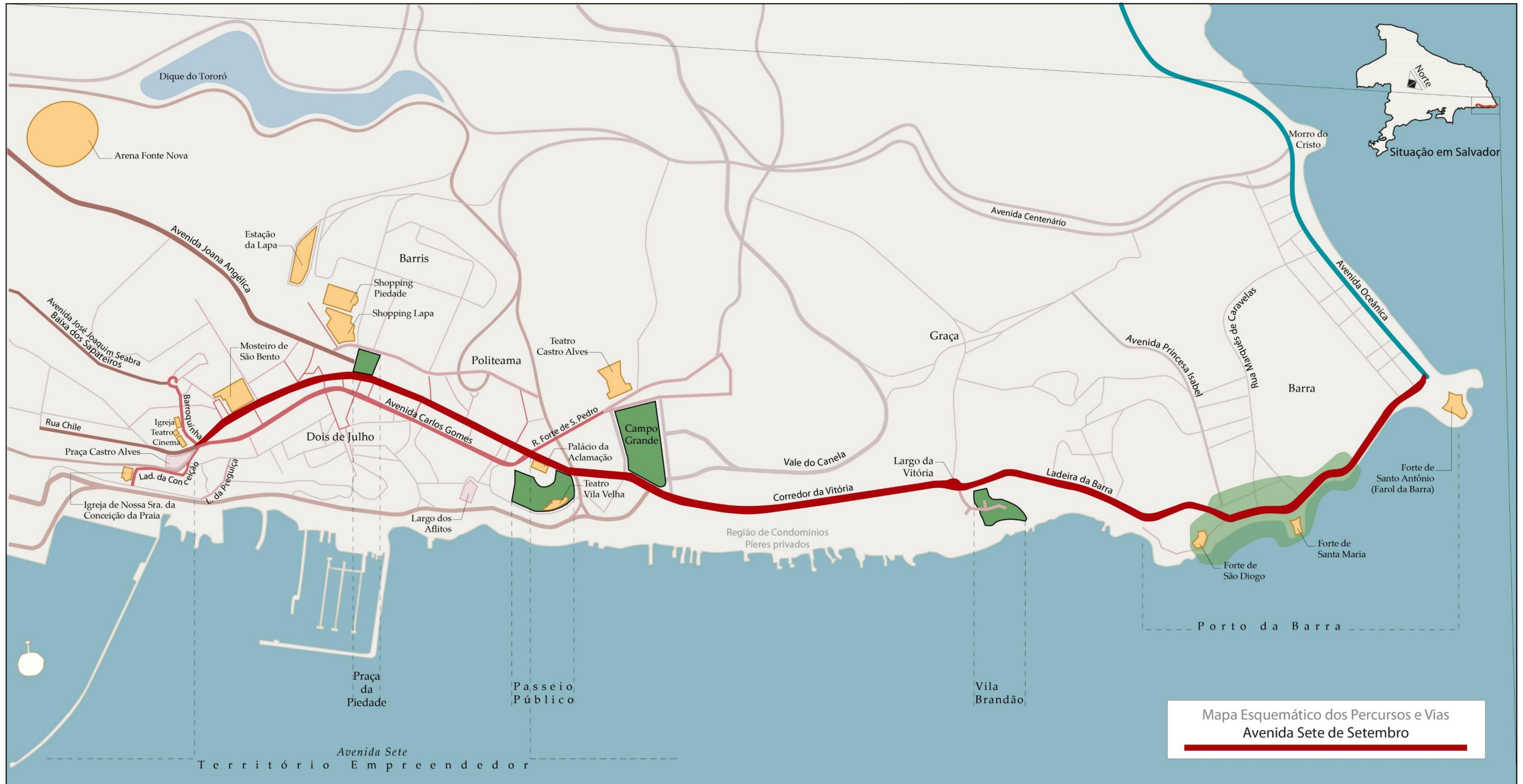
Antes de chegar na Barra, atravessaremos o novo território que é desenhado pelo poder público nas proximidades da conhecida *Avenida Sete*; o Território Empreendedor. Não se trata

de um lugar propriamente dito e popularmente reconhecido, como é a *Avenida Sete*, referência de centro urbano comercial em Salvador. Esse novo Território é ideia em construção por “fabricantes de cidade” que o enxergam de maneira amorfa, espalhando-se estrategicamente por diversos lugares do centro, seguindo o movimento de pessoas e coisas que produzem agenciamentos coletivos (segundo a noção de Deleuze). Como programa da gestão municipal, o Território tenta capturar tais agenciamentos? Entendê-los? Transformá-los? São questões que o percurso nos ajuda a formular. O Território Empreendedor surge em nosso percurso não como um lugar, mas como um elemento capaz de favorecer as nossas indagações a respeito da atuação de um dispositivo de pacificação dos espaços públicos.

Assim, vamos às proximidades do chamado Centro Histórico, chegando até às Ladeiras de Nossa Senhora da Conceição da Praia e da Barroquinha, lugares de passagem onde se evidencia a vocação de luta e de resistência de populações menos favorecidas pelo poder público. Nas proximidades da Vitória – outro extremo da popular *Avenida Sete* – passamos ainda pelo Passeio Público e pela Vila Brandão, lugares que não são plenamente visíveis a partir da Avenida, revelam convívios mais comunitários, mas ainda são fortemente conectados com o entorno. Eles se configuram diferentemente dos muitos lugares atravessados na passagem cotidiana pela Avenida, pois implicam um desvio, uma “saída” do curso da Sete, e uma “entrada” em um espaço bem definido, com lógicas próprias de ocupação e de gestão, tensionando, por isto, o caráter (e mesmo o significado) de espaço público urbano.

Partimos então, neste exercício de apreensão-tradução – com vistas a uma tradução da experiência de cidade, mas também do dispositivo de pacificação – do nosso ponto de chegada em Salvador. Aqui iniciaremos o nosso percurso seguindo o trajeto que nos foi dado a vivenciar ao longo do doutorado e, para começá-lo, o caminho foi aberto na Praça da Piedade.

Mapa Esquemático.
(PER) CURSO (S) DA AVENIDA SETE DE SETEMBRO



Capítulo 3. PRAÇA DA PIEDADE

Com passadas pelo Campo Grande

Na foto da década de 40 se vê a Praça com nova arborização e ajardinamento e já existia uma fonte luminosa importada da França, que substituiu a antiga estátua da cabocla que ficava no lugar.¹

A Praça da Piedade se impôs como campo, desde a primeira incursão da pesquisa Muse. Na primeira oficina realizada no âmbito dessa pesquisa, em julho de 2011, ficou decidido que se trabalharia com a Piedade ao invés do Largo do Campo Grande, outro campo vislumbrado para Muse. A oficina, intitulada “Conflito e Partilha do Espaço Público”,² nos levou a percorrer um grande trecho da Avenida Sete de Setembro, partindo da Praça da Piedade (ponto de encontro dos participantes) até o Porto da Barra, com uma pequena pausa no Largo do Campo Grande. Este primeiro percurso foi realizado segundo o protocolo de experimentação definido, para ativar a percepção corporal do ambiente – ou dos vários ambientes que atravessamos – por isso, se propôs uma caminhada em duplas, onde um dos dois parceiros estaria de olhos vendados, e o outro o guiaria minimamente. Tal percurso também serviu para que se definisse a Piedade como campo a ser estudado, considerada mais intrigante do ponto de vista da problemática do apaziguamento (conflito e partilha) do espaço público, em relação ao Campo Grande.

As duas praças têm suas particularidades, mas apresentam algumas semelhanças. Entre estas, está o fato de que ambas passaram por um processo de revitalização na virada do século – da década de 1990 para a de 2000 – incluindo o alisamento do piso, agora em granito, e um reforço nas grades que separam o dentro e o fora de ambas (SORIANO, 2006).

Principais praças encontradas no nosso percurso, ambas nos sugerem uma possível imagem para a compreensão de espaço de uso público: um lugar bem delimitado, expressão

¹ Texto presente em um dos painéis da exposição comemorativa ao centenário da inauguração da Avenida Sete de Setembro, realizada na Caixa Cultural, em Salvador, com base na pesquisa do antropólogo Nelson Varón Cadena (curador e organizador da exposição), em setembro de 2015. A antiga estátua da cabocla, da qual fala, foi transferida para o Largo do Afritos, possivelmente na década de 1930.

² Este também era o tema escolhido, naquele ano, para a disciplina Ateliê 5, coordenada por Paola Berenstein Jacques e Eduardo Carvalho, na FAUFBA. O Ateliê integrou a oficina ao trabalho de campo previsto, fazendo com que os estudantes participassem ativamente da mesma, realizando entrevistas com os transeuntes assim como os percursos propostos pelo protocolo de experimentação.

da dicotomia interior-exterior, mas também da sua permeabilidade. Além disso, as Praça da Piedade e Largo do Campo Grande são também sujeitos no meio do caminho, marcam uma pausa, um outro compasso, e concentram significados (agenciando enunciados coletivos).

O centro de cada praça evidencia a sua monumentalidade como sujeito, convoca um certo respeito e presta tributo, curiosamente, a uma retomada de poder do povo, sob o símbolo de minorias heroicas: numa, os mártires revolucionários da Conjuração Baiana de 1798, noutra, o caboclo, símbolo do 2 de Julho de 1823, dia da independência da Bahia. Aliás, o Campo Grande também é chamado de Praça Dois de Julho, denominação praticamente ignorada pela população de Salvador. A disposição de tais heróis é quase oposta nas duas praças; enquanto no Campo Grande o caboclo é um marco na paisagem, ponto focal da arquitetura da praça, na Piedade, os conjuradores vigiam a área central, formando um quadrilátero com os cantos internos dos jardins, olham para a fonte, ao centro, e para quem mais entrar na praça. A fonte, representando o chafariz de outrora, reforça a centralidade ao mesmo tempo em que ameniza a circunscrição de um meio. O conjunto desses elementos convida a um percurso histórico pela Cidade da Bahia – antiga denominação de Salvador – mas, na Piedade, a fonte e os bustos dos conjurados contam a história do próprio lugar onde se encontram, sendo uma espécie de imanência dessa história; já que também os revolucionários tiveram sua existência ligada àquela praça, onde foram enforcados.

Mesmo não tendo nos aprofundado na sua história, arriscamos dizer que a Praça da Piedade tem uma conformação menos relacionada aos aspectos de natureza e paisagismo e, portanto, menos ligada à *promenade* da elite urbana, como é o Campo Grande – apesar de ambas serem consideradas “áreas verdes”³. Ela se apresenta mais próxima de um lugar de comunicação, da difusão das notícias e de possíveis espetáculos “didáticos”, como foi o caso do enforcamento dos conjuradores da Revolução Baiana – semelhante ao que acontecia com o castigo dos escravizados desobedientes no conhecido pelourinho (na praça que ganhou o mesmo nome), para dissuadir os demais sujeitos escravizados da rebeldia e desobediência.

Quanto às dimensões, diferentemente da Piedade, o Campo Grande aproxima-se mais a um parque urbano, com recantos que propõem usos variados. Ele comunica, longitudinalmente, a Avenida Sete com a Rua do Forte de São Pedro, considerada muitas vezes como um prolongamento da Sete, em sua ambiência e suas funções mais ligadas ao comércio. Este prolongamento foi inclusive considerado para o trabalho de campo dos antropólogos Milton Júlio de Carvalho Filho e Urpi Montoya Uriarte (2014) sobre a Avenida Sete.

³ Sabemos que a Praça já foi denominada Jardim da Piedade, denominação que, inclusive, consta atualmente no “site oficial de turismo e cultura” da Prefeitura de Salvador: <<http://www.vivasalvador.com.br/local/parques-pracas-jardins/>>. Consultado em 20/07/2016.

Em 2014 a disciplina Ateliê 5 propôs novamente aos estudantes o percurso em duplas pela Avenida,⁴ afim de ativar os sentidos para a percepção da cidade. Apesar de termos acordado o percurso ao partirmos da Praça da Piedade – o acordo era de ir sempre pela Sete, até o Porto da Barra – alguns estudantes que iam mais à frente tomaram a Rua do Forte de São Pedro, levando os demais a segui-los. Posteriormente, ao serem interrogados sobre tal “escolha”, alegaram ter sido a sensação de continuidade o que os conduziu, não tendo sido, portando, uma decisão consciente. Ali, a chegada no Campo Grande marcava, de certa forma, um fim da “Avenida Sete”, em termos de ambiências.⁵ Nesses termos, a Piedade está completamente inserida na ambiência do que se entende popularmente por *Avenida Sete de Setembro* em Salvador enquanto o Campo Grande apresenta-se diferentemente.

O principal aspecto decisivo na escolha da Piedade como campo da pesquisa Muse foi no tocante a sua popularização, já que ambas as praças passaram por um processo semelhante, mas, no caso desta, a apropriação popular conseguiu se sobrepor aos mecanismos de controle dos usos e apropriações.

Ainda em 2011, pudemos perceber que as formas e os sistemas de regulação daqueles dois espaços eram distintos, embora houvesse aspectos comum aos dois. A configuração decorrente de um cercamento evidenciava a implantação de um modelo de praça visando o controle do seu “funcionamento”, o que possibilitava a gestão dos usos no espaço e no tempo. O Campo Grande, apesar de ser bem maior em área, deixava transparecer a sua vigilância contínua operada pelos agentes da ordem. No primeiro percurso realizado, durante a breve pausa que fizemos no Campo Grande, observamos uma presença mais forte do poder público quanto ao ordenamento e normatização dos usos do/no espaço público, fiscalizando inclusive as maneiras de sentar nos bancos da Praça.⁶ O próprio entorno inspirava a sensação de vigilância, com seus prédios residenciais de muitos andares e sacadas luxuosas voltadas para o Largo.

⁴Propomos a experiência junto aos estudantes como meio para estabelecer uma relação com a pesquisa Muse, com vistas ao seu encerramento, previsto para aquele ano.

⁵ O trabalho sobre as ambiências é o foco do Laboratório Cresson. Por ambiência, podemos entender o conjunto das condições ambientais que envolvem os aspectos estruturais, físicos – relevos, contornos, luminosidades, temperatura, texturas, sons, cheiros – mas também as apropriações, atividades, movimentos, e os aspectos cognitivos, que comunicam sensações, modos de agir e estão mais associados a percepções compartilhadas por determinadas sociedades. O conjunto de todos esses aspectos atuam na conformação de uma ambiência, a qual se qualifica por um adjetivo genérico, fazendo-se uso de metáforas como ambiência festiva, ambiência pesada, etc.. Por outro lado, também podemos nos referir a cada componente como sendo uma ambiência isolada, ou seja, uma ambiência sonora, uma ambiência colorida, etc.

⁶ Um dos integrantes da equipe francesa – durante a pausa para troca de funções, antes de continuar a nossa caminhada às cegas – sentou-se sobre o encosto de um dos bancos da Praça. Em vista disto, um dos agentes da ordem, policial ou não, aproximou-se e pediu que ele se sentasse sobre o assento, “corretamente”.

As reformas feitas na virada do século reforçaram o caráter de exceção do espaço das duas praças, notadamente com a colocação de gradis definindo um limite físico entre interior e exterior. A cisão é mais notável no Campo Grande, devido a vários fatores, a começar pela inexistência de bancos voltados para o lado de fora dos gradis, como na Piedade; as grandes extensões da “cerca”, decorrente das grandes dimensões da praça, deixam mais claros os pontos de entrada e saída, dando a impressão de serem mais restritos e/ou passíveis de controle. Na Piedade, a tentativa de disciplinamento, com a colocação de grades separando o interior do exterior, foi, à primeira vista, ressignificada pelos habitantes e antigos usuários do lugar. Quando a conhecemos, em 2011, os gradis eram bastante utilizados como suporte para roupas e outros objetos dos moradores, que utilizavam a água da fonte para lavá-las, bem como para o banho e outros usos pessoais.

Vemos a permanência da necessidade de delimitações no espaço público da cidade como forma de definir os lugares da ordem, onde espera-se, ou admite-se, uma conduta específica. “É assim que os primeiros teóricos modernos da sociedade, de Hobbes a Rousseau, compreendiam a ordem civil como um espaço limitado e interior que se opõe à ordem exterior da natureza, ou que dela se distingue”. (HARDT, 2000, p. 358). Isto evidencia a diferenciação de uma ordem artificial (do dentro) em relação à ordem natural (do fora), o que era condizente com a *polis* antiga e as demais cidades delimitadas. Hoje, no Brasil, ao fazer tal paralelo, corremos o risco não só do anacronismo, distância temporal, mas também da distância geográfica. No entanto, se tratamos de estratégias de controle da população, é pertinente considerar esta, uma das formas mais antigas de controle social baseada na organização territorial.

Se tomamos a pacificação como um dispositivo urbanístico ou de gestão territorial, observamos, com os exemplos das praças, uma dependência do elemento disciplinar na forma organizada pelo dispositivo. Deste ponto de vista, se estabelece uma necessidade de distinção espacial justificada pela função exercida pelo espaço interior à maneira do que se passa nas chamadas sociedades disciplinares, problematizadas também por Foucault (2014). Ele entendia a disciplina como uma tecnologia política (mais uma vez a *polis*) orientada para a gestão dos homens, através das entradas e saídas nas instituições de disciplinamento, indo da escola ao hospital, passando pelos quartéis do exército e pelas prisões, instituições disciplinares por excelência. Apesar de não tratar do espaço público diretamente, Foucault nos dá algumas ferramentas para examinar o modo de atuação disciplinar do dispositivo de pacificação, especialmente por dizer respeito a uma “arte de distribuição espacial dos indivíduos” (Idem, pg. 180).

No caso das praças citadas, notamos a proposta de um confinamento parcial através dos gradis e portões, mas aqui, nos interessa menos o confinamento em si do que a definição

espacial de um território como forma de controle e gestão de populações. De todo modo, é importante lembrar, desde já, outro espaço encontrado em nosso percurso que nos fala diretamente sobre o aspecto do confinamento. O Passeio Público foi concebido segundo uma necessidade de controle espacial com base nos ideais aristocráticos vigentes na primeira metade do século XIX. Assim, especialmente às mulheres da sociedade, sujeitos do ambiente privado, não era permitido experimentar o exterior “selvagem” das ruas da cidade de Salvador. A necessidade de expansão da vida social cercada de ar puro – contrapondo-se à clausura e mineralidade da casa – levou à construção de lugares ordenados, como o Passeio Público, lugar delimitado desde a sua fundação. Hoje, tal delimitação é também visual, pelos muros de outras edificações, que estabelecem apenas dois acessos possíveis – o principal sendo pela Avenida Sete, e o segundo pelo Largo dos Aflitos. Posteriormente, o Campo Grande, de área de passagem e pastagem, se tornou também lugar de sociabilidade relacionada à natureza, servindo sobretudo à freguesia da Vitória, bairro de casas amplas onde, além da aristocracia, se instalava boa parte da colônia inglesa na Bahia.⁷

Ainda que haja um uso bastante democrático, em termos da diversidade de classes sociais e de indivíduos em geral, o Campo Grande se afirma enquanto lugar prioritariamente da elite, habitante do seu entorno. Tal elite, segundo trabalhos como o de Ana Gabriela Soriano (Op. Cit.) e o que pudemos verificar cotidianamente, preza por um certo entendimento da ordem que vai de uma percepção estética – refletidos nos padrões arquitetônicos, paisagísticos e da decoração empregada – às condutas, consideradas aceitáveis, naquele espaço. Nesse sentido, observamos como a presença de vendedores ambulantes pode se constituir um indício do que é permitido e do que é negado naquele espaço.⁸ O mesmo vale para a Praça da Piedade.

Na Piedade, a diversidade de usos e usuários é nitidamente maior, assim como o são o fluxo de pessoas e a razão aparente para estarem ali. Para entender um pouco a complexidade que se expressava naquele ambiente, percebemos a importância de persistir na sua apreensão cotidiana, de modo mais sistemático. Assim, partimos para a construção do nosso percurso a partir da Praça da Piedade motivadas sobretudo por duas razões: a primeira, quanto ao próprio campo, diz respeito à concentração ali de fluxos relacionados diretamente com a Avenida Sete. Como Tateávamos uma aproximação com esta Avenida, a Piedade se mostrava um ponto nevrálgico, o cruzamento das diversas atividades, tensões e questões ligadas à

⁷ Muitos autores citam a existência dessa comunidade, inclusive, Ruth Landes, já na década de 1930, relata brevemente o seu relacionamento com os americanos que vieram integrar a colônia inglesa.

⁸ Além do que foi observado *in situ*, a dissertação de Soriano esclarece o pouco número de vendedores ambulantes encontrados no Campo Grande: “Antes da última intervenção (2001-2003), a praça entrou em um processo, visto pelos moradores e usuários do Campo Grande, de degradação do uso do espaço público. A partir da década de 1980, o local começou a abrigar um comércio ambulante ‘não desejado’ e, à noite, transformava-se em mais um ponto de prostituição da cidade, havendo pouca segurança no local.” (Soriano, 2006, pg. 141).

sociabilidade urbana que permeavam toda aquela região. A segunda razão é quanto ao método. A disponibilidade à apreensão – à contaminação afetiva – e a “errar” para realizar o processo de apreensão, se mostrou capaz de nos levar para *n* direções, sejam teóricas, históricas, propriamente espaciais ou geográficas, ainda que fossem todas no terreno daquilo que vínhamos tateando como pacificação dos espaços públicos.

A necessidade de definir um fio condutor para a apreensão afetiva e, com ele, um senso de direção para o percurso, nos levou a testar um novo começo com o método errante. Desta forma, realizamos uma espécie de concentração na Praça da Piedade, para entender qual rota tomaríamos (ou havíamos tomado). Esta “concentração” aconteceu em dias intercalados, começando na terça-feira 6 de maio e terminando em outra terça, 20 de maio – terça, quinta, sábado, segunda, quarta, sexta, domingo, terça – sempre durante dia. Como não havia um protocolo pré-determinado, podíamos tomar decisões – da hora que iríamos, quanto tempo passaríamos, se iríamos diretamente para a Praça ou não – no momento mesmo da apreensão. Nos primeiros dias desse exercício de concentração, nos colocamos alguns objetivos, como “permanecer no mínimo uma hora”. Com isto, fomos entendendo primeiramente o funcionamento da Praça, nos colocando sempre em pontos diferentes dos bancos disponíveis.

De maneira geral, o centro da Praça se constitui um ambiente de sociabilidade, como fomos percebendo ao longo da nossa vivência e as calçadas-limites são lugares de passagem ou de uma outra sociabilidade, ligada à passagem, aos diversos fluxos. A passagem é o lugar de preferência dos vendedores ambulantes e prestadores de serviço. Os carrinhos de café, por exemplo, são mais presentes na calçada da Avenida Sete. Numa segunda-feira, perto do meio-dia, vimos um grupo que oferecia “exame de vista grátis” em pleno asfalto, em uma esquina onde colocaram bancos de madeira para possibilitar uma permanência mais longa naquele ponto, evidenciando a importância da passagem. O centro da Praça, quando usado como passagem, pode-se dizer que é uma passagem outra, como um atalho que sai do ambiente de fluxo ordinário para atravessar outro ambiente, muitas vezes para ver outras coisas, ouvir música, sentir outro ritmo.

Em nossas idas, percebemos pessoas que almoçavam ou lanchavam sentadas nos bancos do centro, algumas apenas paravam e sentavam para falar ao telefone, em outros casos, estavam deitadas e dormiam, revelando uma certa intimidade com/ naquele espaço. Mas havia também momentos de pequenos espetáculos, onde o centro da Praça se tornava cenário. Entre estes, vimos a filmagem de programas televisivos, como o frequente “Desaparecidos”, de apelo popular e assistencialista. Mas a Piedade é, em si, ao mesmo tempo um centro de fluxo popular intenso e uma arena à imagem do “*theatrum mundi*” (SENNETT, 1993), comportando cena e plateia numa troca contínua de papéis. Até mesmo os bustos dos quatro revolucionários alfaiates, participam dessa inversão contínua; às vezes cena, outras, público. Ou, se tomamos

a ideia de *rua* dos autores de “Quando a rua vira casa” (Carlos Nelson Ferreira dos Santos e Arno Vogel), enxergamos o lugar do espetáculo cotidiano, nos sugerindo a noção de espaço público urbano.

A rua é o lugar onde se dá o social também como espetáculo. Daí o seu fascínio. Como forma dramática, é um espetáculo que permite assumir certas identidades, desempenhar determinados papéis e, até certo ponto, escolher os enredos dos quais se vai participar. É o palco por excelência do social. (FERREIRA DOS SANTOS et al, 1985, p.83)

Nesse sentido, o que mais nos chamou a atenção, foram os momentos de lampejo (DIDI-HUBEMANN), os micro-espetáculos que ali se passavam, especialmente protagonizados por diversos ocupantes ligados ao Movimento de Ocupação Cultural Poetas e Poetizas – MOCPOP – constantemente presente preenchendo a atmosfera do centro da Praça com sua mesa de música. Um deles, em particular, marcou as nossas visitas regulares à Piedade, o *performer*, era como o identificávamos. Os demais senhores e senhoras que acompanham a música de perto, quando se sentem embalados, também não hesitam em levantar-se e dançar.

Certa vez, quando passava por perto da mesa, não pude resistir ao convite para uma parte de dança com uma senhora cuidadosamente vestida em vermelho, enfeitada e perfumada. Eu ousaria crer que estava só me esperando chegar, já de pé, em frente ao som.

[Caderno de Campo]

O chamado MOCPOP nos chamou a atenção já no primeiro momento de contato com a Praça, lá em 2011, como mostra uma das poucas fotos que fizemos na época. O movimento começou em 2007 e tornou-se cotidiano, banalizou-se. Bob Baiano, seu idealizador, está sempre na área com outros personagens já típicos da Praça. Ele nos fala que seu trabalho é espiritual, o que quer dizer, seguindo a sua fala, ao mesmo tempo, uma forma de lidar com os espíritos que rondam o Centro, e que se revelam (encarnados?)⁹ em alguns sujeitos que transitam por ali, e uma forma de conservar o espírito revolucionário e/ou subversivo do lugar. Certa vez, esclareceu que o MOCPOP é como se fosse um “remendo” do Movimento dos Poetas da Praça, proposto nos últimos anos da ditadura brasileira, como forma de contestação. Além disso, sempre afirma a importância simbólica da Praça, como referência da Conjuração dos Búzios – também conhecida como Conjuração Baiana, ou Revolta dos Alfaiates, ou Movimento Revolucionário de 1798 – quando tornou-se palco de um dos mais violentos episódios da história baiana e brasileira; o esquartejamento de quatro dos conjuradores. Bob

⁹ Urpi Montoya Uriarte tratou mais especificamente sobre a suposta presença desses espíritos na Praça da Piedade no artigo intitulado *Boleros e espíritos na Praça da Piedade, centro de Salvador* (URIASTE, 2014).

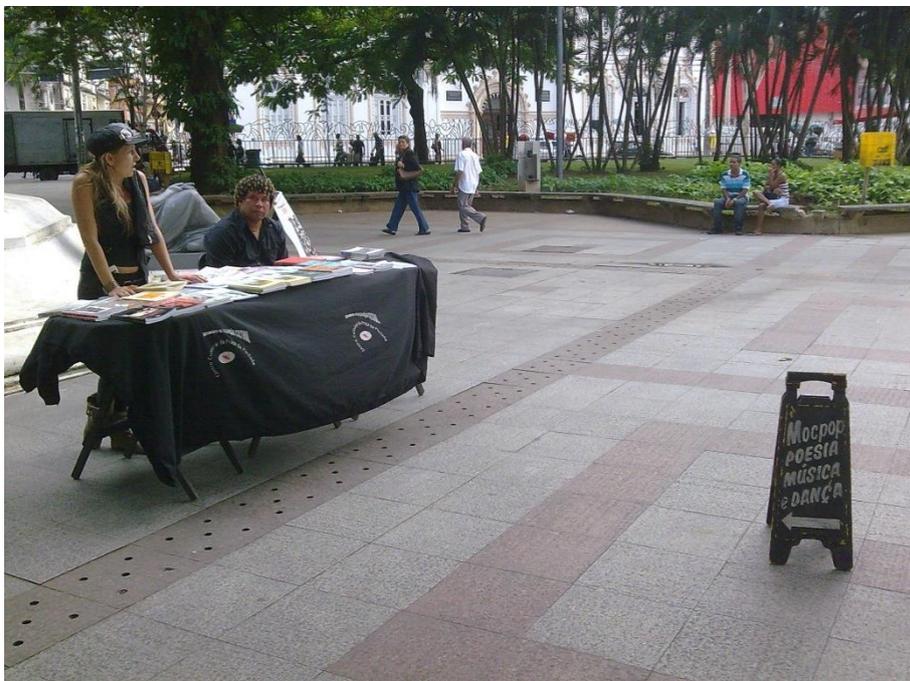
inclusive nos deu um livreto contando “A Verdadeira História da Praça da Piedade” e outro sobre um dos quatro protagonistas da Conjuração, Luis Gama.

A revolução conjurada, foi logo impedida em 1798, pois, visto o desejo de se afirmarem como sujeitos políticos, os conjurados (ousados, como se diria na linguagem corrente na Bahia) foram rapidamente identificados e capturados antes que pudessem dar início à revolta armada, e mortos em praça pública em 1799. O propósito de liberdade dos conjurados era pioneiro no Brasil (ainda escravocrata); eles não defendiam a simples abolição da escravidão, mais o direito de expressarem livre e publicamente as suas crenças e seu posicionamento político, por isso deveriam se tornar visíveis para todos (SCHWARCZ & STARLING, 2015). Após esta primeira revolta, muitas outras se sucederam até meados do século XIX (MATTOSO, 1992), mas já no início daquele século foram investidas algumas operações de controle da população pobre e escravizada – não sem também haver um controle da população “de bem”, a chamada boa sociedade, como veremos na terceira parte desta tese.

É perceptível que a atmosfera revolucionária ainda esteja presente na Piedade, onde vemos com frequência aglomerações de pessoas que manifestam suas reivindicações e suas posições políticas. Isto também nos foi notório desde 2011 e os anos seguintes apenas comprovaram esta vocação. Daí se deve a associação que fazemos da Praça mais como lugar do político do que como lugar de passeio e do “verde”, sem que um aspecto exclua o outro. A presença de arborização e sombra é provavelmente uma das causas da escolha dos movimentos sociais por se concentrarem na praça, como presenciamos inúmeras vezes. O uso do espaço da praça para atividades que promovem o encontro de pessoas no objetivo de expor pontos de vista, reivindicações, propostas de apropriação do lugar – pela música, poesia, dança – mais do que ao “espaço de uso público”, nos remetem à noção de esfera pública. Esta esfera, contrapondo-se à esfera privada, seria o lugar da ação política dos indivíduos de uma sociedade, ou seja, da relação entre os diferentes indivíduos e grupos. Neste sentido, o espaço público é intrinsecamente político – da cidade (*polis*) e da comunicação, enquanto ação-comum. Segundo Hannah Arendt (2007 [1958]), sobre a polis grega, “é a linguagem que faz do homem um animal político”, mais à frente ela continua “o ser político, o viver numa *polis* significava que tudo era decidido mediante palavras e persuasão e não através de força e violência” (Idem, pg. 35). O espaço interior à polis compunha o espaço político, se opondo, no entanto, ao espaço familiar. Enquanto o primeiro era o espaço da comunicação entre os homens iguais perante a lei, o segundo pressupunha uma hierarquia, onde forçar e ordenar com violência eram práticas comuns.

Na Piedade de outrora, quando se tratava de uma população urbana organizada com base em definições de hierarquias que legitimavam as desigualdades através das leis, era possível a visibilização e mesmo espetacularização da violência, porque não era aceita a

visibilização dos manifestos dos “rebeldes”, indivíduos das camadas que não detinham os mesmos direitos e privilégios de outros grupos que compunham aquela população urbana.



Praça da Piedade –
MOCPOP e
manifestação, 2011
Oficina Conflito e
Partilha do espaço
Público, acervo da
autora

Atualmente, a Praça carrega reminiscências dos ideais e da atmosfera revolucionária, se afirmando como *locus* privilegiado da ordem política, em contestação permanente à ordem policial (RANCIÈRE, 1996). Esta última, segundo Rancière, não está diretamente vinculada à ação do corpo de polícia nem, portanto, ao chamado “aparelho de Estado”, mas estaria mais relacionada ao que entendemos por ordem, em contrapartida à desordem, esta, por sua vez,

associada à ordem política. Seguindo Rancière, poderíamos dizer que a ordem policial inclui toda ação já identificada como própria da vida em sociedade, seus códigos e normas, enquanto a ordem política vem destoar da primeira, propondo uma ação nova. Esta, à primeira vista, pode ser considerada imprópria à vida em sociedade, do ponto de vista da ordem estabelecida segundo os critérios dominantes, mas deixa entrever um novo parâmetro de sociabilidade. A ordem política se evidencia nas fraturas, pequenas ou grandes, da ordem policial, estando, pois, na mesma superfície, em relação a esta.

De certa forma, os conjuradores de finais do século XVIII inauguraram a atividade política na sociedade baiana, se levamos em conta que tal atividade “faz ver o que não cabia ser visto, faz ouvir um discurso ali onde só tinha lugar o barulho, faz ouvir como discurso o que só era ouvido como barulho” (Idem, pg. 42).

No tocante à violência antigamente espetacularizada, no contexto da sociedade escravocrata, nos resta a questão das reminiscências dessa violência bem como da hierarquia social que a estruturava. Atualmente, podemos dizer que todos os cidadãos são de fato iguais perante a lei? No que concerne ao espaço público enquanto esfera pública, toda a população tem o direito à fala e demais ações-comuns? As questões surgem quando nos deparamos com situações em que a lei autoriza uma tomada de poder de persuadir ou de dissuadir a ação dos indivíduos nos espaços públicos, ao mesmo tempo em que não implica no cumprimento igualitário da mesma lei. Como exemplo, podemos citar o caráter de exceção assumido por ações que vieram a ser consideradas emergenciais, em vista da recepção da Copa do Mundo da Federação Internacional de Futebol (Fifa) na cidade de Salvador. Nesse sentido, foram executados projetos de reestruturação urbana, ditos de “mobilidade”,¹⁰ para o entorno Estádio – o qual passou a ser chamado Arena Fonte Nova – bem como ordenamentos outros. Entre estes, nos deteremos mais à frente, sobretudo no ordenamento da Avenida Sete, que foi focado na atividade dos vendedores ambulantes, e na reforma urbana associada ao choque de ordem conhecido pela orla da Barra (onde foi montada a estrutura para as festas oficiais da Fifa).

No entanto, além dos aspectos de ordem física dos ambientes trabalhados, observamos como a noção de ordem se associa também à promoção de um certo padrão estético, por sua

¹⁰ Em outro texto (ROCHA, 2013), citamos os projetos de “mobilidade urbana de entorno” das novas Arenas que receberam os jogos da Copa. Em especial, o entorno da Arena de Salvador – que detinha calçadas consideradas péssimas, segundo pesquisa divulgada pelo portal Mobilize, em abril de 2012 (disponível em <<http://www.mobilize.org.br/noticias/1980/entre-as-cinco-piores-calcadas-visitadas-pelo-mobilize-quatro-estao-em-salvador.html>> acessado em 13/07/2016) – foi objeto de intervenções para dotar a região de melhores condições de mobilidade. O mesmo portal divulgou 1 ano depois as “melhorias nas calçadas e acessos à Arena Fonte Nova” (disponível em <<http://www.mobilize.org.br/noticias/3804/em-salvador-melhorias-nas-calcadas-e-acessos-a-arena-fonte-nova.html>> acessado em 13/07/2016), evidenciando a prioridade (exceção?) dada aos ambientes relativos ao evento temporário, considerados (em regime de urgência) mais relevantes do que outros ambientes pedestres e/ou de circulação urbana.

vez justificado por se referir às noções de limpeza e higiene. Procurando entender em quais aspectos se apoia tal “estética” – fortemente presente no discurso da Prefeitura, como vimos no capítulo anterior – observamos a expulsão sutil de moradores da Praça da Piedade (aqueles que se banhavam com a água da fonte) como uma forma de higienização do lugar com vistas à recepção do evento esportivo. Às vésperas da Copa, em maio de 2014, o clima estava bastante tenso em torno da Praça, onde ouvimos alguns relatos da violência policial com os ambulantes e outras pessoas. Depois desse momento, apenas no final de 2015 pudemos ver novamente algumas pessoas utilizando a água da fonte da Praça para uso pessoal, indicando que pode ter havido um afastamento temporário das mesmas. Desta forma, vemos a tentativa de captura da Praça da Piedade, bem como da Avenida Sete, pelos interesses estratégicos, visando forjar uma imagem de espaço público “livre de impurezas” sociais, tentativa que perdurou mais evidente até pelo menos a época das comemorações do centenário da Avenida Sete de Setembro, em 2015.

Nos meses que antecederam a Copa, pudemos observar uma redução na atuação dos movimentos reivindicativos na Praça da Piedade e entorno, a explicação pode estar contida no panfleto que recebemos no dia 20 de abril de 2014, na Praça.



Comitê Estadual Contra a Repressão

Por um Comitê Estadual contra a Repressão!

Para assegurar o “sucesso” dos megaeventos (Copa do Mundo e Olimpíadas) o Estado brasileiro tem utilizado diversas práticas repressivas, com o uso de novas e antigas leis para reprimir as lutas da classe trabalhadora, suas greves e demais manifestações de denúncia dos gastos de recursos públicos com estádios e o não uso desses recursos para interesses imediatos da população (educação, saúde, moradia e transporte públicos).

Essas práticas, que não são nenhuma novidade para a população negra e periférica deste país, agora aparecem como retrocessos nos direitos democráticos, como ocorreu na ditadura civil-militar.

Com a aprovação e edição de leis e portarias como a Lei 12.663/2012 (Lei Geral da Copa) e a Portaria Normativa nº 186/2014 (Garantia da Lei e da Ordem), além da tramitação no Senado do PLS nº 499/2013 (Lei Antiterrorismo), que apontam penas mais graves que a Lei de Segurança Nacional da ditadura, se cria no Brasil um completo Estado de exceção que só interessa à FIFA e à burguesia que vão lucrar com os megaeventos.

Essa conjuntura torna extremamente importante um comitê estadual contra a repressão, que leve à frente a defesa política e jurídica dos manifestantes e denuncie a ação repressiva do Estado antes, durante e após os grandes eventos.

**DEBATE: CONJUNTURA POLÍTICA E LEIS
REPRESSIVAS
QUANDO: 20 DE MAIO
ONDE: PRAÇA DAS ARTES (UFBA-ONDINA)
HORÁRIO: 18 HORAS**

Panfleto recebido em um dos momentos de “trabalho de campo” na Praça da Piedade, acervo da autora

A chamada Lei Geral da Copa (Lei nº 12.663, de 5 de junho de 2012), por exemplo, considera para a realização do megaevento esportivo, a necessidade de incluir o inciso X no Artigo 13º da chamada Lei do Tercedor (Lei nº 10.671, de 15 de maio de 2003): “não utilizar bandeiras, inclusive com mastro de bambu ou similares, para outros fins que não o da manifestação festiva e amigável”. Além disso a lei de 2012¹¹ estabelece limites ao uso público

¹¹ A chamada Lei Geral da Copa está disponível online: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.htm> consultada em 20/10/2016.

das ruas e avenidas de acesso e do entorno dos locais de competição, especialmente na sua “Seção IV: Das Sanções Civis”. Esta seção apresenta sobretudo limitações às atividades de comércio e serviço (que visem algum lucro), as quais devem ter autorização formal da Fifa para que se desenvolvam. Em outras palavras, os *Locais Oficiais de Competição* e afins perderam o seu caráter público em benefício da Associação da Federação Internacional de Futebol, durante o período da Copa. Vale notar que a Avenida Joana Angélica, a qual começa na Praça da Piedade, é um dos principais acessos à atual Itaipava¹² Arena Fonte Nova, além de um dos principais eixos comerciais do centro da cidade.

“Entre os elementos que tornam difícil uma definição do estado de exceção, encontra-se, certamente, sua estreita relação com a guerra civil, a insurreição e a resistência” (AGAMBEN, 2004, pg. 12). A relação entre as insurreições e o estado de exceção, notado por Agamben, se mostra tangível no caso da Avenida Sete, sem que, no entanto, sejam facilmente inteligíveis as causas ou a necessidade da instauração de um estado de exceção no contexto do megaevento. Seria este o primeiro passo para estabelecer um estado de exceção permanente?

No mês de maio de 2014, quando estivemos com maior frequência na Praça da Piedade, notamos algumas mudanças nos seus usos e apropriações. Em determinado momento, percebemos inclusive que o volume do som do MOC estava mais baixo. Quando questionado sobre o motivo, Bob, responsável pelo som, respondeu que a fiscalização (ou agentes da ordem) tem proibido o barulho, atuando com mais rigor no controle dos decibéis. No entanto, cotidianamente ouvíamos outros sons mais fortes, vindos normalmente de carros de som que anunciavam promoções, o barulho dos próprios carros, ou mesmo um longo momento de pregação evangélica,¹³ o que nos leva a perceber quão arbitrária ou ocasional pode ser a fiscalização e o controle de decibéis.

Outro dia, junto a Bob, notamos a atuação policial mais presente, ao mesmo tempo em que estavam mais ausentes os moradores da Praça. Nesse momento, ele nos surpreende ao dizer que “a coisa tem melhorado muito!”, em referência a atuação policial. Ele detalhou ainda que a presença de duas igrejas na Praça atraía muitos mendigos que vinham em busca de

¹² A compra dos “direitos ao nome” (*namings rights*) pela marca de cerveja Itaipava aconteceu em abril de 2013. O Estádio, agora Arena, carregará Itaipava em seu letreiro por 10 anos, até 2023. A marca também tem, nesse período, o direito de exploração comercial da Arena, onde comercializa com exclusividade as suas bebidas. Tais direitos foram concedidos mediante o pagamento da bagatela de 10 milhões ao ano, totalizando 100 milhões no período de vigência do contrato. No entanto, por exigências da Fifa, o estádio tornou-se apenas “Arena Fonte Nova” durante os jogos da Copa do Mundo e da Copa das Confederações (segundo a matéria <<http://globoesporte.globo.com/ba/noticia/2013/04/por-r100-milhoes-fonte-nova-fecha-com-cervejaria-e-ganha-novo-nome.html>> consultado em 21/12/2016).

¹³ Quando, em um sábado, um senhor se estabeleceu com seu amplificador na calçada da Avenida Sete, iniciando uma pregação religiosa em frente à entrada da Praça, certamente também ultrapassando o limite de decibéis.

caridade e terminavam habitando-a por um tempo, utilizando a fonte para necessidades básicas, mas, como disse, a situação tem melhorado...

Sobre a ausência dos moradores, muda-se o tom da conversa, já que muitos somem “não se sabe para onde”. Em uma outra oportunidade, Bob explicou que alguns eram ex-presidiários que chegavam na Praça por não terem para onde ir e ficavam por lá, mas, isto já foi mais comum, pois a sua permanência tem sido cada vez mais dificultada pelo trabalho do poder público. Outros frequentadores e usuários da Praça, Bob Baiano acredita serem afetados por algum tipo de energia espiritual que chega a provocar-lhes, a alguns, questões psicológicas. Segundo ele, o ambiente da própria Praça e sua história carregam elementos espirituais que atraem as almas fragilizadas de sujeitos marginalizados. Da mesma forma, atraem também os conhecidos camaleões¹⁴ (hoje mais raros) que ali habitam. O fundador do MOC diz estar engajado em um trabalho de “recuperação” desses indivíduos, já ajudou a alguns a “se libertarem” e tem em vista cuidar de outros casos.

Entendemos com isto a potência do espetáculo cotidiano – diferente e mesmo o contrário do espetáculo espetacularizado, na concepção de Debord – na construção de sociabilidades capazes até mesmo de reinventar os sujeitos, sobretudo aqueles excluídos dos processos de subjetivação hegemônicos. Além da sociabilidade em si, vemos como na Praça existe a condição de possibilidade para que a expressão individual se manifeste também enquanto espetáculo cotidiano. Ana Clara Torres Ribeiro (2010) fala sobre o “dar espetáculo”, livre do controle e da dominação da espetacularização.

O espetáculo, que reúne espaço-tempo-ação, constitui-se numa expressão condensada de embates simbólicos que tocam dimensões subjetivas e cognitivas do poder. Neste sentido, a espetacularização pode ser refletida como impedimento do exercício do direito ao espetáculo. Um direito que, para o sujeito, corresponde ao direito de ser visto, lido e conhecido em seus próprios termos e, assim, com a máscara e o roteiro de sua escolha. (Idem, pg. 32)

Não é sem razão que muitos vendedores procurem apresentar na Praça as suas estratégias de venda; como o grupo de simulava um pequeno circuito de carnaval, em torno da Praça, chamando a atenção para a venda de chip de celular. Da mesma forma as estratégias de comércio encontram ali o público necessário, muitos outros sujeitos se dão a ver, se mostram em performances de dança, poesia ou na simples presença, tensionando a estética cartesiana do lugar ao propor uma ocupação mais inventiva. Chegamos à compreensão de que

¹⁴ Muitos são os relatos de pessoas que conviveram com a presença constante dos camaleões da Praça da Piedade. O nome de um dos maiores blocos do carnaval baiano, *Camaleão*, (criado em 1978, segundo a página disponível em: <<https://bloccamaleao.wordpress.com/2010/08/17/bloco-camaleao-a-historia/>>) foi inclusive uma homenagem à presença dos répteis bem no meio do circuito entre o Campo Grande e a Praça Castro Alves, único à época.

é esta ocupação diversa que permite ou provoca o surgimento de uma nova percepção estética – ou um novo paradigma, segundo Guattari (1992) – junto com (e apesar de) a estética ordenada da Praça. Nesse sentido, presenciamos momentos de interação com elementos como a fonte, ao centro da Praça, e não só em momentos de uso da água da fonte – embora “alguns banhos públicos” se revelassem verdadeiras performances – ou em pausas para fotos com ela, que também se revelaram uma cena bastante comum. Houve momento em que a fonte se tornava espaço de brincar para crianças e jovens, ou elemento cenográfico, atuando junto com as performances espontâneas de dança. Certa vez, um rapaz (morador?) com um saco nas costas passou e pegou no seio de uma das estátuas da fonte, bem rapidamente, depois saiu sorrindo malandramente. Neste caso, quem provocou?

A experiência na Praça da Piedade, assim como as manifestações que aí se iniciam, partiu para a Avenida Sete, com sua dinâmica intensa de fluxos, notadamente no entorno imediato da Praça. A Piedade, ali no centro, se afirma enquanto lugar de encontro, não necessariamente, ou somente, entre iguais – como sugere a grande quantidade de aposentados ou aqueles que se encontram no Movimento de Ocupação Cultural, ou para fazer as suas reivindicações comuns. Aquele “respiro”, com bancos e sombra à vontade, é antes o lugar do encontro com uma diversidade de sujeitos, onde pode-se ao mesmo tempo se fazer ver e/ou ter um momento de descanso e contemplação. Parecia ser um lugar onde se podia passar despercebido, no entanto, tudo fazia parte da grande cena urbana inspirada pela pausa. Ali havia sempre muitos pesquisadores de opinião¹⁵ identificando o tipo de pessoa interessante para as suas pesquisas, atraídos pela heterogeneidade de indivíduos, o que possibilitava uma boa amostragem para a suas pesquisas.

Pensando que todos os usos e atividades pareciam banais na Piedade, tentei ler um pouco do livro que trazia na bolsa. Em poucos minutos, um senhor me abordou quando tirei rapidamente os olhos do livro. Estava com um crachá, mas não era da equipe da tevê presente da Praça. Se dizia cineasta, autor do filme de curta metragem “As Cabrinhas de Severino Chique-Chique” e estava batalhando para ter seu filme no festival de curtas da Barra. Falou que estava impressionado pois “nunca tinha visto uma pessoa [sozinha] lendo na Praça”. Sentou ao meu lado e quis conversar. Mostrou vários documentos afim de assegurar que era mesmo o diretor do tal filme.

[Caderno de Campo]

¹⁵ Os pesquisadores encontrados na Piedade buscavam a opinião das pessoas sobre marcas presentes no mercado, desde marcas de cerveja até de bancos. Sempre precisavam estabelecer critérios de amostragem, como faixa etária, classe econômico-social, nível de escolaridade, etc. e assim identificavam os seus públicos-alvos a depender da demanda da pesquisa.

Com a diversidade de sujeitos atuando no espaço da praça, as estratégias de controle social baseadas em um “código” de condutas ou na definição de um rótulo para a região – com base nos preceitos do *marketing* urbano – são colocadas face às táticas de apropriação dos muitos outros, seus códigos e negociações estabelecidas no espaço-tempo cotidiano. As noções de tática e estratégia em Certeau (2013) tornam-se bastante tangíveis na vivência cotidiana do espaço praticado, especialmente a partir da definição de um outro Território pela Prefeitura.

*Ó português, pare de uma vez
De se queixar assim
Da sua sorte ruim
Eu que sou filho daqui, sou camelô
E você vem das Portugas, querendo ser doutor
Mas que horror*

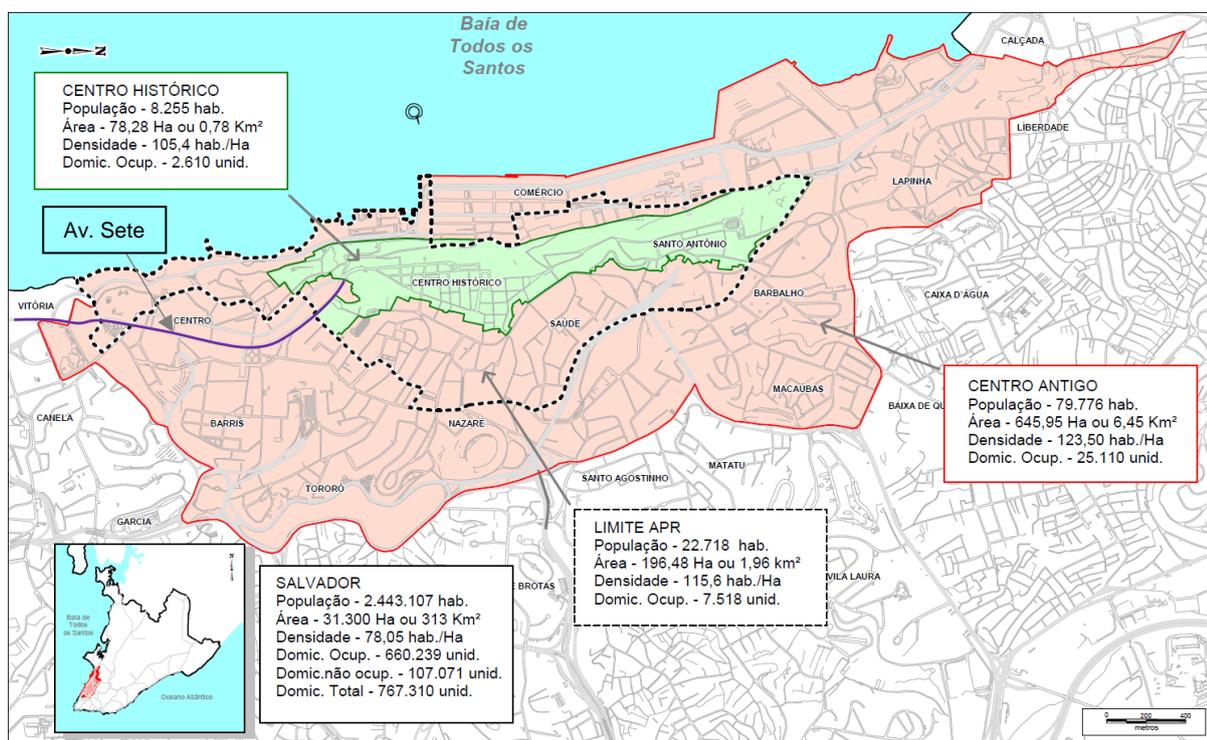
*Calcule só
O que é viver o tempo todo
Perseguido pelo rapa
Porque na hora da corrida
Quem não sabe usar as pernas
Vai ficar sem ter comida
E veja lá*

*Farinha seca quantas vezes me faltou
A carne na minha bóia
É coisa rara, sim senhor
Lá em casa não tem água na torneira
E vá logo sabendo
Lá também não tem torneira*

*Não vou mais em festas
Casamento ou batizado
Pois o meu guarda-roupa
Anda um pouco desfalcado
E quando chega o carnaval tão animado
Pra comprar fantasia
Faço um abaixo-assinado
E ainda tem assinante
Que é na base do fiado¹⁶*

¹⁶ Música *Camelô*, de Tom Zé (1968). Na introdução da faixa, o autor explica para qual contexto a música foi composta: “Em 1965 (65, mais ou menos), um grupo de teatro da Bahia montou o *Caixeiro de Taverna*, de Martins Pena. Os personagens foram (mais ou menos) atualizados. Um português – esse tinha no texto original – vivia se queixando de que estava no Brasil há 10 anos e, ainda, não tinha ficado rico. Enquanto isso, um camelô brasileiro, campado da vida, ia todo dia no armazém do português e ouvia essa missa. Um dia, o camelô, danado da vida (danado pode dizer em disco, não pode?), virou pro português e disse assim:” e, então, a música começa.

Aquela primeira caminhada em 2011 nos fez sair da Piedade pela Avenida Sete em direção à Barra. Mais tarde, vimos como as manifestações em marcha tomam a direção oposta – sentido Pelourinho – começam na Praça para depois descerem a Avenida pela Ladeira de São Bento; provavelmente por ser este o sentido do fluxo de veículos. A Praça está localizada em meio à região do centro de Salvador com maior movimento de pessoas, carros, carroças com mercadorias, etc.. Ela faz parte de uma ambiência mais abrangente que incorpora toda aquela extensão de uso mais comercial; o trecho da Avenida Sete e entorno compreendido no perímetro do Centro Antigo de Salvador – do Largo do Campo Grande até a Praça Castro Alves.



Mapa com a delimitação das poligonais do Centro Histórico, do Centro Antigo e, entre elas, o limite tracejado da Área de Proteção Rigorosa (APR), do Escritório de Referência do Centro Antigo de Salvador (Governo do Estado da Bahia), sobre o qual destacamos o trecho da Avenida Sete de Setembro

A imagem da *muvuca* é frequentemente manipulada para traduzir a ambiência desse trecho da Avenida, por caracterizar, de maneira geral, uma situação dificilmente inteligível à primeira vista. O termo foi empregado inclusive durante a Oficina *Conflito e Partilha do Espaço Público*, de 2011, pelos estudantes e pelos transeuntes, para expressar o lugar com grande quantidade de pessoas, atividades e de movimento. Muvuca pode adquirir um sentido pejorativo, quando utilizado para se referir a uma grande desorganização, no entanto, entendemos, sobretudo quanto à Avenida Sete, que seria mais relativo ao movimento intenso, inclusive relacionado aos automóveis, e à grande mistura de sons. O termo pode estar ainda

associado a animação, sem que esta esteja necessariamente ligada à alegria, mas à vida, como antônimo de inanimado.

Na composição da muvuca, atua o vendedor ambulante; figura bastante vista na Sete. Os vendedores ambulantes evidenciam uma ordem de ocupação do espaço público outra que, no entanto, se configura pela ação deles sobre/em relação a ordem (hegemônica) estabelecida na cidade formal. O guia de questões a serem feitas aos transeuntes, elaborado pela equipe francesa, previa indagar sobre a presença de ambulantes e de carros no espaço público urbano, visto o foco da pesquisa Muse ser sobre as condições de mobilidade pedestre e, no contexto da primeira oficina, sobre as diversas ocupações (obstáculos?) e demais conflitos vivenciados pelos pedestres. As entrevistas revelaram que a maioria dos transeuntes abordados tinham um certo entendimento da atividade dos vendedores ambulantes – como sendo necessária, tanto para a subsistência deles quanto para o comércio varejista mais acessível – e tendiam, portanto, ao respeito por este tipo de trabalho. Ao mesmo tempo, salientava-se a disputa por espaço – seja com os ambulantes, seja com os carros – que dificultava a travessia dos lugares de circulação, tornados mais movimentados e também mais barulhentos.

A necessidade de estabelecer uma ordem urbana que priorize o fluxo pedestres foi levada em conta pela gestão atual da Prefeitura de Salvador, de modo excepcional na Avenida Sete e seu entorno comercial. Assim, os vendedores ambulantes têm sido, desde 2013, o principal foco do ordenamento dos espaços públicos. Estes trabalhadores já haviam sido alvo de outras propostas de “ordenamento dos ambulantes” desde finais do século passado – época em que a Praça da Piedade foi reformada – mas apenas recentemente, com a reestruturação da Semop, na atual gestão municipal, é que o espaço público do entorno da Avenida foi repaginado afim de dar um lugar definitivo para uma quantidade limitada de vendedores.

Este assunto abre uma janela para olharmos para outros contextos históricos da cidade de Salvador, como uma reminiscência de outras atividades, práticas de outros sujeitos que conformaram a cidade em tempos diferentes.

A presença de vendedores nas ruas de Salvador é uma realidade desde tempos remotos. Segundo nos conta Kátia Mattoso (Op.Cit.) – sobre a Salvador do século XIX – visto que as mulheres de família tradicional branca não podiam sair às ruas “cheias de perigo”, os vendedores ambulantes (escravos de ganho ou libertos, inclusive mulheres) se faziam extremamente necessários, integrando assim o sistema dominante de funcionamento da cidade. Com o passar dos anos, surgiu a necessidade de que tais mulheres saíssem às ruas, e estas ruas, portanto, deveriam se tornar aptas a receber esse segmento social. A partir de então, a ordem existente no espaço público das ruas, apropriado por negros libertos ou de ganho exercendo atividades diversas, passou a ser contestada. Além disso, outros elementos vieram

somar-se ao discurso dos ordenamentos da época, como a higiene e a fluidez, que caracterizam os anseios das modernizações urbanas.

No Brasil, a presença dos africanos escravizados e demais indivíduos não brancos nas ruas era contestada do ponto de vista da salubridade e da presença na paisagem urbana, por ser incoerente com aquela aparência almejada, representativa da civilização europeia. A ordem da rua – negra – passou a ser vista como desordem a ser ordenada.

Podemos aqui associar aquela antiga ordem estabelecida pelos vendedores e demais ocupantes, sobretudo negros, do espaço da rua à noção de ordem bárbara, uma ordem que se constitui pela ciência nômade (DELEUZE e GUATTARI), buscando sempre os lugares onde possa construir o seu sentido, aproveitando as brechas de oportunidades. Esta ordem se apresentava, no entanto, incoerente com aquela dos embelezamentos propostos à época.

No período que se sucedeu às grandes intervenções urbanas do início do século XX – originando inclusive a Avenida Sete dos nossos dias – houve uma redistribuição das atividades dos negros e negras nos espaços de uso público e no tempo urbano, sempre aproveitando as pequenas brechas de espaço e tempo como condições de possibilidade para a sua existência. O breve relato de Milton Santos em *O Centro da Cidade de Salvador* (1959), explicita a participação das táticas desviacionistas na transformação da Cidade Alta a partir das dez horas da noite. O mais interessante, é que além das figuras da noite mais tradicionais – “prostitutas, vagabundos e marginais de todas as espécies dão-se encontro nas ruas mal iluminadas” (SANTOS, [1959] 2008, p. 130) – “deslocam-se para aí esse comércio ambulante de frutas e comestíveis [...] [entre eles, as] iguarias afro-brasileiras, condimentadas com azeite de dendê e pimenta [vendidas] por negras e mulatas vestidas com trajes típicos” (Idem). Como já também narrava Dorival Caymmi desde o final da década de 1930:

*Dez horas da noite / Na rua deserta / A preta mercando / Parece um lamento / É
o abará / Na sua gamela / Tem molho e cheiroso / Pimenta da costa / Tem acarajé
/ Ô acarajé é cor / Ô lá lá io*

Hoje, vemos ao longo da Avenida Sete, no centro comercial, as chamadas *baianas de acarajé* que, se durante o dia se misturam aos demais vendedores ambulantes, ao cair da noite resistem com seus tabuleiros, sendo mais facilmente percebidas na paisagem sem barracas e sem tanto movimento de pessoas. Num percurso pela Avenida (passava poucos minutos das sete horas de uma noite de quarta-feira, maio de 2015) perguntamos às baianas, localizadas em pontos diferentes, até que horas elas ficariam ali trabalhando, ao que a mais velha delas respondeu “até daqui a pouquinho”. Perguntada se já estava perto de ir, respondeu que não, que ainda ficaria um pouco mais. A baiana com maior movimento de clientes, respondeu que

trabalha até às “dez pras nove” da noite. Essas vendedoras são pontos de referência, não só visual, mas no cotidiano do lugar, inspirando familiaridade e segurança em um ambiente cada vez mais estigmatizado como perigoso. Elas mesmas reconhecem que não é mais seguro ficar na rua até mais tarde.

Como costumes afrodescendentes, a comida e a capoeira faziam parte da ambiência do centro de Salvador, ainda que marginalmente, apenas à noite. A participação feminina foi tão importante quanto a participação masculina na construção de subjetividades em torno da cultura negra, bem como na construção de redes urbanas de sociabilidade. Hoje, tais práticas já foram, em certa medida, disciplinadas, padronizadas e, desta forma, assimiladas como representações da cultura baiana, sendo estimuladas pelo poder público (estratégico) a ocuparem os espaços públicos diurnamente. A capoeira, ocupa hoje notadamente o perímetro considerado histórico, na Praça do Terreiro de Jesus, onde se apresenta menos como resistência e mais como espetáculo “para inglês ver”. As baianas presentes naquele perímetro também se apresentam visivelmente segundo padrões mais rígidos de estética e de higiene, evidenciando uma construção de cenário mais elaborada para ser vitrine com ênfase patrimonial.

Voltamos aqui à noção de estética procurando entender de que modo ela vem sendo empregada. Possivelmente, teria o mesmo papel semântico da noção de belo/beleza, anteriormente presente nas propostas de embelezamento das cidades. Nesse sentido, o ordenamento dos conhecidos camelôs responde também a um desejo de adequar determinados espaços públicos a um modelo estético dominante. Da escolha desses espaços, delinea-se o chamado Território Empreendedor. Este, apesar de não se constituir em um lugar assim referido, identificado por seus praticantes, habitantes ou usuários, surgiu em nosso percurso de maneira bastante provocadora. Ele vem estendendo-se por sobre, ou em meio aos lugares atravessados, não apenas buscando definir (ou expandir) uma territorialidade, mas também objetivando instaurar (ou difundir) um entendimento de empreendedorismo que pudesse vir a identificar determinada região.

O Programa Território Empreendedor foi criado a partir do processo de ordenamento do comércio ambulante, englobou tal processo e ultrapassou-o, tornando-se inclusive mais amplo do que a Avenida Sete e adjacências predominantemente comerciais. Tal ordenamento foi a primeira etapa do Programa, o qual, já então, alcançou áreas que se distanciavam da Avenida – ainda que permanecesse dentro de sua área de interferência, em relação com a ambiência comercial e o fluxo intenso da Sete – indo até a rua de acesso à Estação da Lapa, nos Barris, por exemplo. De toda forma, como o próprio nome revela, trata-se da proposta de se investir em um território onde é estimulado o empreendedorismo em diversas vertentes, e cujo centro é a Avenida Sete de Setembro – inclusive inicialmente falava-se em “Avenida Sete

Território Empreendedor”, devido ao primeiro passo ter sido dado no tocante aos camelôs atuantes na Avenida.

Abaixo vemos a imagem apresentada pela Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF) para localizar a “Poligonal de Atuação” do Território Empreendedor (em vermelho), da qual vemos duas extrapolações: uma mencionada como “proposta de inclusão da Av. J. J. Seabra - Barroquinha – Aquidabã” (em verde); e outra não mencionada, que se refere à Av. Joana Angélica (em amarelo), principal ligação (pedestre) entre o centro e o Estádio Fonte Nova.

Poligonal de Atuação



“Poligonal de Atuação”: apresentação do eixo de Desenvolvimento Urbano para a “Avenida Sete de Setembro [poligonal do] Território Empreendedor”. Fonte: FMLF, 2014.

Longe da intenção de avaliar o Programa, o que procuramos aqui é observar o modo como este vem sendo apresentado e consolidado, e isto nos chamou a atenção especialmente por buscarmos entender a pacificação dos espaços públicos, por estarmos em campo na Avenida Sete e, finalmente, por ser uma proposta gerida, não por acaso, pela Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop), o que nos aproxima, através da noção de ordem, do entendimento/ sentido da pacificação.

Além disso, percebemos como a Semop organiza um dispositivo para intervir na área, articulando saberes diversos, inclusive aqueles dos próprios vendedores. O Programa é coordenado pela Semop, mas envolve, dentro da Prefeitura, a Fundação Mário Leal Ferreira (FMLF), responsável pelos projetos de intervenção urbanística, a Fundação Gregório de Matos (FGM), de cultura, e outras instituições externas, como o Sebrae e o Senac. “Visa a requalificação econômica, social e de infraestrutura da região central de Salvador, contemplando a Avenida Sete de Setembro, a Av. Carlos Gomes, a Av. Joana Angélica, o Pelourinho, a Baixa dos Sapateiros, o Largo 2 de Julho e o seu entorno” segundo o site da prefeitura.¹⁷ As páginas internet das redes sociais dos organismos da Prefeitura também se mostraram fontes interessantes de dados para enriquecer a nossa análise, como a página do Facebook, cuja imagem vemos a seguir.



The image shows a screenshot of the Facebook page for 'Território Empreendedor'. The page header features a cover photo of a busy outdoor market with people and stalls. The profile picture is a logo with three icons (a shopping bag, a person with a cart, and a person with a shopping bag) and the text 'ERRITÓRIO EMPREENDEDOR CENTRO'. The page name is 'Território Empreendedor' and it is identified as an 'Organização governamental'. Navigation tabs include 'Linha do Tempo', 'Sobre', 'Fotos', 'Curtidas', and 'Vídeos'. The 'Sobre' tab is active, showing a section titled 'Sobre Território Empreendedor'. Underneath, there is a table with the following information:

INFORMAÇÕES DA PÁGINA	
Descrição curta	Projeto que visa promover a requalificação urbana e o desenvolvimento sócio-econômico da Avenida Sete, Largo Dois de Julho e entorno.
Site	http://www.salvador.ba.gov.br ✓

¹⁷ Página da internet da Fundação Gregório de Matos:
<http://www.culturafgm.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=751&Itemid=3>.
Acessado em 20/07/2016.

O Programa Território Empreendedor tem se mostrado um claro exemplo de dispositivo que atua, notadamente em termos urbanísticos, visando a instauração de uma nova gestão de pessoas e lugares. Vemos como, apesar de nos dar a ideia de um território bem definido, se constrói a partir de lugares de passagem, sobre o discurso da acessibilidade, ou desobstrução das vias para pedestres. A começar pelos lugares mais visados/visíveis, todos os vendedores ambulantes que atuavam na Avenida Sete foram retirados de lá e organizados em quatorze condomínios, ocupando logradouros públicos, entre ruas, becos, largos e praças.

Nesse sentido, reformou-se primeiramente algumas transversais que encontram a Avenida Sete no centro da cidade, tornando-as, quando já não eram, fechadas ao trânsito de veículos, destinando-as ao fluxo de pedestres e à instalação ordenada e padronizada dos vendedores ambulantes. Nesse primeiro momento, disciplinando os locais de fluxo, a Semop imobilizou os ambulantes,¹⁸ que passaram a trabalhar em pontos fixados pelo Programa, constituindo condomínios nas chamadas “áreas de comércio informal”. Em uma das visitas ao MOCPOC da Piedade, conversamos com Bob sobre os ambulantes. Segundo suas palavras, os “ambulantes estão encurralados nos becos”. A imagem de curral tornou-se muito significativa do processo de disciplinamento, nos remetendo a outros processos de delimitação de territórios. Dos aldeamentos indígenas às “áreas de comércio informal” – passando pela construção de muros de contenção em torno de favelas – a intenção de mitigar os conflitos existe com base em justificativas muito diferentes, todavia é sempre presente. Para responder a essa intenção, o poder estratégico tem se mostrado dependente de limites físicos, mais ou menos visíveis, segundo cada situação, no entanto, também sempre existentes; embora constituam dispositivos de pacificação distintos.

É importante notar que o projeto oficial desta organização em condomínios não está disponível em nenhum órgão municipal, como Semop ou FMLF. Laila Bouças centrou sua dissertação de mestrado na compreensão do chamado comércio de rua de Salvador, e afirma que “não foi possível ter acesso ao plano de maneira integral, pois o mesmo não foi publicado, nem tampouco disponibilizado pela atual gestão” (BOUÇAS, 2015, pg. 90).¹⁹ Segundo a autora, o processo de ordenamento se baseou em uma série de reuniões realizadas com os vendedores. A agência de comunicação da Prefeitura também divulgou as reuniões de “capacitação para empreendedorismo”, que reuniu as associações dos trabalhadores de rua especialmente com órgãos voltados à profissionalização.

¹⁸ Não queremos dizer com isto que esses vendedores trabalhavam em movimento contínuo, apenas que a escolha pelo lugar de trabalho, a “imobilização” se deu de forma não convencional da atividade.

¹⁹ A autora também se baseou no que vinha sendo publicado no Diário Oficial do Município e nas notícias publicadas pelos jornais de grande circulação na capital, inclusive na sua versão *online*.

De acordo com a titular da Semop, Rosemma Maluf, a capacitação tem foco na educação e conscientização dos ambulantes sobre a importância do ordenamento e dos seus direitos e deveres como empreendedores individuais. “O Sebrae fará o treinamento sobre o empreendedorismo, enquanto os técnicos da secretaria vão orientar sobre o processo de ordenamento”, diz a secretária. (AGECOM, 28/07/2014).²⁰

A capacitação já estava prevista desde o início do mandato da gestão atual, visto que em janeiro de 2013 o próprio Sebrae publicou em mídia eletrônica²¹ a parceria firmada com a Prefeitura através da secretária de Ordem Pública. As reuniões e capacitações continuaram atendendo (em 2016) somente aos vendedores licenciados. No trecho da matéria citado acima, percebemos a importância dada ao caráter participativo do projeto, mas também notamos o caráter persuasivo da chamada capacitação, objetivando a “educação e conscientização dos ambulantes”. Mesmo a contragosto, os vendedores licenciados demonstram entender e respeitar a nova localização e a uniformização das suas barracas.

Na Rua da Força, já tornada exclusiva para pedestres, com a cobertura e alguns vendedores instalados, parei em uma barraca que vendia roupas típicas de São João. Uma senhora cochilava ao lado. Perguntei se tinha saia de São João tamanho adulto e ela me mostrou, mas não sabia quanto custava, a barraca não era dela. Tinha também camisolas e vestidos. A dona da barraca chegou. O vestidinho é 15 reais. Olhando as opções de vestidos, perguntei se era bom trabalhar ali. As duas senhoras concordaram que a Praça da Piedade era melhor para as vendas. “Aqui o povo ainda não está acostumado”. Sem contar que é muito mais quente. Comprei um vestidinho.

[Caderno de Campo]

Nem sempre a persuasão se dá através de mecanismos como a capacitação, ou seja, através do discurso que “educa e conscientiza”. O uso da violência é uma ferramenta dos dispositivos de pacificação, como podemos observar nos exemplos históricos no Brasil. Ela é utilizada quando da “necessidade” de persuasão instantânea do mais fraco – sem poder suficiente para lidar com tal ferramenta. Quando se trata da persuasão de outras camadas sociais, se sobressai a ferramenta do discurso, e aqui o campo e a forma de atuação do dispositivo pacificador mostram-se mais complexos, amparados por justificativas de gestão

²⁰ Notícia citada no capítulo anterior. Disponível na página:

<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44796%3Ambulantes-da-av-sete-recebem-capacitacao-para-empreendedorismo&catid=56&Itemid=170>

²¹ Disponível no link: < <http://www.ba.agenciasebrae.com.br/sites/asn/uf/BA/ambulantes-licenciados-de-salvador-recebem-capacitacao> >. Consultado em 20/07/2016.

territorial, entre outros tipos de gestão de pessoas incluindo disciplinas diversas, como o próprio urbanismo.

Em uma de nossas passagens pela Piedade, conhecemos um vendedor de livros usados (uma espécie de sebo ambulante) que viveu um momento de atrito com os fiscais da guarda (sempre tidos como polícia), quando estes aplicaram spray de pimenta no seu rosto, segundo ele, chegando a queimar. Posteriormente, vimos como este tipo de ação de fiscalização tornou-se frequente, gerando casos polêmicos. Entre estes, foi bastante noticiado em abril de 2015 um caso de violência policial onde foi feito o uso das chamadas armas não letais; spray de pimenta, bala de borracha, etc.. Tais armas têm o objetivo de desmobilizar o sujeito de uma ação considerada indesejada. Além de serem bastante utilizadas em animais, por exemplo (voltemos à imagem do curral), também é bastante comum o uso para dissipar manifestações e/ou revoltas populares, e este foi o uso que fundamentou as teorias iniciais sobre a “não-letalidade” (VOLCLER, 2012). Segundo Juliette Volcler, entre as características da “não-letalidade” encontra-se: “o objetivo de neutralizar, antes que de matar, a porosidade entre operações de guerra e operações de manutenção da ordem ou humanitárias e o fato de levar em consideração a imprensa e a opinião pública na gestão do conflito” (Idem, p. 133, tradução nossa).²² Às mídias cabe o papel da transmissão do discurso que baseia a norma (ou a ordem instaurada) e também daquele que justifica a ação repressiva, como observamos na nota “Esclarecimento sobre a ação de ordenamento na Av. Joana Angélica” (AGECOM, 13/04/15)²³.

Em relação ao protesto realizado no final da manhã desta segunda-feira (13) na Avenida Joana Angélica (Centro), após uma ação de fiscais da Prefeitura, a Secretaria Municipal de Ordem Pública (Semop) informa que ação de ordenamento é realizada de forma rotineira com o objetivo de garantir o livre acesso de pedestres, bem como a acessibilidade por parte de cadeirantes e demais pessoas portadoras de deficiência nos passeios públicos. (Idem)

A justificativa de uma fiscalização agressiva é baseada na acessibilidade, em permitir o livre acesso de transeuntes. Nos questionamos se esta preocupação com a acessibilidade não seria contraditória com a delimitação de um território, onde a presença e fluidez pedestre seria assegurada, sem, no entanto, garantir a mesma fluidez (ou condições de acesso de pedestres) entre os diversos “territórios” urbanos.

²² « *Trois caractéristiques de la ‘non-letalité’: l’objectif de neutraliser plutôt que de tuer, la porosité entre opérations de guerre et opérations de maintien de l’ordre ou humanitaires, et la prise en compte des médias et de l’opinion publique dans la gestion du conflit* » (VOLCLER, 2012. p. 133).

²³ Disponível no link: <<http://www.comunicacao.salvador.ba.gov.br/index.php/todas-as-noticias/46339-esclarecimento-sobre-acao-de-ordenamento-na-avenida-joana-angelia>>. Consultado em 20/07/2016. A notícia sobre o confronto da Guarda Municipal com os vendedores, contendo imagens bem como a justificativa da ação da guarda, foi publicada também em outras páginas da internet como esta: <<http://g1.globo.com/bahia/transito/noticia/2015/04/em-protesto-ambulantes-fecham-avenida-joana-angelica-em-nazare.html>>

Nesse sentido, também nos chama a atenção discursos que demonstram a intenção do poder público de trazer a população de volta para a avenida, ou, como nos disse pessoalmente um funcionário da Semop – do Setor de Proteção à Estética da Cidade (SEPEC) – “para que a Avenida Sete volte a ser o que era em seu estado áureo, o verdadeiro centro”. Este discurso é coerente com a intenção da secretária em tornar a Avenida um *shopping* a céu aberto. O modelo-shopping é algo importante de ser observado, pois agrupa uma série de elementos que vêm a constituir o que se entende como um ambiente pacificado. Entre eles podemos começar pela ambientação, que diz respeito também a um cuidado em termos de conforto (térmico, acústico, acessibilidade, etc.).

Em 2011, Jean-Paul Thibaud falava em “mise en ambiance” dos espaços públicos, como uma prática cada vez mais frequente, referente à concepção espacial que visa “enquadrar sensações”, criar ou “fazer sentir um *Stimmung* [microclima ou ambiência]”. Posteriormente, reconheceu a potência crítica do termo brasileiro “ambientação” na problematização daquela “mise en ambiance”: “Trata-se aqui da atualização das formas de enquadramento, de programação e de governamentalidade dos ambientes sensoriais quotidianos” (THIBAUD, 2013, pg. 15, tradução nossa).²⁴ Aqui, o autor passa a considerar o viés político da “instauração das ambiências”, o que vai além do condicionamento termo-acústico e dos elementos de decoração ou padronização, chegando à questão da tensão existente entre as estratégias ordenadoras e as táticas dos habitantes, “entre lugares do poder e ocasiões de resistência” (Idem), especialmente no tocante aos espaços públicos urbanos.

Assim, o problema se encontra em trazer referências de concepção de espaços privados, fechados, para o tratamento de espaços públicos e abertos. Esta tem sido uma escolha frequente nas propostas de reforma urbana também no Brasil. Além da referência direta à forma privada de organização territorial em condomínios, o Programa estende-se (após a Copa) à Avenida Sete e adjacências explicitando, através da requalificação urbana, a intenção de ambientá-la seguindo a referência dos *shoppings centers*.

Como observou Paola Berenstein Jacques:

Também ocorre hoje um tipo de mimetismo às avessas nos espaços públicos: não é raro encontrarmos recentes projetos ditos de “revitalização” desses espaços, como praças públicas por exemplo, que imitam as ditas “praças” dos *shoppings* (em particular, os materiais usados, a paginação do piso e o cercamento), exatamente o contrário do ocorrido nas galerias e primeiros centros comerciais que mimetizavam os espaços públicos urbanos, as suas ruas e praças tradicionais. Hoje, paradoxalmente, a referência de espaço

²⁴ « Il en va ici de la mise à jour des formes d'encadrement, de programmation et de gouvernamentalité des environnements sensoriels du quotidien. On peut ainsi se demander comment une approche en termes d'ambiance se situe dans la tension entre stratégies aménagistes et tactiques habitantes, entre lieux de pouvoir et occasions de résistance. » (THIBAUD, 2013, pg. 15).

público dito “de qualidade” passa a ser um espaço privado, na maior parte das vezes, um espaço interno, cercado e com segurança privada. (JACQUES, 2009, pg. *online*)

Para a Avenida Sete, a preocupação da atual gestão municipal com a estética da cidade, se reflete no quesito de uma ambientação de shopping. Entre outros aspectos correlatos com a questão da estética, vemos no projeto da FMLF (órgão municipal de urbanismo) a implantação de *parklets*²⁵ ao longo de um dos lados da via, objetivando construir espaços de descanso e possibilitar uma maior permanência também na via, não apenas nas praças. Este aspecto também evidencia um apelo ao elemento da sustentabilidade, presente no discurso do apaziguamento, que privilegia o pedestree demais modos de transporte limpos (que não poluem), aumentando a área destinada a estes, e diminuindo o espaço, e, portanto, o fluxo, dos carros.



Primeiro *parklet* instalado em Salvador, na região entre os dois maiores *shopping centers* da capital (<<http://www.vereadorpaolocamara.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Parklet-Caminho-das-Árvores.jpg>>)

Apesar de haver boas intenções, o projeto (e suas consequências) não foi discutido com a sociedade, apenas apresentado aos diretamente atingidos, na Câmara dos Dirigentes Lojistas

²⁵ O *parklet* visa substituir o espaço destinado ao carro ao longo da via. É uma instalação móvel que propõe uma espécie de ampliação da calçada, ocupando o espaço que um ou mais automóveis ocupariam. A ideia dos *parklets* nasceu como forma de resistência ao domínio do espaço público pelos carros, propondo instalações artísticas e/ou apropriações temporárias por mesas, cadeiras, guarda-sóis e outros objetos que possibilitassem uma certa permanência sobre a via e garantissem um certo “respeito” pela situação construída, ainda que efêmera, da parte dos antigos ocupantes; os motoristas em seus carros. A ideia foi apropriada pela estratégia urbana em muitas cidades no mundo inteiro, a começar pelos Estados Unidos, onde virou modelo. Hoje, há empresas que trabalham na produção (pré-fabricada) de *parklets* modulados e outras empresas, as mais diversas, que projetam a sua apropriação do espaço público através desses elementos modulados, nos locais permitidos pelas Prefeituras. Em São Paulo, por exemplo, até julho de 2016, “158 solicitações da iniciativa privada foram recebidas”, segundo o site <<http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/rede-de-espacos-publicos/parklets/parklets-municipais/>> (consultado em 21/07/2016).

em 21 de novembro de 2014, com a justificativa de atrair mais visitantes de outros bairros de Salvador para a Avenida (BOUÇAS, 2015, pg. 95).

O investimento na implantação formalizada de *parklets* é baseado em grande medida na iniciativa privada, segundo o modelo já implementado em outras cidades, como São Paulo (nota 25). Da mesma forma, a proposta de criação de um sistema de bicicletas “públicas” tem sido fruto de parcerias público-privadas. Ambos os sistemas acabam tirando partido da captura de práticas ou invenções cotidianas, dotando-os de um capital simbólico, como por exemplo, o novo “valor” da sustentabilidade. Nesses termos, o apaziguamento das mobilidades se torna um objetivo consensual, capaz, como se observa, de valorizar a imagem de uma cidade e, sobretudo, de atrair investidores privados que também terão a sua imagem valorizada. É o caso do banco Itaú, em Salvador, que investiu na mobilidade não poluente das bicicletas. Estas são colocadas “à disposição” em pontos estratégicos da cidade, devidamente identificadas com os símbolos do banco,²⁶ servindo então de veículo de propaganda ambulante para o mesmo. Um dos pontos de retirada das bicicletas se encontra na Praça da Piedade, outros quatro têm relação direta com a Avenida Sete – Praça Castro Alves, Campo Grande, Largo da Vitória e Porto da Barra. Também foi desenhada uma ciclofaixa na Sete, indo da Vitória até a Praça Castro Alves, atravessando um grande trecho do chamado Território Empreendedor. Este trecho, no entanto, é para tráfego exclusivo de bicicletas apenas durante os fins de semana, evidenciando ser destinado antes ao lazer do que à mobilidade.

O modelo copiado tende à promoção de uma experiência urbana padronizada, seja na microescala (das bicicletas), seja na macroescala do planejamento urbano estratégico; em ambas, a cidade sofre intervenções no sentido de dotá-la de uma imagem reconhecível no rol dos padrões de qualidade difundidos à escala planetária. É nesse sentido que atuam os ordenamentos urbanos atuais, cujas referências são os *shopping centers*.

O modelo-shopping mostra-se a mais evidente antítese do espaço público, por possibilitar a seleção de populações que podem ou não adentrar em seu território, ou seja, a sua não-democratização, blindada pelo direito de proteção da propriedade privada. Além disso, o Território Empreendedor já revela nas entrelinhas o seu público alvo: a classe média correspondente à elite que usava a Sete em seu “tempo áureo” e os visitantes (estrangeiros) tão caros ao turismo da cidade, *feitores* da sua imagem.

No que diz respeito ao assunto do estrangeiro, vimos como a opinião estrangeira sobre a cidade de Salvador foi fortemente levada em conta. No início do século XX, o ponto de vista de Ezequiel Ubatuba, centrou-se sobre esta mesma Avenida Sete, considerando-a um marco

²⁶ Apenas exibindo as cores e a logomarca do Itaú, são ao menos 7 cidades no Brasil – Rio de Janeiro, São Paulo, Região Metropolitana de Recife, Porto Alegre, Salvador, Brasília e Belo Horizonte – segundo o site <www.mobilidade.com.br> consultado em 22/07/2016.

civilizatório para a capital da Bahia, segundo encontramos no texto de Ana Fernandes e Marco Aurélio Gomes (1993). “Chama logo a atenção do visitante ‘a extensa e bela Avenida Sete de Setembro, asfaltada, arborizada, bem iluminada, cheia de magníficos palacetes, aqui e ali interceptada em bem cuidados jardins’” (Idem, pg. 53-54, grifo no original). A vontade de trazer usuários outros, que não os habitantes-usuários, revela um lado do ser estrangeiro; aquele que pode ser inclusive brasileiro, e ainda nativo da cidade, desde que alheio ao cotidiano da Avenida Sete. Neste caso, trata-se de atrair e valorizar uma espécie de visitante, convidado a construir laços afetivos transitórios e/ou de consumo com a localidade e a cidade. Por outro viés, notamos o devir estrangeiro de uma parcela da população que utiliza, ocupa e se apropria daquele espaço, participando da conformação do mesmo através das suas práticas habitantes. Uma parcela de sujeitos diversos que passam a ser indesejados pois apresentam ações que não condizem com o ideal de cidade almejado “consensualmente” – sobre a base de referências a modelos internacionais e de espaços privados/pacificados, como os já citados. Este outro modo de ser estrangeiro é derivado de um processo de estrangeirização, que fundamenta a gentrificação, esta que, por sua vez, é o processo que promove a expulsão econômica de uma população – anteriormente condizente com os valores (imobiliários e do custo de vida) de uma localidade – devido ao aumento do padrão econômico do bairro ou região urbana. Com os novos valores atribuídos ao lugar – a partir de reformas e toda espécie de requalificações – a população de mais baixa renda busca outros bairros/ regiões para habitar, normalmente contribuindo para o aumento da ocupação na periferia dos grandes centros urbanos. Segundo ressaltou Luiz Antônio de Souza, em entrevista para a Prefeitura de Salvador,²⁷

Deste modo, a “pavorosa” periferia de Salvador não é produto dos pobres, ela é produto combinado da mesma matriz que acentua as desigualdades para promover os privilégios de uma minoria. Ela é fruto da exclusão social histórica que incrementa a precarização urbana e potencia, via planejamento, a segregação sócio espacial, cristalizando verdadeiros guetos onde vivem os pobres, negros deserdados, de forma geral, verdadeiras multidões de refugiados em seu próprio país, na cidade onde vivem. (SOUZA, 2015, pg. 5)

Souza ilustra, através da imagem da *multidão de refugiados*, a noção de sujeito “estrangeirizado”, tornado estrangeiro em decorrência das decisões tomadas em consonância com os interesses de outrem.

²⁷ No âmbito do Plano Salvador 500, a Prefeitura realizou uma série de sete entrevistas com formadores de opinião, entre estas, cinco foram com professores universitários, caso do Prof. Luiz Antônio de Souza. As entrevistas estão disponibilizadas no site <<http://www.plano500.salvador.ba.gov.br/biblioteca-virtual>> na sessão “outros documentos” (consultado em 22/07/2016)

C O N V I T E

"Em homenagem a **Semana Mundial da Paz**,
a Secretaria Cidade Sustentável em parceria com
a Fundação Pream Rawat convidam para o evento,
"A Paz é Possível", com o palestrante
indiano Charan Anand, cujo objetivo é sensibilizar
o cidadão sobre a importância da promoção de uma
Cultura de Paz em nossa cidade".

Local: Centro Cultural da Barroquinha
Praça Castro Alves s/n
Dia 03 de novembro,
das 14h às 16h

0800 200 3330 / secopaz@salvador.ba.gov.br / (71) 3202-5640
 Secretaria Cidade Sustentável

plante paz no seu coração

Secretaria
Cidade Sustentável

SALVADOR
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

BARROQUINHA **SALVADOR**
PREFEITURA

PROGRAMA
EDUCAÇÃO
PELA PAZ
0800 200 3330

www.possibilidade.pt
(Programa de Educação pela Paz - PEP)

« Flyers »
exibidos nas redes sociais
da Prefeitura de Salvador,
2015 - 2016

NÃO SEJA EGOÍSTA

seja legal
com o
turista

#EuAmoSalvador

SALVADOR
PREFEITURA
PRIMEIRA CAPITAL DO BRASIL

É importante notar ainda a diferença entre apropriação e privatização. Tomando o exemplo do *shopping center*, tal referência nos leva a um modo de organização e gestão privadas, onde as decisões e ações são feitas em prol somente do lucro dos investidores diretos, “proprietários” do lugar. Em geral, quando nos referimos às apropriações, trata-se das ações

cotidianas do habitante/ usuário, que estabelecem uma relação de pertencimento com o lugar; se faz do lugar, e o faz seu. No caso aqui estudado, tais apropriações conformam o sentido de espaço público como espaço político, onde o conflito é possível e desejado, já que indica a possibilidade de apropriações diversas, dissonantes.

Observamos que esta referência aos shoppings, além de “tendência” do urbanismo mercadológico, também tem um sentido histórico referente às transformações pelas quais a Avenida Sete de Setembro passou desde a sua criação. A Avenida surgiu, de certa forma, da “necessidade” de vitrines urbanas; tanto no sentido do olhar para dentro (privado e, a priori, inacessível) de modo a ver apenas elementos escolhidos e organizados de modo a favorecer o seu poder de atração (o que entendemos comumente como vitrine), quanto, e principalmente, no sentido do olhar para fora, para uma rua que fosse atrativa. Assim, tornou-se referência de centro urbano comercial, e também de cartão-postal da cidade, atraindo a atenção de uma população elitizada (público-alvo) e de visitantes, segundo vimos anteriormente com o exemplo de Ezequiel Ubatuba. Assim, a Sete foi a primeira via pública aberta, assepsiada, em Salvador, com base nos preceitos higienistas, como veremos em maior detalhe mais à frente.

Aqui, cabe dizer que a abertura da Avenida Sete fazia parte de um “movimento civilizador”, espelhando o ideal de civilização europeu, consolidando as ideias urbanísticas da época (início do século XX) junto com preocupações de cunho sanitaristas, que se estendiam para além das questões da medicina, aos aspectos da ordem pública; cordialidade e vigilância dos costumes. Desde aquele primeiro momento, o urbanismo propunha a desobstrução da malha urbana, a liberação dos fluxos em sua tendência à velocidade, assumindo também neste aspecto um caráter higienizador, buscando livrar as novas vias de obstáculos. O que vem unir-se ao higienismo social para transformar os centros urbanos em ambientes destinados às elites econômicas.

Observamos que, desde então, várias disciplinas vinham se articular para compor o dispositivo, no caso, o dispositivo higienista da época, cuja expressão era vista na arquitetura e urbanismo dos espaços públicos. O Território Empreendedor vem hoje retomar, em certa medida, a expressão entendida como civilizada desta parte da cidade de Salvador. Revela assim, rugosidades do antigo dispositivo. Diferentemente, o dispositivo atual associa-se mais a empreendimentos privados. Voltemos à questão dos *shoppings*.

A Avenida tal qual a conhecemos hoje, sobretudo em termos de ambiência, do movimento popular intenso, também é fruto de ações de parceria entre os poderes público e privado que viabilizaram, direta ou indiretamente, a sua popularização, atraindo camadas as mais diversas da população de Salvador. Segundo Noora Heinonen, a concentração de funções no (hoje) centro antigo até meados no século XX – quando “A Cidade Alta, principalmente a rua Chile e a avenida Sete de Setembro, responde por praticamente todo o comércio varejista

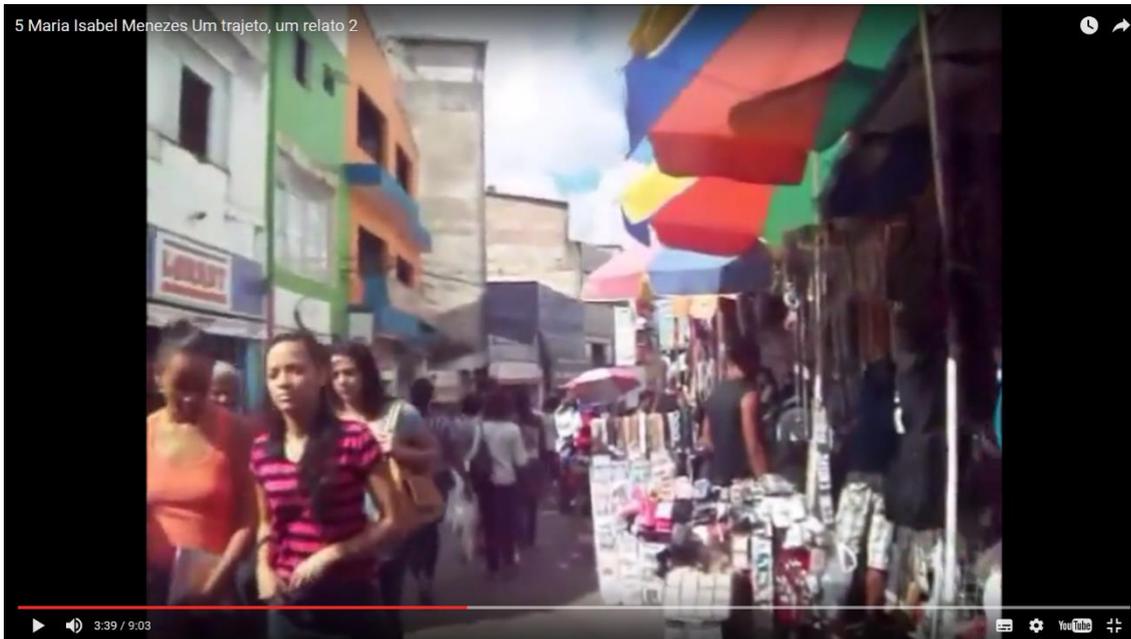
de luxo” (HEINONEN, 2005, pg. 94) – levou a investimentos que contribuíram para “desafogar” a região, sobretudo a partir dos anos 1970. Com a abertura de outras avenidas mais condizentes com a velocidade cada vez maior dos automóveis, no final da década de 60, a expansão urbana foi impulsionada, principalmente na direção nordeste (bordejando o litoral oceânico). Em 1975 inaugurou-se o primeiro *shopping center* à beira da recém-aberta Av. Luís Viana – conhecida como Avenida Paralela – em frente à nova Estação Rodoviária, seguindo e ditando o novo padrão de centro comercial urbano [não mais integrado ao centro urbano]. O *shopping* levou grande parte do comércio de elite e a sua clientela, sobretudo possuidora de automóvel, do centro para uma periferia que se favorecia em termos de infraestrutura e serviços públicos. A gestão privada do *shopping* facilita e intensifica a segregação social, já que o acesso é controlado e o interior permanentemente vigiado.

Na década seguinte, em 1983, é inaugurada a Estação da Lapa, no centro da cidade, próximo à Avenida Sete, levando centenas de milhares de pessoas a transitarem pela região diariamente, tendo acesso através do transporte público. Seguindo a lógica de que o movimento de pessoas é um fator atrativo para o comércio, as vias de acesso à Estação tornam-se locais de comércio popular. Mas, segundo a matéria de um jornal da época, “A Prefeitura não tem interesse em que um comércio desordenado se implante ali. E isso poderia frustrar muita gente com visões de uma Barroquinha – o grande terminal popular – em plena Piedade” (SANTANA, 1983). Alguns comerciantes também não tinham interesse naquela popularização, preferindo trabalhar para uma clientela de “gente fina” que estacionava seus carros no local onde hoje se encontram os terminais da Estação (Idem). Dois anos depois da abertura da Estação, se instala em terreno vizinho o Shopping Piedade, com proposta de se integrar à Lapa e, portanto, popular. Mais tarde, o *shopping Center* Lapa é construído, mas não se integra à Estação como o primeiro.

Conhecemos a Estação da Lapa após a experiência proposta na oficina coordenada pela equipe de Muse no Corpocidade #3 (abril de 2012), no intuito de continuar a apreensão daquele espaço cuja ambiência de muitos sons e movimentos de pessoas transbordava os limites da Praça da Piedade (campo de experimentação da oficina), ultrapassando-a em intensidade. O caminho percorrido²⁸ até a parte mais baixa da Estação observou manter-nos em meio àquela intensidade, do fluxo de pessoas, dos inúmeros estímulos sensoriais e cognitivos, e sobretudo sonoros – das estratégias de venda dos ambulantes. A Estação da Lapa nos foi apresentada, por quem já a conhecia, como lugar “extremamente decadente”, percepção que impregnou a

²⁸ Descemos pela Rua Coqueiros da Piedade até a escadaria de acesso à Estação. Todo o caminho, até o ponto final, é amplamente apropriado pelos vendedores e pelos transeuntes.

nossa naquele primeiro momento e que se contrapunha à experiência do percurso de volta à Praça; por dentro do Shopping Piedade.



“Ó, ainda tem p’ra coluna e dor, viu?!”

Muitas bancas de ambulantes tocam músicas em ritmo de forró, indicando o período do ano. No Nordeste, animam as festas juninas.

“Você quer?”

*“Olha o gol! Olha o gol! Gooooo!!!!”*²⁹

A entrada do Shopping indicava uma linha de escape da chamada *muvuca*. Uma súbita “passivização” dos corpos; um relaxamento ao ponto de enfraquecer a atenção para com os demais corpos que estavam em volta, fora do grupo. Como diria Richard Sennett “cada corpo move-se à vontade, sem perceber a presença dos demais” (SENNETT, 2008, pg. 21). A atenção naquele momento foi voltada para as lojas, para as mercadorias novas e para a própria ambientação do *shopping*; se tratava de um outro texto, rígido, predeterminado. A passivização se dava através do controle das condições ambientais, com a criação de um conforto artificial – iluminação, ar condicionado, redução de ruídos, etc. – como se o ambiente estivesse disposto de modo a satisfazer os nossos desejos (enquanto consumidores padrão) e necessidades

²⁹ *Frame* (na Rua Coqueiros da Piedade) e transcrição de trechos do áudio, captados durante a filmagem do percurso até a Estação da Lapa, em 13 de junho de 2012. A narrativa da experiência encontra-se no *blog* <<https://apreensaocidadecontemporanea.wordpress.com/>> juntamente aos demais trabalhos apresentados ao tópico especial “Apreensão da Cidade Contemporânea”, ministrado por Paola Berenstein Jacques.

corporais. O controle dos acessos é também responsável pela homogeneização das condutas no interior do *shopping*, isolando sobretudo da música e o barulho do comércio de rua e do trânsito. Deixávamos para trás um ambiente que excitava os sentidos para entrar em outro que apaziguava.

Quase dois anos depois, Dona Ângela, prestadora de serviço no ramo da saúde – medidora de pressão arterial – trabalhando na Praça da Piedade, nos disse que o movimento está cada vez menor no centro, “mas o shopping está cheio!” (16 de maio de 2014). Por outro lado, especialmente por estar no Centro, o *shopping* também desempenha o seu papel, seja nos tipos de serviço lá encontrados, seja na estrutura oferecida. A exemplo, se perguntamos onde podemos encontrar banheiros públicos em pleno centro, a resposta é certa: “só no shopping” – apesar de existirem banheiros públicos, por exemplo, na Estação da Lapa. Desta forma, além da manutenção, também é garantida uma seleção das pessoas aptas a utilizar o “banheiro público” do shopping.

Em nosso percurso, encontramos novos banheiros públicos permanentes³⁰ apenas no Campo Grande. Desta forma, a praça nos chama a atenção para o modo de gestão do seu espaço, talvez, já se aproximando de uma gestão “privatizada”, a exemplo dos shoppings, apesar de estar aberta a diversos tipos de apropriações. A presença dos banheiros fixos, pode ter ainda relação com a frequente realização de eventos no local.

Ao lado de um uso cotidiano do Campo Grande, vemos alguns eventos se apropriarem do espaço central regularmente. O mais conhecido é a chegada do cortejo do 2 de Julho, anualmente, com a permanência das imagens dos caboclos por alguns dias na Praça. Mais frequentemente – ao menos no período vivenciado – há uma feira de artesanato que ocupa a parte central da praça, com suas barracas padronizadas. Isto acontece ao lado das atividades mais regulares na praça, especialmente a prática de atividades físicas – patins, corrida, caminhada, bicicleta – predominantemente realizadas pela vizinhança. Estes eventos, cotidianos ou não, conformam um ritmo sensivelmente mais rotineiro ou mais controlado. O cercamento da praça, bem como a sua vigilância, também contribuem para uma programação mais rígida. No entanto, observamos em outras ocasiões, a realização de *rolezinhos*, com a presença de um grande número de jovens atraindo alguns vendedores ambulantes de balas e bebidas, transformando uma parte de Praça (mais próxima ao Teatro Castro Alves) em uma verdadeira festa. Interessante notar que os chamados *rolezinhos* passaram a ser midiaticizados (em geral, criticados pela mídia) no Brasil, considerados como provocação e mesmo invasão, quando propunham ocupar ambientes privados destinados ao consumo, os famosos *shopping*

³⁰ Os WCs químicos móveis são mais frequentes na paisagem urbana, sobretudo em espaços que receberam algum evento, ou associados a alguma eventualidade, por exemplo, em época do ano e onde há maior visitação turística.

centers. Muitos jornalistas e outros estudiosos falaram sobre o “movimento” dos rolezinhos, que teve maior expressividade no final de 2013, possivelmente ecoando, de alguma maneira, as manifestações de rua de meados daquele ano; é o caso de Jorge Luiz Souto Maior (2014)³¹ e Tereza Pires do Rio Caldeira (2014). Segundo esta última, o rolezinho tem uma forte relação com o tão requisitado “direito de ir e vir” na cidade, ou seja, a circulação urbana.

Enquanto o resto da cidade se fechava atrás de muros a partir dos anos 1980 e sobretudo nos anos 1990, os jovens das periferias não apenas fizeram da circulação uma forma de lazer associada a diversas produções culturais como, sobretudo, transformaram sua experiência de viver nas periferias em diversas formas de produção cultural e de intervenção no espaço urbano. (...) No entanto, o enraizamento na periferia com todas suas precariedades não significa imobilidade e restrição a seus espaços. Pelo contrário, alimenta o desejo de circular, de conquistar a cidade, de *forçar limites*. No decorrer das últimas duas décadas, a cidade foi se tornando, para os jovens do sexo masculino, especialmente aqueles vindos das periferias, um espaço não só de circulação, mas também de experimentação, transgressão, prazer e risco. (CALDEIRA, 2014, pgs. 14 e 15, grifo nosso)

Os rolezinhos, realizados no *shopping center*, sobretudo, por grupos de jovens da periferia, reivindicavam o direito de consumo, não só dos produtos e marcas de grifes comercializadas, mas também do espaço de e para o consumo. Trazer as práticas da rua para o espaço do *shopping* está entre as ações às quais a autora se refere pelo “forçar limites”.

No Campo Grande, esses rolezinhos apareceram como rumores dissonantes na ambiência mais permanente (e preservada) da Praça. Sendo desvios de um suposto código de condutas do “bom uso” da praça, nos defrontam enquanto possibilidades outras e como afirmação do lugar como espaço público, passível de apropriações diversas. Ao mesmo tempo em que provocam o seu caráter de espaço público, tensionam o ambiente estabelecido com base nos anseios de um público mais homogêneo (e disciplinado) e impõe os seus atores como público igualmente. Ao mesmo tempo em que desestabiliza, ainda que na microescala espaço-temporal, a harmonia conquistada pela construção de uma imagem consensual do lugar – com base nos usos e públicos atraídos com a revitalização – o rolezinho estabelece uma atmosfera com as características de uma “esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar” (MOUFFE, 2003, pg. 11). Este aspecto de uma “sociedade democrática”, segundo Chantal Mouffe, só é possível de ser expressado, em se tratando do ambiente urbano, nos espaços públicos. Nesse sentido, o “rolé”, apesar de perturbador, é admitido no espaço da

³¹ O autor do artigo “O ‘rolezinho’ da FIFA no país de Pedrinhas em Estado de Exceção Permanente” fala ainda sobre a “dominação cultural do fenômeno” a partir das investidas da mídia (baseada na compreensão das elites econômicas) que pretendiam desvirtuá-lo da sua potência cultural e contestatória, associando-o simplesmente a uma mentalidade capitalista que embute valores de sucesso e felicidade e, assim, fomentam o desejo sobre objetos e lugares de consumo, atingindo igualmente a “galera” do “rolé”.

praça, diferente do que geralmente ocorre nos casos em *shoppings*. Esta praça, por outro lado, também se apresenta como lugar a ser consumido, devido às diversas qualidades promovidas e mantidas pelo poder público – dos valores patrimoniais à segurança pública, passando pelo paisagismo, limpeza, presença de equipamentos como os WCs, etc. – em resposta às demandas das classes mais favorecidas, que habitam no entorno, bem como à indústria do turismo.

A realização dos rolezinhos, seja nos *shoppings*, seja na praça, questiona ainda sobre a oferta de espaços públicos capazes de serem palcos da cena pública, lugares de sociabilidade, da política, do conflito, mas que ofereçam ainda nível razoável de conforto ambiental, associado à acessibilidade e ao aspecto formal baseado na estética dominante. Entendemos, portanto, como o modelo-shopping acaba por se tornar uma referência frequentemente citada pela Prefeitura de Salvador. Segundo Tereza Caldeira (Op. Cit.), os shoppings localizados na periferia de São Paulo foram os principais palcos para os rolezinhos na capital paulista. “Há vinte anos, esses shoppings não existiam. (...) Seus frequentadores são moradores das periferias, famílias, crianças, adultos e, é claro, jovens, para os quais os shoppings são um espaço fundamental de lazer” (Idem, pg. 17). Considerá-los um “espaço fundamental de lazer”, além de evidenciar a carência de espaços públicos para este fim, coloca o lugar de consumo em uma posição de importância na vida dos cidadãos. Os shoppings construídos para atender à população periférica ainda contribuem para a segregação social e consequente invisibilização dessas populações nos centros destinados às elites econômicas. Segundo Caldeira, os rolezinhos, sobretudo quando realizados nesses centros elitizados, vêm inclusive romper com a invisibilidade de uma população jovem periférica e suas práticas culturais.

De volta ao Território Empreendedor

Com a prática cotidiana ao longo dos anos, percebemos de outra forma as relações entre a Estação da Lapa, o Shopping, a Avenida Sete e o entorno; a vitalidade permeia todos esses espaços, os códigos de uns permeiam os outros. Tratam-se de lugares praticados, segundo Michel de Certeau (Op. Cit.); são os passantes e usuários cotidianos que se apropriam, praticam e conformam o lugar, jogando com o controle exercido sobre ele. Passamos inclusive a questionar a noção de decadência, anteriormente colada à Estação, e, por extensão, àquela região, que se mostrava, ao contrário, amplamente apropriável. Através do entendimento de *ruína* em Simmel, nos dispusemos a uma percepção estética da região, das relações observadas no percurso – caminhos, sujeitos, sons, movimentos – como um todo indissociável. Além de unir passado e presente, em permanente estado de tensão, a noção de ruína indica um retorno do espírito humano à natureza, ou uma entrega “às correntes e forças que vêm de todas as direções da realidade” (SIMMEL, 1998, p. 144), ultrapassando a negatividade da mera

decadência. A ruína possibilita a vida em seu estado bruto e pode, a partir daí, nos dar pistas para entender o que as restaurações – para usar o termo empregado pela técnica patrimonial – vêm transformar, esconder ou eliminar.

Desde 2014, as operações da ordem pública têm participado mais assiduamente da organização e do controle da Lapa e região, a exemplo ou em continuidade ao Programa Território Empreendedor. Uma das ruas de acesso à Estação, próxima à Praça da Piedade, a Rua Coqueiros da Piedade tornou-se uma das “áreas de comércio informal” condominiadas do Programa. A própria Estação estava passando por um processo de “requalificação” no momento de escrita desta tese. Tal requalificação foi divulgada à população de Salvador em termos de transformá-la em uma estação-*shopping center*. Desta forma, estaria facilitado o controle do seu espaço; privatizado, todos os sujeitos que ali atuam devem obedecer às normas de utilização definidas pela nova administração – o Consórcio Nova Lapa toma as rédeas administrativas desde o início das obras da Estação, por 35 anos,³² ou seja, até 2050. Entendemos que esta privatização venha a dificultar, senão impedir, a apropriação do espaço por vendedores ambulantes e mesmo por outros tipos de serviço que conseguiram manter seus preços populares como sebos, pequenas gráficas, estúdio para revelação de fotografia, lanchonetes, etc. Transformar em um centro comercial de administração privada mostra-se a forma mais eficaz de exercer o controle e a vigilância da/na Estação, e assim, impedir a apropriação pelos muitos outros sujeitos considerados indesejados segundo o pensamento dominante.



Estação da Lapa antes e como pode vir a ser, a estação-*shopping center*³³

³² Segundo consta nesta e em outras reportagens sobre o assunto
<<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1710486-shopping-na-lapa-sera-construido-apos-entrega-da-estacao>> Consultado em 22/07/2016.

³³ O site de notícias G1 traz esta entre outras imagens do projeto da Estação
<<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/01/ordem-de-servico-para-obras-da-estacao-da-lapa-e-assinada.html?noAudience=tru>> Consultado em 20/10/2016.

São inúmeras e variadas as declarações da prefeitura, representada por Rosemma Maluf, secretária de ordem pública, e o prefeito, Antônio Carlos Magalhães Neto, a respeito das operações de Ordem Pública no centro de Salvador. Na prática, observamos uma espécie de conquista de território que aos poucos vai ganhando terreno. Segundo nos foi informado, em visita à Fundação Mário Leal Ferreira, os primeiros estudos para a definição de um território empreendedor começaram em finais de 2013,³⁴ quando foi traçada uma poligonal – “Poligonal do Território Empreendedor Av. Sete” – e já algumas propostas de extrapolação, a partir do prolongamento da Avenida J. J. Seabra, na Baixa dos Sapateiros, e da Av. Joana Angélica, em direção ao então Estádio Fonte Nova. Com relação à Joana Angélica, além dos interesses de ordenamentos para a Copa (no entorno do Estádio), notamos que tocaria também toda a região da Estação da Lapa, de um lado, e a região da Mouraria de outro lado – entre a Joana Angélica e a J. J. Seabra.

Nesse sentido, o Território Empreendedor desce a ladeira da Barroquinha em direção ao “grande terminal popular” da Baixa dos Sapateiros, região que passa a integrar os interesses estratégicos em matéria de ordem urbana, por sua proximidade com o Centro Histórico turístico, sua comunicabilidade com o centro representado pela Avenida Sete e por seu caráter igualmente ligado ao comércio.

Sempre fiz questão de passar pela Barroquinha, gostava daquela feira do couro ali bem no meio da passagem. Até que o um dia foi lançado o Espaço Cultural da Barroquinha, quando a Fundação Gregório de Matos prometeu fazer uma revolução cultural na área do entorno da Praça Castro Alves. A passagem pela descida agora foi estreitada por tapumes que escondem a obra.

[Caderno de Campo]

Novamente, o primeiro passo para a “revitalização” da área foi a retirada dos vendedores (ambulantes) de produtos de couro. Inicialmente, o projeto mostrava que seriam construídos quiosques fixos para que o grupo pudesse voltar a trabalhar no local. Agora, depois da nova escadaria pronta, não vemos nenhuma intenção de trazê-los de volta. O que vimos foi a lenta expulsão com um gradual afastamento do local onde se encontravam: primeiro, as barracas foram transferidas para a Praça Castro Alves; depois, levadas a ocupar pequena parte do terminal de ônibus da Barroquinha. Além de afastados do local original, também foram afastados do fluxo mais intenso de pessoas e sobretudo da visibilidade geral,

³⁴ A apresentação (em power point) intitulada “Atuação da Fundação Mário Leal Ferreira Período de setembro a dezembro / 2013”.

como se a feira fosse retirada da vitrine.³⁵ Atualmente, a escadaria se tornou um local de passagem, sendo controladas as ocupações que eventualmente possam vir a se aventurar. Tal desocupação, além de “limpar” o ambiente de certas imperfeições – executando a maquiagem prometida da Semop – possibilita uma valorização, a partir do acesso visual, daquilo que interessa à estratégia urbana civilizadora: a cultura que se quer mostrar, formal ou formalizada, a igreja patrimonializada, praça, paisagem marítima, cinema, teatro, monumentos...

No sentido da promoção de uma cultura identitária, foi observada a relação existente entre a Barroquinha e a cultura Afro. O Espaço Cultural assumiu esta identidade por ter sido originalmente uma igreja católica, destinada a uma população pobre, onde admitiu-se a implantação de um terreiro de candomblé associado à estrutura da igreja. Disto, considera-se a igreja, hoje espaço cultural, como um símbolo do sincretismo religioso na Bahia.

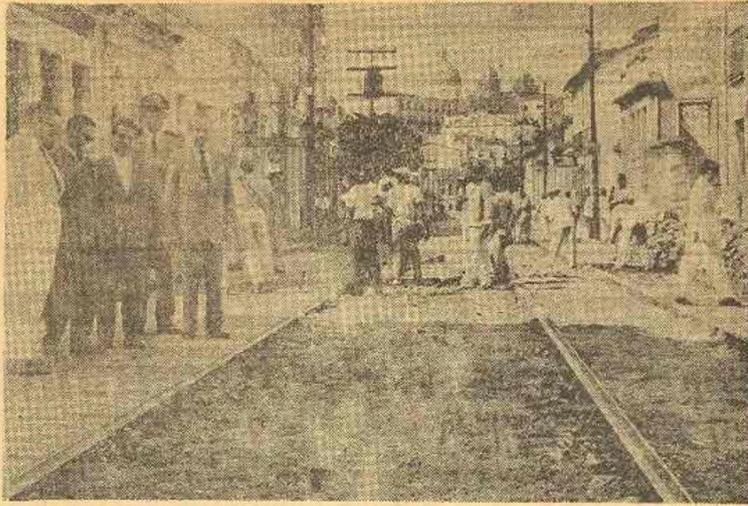
A antiga igreja barroca refletia o contexto das regiões de relevo de vale, originalmente apropriadas pelas classes trabalhadoras, formadas por pobres e negros. Já as cumeadas, ao contrário, eram lugares privilegiados, ocupados pela população mais abastada, evidenciando a instauração de um primeiro tipo de segregação socioespacial. Nesse sentido, a Avenida Sete de Setembro, quando aberta, abrigou, juntamente com as ruas Chile, Misericórdia, Ajuda, Carlos Gomes e uma parte da Joana Angélica, outras ruas de cumeadas, o comércio varejista de luxo, “seguindo as linhas dos transportes coletivos, em direção aos bairros ricos.” (SANTOS, [1959] 2008, p.82). Enquanto isso, o comércio varejista destinado à população de baixa renda “ocupa a Baixa dos Sapateiros (Rua Dr. José Joaquim Seabra),³⁶ artéria principal do tráfego de veículos coletivos que se dirigem aos bairros da classe média e pobre.” (Idem). Isto para citar um exemplo de estratégia de segregação, através do comércio e do transporte público, observado nas décadas de 1940 e 1950. Segundo Milton Santos, “a rua Chile constitui uma espécie de vitrine da cidade” (Ibid., p.83) por estar destinada às frequentações mais elitizadas, ao comércio sobretudo, mas também ao cinema e outras formas de lazer, das quais os negros e pobres eram deixados à margem.

³⁵ O trabalho de mestrado de Leandro Santos, defendido neste ano de 2016, traz mais observações sobre o processo de revitalização da conhecida “ladeira do couro”, junto à vivência dos seus principais sujeitos, os vendedores.

³⁶ O nome é em homenagem ao Governador da Bahia responsável pela modernização da região central de Salvador, no início do século XX, originando o traçado atual da Avenida Sete. Nos reportaremos novamente à sua participação no próximo capítulo.

AVENIDA DOS POBRES ESTARÁ PRONTA EM ABRIL

Começaram ontem as obras para o asfaltamento da Baixa dos Sapateiros



Flagrante do início das obras da Baixa dos Sapateiros, presentes o prefeito e auxiliares.

Recorte do Jornal A Tarde de 16 de dezembro de 1959. Disponível na página internet da Fundação [Municipal de Cultura] Gregório de Matos <http://www.culturato.dodia.salvador.ba.gov.br/vivendo-polo.php?cod_area=1&cod_polo=124>

Nas reformas atuais, a Baixa dos Sapateiros e a Barroquinha também se tornaram alvo das novas higienizações, sobretudo por integrarem um entorno que é alvo do interesse da indústria turística. Na J. J. Seabra (conhecida como Baixa dos Sapateiros), a reforma do espaço público foi conduzida inicialmente pelo Governo do Estado da Bahia, com uma preocupação notadamente com a acessibilidade e padronização das calçadas e praças, as quais foram quase completamente alisadas/ niveladas e pintadas em vermelho.³⁷ A Secretaria de Ordem Pública da Prefeitura veio intervir no local junto aos vendedores ambulantes, como fez na Avenida Sete. Segundo publicado no Diário Oficial do Município em 7 de agosto de 2015, “A medida integra o projeto Território Empreendedor, que vem sendo aplicado com sucesso há cerca de um ano em diversas regiões do Centro, tendo alcançado êxito nas intervenções de ordenamento na Avenida Sete de Setembro”. (Salvador, DOM, 6395-07-08-2015, pg. 4). Vemos como o Programa partiu das operações de ordenamento realizadas na Avenida Sete e ganhou outras regiões e outros âmbitos, que vão além do comércio ambulante, como podemos entender com a fala da secretária na notícia publicada:

A Baixa dos Sapateiros tem importância semelhante à da Avenida Sete para o comércio de Salvador. É uma região histórica e emblemática e um dos principais eixos do comércio de rua, se tornando um verdadeiro shopping center a céu aberto. Ali se encontra um número expressivo de comerciantes, o que gera muito emprego e renda para a cidade. Então, considero esta aproximação de fundamental importância para a cidade e, principalmente,

³⁷ Talvez esta seja uma forma de distinguir o partido político atuante no espaço, diferentemente da prefeitura, que atua prioritariamente na Avenida Sete de Setembro, o Estado da Bahia tem atualmente um governador membro do Partido dos Trabalhadores, representando o seu posicionamento mais à esquerda com a cor vermelha.

para os agentes locais, e só dessa forma poderemos encontrar soluções para revitalizar a região. [...]

Neste local [Mercado São Miguel], queremos criar um ambiente propício a se tornar um grande centro de visitação turística. Para tanto, é necessário que haja organização e apoio por parte dos empresários e pequenos comerciantes para que possam ser atendidas demandas referentes a limpeza e conservação dos espaços, das ruas e sanitários públicos. (Idem)

A Secretária demonstra sua preocupação com o Mercado de São Miguel, considerado uma referência na venda de produtos relacionados à cultura afrobrasileira, sendo um dos mercados citados por Iris Venena Santos de Oliveira (2011) como espaços indispensáveis para entender as relações entre o candomblé e a cidade de Salvador.³⁸

Desta forma, levando em conta a riqueza cultural afrobaiana, como elemento capaz de atrair a visitação turística, o Programa Território Empreendedor integra o âmbito da cultura e, tanto na Baixa dos Sapateiros, quanto no pé da Ladeira da Barroquinha – onde se encontra o Espaço Cultural da Barroquinha – destina a atenção sobretudo à possibilidade de exploração turística da cultura negra da Bahia.

A antiga segregação existente – operada pelo comércio, pelo transporte público, e em matéria de urbanismo em geral (visto que a urbanização da Baixa veio acontecer quase 50 anos depois daquela da Sete) – entre o vale e a cumeada, separando os ambientes de consumo dos pobres e dos mais ricos, vem dar lugar a uma tematização estratégica. Estratégica, pois toma partido das diferentes apropriações com vistas a uma construção de imagem atrativa para o chamado empreendedorismo. Sobre este, é válido lembrar que David Harvey (1989) já havia observado como a abordagem “administrativa” da gestão urbana da década de 1960, nos países capitalistas avançados, cedia lugar para uma abordagem mais “empreendedora” da década seguinte em diante, como forma de o poder público incentivar os investimentos privados e assim, atuar diretamente na economia.

Os elementos da cultura afro compõem assim a temática da Barroquinha, enquanto aqueles mais característicos de um “shopping a céu aberto” são mais valorizados na Avenida Sete de Setembro, embora também estejam presentes, nesses termos, nas intenções urbanísticas para a Baixa dos Sapateiros, desde o início dos anos 2000.³⁹ Em se tratando de

³⁸ Igualmente a outros mercados e feiras como a Feira de Água de Meninos, a Feira da Sete Portas, o Mercado Modelo, o Mercado do Ouro e o Mercado de Santa Bárbara. (OLIVEIRA, 2011)

³⁹ Outro recorte de jornal que encontramos na página da fundação Gregório de Matos traz a reportagem de Suza Machado (2002) sobre a revitalização da Baixa dos Sapateiros, cuja “idéia é transformar o comércio local em uma espécie de shopping a céu aberto” (Idem). Além disto, a reportagem informa ainda que a iniciativa é baseada na referência de uma “experiência de revitalização de área comercial bem-sucedida realizada no Rio de Janeiro”, o que nos remete novamente ao contexto carioca, o qual tem sido constantemente tornado modelo para o contexto urbano soteropolitano.

temáticas e/ou “identidades” espaciais, podemos nos remeter à noção de parque temático aplicada aos espaços públicos, tratada por Michel Sorkin, que a estende à configuração dos *shopping malls*:

Este é o significado do parque temático, o lugar que encarna tudo isso, o ageográfico [desconectado da geografia], a vigilância e o controle, as simulações sem fim. O parque temático apresenta sua visão feliz e regulada de prazer – todas aquelas formas artisticamente ilusórias – como um substituto para a esfera pública democrática, e o faz tão apelativamente que despe a urbanidade complexa de suas asperezas, da presença dos pobres, do crime, da sujeira, do trabalho. Nos espaços “públicos” do parque temático ou do shopping, até a fala é restrita: não existem manifestações na Disneyland. O esforço para recuperar a cidade é a luta da própria democracia. (SORKIN, 1992, pg. xv, tradução nossa)⁴⁰

A referência ao *shopping center* é a que mais prevalece em se tratando das empreitadas do Território Empreendedor, o que entendemos ser devido ao objetivo de trazer para este território, enquanto pedestres, uma população cuja experiência urbana, de uso dos espaços públicos das ruas, é restrita a determinados lugares tidos como “limpos” e “seguros”. Os próprios funcionários da prefeitura, a exemplo da secretária, pertencem a esse grupo mais privilegiado da população, condicionada a transitar, especialmente se for para o consumo (compras e lazer), nos *shoppings* e demais ambientes fechados e pacificados.

Em ambas as regiões comerciais – na Baixa dos Sapateiros e no alto da Avenida Sete – e entre elas, na Barroquinha, o foco da atenção do poder público está sobre os vendedores ambulantes, e o objetivo está notadamente na construção de uma imagem a ser apresentada aos visitantes “estrangeiros”.

A presença da cultura negra, marcada nos espaços centrais de Salvador, passa de problema a solução quando é vista como uma “vantagem”, um ponto forte das particularidades do lugar. Mesmo os vendedores ambulantes, na Bahia, são, de certa forma, herdeiros dos modos de ocupação do espaço público urbano pelos negros de outrora, africanos ou descendentes, quando estes se localizavam nos chamados “cantos”, onde podiam prestar serviços como escravos de ganho ou libertos. Segundo Ana de Lourdes Ribeiro da Costa (1991), a atividade dos negros dos cantos estava sobretudo relacionada ao transporte de mercadorias e pessoas, por isso se localizavam segundo a lógica da articulação e da circulação entre os

⁴⁰“This is the meaning of the theme park, the place that embodies it all, the ageographia, the surveillance and control, the simulations without end. The theme park presents its happy regulated vision of pleasure – all those artfully hoodwinking forms – as a substitute for the democratic public realm, and it does so appealingly by stripping troubled urbanity of its sting, of the presence of the poor, of crime, of dirty, of work. In the “public” spaces of the theme park or the shopping mall, speech itself is restricted: there are no demonstrations in Disneyland. The effort to reclaim the city is the struggle of democracy itself.” (SORKIN, 1992, pg. xv)

diferentes pontos e níveis da cidade de Salvador. A sua presença nos espaços públicos de passagem também era causadora de conflitos, segundo nos conta a autora, com base nos requerimentos que constam do Arquivo Municipal da Cidade de Salvador:

Há indícios de que a ocupação dos espaços de trabalho pelos negros nem sempre era tranquila. Em 1859, um negociante com loja de "fazendas seccas" solicita à Câmara Municipal que promova a remoção de um "canto" de negros ganhadores, situado em frente à sua loja na Rua do Comércio, esquina do Beco dos Galinheiros, alegando que era tão grande a quantidade de negros que obstruíam a passagem pelo beco, além de produzirem "tão horrível algazarra" e proferirem "taes obscenidades". O negociante se sentia prejudicado tanto por tais incômodos como também por roubos contínuos, obrigando-o a manter a porta que dava para o Beco dos Galinheiros constantemente fechada; propunha então que os negros fossem para o canto do Largo da Ladeira do Taboão, onde se reuniam os ganhadores de cadeira (Idem, pgs. 25-26).

Aqui, Costa opõe ao conflito a ideia de tranquilidade, e relaciona-o sobretudo às interferências na circulação nas áreas de comércio, mais ou menos ao modo do discurso que vemos hoje. Atualmente, vemos mais nítido o objetivo de construção de imagem ou de marca (*branding*) do que de eliminação do conflito propriamente dito. Nisto, a presença de apropriações outras – outras ordens – do espaço público das ruas e avenidas constitui empecilhos, asperidades a serem eliminadas ou disciplinadas/ pacificadas.

Recorrendo sempre à nossa vivência cotidiana, antes do último encontro programado com a Praça da Piedade, buscamos entender a sua relação com a Cidade Baixa. Nos focamos, assim, no fluxo contínuo através da Avenida Sete, especialmente passando pelo bairro Dois de Julho, visto que grande parte do fluxo que atravessava a Piedade, parecia ter alguma relação com aquele bairro.⁴¹ A intenção para aquele dia de trabalho de campo era de chegarmos à Praça a partir do Largo Dois de Julho, o centro do bairro homônimo. No trajeto, esbarramos em um processo de padronização mais abrangente, embora temporário, concernente ao grande evento esportivo a ser acolhido pela cidade. A Federação Internacional de Futebol impôs uma série de adaptações (urbanísticas ou não) ao modelo a ser seguido pelas cidades-sede do evento, o que ficou sendo chamado de "padrão FIFA".

⁴¹ A categoria "bairro", em Salvador, pode ser questionada, visto que o Munic, até 2015, ainda não havia definido oficialmente as delimitações entre as diferentes regiões consideradas cotidianamente como bairros, embora a referência a diferentes bairros seja legitimada pelo uso cotidiano da população habitante. A própria Avenida Sete de Setembro se mostra, às vezes, como limite entre bairros – Barris-Dois de Julho; Politeama-Aflitos – em outras, ela se mostra um grande eixo de costura, tornando o conjunto de bairros um, o Centro. O estudo "O Caminho das Águas em Salvador", fruto da parceria entre centros de pesquisa da UFBA e órgãos das gestões públicas municipais e estaduais, propõe a definição dos bairros de Salvador de acordo com as bacias hidrográficas, e estabelece que pertencem à *Bacia de Drenagem Natural da Vitória/Contorno* os bairros da *Vitória* e do *Centro*. Neste último se encontram desde a freguesia do Campo Grande até a metade da Barroquinha – já que a Ladeira da Barroquinha é tido como um dos limites do bairro – e todo o trecho da Sete e adjacências entre um e outro (englobando Politeama, Aflitos, Dois de Julho e Gamboa. (SANTOS et ali [org.], 2010)

Pela Cidade Baixa, fui em direção à Ladeira da Preguiça, procurando chegar até o Largo do 2 de Julho e dali à Avenida Sete, eram mais ou menos 15hrs. Na parte da Cidade Baixa – rua da Conceição da Praia – até o pé da Ladeira da Preguiça, fui o tempo todo “tranquilizada”. Um senhor que estava coordenando os estacionamentos assegurou: “Não, não se assuste não que aqui é todo mundo padrão Fifa! Pode ir tranquila que aqui é padrão Fifa.” E assim fui até a Ladeira. Chegando lá, o discurso mudou: “é melhor você não subir por aqui não, porque é perigoso, está cheio de sacizeiro aqui em cima (...) ainda mais com essa cara de gente de fora... e com essa bolsinha...” Fui levada a voltar e fazer outro percurso (aquele “padrão Fifa”): subir pelo elevador Lacerda e chegar à Avenida Sete pela Rua Chile.

[Caderno de Campo]

No dia em que realizamos o percurso descrito acima, não atentamos para outras possibilidades de subir caminhando até a Avenida Sete. Nosso objetivo era o de conhecer a Ladeira da Preguiça, de tanto ouvir falar, notadamente nos corredores da FAU, entre os graduandos que a estudavam experienciando.⁴² A Preguiça está na região conhecida como Bairro Dois de Julho e, antes mesmo do avanço do Território Empreendedor, já era alvo de uma proposta de intervenção conhecida como projeto “Bairro Santa Tereza”, renomeando o bairro Dois de Julho, visando sua valorização no mercado imobiliário.⁴³

Por volta de um ano depois dessa primeira quase-aproximação com a Ladeira da Preguiça, em 2015 a vimos integrar o Programa Território Empreendedor – junto com o Bairro-Largo Dois de Julho e entorno. A Prefeitura começou a intervir na Preguiça (estrategicamente) depois das chuvas de inverno de 2015, quando, utilizando-se do discurso do risco de desabamento, demoliu algumas edificações. O mesmo aconteceu nas Ladeiras da Conceição e da Montanha, provocando várias demolições nas subidas descidas que comunicam a Cidade Baixa e a Cidade Alta.

Se tivéssemos um melhor conhecimento das ruas de Salvador naquele percurso “padrão Fifa”, poderíamos ter evitando os sacizeiros⁴⁴ subindo em direção à Avenida Sete pela Ladeira da Conceição da Praia, que nos leva da Igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, na Cidade Baixa, até a Praça Castro Alves. Na Conceição, encontramos, alguns meses depois,

⁴² Sobre as experimentações, ver o texto “Tarô de memórias: um jogo de recortes e relações da cidade de Salvador” de Blerca Copa, Igor Queiroz, Janaina Chavier e Mariachiara Mondini (2014).

⁴³ A questão do Bairro Dois de Julho faz parte de uma história que já está sendo contada pelos membros do Lugar Comum (grupo de pesquisa do PPG-AU FAUFBA), especialmente pela pesquisadora Laila Mourad (2011).

⁴⁴ Como são chamados os dependentes de drogas, sobretudo o crack, que vagam pela cidade, sendo vistos com maior frequência em algumas ruas.

em meados de 2014, um processo similar de expulsão, ou de retirada da vitrine: no mesmo compilado de projetos para a “revitalização” do Centro Antigo, foi proposta a reforma dos Arcos da Ladeira da Conceição, marco na paisagem de Salvador vista a partir da Baía de Todos os Santos.⁴⁵

Na proposta inicialmente divulgada, dizia-se da reforma para abrigar residências artísticas, desconsiderando completamente as atividades (ainda artísticas) que se desenvolvem ali há gerações, com ocupação dos arcos por artesãos que os transformaram em oficinas. Tendo os artesãos se organizado e manifestado contra tal proposta, a Prefeitura recuou, reconhecendo o direito de permanecerem no local; sendo necessário “apenas” que saíssem temporariamente, durante o período das obras – repetindo, assim, o que foi dito aos vendedores de produtos em couro.



Alguns arcos-oficinas da Ladeira da Conceição da Praia,
Acervo da autora, 12 de junho de 2014.

No sentido da construção da imagem, vale ressaltar como as ladeiras que conformam a paisagem da cidade vista da Baía de Todos os Santos – como a Ladeira da Conceição, a Ladeira da Preguiça, entre outras – também se apresentam dissensualmente aos interesses

⁴⁵ O trabalho de mestrado de Santiago Cao, a ser defendido este ano de 2016 no PPG-AU UFBA, traz a noção de *afeticídio* a partir da experiência de expulsão vivida pelos artesãos da Ladeira da Conceição.

paisagísticos, de cunho socioespacial. As apropriações, nesses casos, são vistas no espaço público enquanto paisagem, cartão-postal. Sobretudo, no tocante às duas ladeiras citadas, por estarem no perímetro dito histórico da cidade – se retomamos a noção de parque temático, dir-se-ia de um misto de museu e *shopping center* – as construções de subjetividades dos muitos outros, presentes na paisagem e no lugar, se configuram a contragosto do ponto de vista do pensamento dominante patrimonial.

Para a conservação do patrimônio – entendido puramente físico, rugosidade ligada a um passado desconhecido – os usos dados pela população que ali mora e trabalha, ou seja, o modo de vida dessa população parece inadequado, degradante do objeto patrimonializado. Os trabalhos dos artesãos, com solda em ferro, polimento em mármore, junto com a vida simples dos moradores, compõem o cenário considerado (de maneira superficial) como degradante. Antes que haja uma preocupação com a vida de tais sujeitos, emerge do poder público uma tomada de consciência patrimônio material. Os habitantes locais sabem e proclamam que são eles os mantenedores do lugar. “Se não fosse a gente aqui todos esses anos...”.

O poder público, ao seu modo, tenta “impor um arcabouço semântico prévio às manifestações da memória individual” (JEUDY, 2005, pg. 31), trazendo noções de cultura e arte “pré-fabricadas”, com vistas a requalificar o lugar a partir de novos usos ditos artísticos e/ou culturais.

Nas ladeiras, a simbologia, ou o valor econômico, da vista para o mar favorece a ideia do patrimônio desperdiçado, por ser apropriado pelos muitos outros, os que fogem ao “padrão Fifa”, termo que tanto ouvimos naquele ano de Copa.



Expressões públicas “dão espetáculo” na nova escadaria da Barroquinha, Acervo da autora, 14 de dezembro de 2015.

Observamos que o discurso circundante ao “território” da Av. Sete é aquele da promoção cultural voltada para atrair um público outro, assim como outros investidores, numa espécie de colonização nova, da implantação de uma nova cultura que atende ao chamado dos dogmas do mercado – tanto da indústria imobiliária quanto da turística. Se os habitantes originais (em alusão aos povos originários) querem/precisam permanecer, eles devem se portar de acordo com o novo padrão, a nova ordem.

O ordenamento dos vendedores ambulantes foi o primeiro passo – realizado em caráter de urgência, tendo em vista o evento da Copa do Mundo – para uma intervenção mais abrangente na região. Das vias-condomínios o projeto se expandiu para uma “revitalização” da Avenida Sete; assimilando a comemoração do seu centenário, propôs a requalificação de outros logradouros em relação direta com a via, como a Praça Barão do Rio Branco (conhecida como Relógio [ou Largo] de São Pedro) e o Largo (do Mosteiro) de São Bento.

Nas comemorações dos cem anos de Avenida Sete de Setembro, o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia também realizou a sua homenagem com o seminário “Avenida Sete de Setembro - 100 anos de História e Memória”, propondo uma aproximação entre diferentes estudos já realizados no tocante à Avenida Sete.

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia e a Fundação Pedro Calmon, através do Centro de Memória da Bahia, convidam para o seminário "Avenida Sete de Setembro - 100 anos de História e Memória". O evento ocorrerá nos dias 16 e 17 de setembro, das 14h às 18h, sob a coordenação do historiador Jaime Nascimento. Farão parte da mesa: Nelson Varón Cadena, Ana Fernandes, Heliodoro Sampaio, Rinaldo Leite, além de moradores e comerciantes antigos da Avenida Sete. A entrada é gratuita. (IGHB, 2015)⁴⁶

Tal evento se mostrou de grande interesse para nossa pesquisa, visto que, além da presença renomada dos pesquisadores listados, estava prevista também a participação de moradores e comerciantes, estes que detém um conhecimento com base em uma relação mais íntima com o lugar. O primeiro dia, de fato, contou com a conferência do antropólogo Nelson Varón Cadena, onde expôs o processo de pesquisa que deu origem à exposição realizada no prédio da Caixa Cultural (na Rua Carlos Gomes), trazendo aspectos interessantes da vida e da história local. Outros pesquisadores (que não os demais previstos) sucederam o antropólogo nos dois dias de seminário, finalizando com a pesquisa sobre os trabalhadores de rua de Laila Bouças, já citada aqui anteriormente.

⁴⁶ A notícia estava disponível no site <<http://www.ighb.org.br/#!Exposi%CA7%C3%A3o-comemora-100-anos-da-Avenida-Sete/>>, no início de setembro de 2015. Com as modificações na programação do seminário, o texto citado não pôde mais ser encontrado na página oficial do IGHB, podendo ser encontrado apenas em sites secundários, como estes: <<http://ighbahia.wixsite.com/ighb2/single-post/2015/09/08/Exposi%C3%A7%C3%A3o-comemora-100-anos-da-Avenida-Sete>> Consultado em 03/03/2017.

A apresentação de Laila alimentou as nossas expectativas sobre a presença de moradores e comerciantes, visto que trouxe um pouco da realidade dos vendedores ambulantes do ponto de vista de uma urbanista. Aguardamos para saber do ponto de vista dos próprios sujeitos. Não houve tal presença. Os responsáveis pela organização informaram que estavam previstos os depoimentos de cinco antigos moradores, dos quais, quatro estrangeiros.

Assistimos a um depoimento gravado em vídeo: Seu Manolo, espanhol, chegou à Bahia em 1953, fugido da guerra. Ele, citando monumentos, diz: “ainda tem coisas muito boas”, após uma apresentação saudosa de uma Avenida Sete que já não é a mesma.

A ausência de moradores naquele momento do seminário diz muito sobre a relação dos poderes públicos, das instituições, com os sujeitos que atuam cotidianamente no espaço urbano. Como disse o camelô, na voz de Tom Zé, “eu, que sou filho daqui, sou camelô, e você vem das Portugas querendo ser doutor”. O direito de fala concedido a Seu Manolo expressa o foco do poder público sobre os sujeitos “vindos de fora” aos quais é concedido também o direito ao espetáculo. E expõe como reminiscência das antigas reformas, o fato de as novas revitalizações terem se preocupado em dar condições para a vinda de novos habitantes e/ou investidores, capazes de consumir uma mudança de imagem associada a uma “mudança cultural”, operada pela admissão de novos sujeitos e suas práticas estrangeiras.

No intervalo do seminário, com café e bolos, pude ver, pela janela do andar de cima do Instituto Histórico, uma manifestação dos funcionários dos Correios percorrer parte da Avenida Sete, em direção à Praça Castro Alves. Atestando que o espetáculo cotidiano ainda está garantido para quem quiser ver.

[Caderno de Campo]

Importante não é impor violentamente o problema histórico-crítico, mas apenas aceitar as realidades existentes, levando em conta todas as correntes, inclusive as espúrias, modificando-lhe e aceitando-lhe gradativamente, conduzindo uma ação política efetiva, tomando conhecimento que a falência dos esforços precedentes foi devida às posições de vanguarda ou “igrejinhas” que, excluindo a realidade existente, combatia na abstração, obtendo por consequência mediócrs resultados.⁴⁷

Em nossas andanças pela capital, ao atravessar alguns espaços em torno da Avenida Sete nos deparamos com situações que nos deslocam do senso comum. Uma destas situações foi vivida no 7º e penúltimo dia de experiência programada na Praça da Piedade, um domingo de maio de 2014 à tarde, após ter passado um tempo na Praça e percorrer parte da Avenida. Ao chegar no Passeio Público, pela primeira vez nos aproximamos do Espaço Cultural Tupinambá, como o nome indicava em uma parede que parecia a fachada de uma casa de porta e janela, em um canto do Passeio. Em outra faixa, estava escrito “A nossa aldeia é a rua”. Em frente, estavam uma mulher e um homem produzindo artesanato. O casal havia organizado o Espaço Cultural Tupinambá em um canto bastante visível do Passeio Público. Não foi dessa primeira vez que entendemos a potência crítica daquele espaço indígena em plena Avenida Sete de Setembro, talvez ainda não tenhamos percebido a sua complexidade, mas seguimos tateando uma possível tradução.

Neste outro extremo do Território Empreendedor – em relação à Barroquinha, no eixo da Avenida Sete – o discurso não é muito diferente, embora já não faça mais parte do mesmo território considerado pelo programa (o Passeio é de responsabilidade do Governo do Estado). Diferente da cultura negra, fortemente associada à cidade de Salvador e à Bahia como um todo,

⁴⁷ Trecho de artigo de Lina Bo Bardi, publicado originalmente no Diário de Notícias – Cidade de Salvador, 7 de setembro de 1958. Sessão “Crônicas de arte, de história, de costume, de cultura da vida: Arquitetura, Pintura, Música, Artes Visuais” nº 1. A íntegra da página do jornal foi reproduzida e exposta no saguão do Teatro Gregório de Matos, ao lado da Barroquinha, durante todo o segundo semestre de 2015, integrando a exposição “Amar a Lina”, com curadoria de Joãozito e Carla Zollinger. Visitamos a exposição ao final de caminhada realizada em dezembro de 2015, pela Avenida Sete de Setembro.

cuja vitrine tem sido observada também na região da Barroquinha, a presença da cultura indígena brasileira se dava ali resistentemente, ou insistentemente. Era um espaço que, apesar do seu estado físico deteriorado pelo tempo, apresentava elementos que remetiam claramente à cultura e erudição ocidentais, como as estátuas, o desenho dos canteiros, dos mirantes.

O Passeio Público está localizado em região de cumeada – o que já o identifica como localização privilegiada, historicamente ocupada pelas elites – tendo seu acesso principal pela Avenida Sete, ao lado do Palácio da Aclamação, em frente à Praça da Aclamação; duas estruturas arquitetônicas imponentes no trecho mais elevado da Avenida. Tem apenas dois acessos, o segundo sendo a partir do Largo do Aflitos, pela entrada de veículos do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar da Bahia. Apesar dessa localização estratégica, com vista privilegiada para a Baía de Todos os Santos, o Passeio encontrava-se em estado de ruínas em 2014. Este estado provavelmente configurou uma condição de possibilidade para o uso e apropriação de uma variedade de sujeitos, servindo de palco para ações provavelmente desconectadas do seu passado nobre, ou seja, dos usos para os quais fora originalmente criado.

Conhecemos então o Passeio sendo apropriado e utilizado por uma diversidade de indivíduos, inclusive por aqueles que vão ao Teatro Vila Velha – localizado dentro da área do Passeio – e por seus funcionários, bem como das demais instituições limítrofes; por grupos que se reuniam nos mirantes para ver o pôr do sol, com uma certa liberdade para fumar um cigarro de cannabis; por transeuntes diversos; por “moradores de rua”; por apropriações artísticas e culturais, como o próprio Espaço Cultural Tupinambá. Ainda no quesito da cultura, foi realizada a abertura da 3ª Bienal de Arte da Bahia, no dia de 29 de maio de 2014; o maior evento de cultura e arte havido durante o período de nossa vivência em Salvador passou pelo Passeio Público. Este, no entanto, dizia-se, estava abandonado. De fato, o abandono do poder público não impediu outras apropriações cotidianas, permitindo inclusive que o Passeio servisse de estacionamento para as instituições do entorno.

Desde aquele primeiro encontro com o Espaço Tupinambá, algumas questões passaram a ecoar ou fazer eco junto à problemática da pacificação, especialmente porque as primeiras vítimas de um (outro) processo de pacificação no Brasil, foram as populações originárias – segundo vimos rapidamente nos primeiros capítulos. Havia ali, além da própria ocupação, também verbalmente, uma forte provocação de “boas vindas”, deslocando a noção subjetiva de aldeia. Sobre as aldeias que habitam nosso imaginário, Tainã, a mulher tupinambá, estava convicta de que se tratam de invenção do colonizador, uma forma de restringir o território, demarcando-o, para melhor controlá-lo. Daí o seu protesto, para que os povos originários brasileiros – no seu caso, Tupinambá – possam ocupar a mesma rua que as demais etnias, misturando-se nos espaços públicos das cidades, dando-se a ver nos passeios e praças, como os outros. Desta forma, ela provoca o debate sobre a territorialidade como forma

de exclusão, visto que aos indígenas havia sido delegado o território “protegido” da aldeia, notadamente, fora das cidades. Permanecer nessas aldeias seria a condição para que não fossem mortos. Lá, segundo a “Lei da Igreja” eles não poderiam ser escravizados pois possuíam uma alma, diferentemente dos negros.⁴⁸

Naquela primeira conversa com a índia tupinambá do Passeio Público, ela nos falou, entre (inúmeras) outras coisas, sobre a força que ganhou o movimento negro na Bahia, de maneira a provocar um certo esquecimento da cultura indígena – e isto, podemos afirmar, não só na Bahia. Tainã, para justificar o seu posicionamento e salientar a necessidade de uma resistência urbana (também) indígena, disse que “quando usava tranças, [achavam que ela] era linda! Agora que usa cocar [a tratam como louca]...”. O que não soou muito claro para nós naquele momento, se tratava de uma crítica ao que entendemos como um possível jogo de inversões entre as categorias *índios* e *negros*,⁴⁹ dentro da sociedade brasileira, de forma que, com base nos preconceitos hegemônicos, uns e/ou outros ocupavam o lugar de excluídos na sociedade.

À época da colonização, os negros africanos eram tidos como mercadoria enquanto entendia-se que os indígenas (aqueles docilizados pela catequização) tinham uma alma e eram passíveis de “salvação” religiosa. Estes, por terem uma relação de sobrevivência e espiritual com a terra, eram convencidos a disputá-la ao lado dos colonizadores portugueses contra tropas inimigas, como franceses, ou vice-versa.⁵⁰ Exemplo expressivo encontra-se mesmo na Bahia, onde guerreiros tupinambás uniram-se aos demais nativos para finalmente consolidar a independência do Estado baiano, quase dez meses depois de proclamada a independência brasileira, em 2 de julho de 1923. Desta forma, a imagem do nativo caboclo, é amplamente explorada enquanto herói da independência da Bahia.

⁴⁸ Aqui nos lembramos também em uma entrevista concedida pelo Prof. Pasqualino Magnavita – no âmbito de uma experiência metodológica da pesquisa Pronem, da qual falaremos mais adiante – onde ele nos conta, lembrando das décadas 1940, 1950, que “em Itaparica havia mais índios do que pretos”, mas estes não trabalhavam nas casas, pois com a missão jesuítica passaram a ser considerados diferentemente dos negros. “... Tinham suas aldeias e tudo. Ao passo que os quilombos eram perseguidos, mas os índios não, porque houve uma catequese ou uma forma de entender o índio diferente”. Segundo o professor, acredita-se que o fato de poupar os indígenas da exploração pelo trabalho se justificava pois estes já haviam passado por um violento processo, dizimando-os em grande número, nas guerras de conquista. No entanto, lembra-se: “os índios trabalhavam mais na agricultura, no interior”. (Trechos da entrevista em 6 de março de 2014)

⁴⁹ Lembramos aqui que nos afastamos de qualquer sentido pejorativo dos termos utilizados, ao contrário, entendemos que só é possível desvendar o preconceito em torno de tais categorias se as afirmamos dentro de um entendimento outro. Ao mesmo tempo, temos consciência de que os termos utilizamos enquanto categorias podem ser simplificadores – quiçá negar a complexidade – de uma vasta gama de origens étnicas, tanto negras ou africanas, quanto índias ou indígenas e, ainda, brancas ou europeias.

⁵⁰ Sobre este assunto, o livro “O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial” de Paulo Knauss Mendonça (1991).



Estátua do Caboclo por sobre as árvores do Campo Grande
A fotografia (da autora) foi possibilitada por instalação artística no Teatro Castro
Alves, no âmbito da 3ª Bienal da Bahia, 21 de julho de 2014.

Já os africanos, importados como mercadoria e sem, portanto, nenhuma relação com a terra, eram submetidos à violência do trabalho forçado e da coação, mas eram considerados imprescindíveis para a qualidade de vida urbana e domiciliar, já que realizavam todos os serviços urbanos e domésticos. Ambos, negros e índios, eram mortos pelo sistema do colonizador – em guerra ou no trabalho. E ambos eram incluídos (ou excluídos do) no sistema social à medida da necessidade e do interesse em sua participação. E aqui nos deparamos com novo anacronismo, como algo que se repete até nos dias atuais. Se a participação social dos povos dominados dependia do interesse dos colonizadores, podemos dizer, hoje, que depende do interesse das classes dominantes?

Atualmente, percebemos como o contato entre as culturas brancas e as culturas negras – dos mais diversos povos que vieram habitar o país – se deu notadamente nas cidades, notadamente em Salvador, a mais antiga das capitais brasileiras, possibilitando uma mistura cultural intensa, inclusive de ambas com as culturas originárias. Mantinham, no entanto, um certo afastamento destas últimas especialmente por estarem associadas a um ambiente e modo de vida separados do que se entendia como urbano, ou relativo à sociedade urbana. Na cidade,

o contato tornou assimilável a cultura africana, no convívio e no conflito cotidianos, mas também na negociação, no jogo tático com as classes dominantes. Enquanto isso, o índio, segundo a nossa interlocutora do Passeio Público, foi expulso para as aldeias distantes, para congelar-se em seus costumes. Isto é especialmente gritante no caso de Salvador, cidade que é testemunha das várias astúcias operadas pela população negra, não só para sobreviver, mas para resistir enquanto povo, embora miscigenado, procurando constituir e afirmar um modo de vida outro, distinto daquele tornado hegemônico pela cultura branca europeia. E isto apesar da criminalização desses indivíduos identificados como negros (embora miscigenados) e suas práticas, religiosas ou não, que iam de encontro aos códigos de conduta considerada civilizada da época.

A provocação tupinambá no Passeio pode ter sido, para nós, mais gritante pois, naquele momento, estávamos tentando entender a questão do preconceito racista contra os negros, justificado pelo discurso médico-científico (COSTA, 1983) sobre a inferioridade de raças e propensão desses indivíduos ao crime. Discurso cujo precursor foi o médico (brasileiro e lombrosiano) Raimundo Nina Rodrigues⁵¹ em finais do século XIX. A respeito disto, notamos que a necessidade de convivência levou à “necessidade” de elaboração de teorias que distanciassem – não só religiosamente, mas cientificamente – negros de brancos; necessidade tornada imprescindível depois da abolição da escravatura. Ainda hoje vemos mecanismos diversos de discriminação – no sentido de distinguir, fazer uma distinção – entre as diferentes classes de indivíduos, muitas vezes associada à cor da pele ou a características físicas, mas sempre associada ao nível de renda.⁵²

Em relação à índia Tainã do Passeio Público, naquele dia, notamos que ela, juntamente com seu companheiro Xauã, chegaram a ocupar uma área importante com seus trabalhos, transformando a parte em frente à “casa” com diversas jardineiras, todas bem cuidadas e organizadas. Aliás, o Espaço Cultural Tupinambá estaria exatamente naquele espaço exterior, segundo ela, não nos autorizando a entrar na “casa”. E o Espaço Cultural ia além da calçada, atravessando a rua de paralelepípedos, no interior do Passeio, e ganhando também o canteiro logo em frente, onde havia uma espécie de instalação com cercadinhos e jarros pintados com tintas coloridas, entre outras coisas, em homenagem aos heróis da resistência indígena, como

⁵¹ Entre as suas obras podemos citar aqui *O animismo fetichista dos negros bahianos*, de 1896.

⁵² Sobre isto, vale lembrar da segregação social feita entre os elevadores “sociais” e “de serviço” dos prédios residenciais há até bem pouco tempo. Felizmente, a discriminação e segregação social no uso de elevadores é cada vez mais proibida por leis municipais. Mas há outros casos atuais de discriminação, como aquele sobre a obrigatoriedade do uniforme branco para babás. O caso que gerou muita discussão sobre o caráter discriminatório dos uniformes brancos aconteceu em um clube de São Paulo em 2015. Muitas matérias publicaram sobre o assunto, no link, uma delas: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2015/06/clube-que-obriga-baba-a-usar-branco-e-alvo-de-investigacao-do-mp.html>>. Consultado em 27/07/2016.

ela nos explicou. Tais heróis estão hoje⁵³ estampados em cartazes orgulhosos na fachada renovada do Espaço Tupinambá.

Depois daquela visita, procurávamos sempre passar pelo Passeio para acompanhar a ocupação Cultural Tupinambá, mas tivemos poucas oportunidades de conversar com Tainã. Observamos, no entanto, uma mudança constante no aspecto da “casa”, muitas vezes fechada. Percebemos depois que não havia mais a instalação no canteiro, apenas alguns poucos jarros na calçada.

Somente mais tarde, em meados de setembro de 2015, encontramos o Espaço com pintura nova na fachada, onde faixas de lona exibiam “Espaço Cultural Tupinambá” e mais alguns dizeres. Ainda lia-se SALVADOR – TERRITÓRIO – TUPINAMBÁ – KIRIMURÊ na vertical, cada palavra em uma coluna diferente. Vimos que a “casa” recebia visitas. Tainã, sentada no batente da porta de entrada, perguntava para uma menina que estava em pé com uma mulher que poderia ser sua mãe, do lado de fora, se ela sabia o nome de uma árvore plantada em um dos seus jarros, para a qual ela apontava. Um homem, que estava com as duas visitantes, tentou uma resposta. Mas a árvore era um pé de jabuticaba, ainda muito jovem, como falou na sequência a tupinambá. Continuou explicando que aquela era uma árvore típica do Brasil. Perguntou para a menina se ela já tinha comido jabuticaba, ao que a menina respondeu negativamente. Tainã: “quem sabe um dia você possa vir aqui comer umas jabuticabas no pé, quando você já for grande e a árvore também”. Complementou, agora falando também para os possíveis pais “a gente tem que plantar essas coisas da nossa terra, e não essas florezinhas que nem as de Curitiba que estão plantando aqui [apontando para os jardins revitalizados do Passeio], essas daí nem sequer aguentam o nosso clima [...]”. Esta sua fala complementa a primeira conversa, especialmente quando ela se refere a uma colonização ainda persistente, inclusive através de implantações incoerentes com a cultura do lugar, e isto se dá, como ela demonstra, até nos aspectos da natureza, como a vegetação.

⁵³ A nossa última visita ao Espaço foi em dezembro de 2015.



Visita de uma família ao Espaço Cultural Tupinambá
acervo da autora de 19 de setembro de 2015.

De fato, o Passeio Público havia acabado de passar pelo que foi chamado nas notícias⁵⁴ de *Serviços de Conservação Preventiva*, o que, ao nosso ver, e de outras pessoas que se manifestaram publicamente,⁵⁵ consistia apenas em um trabalho de reparo das calçadas, mobiliário e jardins. Nestes últimos, foram plantadas flores que remetem ao modelo de paisagismo já utilizado em outros contextos diferentes de Salvador, em geral, lugares mais temperados como o sul do Brasil (das Américas, da Europa...). Daí podemos observar o tipo de referência que chega até o Nordeste, terra de clima quente e úmido, no litoral, da mesma forma como chegou ao Brasil em outro tempo, como forma de afirmar a sua inserção nos parâmetros (inclusive ambientais) de civilização ocidental global.

Sendo assim, em um ato de provocação e resistência, o casal tupinambá decidiu habitar o centro de Salvador, ocupando um emblemático espaço público da cidade. O Passeio Público foi fundado para ser o espaço livre e arborizado ideal da cidade civilizada, o que ainda hoje tem suas reminiscências na idealização da cidade pelos poderes públicos (arquitetos e urbanistas), o que Manuel Delgado (2011) considera um espaço público ideológico. O Passeio foi o lugar por excelência da *promenade* das damas da elite *Bahiana*, visto que não podiam utilizar o espaço da rua para este fim. Tornou-se assim um lugar para apreciar, ver e ser visto por pessoas da mesma classe, em um determinado período. Lugar de visita estrangeira. Um lugar fechado para a maioria. Diferente do que encontramos pessoalmente, um lugar onde, apesar do acesso físico restrito a duas entradas (as quais são fechadas à noite), e da

⁵⁴ A Tarde *On Line* de 25 de setembro de 2015. <<http://atarde.uol.com.br/noticias/imprimir/1714913>>

⁵⁵ Como é o caso de uma das artistas que foram convidadas a “reabrir” o Passeio Público com um cortejo e espetáculos de dança, música e teatro. Ela publicou nas redes sociais uma denúncia com base na experiência do que chamou “Chá de Espera”.

presença de vigilantes, se mostrou apropriado e apropriável por diversas atividades e grupos de pessoas.

Sobre o espaço público, seguindo Delgado, podemos dizer que é noção construída nas últimas três décadas, fortemente ancorada nos enunciados do planejamento estratégico urbano. É, portanto, um conceito-ferramenta formalizado pela ampla gama de projetistas e gestores das cidades, com base, sobretudo em preceitos de ordem econômica, da valorização (a partir das re-qualificações) de espaços urbanos.

Seria hoje que, de fato, as noções de *ciudadania* e – por extensão – de *espacio público* seriam exemplos de ideias dominantes – no duplo sentido das ideias daqueles que dominam e ideias que são concebidas para dominar – como eixos destinados que justificam e legitimam a gestão do que viria a ser um consenso coercitivo ou coação até certo ponto acordada com o próprio coagido. (DELGADO, 2011, pg. 26, tradução nossa)⁵⁶

O que analisamos aqui, citando rapidamente esse apontamento teórico da noção de espaço público, é: se hoje o Passeio Público pode ser considerado e tratado como um espaço público urbano, ele atravessou, em sua história, outros meios discursivos sobre o seu papel na cidade. De modo geral, as diversas transformações pelas quais passou foi no sentido de uma atualização do que se entende como expressão de civilidade e/ou urbanidade.

O Passeio foi inaugurado em 1815 pelo Conde dos Arcos, governador da Bahia, respondendo à demanda por um lugar conveniente à “comunicação das famílias”, capaz de atrair os moradores, possibilitando que se vissem e se falassem (SEGAWA, 1996). Além disso, a sua construção foi também motivada pela implantação do Império no Brasil e passagem da família real portuguesa por Salvador. Desde então, o Passeio Público teria atraído sobretudo os visitantes estrangeiros, encantados com o seu jardim – que guardava belos exemplares da exuberante flora nativa, como também de outras partes do mundo⁵⁷ – e com o amplo panorama visual sobre a Baía e Todos os Santos.

Além de lugar para o convívio (entendido também como lazer), o Passeio Público era condizente com a “necessidade” de espaços moralizantes, onde a sociedade pudesse exercitar a disciplina, os bons modos e ainda se “educar” na percepção dos padrões de beleza e/ou

⁵⁶ “Tendríamos hoy que, en efecto, las ideas de *ciudadanía* y – por extensión – de *espacio público* serían ejemplos de ideas dominantes – en el doble sentido de ideas de quienes dominan y de ideas que están concebidas para dominar – en cuanto pretendidos ejes que justifican y legitiman la gestión de lo que vendría a ser un consenso coercitivo o una coacción hasta un cierto límite consensuada con los propio coaccionados.” (Delgado, 2011, pg. 26)

⁵⁷ No texto de Hugo Segawa, o autor cita um trecho da descrição dos viajantes Johann Spix e Carl Martius, de passagem pelo Brasil entre 1817-1820, no qual relatam sobre o Passeio Público: “Entre todos os jardins que vimos no Brasil este é o que mostra mais os característicos da floricultura europeia. Nele, encontrei a quina peruana, cultivada com o nome de quássia (*Quassia amara*, L.), que, entretanto, não se desenvolve bem”. (MARTIUS et al, 1938, p. 287, Apud SEGAWA, 1996, pg.123.)

estéticos europeus. Daí a preocupação em dotar o espaço de uma decoração baseada, não só no paisagismo (ver nota anterior), mas também nos objetos de arte ocidental, especialmente as estátuas de mármore de Carrara. Na mesma intenção – “de facultar um divertimento honesto e moralizador às famílias” (PAZ, 2014) – foi erguido o Teatro São João na (hoje) Praça Castro Alves.

Baseando-nos no texto de Hugo Segawa, notamos que o surto modernizador do início do século XX veio modificar a feição do Passeio Público, tirando-lhe o protagonismo enquanto passeio da elite baiana e, mais que isto, local de visitação estrangeira. Com este objetivo, os poderes públicos, na figura de José Joaquin Seabra, centraram sua atenção na “criação” da Avenida Sete de Setembro e, com ela, a reclusão do Passeio à margem da apropriação pelas elites urbanas.⁵⁸ Analisando os fragmentos de fatos encontrados nos textos, podemos dizer que este “abandono”⁵⁹ do poder público, tornou possível a apropriação do Passeio por outro(s) público(s). As intervenções de restauração atuaram sempre no sentido de ir contra essas apropriações que, de proibidas, se tornavam criminosas. O namoro se tornou um desses usos reprimidos, pois as demonstrações públicas de afeto “própria dos populares avessos às etiquetas burguesas de comedimento” (SANCHES, 2011, p. 9) chocava a sociedade baiana em seus padrões de civilização. Até hoje vemos este uso, entre outras práticas consideradas inapropriadas, convivendo com diversos usos cotidianos, como o passeio do cachorro, a reunião de grupos ou a simples passagem habitual, dos Aflitos à Avenida Sete de Setembro.

Atualmente, presenciamos um processo de revitalização baseado em outros anseios, porém, cujos objetivos soam como ecos do que se pretendia para o Passeio desde a sua fundação. Observando o anseio re-civilizador, o lugar passa por um processo que intenciona recuperá-lo para fins culturais, cujo discurso, assim como aquele do Território Empreendedor, fala em “trazê-lo de volta” à sua função inicial/original de lugar do espetáculo de e para a elite – e demais estrangeiros àquele espaço. O processo de revitalização propôs a restauração das suas peças decorativas, sobretudo as estátuas, das estreitas calçadas de pedra portuguesa e da sua vocação cultural, a partir da promoção de eventos de música, teatro, dança, etc..

Esta espécie de “aldeamento cultural” – circunscrito em um perímetro fechado, como é o Passeio Público – não se mostrou relacionado ao Espaço Cultural Tupinambá, localizado dentro do Passeio, tangencialmente ao limite leste. Provavelmente, não é do interesse da gestão pública, a utilização deste o “tipo” de cultura na “ambientação” do Passeio, segundo o

⁵⁸ O novo governador inclusive ampliou o Palácio da Aclamação, sua residência temporária como governador, ganhando terreno sobre o Passeio. Também retirou de lá o obelisco que homenageava a passagem da corte portuguesa, colocando-o defronte ao palácio, na Praça da Aclamação.

⁵⁹ Segundo Daniel Paz (Op. Cit.), ao longo do século XIX (período de “vigência” do Passeio Público), o espaço passou por várias fases de “abandonos” e de “restaurações”.

padrão cultural definido pela própria estrutura do lugar. Por outro lado, mostrou-se maior preocupação com uma possível “volta às origens”, “quando a Bahia era menos progressista, porém mais artística, que, aos domingos, à tarde, ali tocava sempre uma banda de música, sendo notável a concorrência pública, maiormente de famílias do escol baiano” (Boccanera, 1921, p. 276, Apud SEGAWA, 1996, pg.125).

Assim sendo, foi comemorada uma “reabertura” do Passeio. O que de fato é uma reapropriação da cena cultural formal, mais uma vez condizente com os ideais de cultura, segundo o pensamento dominante. O Espaço Cultural Tupinambá, apesar de ter renovado a pintura da sua fachada, os painéis e mesmo os jarros postos na calçada, não apareceu nas notícias e fotos da chamada reinauguração do Passeio Público.

Tainã e seu companheiro estavam lá. Ela havia nos falado sobre como a cultura indígena é quista, se congelada, disciplinada e longe da cidade. Daí o Passeio Público ser o local ideal para a ocupação política do Espaço Cultural Tupinambá, visto ser representativo do espaço aculturado segundo os ideais europeus. O casal tupinambá tem consciência de que são considerados indesejáveis ali, mas fazem questão de permanecer e de se afirmarem indígenas.⁶⁰ Segundo eles mesmos, estão ali para denunciar uma colonização que nunca acabou. Acabam por tensionar o caráter público do Passeio, indagando de modo geral sobre quem tem o direito de se apropriar do espaço público urbano. Além deste, um outro questionamento: de qual tipo de patrimônio o poder público está disposto a cuidar. Aí falamos da dificuldade em manter o legado dos nossos antepassados autóctones em constante transformação, até mesmo em integrá-los à sociedade (urbana) brasileira.

A abordagem cultural da restauração do Passeio nos coloca novamente em face desta ferramenta utilizada amplamente pelo planejamento estratégico. O tema das relações entre urbanismo e cultura tem sido tratado por diversos autores, entre eles, Otilia Arantes – no já clássico *Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas* – provoca extensa reflexão ao tocar em pontos como “animação cultural”, “gentrificação estratégica”, “dispositivos de segurança” para tratar do “sentido original de invasão e reconquista, inerente ao retorno das camadas afluentes ao coração das cidades” (Arantes, 2011 [2000], pg. 31). Na mesma época, Lilian Fessler Vaz e Paola Berenstein Jacques (2001) escreveram o texto *Reflexões sobre o uso da cultura nos processos de revitalização urbana*, entre outros, e entre outros autores que refletiram sobre o (ab)uso da cultura nos projetos de espaços urbanos e de cidade, ao mesmo tempo em que a noção de espaço público ganhava força no discurso político e nos escritórios que pretendiam implantar a sua concepção de desenho urbano.

⁶⁰ Mesmo que, para isso, tenham que contrariar as leis que colocam sob a responsabilidade exclusiva do cacique a identificação daqueles que compõem o seu povo, segundo nos informou Tainã.

Nos valemos ainda das considerações feitas por Thais Portela sobre os enunciados hegemônicos que norteiam os dogmas (não só, mas também) sobre dos espaços públicos. A autora trata especialmente do enunciado hegemônico da *cultura* – ao lado da *participação*, da *sustentabilidade* e do *socialmente justo* – a partir da ideia de que tais enunciados podem se constituir em sortes de ágoras.

Faço essa relação porque, quando debruçamos sobre os discursos de diferentes sentidos construídos para um mesmo campo de enunciados, este “lugar” torna-se um campo de batalha das ideias, dos desejos e dos poderes inerentes a cada contexto observado; aqui podemos “ouvir” os conflitos e dissensos. Essas palavras são como grandes esferas públicas em que cada um – eu, você, eles e aqueles – pode disputar o sentido do próprio enunciado discursivo, seja hegemônico ou não, ligado a esses poderes ou àqueles. (PORTELA, 2011, pg.115)

Vemos esta disputa claramente no texto de Vaz e Jacques (Op. Cit.), quando elas fazem questão de utilizar o termo revitalização, salientando sua conotação de vitalidade, decorrente da presença das pessoas, e negado assim o uso de revitalização como valorização econômica e consequente expulsão de populações, gentrificação.

No Passeio Público, a ocupação indígena entra na disputa da noção de “espaço cultural” e ainda provoca uma reflexão acerca da prática de conquista de territórios; ao “ter conquistado” aquele espaço de maneira tão frágil, nos mostra que a conquista sólida só é permitida a uma certa camada da sociedade – o Teatro Vila Velha, por exemplo, ganhou o terreno do Passeio Público, cedido pelo Governo em 1961.⁶¹

A fragilidade das ocupações por atividades populares também foi vista nos exemplos anteriores, dos vendedores, em especial aqueles da feira do couro da Barroquinha, e dos artesãos da Ladeira da Conceição. Por outro lado, temos a disputa pela apropriação de terreno público para fins de usufruto de altas camadas da sociedade, sendo tal apropriação não só incentivada, mas apadrinhada pelo poder público – como veremos ainda em outros pontos do nosso percurso.

No Passeio Público, atrelado à restauração física executada, foi previsto que os “atrativos culturais” – ecoando a ideia de “animação” vista em Otilia Arantes – serão programados para acontecer aos domingos, segundo uma das matérias divulgadas na Internet.⁶² Ao definir outro padrão de ocupação (cultural), os gestores visam restringir os modos de expressão pública, o que demonstra a intenção de amputar do espaço as

⁶¹ Segundo consta no site do próprio teatro: <http://www.teatrovilavelha.com.br/site/nos_por_exemplo.php>. Consultado em 31/07/2016.

⁶² A matéria intitulada “Após reforma, Passeio Público reabre com perspectiva de atrativo cultural” está disponível no link: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/09/apos-reforma-passeio-publico-reabre-com-perspectiva-de-atrativo-cultural.html>>. Consultado em 31/07/2016.

possibilidades de apropriações diversas. Por outro lado, vemos como a amputação acontece apenas no campo do discurso. Para efeito midiático, o Espaço Cultural Tupinambá não existe oficialmente no espaço revitalizado. Oculta-se do público alvo, alheio ao Passeio, a existência de uma presença cultural diferente daquela que se quer implantar no ambiente revitalizado.

A matéria citada (na nota anterior) realça alguns aspectos interessantes de serem analisados. Por exemplo, afirma que o lugar é “considerado um museu à céu aberto”, o que, juntamente com o investimento em vigilância contínua – “uma câmera de videomonitoramento foi instalada” – reforçam o caráter disciplinar do espaço, de onde serão banidos os “maus usos”. Somos levadas a pensar na possível restauração de um código de condutas específico para aquele espaço, do momento em que é mais fácil estabelecer um controle das ações dentro de um perímetro restrito. O mesmo pode-se observar no contexto do Campo Grande onde, além dos limites e entradas bem definidos, também vimos a presença constante da polícia militar operando a vigilância e regulando os usos do lugar, onde percebe-se a quase ausência de vendedores ambulantes, presentes apenas alguns mais associados ao lazer, como o pipoqueiro.

EVENTO GRATUITO

Por um mundo de paz

meditação durante o pôr do sol

"Esse projeto permite que as pessoas, ao fim da tarde, possam frear os passos no meio da movimentação urbana para contemplar a natureza (paisagem) e a natureza humana"

Confira os horários | **SEXTA**

PROGRAMAÇÃO

17/07 - Pça. Castro Alves (16h30)	16/10 - Farol da Barra (17h)
21/08 - Farol da Barra (16h30)	20/11 - Museu de Arte Sacra/MAS (17h)
18/09 - Passeio Público (17h)	18/12 - Pça. Castro Alves (17h30)

Obs.: Traga sua canga, esteira ou tapetinho e aproveite o pôr do sol conosco.

REALIZAÇÃO: BRAHMA KUMARIS

APOIO: TERRITÓRIO EMPREENDEDOR SALVADOR, SALVADOR, SUSPREV, MUSEU DE ARTE SACRA

INFORMAÇÕES: Brahma Kumaris (Sede Regional Nordeste)
Rua Rockefeller, 90
Barris
3328-0863
salvador@br.brahmakumaris.org
www.brahmakumaris.org.br

Depois da requalificação do espaço, além da proposta de atrair animações culturais, vemos exemplos de novos usos incentivados pelo poder público, como um momento de meditação “por um mundo de paz” – divulgado nas redes sociais da Prefeitura. No cartaz virtual do evento, vemos a parceria entre uma instituição espiritual internacional como realizadora (Brahma Kumaris), a Prefeitura de Salvador e a Universidade Federal da Bahia. A Prefeitura atua em três frentes, segundo nos mostra as logomarcas expostas: com o Território Empreendedor acima, a Secretaria Cidade Sustentável e a Superintendência de Segurança Urbana e Prevenção a Violência

(SUSPREV) abaixo, ao lado do Museu de Arte Sacra (filiado à UFBA). O governo estadual não aparece, embora o evento aconteça também no Passeio Público. No entanto, o que nos interessa analisar aqui é a incorporação de territórios ao Território Empreendedor, inclusive territórios de enunciados, como é o caso da “ágora conceitual”, seguindo Portela (Op.Cit.) da *sustentabilidade* e a nova ágora da *elevação espiritual* a partir da noção de paz, proposta da instituição realizadora. Esta espiritualidade pacífica vem somar-se a outras “ágoras” que já “fazem parte de toda e qualquer justificativa ou programa de intervenção proposta para as cidades brasileiras, mas os sentidos produzidos com essas palavras ao longo do tempo são muitos e, lembremos, não há como saber quem diz a verdade” (Idem, pg. 115).

Acreditamos que iniciativas como essa podem ser interessantes, na medida em que são capazes de contribuir para a intensificação da diversidade de usos, inclusive de modo possibilitar o contato entre grupos, suas diferentes visões de mundo e práticas. Resta saber de que forma esta diferença será valorizada, se será, ou se haverá uma gradativa expulsão de antigos usos, do momento em que passam a ser considerados impróprios para o ambiente.

Capítulo 6 (RESPIRO). VILA BRANDÃO



⁶³ Fotografias da descida até a praça da Vila Brandão. Extraídas do trabalho final de graduação de Marina Almeida Barreto (2015), sobre o uso da maquete como instrumento tático, utilizado no diálogo com os moradores e entre eles, de modo a trazer à tona os conflitos existentes na Vila Brandão.

A Vila Brandão surge neste percurso como um respiro na Avenida Sete.

Atravessamos todo o “território” agitado do comércio *setiano* e entramos em um corredor de grades e muros altos, onde a vista para a Baía é apenas espiada pelas frestas entre as torres de residências em condomínios fechados. Elas se chamam mansões e seguem a tradição de abrigar algumas das famílias mais abastadas da sociedade baiana, como as antigas mansões que conformaram o chamado Corredor da Vitória. O Corredor é um grande trecho da Avenida Sete de Setembro, ininterrupto do Campo Grande até chegar no Largo da Vitória, onde encontra com a Rua da Graça. A partir deste Largo, a Avenida Sete passa a integrar o bairro da Barra, sendo popularmente conhecida como Ladeira da Barra. No Largo da Vitória temos o cruzamento de três bairros nobres: da Vitória, da Graça e da Barra – lembrando que não há uma delimitação oficial, mas nos baseando no estudo intitulado *Caminho da Águas* (SANTOS et alii [org.], Op. Cit.) – sobretudo os dois primeiros, originalmente conformados como núcleos de habitação da população abastada (colonizadores e descendentes brancos), região de altas cumeadas, onde foram construídas as primeiras igrejas católicas do país.⁶⁴

Nem só de mansões residenciais é feito o Corredor da Vitória, algumas instituições também compõem o seu ambiente – museus, escolas e até uma residência universitária. No entanto, a paisagem e o acesso para a Baía de Todos os Santos, são de fato um privilégio dos que moram ao seu lado e puderam privatizá-la, originando assim, uma extensa faixa de litoral completamente domesticada. Esta seria uma forma de dominação espacial comum, no caso das classes sociais de alta renda, a quem é concedido o direito, não só de ocupar, mas de privatizar terrenos públicos inclusive de forma ilegal. No caso do Corredor, além da privatização do acesso à faixa de orla, patrimônio público da União,⁶⁵ ocupado por diversos píeres privados dos condomínios-mansões, houve também a privatização do acesso visual à Baía. Da mesma forma, não existem acessos públicos para o Vale do Canela, o qual fica por trás da outra linha de prédios à margem da Avenida Sete que conformam o Corredor.

Chegando ao Largo da Vitória, além de ponto de interseção entre os três bairros mais valorizados nas proximidades do Centro de Salvador, encontramos o acesso à Vila Brandão em um canto escondido, nos fundos do Largo, quedando despercebido para quem passa pela Avenida. O que inicialmente nos levou até lá foi o fato de um colega, mestrando na UFBA, ter

⁶⁴ Segundo o site do Instituto do Patrimônio Histórico e artístico Nacional: <<http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/1940>>. Consultado em 01/08/2016.

⁶⁵ Há uma extensa legislação a respeito da ocupação de regiões de costa. O Projeto Orla (MMA, 2006) traz uma série de publicações visando a gestão integrada das orlas brasileiras como patrimônio da União, merecendo destaque, para o nosso caso, o caderno intitulado “Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada”, no qual faz inúmeras referências aos condomínios fechados e demais estruturas que impedem ou dificultam os acessos às orlas marítimas, chamando a atenção para a irregularidade da ocupação de muitos condomínios residenciais de alto padrão.

se tornado morador da Vila. Ainda assim, é parte do percurso onde não nos detemos tão intensamente, mas revela uma realidade muito comum na cidade de Salvador, as habitações sobre encostas, ou as conhecidas favelas. Se vemos Salvador do alto de um avião, percebemos que o que foi (outrora?) chamado cidade informal, ocupação espontânea, assentamentos irregulares, etc., compõe hoje uma grande parte da área urbana. Por outro lado, o pensamento hegemônico pode nos levar a dissociar esse tipo de ocupação da imagem que temos dos centros urbanos. No caso analisado, trata-se ainda da extensão nobre da Avenida Sete de Setembro, de onde temos acesso para uma ocupação como a Vila Brandão. Notamos desde já o caráter dissonante da favela com seu entorno elitizado, inclusive levando em conta o contexto histórico que originou tanto a Avenida quanto os bairros no entorno da Vila.

Além da dissonância residencial, a Vila Brandão se localiza na mesma faixa de encosta do Yacht Clube da Bahia, um já tradicional clube frequentado por uma população oriunda das classes mais abastadas da cidade. Logo podemos analisar a natureza conflituosa desta relação de vizinhança, pois é perceptível como o Clube avança para a faixa de mar em frente à Vila, de modo a dificultar, senão impedir, o acesso dos moradores à orla da Baía. Segundo a sua página de internet, o Clube foi implantado no terreno onde se encontra, no ano de 1935 e continua aumentando a área de sua ocupação até os dias atuais⁶⁶.

Já a Vila, segundo o trabalho de fim de curso de Marina Barreto (2015), teve suas primeiras ocupações na década de 1940, especialmente pelo esforço de Seu Antônio, construtor das primeiras casas. Da proximidade cronológica no surgimento tanto do Yacht Club quanto da Vila Brandão, podemos dizer que têm sido, desde então, cúmplices nos processos de ocupação – sobretudo, a Vila é testemunha do avanço ilegal (do ponto de vista ambiental e urbano) do Clube sobre a orla marítima, privatizando o acesso a esta. Ouvimos diversas falas dissensuais sobre o direito (ou não) de ambos, Clube e Vila, estarem ali. No entanto, o que observamos são diferentes processos de ocupação de “área pública”, o que atua na produção da paisagem soteropolitana e no acesso a esta: enquanto a Vila possibilitou o acesso público ao mar, a partir dos caminhos abertos pelos moradores, o Club vem se constituindo em uma barreira. Assim, estamos tratando de outra dimensão do espaço público, em sua dicotomia mais estreita com o espaço privado.

Aqui, o processo de pacificação se apresenta de maneira diversa do que vimos observando, mas não menos interessante, pois está mais relacionada a uma domesticação da Vila e de sua população, notadamente através de mecanismos do mercado imobiliário, junto ao Yacht Clube, ambos com grande interesse na área.

⁶⁶No *site* consta, por exemplo, que em 1961 “o clube ampliou em mais de 7 mil m² a sua área” (<<http://yachtclubedabahia.com.br/o-yacht/>> consultado em 02/08/2016)

A vulnerabilidade da Vila é fortalecida devido ao apoio do poder público aos empreendimentos privados de grande porte, a exemplo daquele do Yatch Clube, dotando-o de legalidade de ocupação, enquanto o terreno da Vila Brandão é instável devido ao não reconhecimento formal pelos órgãos competentes. Além disso, a Prefeitura – da gestão anterior, do prefeito João Henrique – emitiu em 2009 um decreto que torna a área passível de desapropriação (FIGUEIREDO; ARAGÃO; REBOUÇAS, 2012), por torná-la de utilidade pública, assim como fez com outras favelas, sob a justificativa de evitar a expansão irregular. A Defensoria Pública do Estado da Bahia, posteriormente, abriu uma ação de impugnação do decreto e também foi observado o apoio da sociedade à população da Vila.⁶⁷

Tendo o apoio da Prefeitura, o Clube avançou a sua cerca ao máximo, incorporando ao seu domínio importante área de orla marítima (33 metros a partir do mar), subindo até muito próximo às casas da Vila, e impedindo o acesso direto ao mar. De fato, a cerca passa bem mais próximo das casas do que das estruturas construídas do Clube, evidenciando a intenção de conter a ocupação da Vila ao passo que amplia as possibilidades de ocupação e privatização da área pelo Clube. Além disso, no que foi chamado de “contrapartida”, construiu uma quadra poliesportiva onde antes havia um campinho de areia utilizado pela comunidade da Vila. Tudo isto foi feito em acordo com a proposta de um termo de comodato, onde fica estabelecido que toda a faixa de terra (ainda não privatizada) entre o mar e as casas da Vila é de uso “legal” do Clube privado. Estando o campinho dentro desta área, o termo fez crer que o Clube estaria presenteando a comunidade com aquele equipamento esportivo, concedendo-lhe o direito de uso por 25 anos.

⁶⁷ Em uma rápida busca na internet, vimos algumas páginas criada na época em que a Vila se encontrava, oficialmente, em situação de vulnerabilidade, devido à emissão do citado decreto, entre elas, merece destaque a página <<http://salvadorhistoriacidadebaixa.blogspot.com.br/2011/04/vila-brandao.html>> (consultada em 02/08/2016), notadamente por trazer imagens e um recorte de jornal sobre o projeto Parque Salvador 500, de iniciativa privada, que contava com a área – e, portanto, com o “despejo” dos moradores – da Vila Brandão.

← [ícone] [ícone] [ícone] [ícone] Mover para a Caixa de Entrada [ícone] Mais ▾

Reunião amanhã, 30/6 às 9h na Vila Brandão. A Defensoria Pública informará à comunidade e pessoas interessadas, o atual projeto do Yacht Cube da Bahia

Entrada x



Santiago Cao

29/06/15 ☆



A DEFENSORIA PÚBLICA DA BAHIA CONVIDA TOD@S MORADO@RES DA COMUNIDADE VILA BRANDÃO – e tod@s pessoas interessadas no espaço publico verde na Vitoria e na ultima descida publica ao mar –, para a reunião amanhã, dia 30 de junho na vila às 09hs., na pracinha da comunidade.

Sera esclarecido o projeto do Yacht Cube da Bahia, em conjunto com a Paroquia da Vitória, de ocupar uma zona verde para construir (pelo momento) estaleiros e uma quadra de esporte (no controle da Paroquia!). O projeto do Yacht Clube publicado na revista Yacht é bem mais amplo - prevê um quebra mar que fecha a baia e edificios de 3 andares.

Esse projeto significa pela comunidade Vila Brandão e toda a sociedade civil, a perda de 5000 m2 de área verde, INCLUINDO O ULTIMO ACESSO PUBLICO AO MAR NA VITORIA. Sendo privatizado este espaço, o acesso ao mar (garantido por lei!) para a comunidade, os pescadores, mergulhadores e para as crianças, vai depender da boa vontade do Padre!

Compareçam nesta reunião, apoiemos à Vila Brandão e preservemos os espaços verdes de Salvador.

Agradecemos a divulgação.

Santiago

Mensagem encaminhada por Santiago Cao, mestrando e morador da Vila, a alguns colegas, estudantes do PPG-Arquitetura e Urbanismo

Alguns moradores estranharam o termo de comodato assinado, com intermédio, além da Paróquia da Vitória, da Associação de Moradores da Comunidade da Vila Brandão – a ASCOMVIBRA. “As moradoras que prestaram a queixa, as responsáveis pela Casa Matria, questionaram a legitimidade da posse da área por parte do clube e a representatividade da ASCOMVIBRA” (BARRETO, 2015, pg. 83). Segundo Marina Barreto, a Associação ainda não havia sido formalizada em 2015, e as moradoras que acionaram a Defensoria Pública do Estado da Bahia não a consideraram representativa da opinião da maioria da população da Vila. O dissenso entre a chamada Casa Matria e os demais moradores da Vila tornou-se então evidente, ao mesmo tempo em que ficou claro tratar-se de um conflito velado. Os moradores evitam falar das suas divergências para salientar uma unidade comunitária em um lugar de tranquilidade, construindo assim uma imagem bucólica da Vila Brandão. Todos desejam permanecer ali e que sejam dadas melhores condições para esta permanência, de preferência de forma pacífica. Daí cederem, através da Associação e da paróquia, ao que podemos entender como um “acordo de paz” com o Yacht Club. Enquanto isso, a Casa Matria se mostra uma voz dissonante, inclusive por se tratar de uma ONG estrangeira⁶⁸ e, portanto, atuarem

⁶⁸ Segundo consta na sua página internet: <<http://casamatria.blogspot.com.br/>>, consultada em 02/08/2016.

com base em outros padrões e outras normas de convivência social, o que acabou por contribuir na problematização e divulgação das questões pelas quais passa a Vila, apesar de se manterem ainda à parte do sentimento e da convivência comunitária.⁶⁹

Das queixas, foi convocada uma audiência pública no auditório da Defensoria, em março de 2015. Posteriormente, no final de junho de 2015, uma equipe da Defensoria convida os moradores a uma reunião na própria Vila, conforme o e-mail visto na página anterior. Esta reunião foi a oportunidade que tivemos para melhor entender o espaço e a complexidade das relações (conflituosas ou não) que se tecem entre os diferentes grupos atuantes na favela. Também foi um retorno, com um posicionamento técnico da Defensoria a respeito do que estava sendo chamado “contrato de comodato”; considerava, assim, as diversas irregularidades legais existentes em tal documento, salientando que havia um nítido interesse do Yacht Clube, o qual seria o único beneficiado.

A proposta de uma verdadeira área de lazer esportivo seduziu parte dos moradores, filiados à ASCOMVIBRA, acreditando ser uma oportunidade única de ter um equipamento formal que pudesse melhorar a vida da comunidade. Apesar de a maioria dos moradores pagarem regularmente o IPTU, o poder público, sobretudo o municipal, sempre esteve ausente do lugar. Por outro lado, o Yacht Clube alega ter direito de posse de área cada vez maior, provavelmente concedido (legal ou ilegalmente) através de acordos com o poder público, também, da União.

As ações do Clube junto à Vila tiveram o intermédio do pároco da igreja da Vitória, assumindo o papel do intermediador ou apaziguador do conflito entre ambos e, assim, abrindo o caminho para os interesses da elite defensora do Club. Durante a reunião, não havia nenhum representante da paróquia, no entanto, foi incumbido a um coroinha (auxiliar do padre para as cerimônias religiosas), adolescente morador da Vila, de filmar todo os momentos da reunião.⁷⁰

A paróquia já havia atuado junto a interesses imobiliários, anteriormente, durante a construção de um grande empreendimento residencial em 2008,⁷¹ quando os responsáveis prometeram à comunidade a doação de computadores. Em vista desses presentes, é difícil não lembrar dos espelhos que recebemos dos colonizadores.

⁶⁹ A casa se mostra uma espécie de pousada para artistas e pesquisadores que visitam a cidade. Mesmo as proprietárias da casa não habitam permanentemente a Vila, passando a maior parte do ano na Áustria, seu país de origem, conforme nos informaram alguns moradores.

⁷⁰ Havíamos percebido a sua presença com a câmera, inclusive durante o pequeno percurso que fizemos na Vila, junto com os moradores e os agentes da defensoria que acompanharam o caso. Questionada, ao final do percurso, uma moradora revela que o garoto nos acompanha com a câmera “a mando do padre”.

⁷¹ Segundo edição do Jornal A Tarde de 18/07/2008 (consultada em 02/08/2016):
<<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1290538-vila-brandao---paz-atras-dos-arranha-ceus>>

Em 2008, tratava-se do lançamento do condomínio Mansão Wildberger, o qual foi construído no terreno aos fundos da igreja e, por isso, apresentou conflitos de interesses sobretudo com o IPHAN. Apesar de ter um impacto direto na entrada da Vila, não tomamos conhecimento de queixas apresentada por estes, na época. As ações da paróquia junto à comunidade – especialmente no tocante ao cuidado e educação das crianças – se sobrepuseram naquele momento, como também atualmente, se valendo do desejo de tranquilidade dos moradores – para manter a imagem de comunidade pacífica, que “não quer arrumar confusão”.

*Meu desespero ninguém vê
Sou diplomado em matéria de sofrer
Falsa alegria, sorriso de fingimento
Alguém tem culpa desse meu padecimento
Sofrimento e padecer, todos lamentam
Mas só eu sei responder
Luto por um pouco de conforto
Tenho o corpo quase morto
Não acerto nem pensar
Mesmo com tanta agonia
Ainda posso cantar⁷²*

Neste processo, foi inaugurada a quadra na Vila, com a participação e o discurso do prefeito A. C. M. Neto e do Padre Luiz Simões. Nos perguntamos se a associação de moradores estaria satisfeita com a intervenção do Yacht Clube; a implantação da quadra, e do acesso formal ao mar, ainda que por tempo limitado. A ação/ intervenção foi considerada um presente do Clube para aquela população, segundo vimos nas notícias.

Embora algumas notícias estampem o título “Vila Brandão – paz atrás dos arranha céus”, justificado pela ausência do crime organizado na comunidade (contrariando as expectativas relativas ao imaginário construído midiaticamente a respeito de toda favela), a Vila é um lugar de muitos conflitos internos, e não apenas com os empreendimentos vizinhos, mas no dissenso entre os diversos pontos de vista e interesses na área (a sua localização central, a sua vista privilegiada) inclusive dos próprios moradores. Há quem queira atrair o turismo para o lugar, há quem diga que é preciso “civilizar” aquela população, muitos buscam morar “perto de tudo”, há alguns moradores temporários, frequentemente estrangeiros. Tal diversidade na população habitante pode ser vista como uma potência da Vila, inclusive na luta diária por sua [R]existência, no entanto, é frequentemente camuflada sob a imagem de

⁷² Samba *Diplomacia* de Oscar da Penha, mais conhecido como Batatinha. A canção foi lançada na voz de Maria Bethânia em 1965, sob o título *Só eu sei*. Posteriormente, foi gravada pelo próprio Batatinha.

uma comunidade pacífica, cuja *diplomacia* – para lembrar a canção de Batatinha – acaba por possibilitar a conquista dos seus espaços públicos pelos interesses privatizadores de investidores capitalistas.

Percebemos, de maneira geral, como a Vila Brandão, ao se localizar em meio a formalidade e rigidez de bairros da elite, se constitui em uma abertura para a Baía, que nem o Corredor da Vitória nem a Ladeira da Barra permitem. Há ainda uma vida comunitária contrastante com os isolamentos privados dos bairros do entorno.

Na nossa apreensão-tradução, se mostrou como um parêntese, mas ainda um respiro, pois vemos na Vila uma brecha em meio aos processos de pacificação que observamos nos espaços públicos “convencionais” da Avenida Sete. O dispositivo de pacificação atua também no espaço da Vila, embora de maneira diferente, mas ainda dotando a igreja do poder pacificador, intermédio para a exploração econômica do território e disciplinação da população habitante. Tudo isto acontece por trás da cortina costurada pela Ladeira da Barra, outro corredor sem brechas, ainda mais passagem do que o corredor precedente.

Tanto desci quanto subi, muitas vezes, a Ladeira da Barra. Preferia ir pelo lado mais próximo ao mar; além de ter a calçada mais larga e um pouco melhor, de vez em quando dava para ver, por uma fresta entre as construções, o brilho da Baía. Tinha um trecho inteiro, mais ou menos no meio da descida-subida, onde a vista era permitida, referia-se ao trecho onde o Yacht Clube tinha construído sua rampa de acesso, o clube mesmo, ficava lá embaixo, tocando o mar. Depois daí, só veríamos o pôr-do-sol, se fosse hora, na praia do Porto ou ao lado da igreja da Vitória, no topo da ladeira de acesso para a Vila Brandão.

Tem muita gente que se aventura na Ladeira da Barra para praticar esporte – bicicleta, caminhada, corrida. Talvez seja só a passagem entre o Porto da Barra e o Campo Grande, onde há maiores concentrações de atletas. Eu desci muitas vezes a Ladeira dentro de ônibus também; se não há trânsito (na maior parte do tempo), os ônibus descem “voando”, arriscando a vida dos atletas e de quem mais estiver por ali. Geralmente, quem fica parado na ladeira é porque está esperando um ônibus, ou alguém.

[Caderno de Campo]

Na Avenida Sete

Da paz eu sou tiete

Na Barra o farol a brilhar⁷³

Aqui estava o ponto final do nosso percurso de 2011, e um dos dois pontos escolhidos para o campo da pesquisa Muse, junto com o primeiro no nosso percurso aqui apresentado, a Praça da Piedade. Conhecemos a orla do Porto em momentos diferentes; até o final de 2013 ela ainda não tinha conhecido o início da sua reforma.

Apesar de estar em um bairro tipicamente de classe média, com algumas regiões mais populares, o Porto da Barra se mostra apropriado por pessoas das mais diversas classes sociais de Salvador, vindas de diversos bairros. Percebemos, já em 2011, que o seu acesso por transporte público é marcante com a presença de pontos de ônibus muito próximos à praia. Como o foco inicial desta tese estava nas formas de mobilidade urbana, sobretudo pedestre, observamos os vários usos da balaustrada e do espaço da calçada durante o dia e a apropriação para a prática de esportes (corrida e caminhada), no início da manhã, mas sobretudo no começo da noite. Ali havia um nítido conflito de usos e ritmos de fluxos, além de uma forte presença do carro, tanto como fluxo, quanto como elemento marcante na paisagem urbana.

Ambos os lados da via serviam de estacionamento para os frequentadores da praia e dos estabelecimentos comerciais e de serviços na orla. Estes eram bastante diversificados, indo do uso óbvio dos hotéis, pousadas e restaurantes voltados para o chamado turismo de mar e sol, aos estabelecimentos de frequência local, como mercadinhos, igrejas, academias.

O bairro apresentava um funcionamento estável, com suas variações, sobretudo quanto ao público frequentador, entre a alta e a baixa estações, o dia e a noite, os dias de feira e os fins de semana, por ser um ambiente de praia. Alguns equipamentos serviam tanto à população local quanto aos turistas, entre estes, o quiosque de coco é o melhor exemplo, pois formava um ambiente onde se encontravam moradores e visitantes. Outro local e evento onde aparecia

⁷³ Trecho da música *Baianidade nagô*, de Evandro Rodrigues, gravada e regravada por diversos intérpretes da música baiana, tornou-se uma espécie de hino do carnaval, ou um dos hinos do *axé music*.

uma nítida diversidade de sujeitos era a feirinha/ forró que acontecia todos os sábados na calçada-praça em frente ao Instituto Mauá.⁷⁴



Ponta do Forte Santa Maria, com o antigo quiosque, estacionamento e vendedor ambulante. Praça do Instituto Mauá onde também se localizava o Posto Policial (na foto, à esquerda).

Porto da Barra, julho de 2011, acervo da autora.

⁷⁴ O Instituto de Artesanato Visconde de Mauá era a autarquia vinculada à Secretaria Estadual do Trabalho que intermediava o fomento à produção do Estado da Bahia desde 1940. O seu fechamento, no início de 2015, foi matéria de vários jornais, entre eles, o jornal A Tarde publicou <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1664021-sedes-fechadas-decretam-o-fim-do-instituto-maua>> Consultado em 20/10/2016.

As primeiras incursões ao Porto fizeram transparecer a sua complexidade, pois indicaram um lugar em certa medida opaco (SANTOS, 2009), no sentido de não se mostrar óbvio, claro, como se espera de um local de forte apelo turístico, mas impreciso, e mesmo misterioso. À noite, esta característica da opacidade ficou mais perceptível; não parecia possível apreender o lugar apenas em termos de ambiências, ou seja, em termos de sensações experimentadas, pois havia uma (outra) ordem estabelecida, a qual não conseguíamos “enxergar” pela lógica dos sentidos. Aquela chegada apreensiva requeria uma apreensão mais duradoura; numa provocação do duplo sentido da palavra, indicando para ir mais devagar.

Na cidade “luminosa”, moderna, hoje, a “naturalidade” do objeto técnico cria uma mecânica rotineira, um sistema de gestos sem surpresas. Essa historicização da metafísica crava no organismo urbano áreas constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao uso da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbana ‘opacas’. Estas são os espaços do aproximativo e da criatividade, opostos às zonas luminosas, espaços da exatidão. Os espaços inorgânicos é que são abertos, e os espaços regulares são fechados, racionalizados e racionalizadores. (SANTOS, 2009, pg. 326)

Enquanto na Praça da Piedade (outro espaço opaco) ficou mais evidente o seu “horário de funcionamento”, devido à vida comercial, no Porto, esta evidência se esvaía. À noite mostrava-se receptiva, mas com ressalvas. Exemplos disto são os lugares de sombra, sempre ocupados por sujeitos que pareciam estar à vontade com o lugar, o conheciam bem. O ambiente não nos autorizava uma penetração irrestrita, apesar de ser convidativo. Ao contrário das zonas luminosas citadas por Milton Santos, os contornos eram inexatos, não estabeleciam limites, mas limiares aproximativos e em constante transformação. Esta percepção, no entanto, não necessariamente foi compartilhada por todos os envolvidos naquela oficina de 2011. De acordo com a percepção dos estudantes, segundo eles próprios apresentaram (junto ao Ateliê 5),⁷⁵ havia mais uma contraposição entre a vida de bairro, das ruas transversais e paralelas à orla, onde os habitantes do Porto detinham os códigos do cotidiano local, e a vida de praia, mais aberta para os visitantes.

Havia, de maneira geral, 2 grupos: os baianos e os franceses, e eu não estava em nenhum deles. A minha percepção tendia a manter os sentidos aguçados para evitar, na rua, qualquer risco em potencial, especialmente em meio desconhecido, não condizia com aquela dos baianos, conhecedores, mesmo que minimamente, do local, nem muito menos com a percepção dos franceses, para os quais, fenomenologicamente, um lugar escuro pode ser apenas um lugar mal iluminado.

⁷⁵ Citamos este Ateliê igualmente no capítulo 3, da Praça da Piedade, onde os estudantes, coordenados pelos professores Eduardo Carvalho e Paola Berenstein Jacques, participaram de uma oficina integrada à pesquisa Muse, em 2011.

Mesmo sendo associada, pelos baianos, à “equipe francesa”, a minha estrangeirice era outra. Ela me impelia a outro tipo de experiência.

[Caderno de Campo]

Ao nos descolar da pesquisa Muse e iniciar de fato a pesquisa da tese, buscamos frequentar mais assiduamente o Porto, sem protocolos, como forma de entender o lugar em sua cotidianidade. Percebemos que, assim como na Piedade, a noite transforma o Porto: de ambiente de grande movimento de atividades diversas, ele passava a se compor do movimento de poucos sujeitos à medida que a noite avançava. As ruas, com menor quantidade e diversidade de pessoas inspiravam alguns atos ilícitos. Isto parecia ser do conhecimento dos moradores, visto a redução da sua presença. Uma transeunte desavisada corria o risco de ser abordada em plena luz de uma rua vazia – como ameaçou acontecer conosco, duas mulheres – se não houvesse um supermercado ainda aberto, por volta das 9hrs da noite. A sensação de que havia uma ordem estabelecida se confirmava. No entanto, era bem diferente da Piedade, onde aspectos de ordem política do dia eram substituídos por uma ordem policial *marginal* à noite – se a entendemos como um desequilíbrio de forças ou uma imposição, identificada e respeitada como um código da vida em sociedade. É importante lembrar, com esta constatação, que a ordem policial estabelece uma desigualdade, enquanto a ordem política se estabelece quando há espaço para uma lógica igualitária.

A polícia é assim, antes de mais nada, uma ordem dos corpos que define as divisões entre os modos do fazer, os modos do ser e os modos do dizer, que faz que tais corpos sejam designados por seu nome para tal lugar e tal tarefa; é uma ordem do visível e do dizível que faz com que essa atividade seja visível e outra não seja, que essa palavra seja entendida como discurso e outra como ruído. (RANCIÈRE, 1996, pg. 42)

No Porto da Barra, podemos dizer que havia uma inversão no predomínio do que consideramos ser dois tipos, ou duas formas de ser da ordem policial: durante o dia, a ordem policial que consideramos hegemônica ou estratégica, à noite, a apropriação pela ordem policial à qual chamamos marginal ou tática, possivelmente em um jogo constante com a primeira. Aqui colocamos também as noções formuladas por Michel de Certeau (Op. Cit.) – tática e estratégia – na intenção de problematizar o entendimento da noção de polícia em Rancière. Consideramos, assim, a ordem policial sobretudo como uma ordem predeterminada, sendo ela estratégica ou tática. Este último caso se desenha quando uma outra ordem ganha terreno sobre aquela anteriormente estabelecida. Foi desta forma que percebemos, entre 2011 e 2012, a transformação da ambiência no Porto do dia para a noite. Durante o dia, havia a presença de intenso movimento de pessoas e carros, o expediente no posto policial, as atividades de comércio e serviço, inclusive ambulantes, a prática de esportes. A noite se abria

para outras apropriações e se fechava para as primeiras, configurando outra ordem igualmente predeterminada, que designava os sujeitos autorizados a atuar no espaço público da Barra e aqueles que deveriam sair de cena. Entendemos, como já foi dito, haver variações de acordo com os diferentes períodos do ano, mas, além disto, havia transformações provocadas pela coexistência de ordens diversas, possibilitando a irrupção do conflito e, sobretudo, do político como “encontro entre a lógica policial e a lógica igualitária, a qual nunca está preconstruída” (RANCIÈRE, Op. Cit, pg. 44). Talvez, as formas de “contenção do imaginário político” (RIBEIRO, 2011), operadas pelo maquinário policialesco encontrado entre 2011 e 2012, fossem passíveis de brechas, tensionamentos, fissuras.

As nossas primeiras experiências com o Porto da Barra nos mostraram que ali havia uma mistura mais complexa das relações de apropriação e uso dos espaços públicos. Qualquer redução, ou análise fundamentada em dicotomias parecia ser uma escolha de grande risco, além de insuficiente ao que estamos chamando de apreensão-tradução. Por estar em uma região não mais considerada propriamente central, mas ainda na Avenida Sete de Setembro e próximo do denominado Centro Antigo, a orla do Porto conserva algumas questões relativas ao empreendedorismo comercial no lugar e agrega questões outras, relativas a uma diversidade de temas e sujeitos que o atravessam – do cotidiano residencial do bairro, do grande número de trabalhadores do setor de serviços que se desloca para lá diariamente, da frequência turística. Além disto, a região passou por uma transformação brutal nos últimos anos, com ênfase em 2014, no tocante ao espaço público da rua, a chamada orla da Barra.

Acompanhamos o processo de reforma da orla do Porto e da Barra em geral, com vistas para a Copa do Mundo de 2014, desde as primeiras marteladas. O chamado Porto da Barra corresponde à região de praia mais próxima à Ladeira da Barra e aos Fortes de São Diogo e de Santa Maria, é a primeira praia com faixa de areia considerável para a permanência ao adentrar na Bahia de Todos os Santos. A Avenida Sete continua mais um pouco além da praia do Porto, chegando até o Farol da Barra, onde encontra com a Avenida Oceânica, paralelamente ao encontro da Baía com o Oceano. O foco principal do projeto para a orla da Barra era justamente a região do encontro das avenidas, onde seriam implantadas as estruturas móveis da chamada *Fifa Fun Fest* – com grades e portões, telões, palco e brinquedos – ocupando um ambiente delimitado e controlado pela Fifa, durante todo o período da competição, de 12 de junho a 13 de julho de 2014. Estas datas ditaram o caráter emergencial da reforma e, de fato, as festas oficiais da Fifa aconteceram no espaço em frente ao Farol da Barra, no último trecho (de aproximadamente cem metros) da Avenida Sete e o início da longa Avenida Oceânica – passaram a ser chamados Largo e Praça do Farol da Barra, respectivamente.

Antes do mundial, no canteiro de obras do Porto da Barra, procuramos ver as plantas do projeto em curso junto aos engenheiros que trabalhavam manuseando-as. O acesso às

plantas só foi permitido “sem fotos, por favor”. Segundo nos informou um engenheiro – vindo de Maceió especialmente para trabalhar nas obras de *mobilidade* para a Copa – para acessar o projeto detalhado, tínhamos que pedir uma autorização junto à prefeitura, mesmo sendo morador e frequentador da área.

Quanto à mobilidade, de fato, o aspecto mais salientado da reforma diz respeito à circulação de veículos e pessoas. O discurso-chefe da reforma era o de privilegiar o pedestre, proibindo assim a passagem de carros e ônibus pelo Porto, como também pela região da orla mais próxima ao Farol, sendo permitida apenas no trecho entre eles, a uma velocidade de 20 Km/h. As intenções da Prefeitura para a orla da Barra já haviam sido anunciadas no início do mandato atual quando, nos primeiros dias de 2013, tornou-se proibido estacionar em todo o trecho que vai do pé da Ladeira da Barra até o Morro do Cristo.⁷⁶ Em abril daquele ano, o prefeito eleito apresentava com mais detalhes o que pretendia para a região:

Nós fizemos na Barra uma medida pequena que teve um efeito enorme: tirar o carro e dar mais espaço para as pessoas andarem. Nosso projeto para a Barra, que será desenvolvido agora, tem um conceito completamente novo para Salvador, que a gente também quer aplicar na Cidade Baixa. É o conceito do piso compartilhado. Nós vamos acabar com o meio-fio. Vai ser tudo uma coisa só. Um espaço onde a pessoa vai andar, vai levar a bicicleta e, num determinado momento, vai conviver até com o próprio carro. Do Farol até o Barra Center, vamos eliminar o trânsito de carros definitivamente. Será exclusivamente para o pedestre. Do Farol até o Porto da Barra, vamos redesenhar o trânsito. Tirar linhas de ônibus – hoje são 130 que passam por ali – que não tenham como destinação a Barra e vamos limitar a velocidade em, no máximo, 20 km/h. *Vai ser um total desestímulo à presença do carro por ali.* O piso compartilhado é uma ideia que algumas cidades europeias e norte-americanas já têm. E aí vai ser outra coisa: com *uma iluminação extraordinária que valorize os fortes*, o Farol, o Cristo. E isso será reproduzido na Cidade Baixa, no subúrbio. Na medida em que a gente fizer isso nessas áreas, *com a Guarda Municipal presente, videomonitoramento, equipamentos de qualidade, bons bares e restaurantes, acaba o problema da violência nesses lugares.* Tudo que é ocupado, que tem a presença do poder público, do setor privado e das pessoas, reduz a violência. (NETO, A. C. M., entrevista publicada pelo site do Jornal Correio online,⁷⁷ 11/04/2013, grifos nossos)

Esta espécie de apaziguamento vem, em certa medida, aproximar-se do caso francês de *apaisement*, sem, no entanto, haver uma preocupação evidente com a mobilidade urbana, já que não há planos de mobilidade sequer na escala do bairro, ou uma proposta de rede cicloviária capaz de integrar a região. Aqui, a “mobilidade suave” é tida como lazer ou esporte,

⁷⁶ As primeiras mudanças foram publicadas em diversos jornais físicos e *online*, como o noticiado aqui: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/multa-e-reboque-serao-punicoes-para-quem-parar-na-orla-da-barra/>>. Consultado em 06/08/2016.

⁷⁷ Disponível aqui: <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/calçada-da-barra-nao-tera-mais-meio-fio-e-nem-carros/>>. Consultado em 06/08/2016.

daí a adequação ao sistema de bicicletas do banco Itaú, apenas nos lugares centrais e de visibilidade/ vistação turística. Observamos que o discurso da do poder público integra um sistema complexo de decisões e produções de desejos hegemônicos, o que, no espaço público, atua no sentido de dotá-lo de padrões de referência, tornando-o, à primeira vista, de fácil leitura, por ser baseado em modelos já existentes em outros contextos, amplamente difundidos internacionalmente – Europa e Estados- Unidos. Tais referências são utilizadas muito claramente com base na construção subjetiva, numa ideia, não só de cidade, mas de sociedade-modelo.

Apesar de não haver uma proposta mais abrangente para desestimular o uso do carro numa escala maior, o Projeto Nova Orla de Salvador, apresentado à população já em junho de 2013, estendeu-se ao conjunto das áreas de praia de Salvador, propondo uma extensa padronização dos equipamentos e serviços ali oferecidos. Tal padronização é coerente com o chamado “trabalho de estética”⁷⁸ foco da atuação da secretária de ordem pública recém-eleita em 2012, segundo ela mesma, ou seja, faz parte do plano de governo. Complementando a fala da secretária, na apresentação do projeto Nova Orla, o prefeito considera: “Claro que todo mundo vai ter que seguir uma mesma linha de padronização. Todo mundo vai ter que estar regularizado. Nós não vamos permitir a favelização da orla de Salvador, como hoje acontece, com estruturas de lona que comprometem o visual, mas toda essa mão de obra procurará ser aproveitada dentro desse novo modelo” (Correio *online*,⁷⁹ 12/06/2013). A referência à favela como ocupação desordenada só nos aproxima ainda mais do que estamos tentando entender como um processo de pacificação. A desconsideração dos modos de vida baseados na conhecida *viração*⁸⁰ fica clara quando se observa, na fala do prefeito, uma sobreposição a toda opacidade (SANTOS, Op. Cit.) por “uma iluminação extraordinária”, que viria a contribuir também para a manutenção da ordem policial oficial – “com a Guarda municipal, videomonitoramento” – associada à ordem capitalista, contida nos valores atribuídos ao lugar, capazes de ser explorados mercadologicamente – expressa na implantação de “equipamentos de qualidade” e “bons bares e restaurantes”. A presença “das pessoas” finaliza o discurso de combate à violência urbana, resta saber quais modos de vida serão aceitos na nova orla.

Na apresentação do projeto, é salientado que não será aceito qualquer tipo de comportamento no novo espaço de uso público.

⁷⁸ Lembrando o que a secretária falou quando foi indicada ao cargo já no final de 2011, enfatizando a necessidade de realizar um “trabalho de maquiagem” devido às “dificuldades na estética da cidade”, como vimos anteriormente.

⁷⁹ Disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/projeto-de-revitalizacao-para-orla-inclui-9-trechos-e-custo-estimado-de-r-111-milhoes/>>. Consultado em 07/08/2016.

⁸⁰ Este termo é utilizado por diversos autores, entre eles, Ana Clara Torres Ribeiro nos fala de uma “a ação espontânea, o ato tentativo, a ‘viração’ ” (RIBEIRO, 2005, pg. 421).

Segundo Neto, o objetivo é revitalizar e padronizar a orla da cidade. Ele falou sobre alguns pontos do projeto. “A Barra vai ser um exemplo de orla para o Brasil”, acredita. “Vai passar por uma mudança total, que passa inclusive por uma *mudança cultural*. Esse piso compartilhado que vai ser implementado na Barra e na Ribeira, dois trechos que tecnicamente comportam o piso compartilhado, ele vai exigir toda uma reestruturação do trânsito, *toda uma educação das pessoas*, toda uma nova lógica de aproveitamento da Orla de Salvador”, disse. (Idem, grifos nossos)

A mudança cultural da qual se fala vai junto com a *desfavelização* proposta, associadas na construção da orla exemplar, onde se pratica uma civilidade exemplar, e aqui relembramos as sociedades-modelos da Europa e dos Estados Unidos, principais referências anteriormente citadas pelo prefeito.

Em relação aos demais trechos da orla soteropolitana, a Barra era o lugar da urgência, no entanto, a obra no Porto da Barra não esteve pronta para a Copa de 2014, mas para o carnaval de 2015. Ali, as obras foram interrompidas para a realização do mundial de futebol, sendo consideradas finalizadas e inauguradas apenas no final de agosto de 2014, depois do evento, embora ainda com uma série de detalhes do projeto inconclusos.

Já depois do carnaval de 2015, procuramos a Fundação Mário Leal Ferreira para saber um pouco mais sobre o projeto, visto que parecia inconcluso e sem nenhum diálogo com a população, além de diferente do divulgado. Um funcionário – Jorge Moura – nos informou se tratar de um Regime Diferenciado de Contratação (RDC), daí não ter havido consulta nem participação pública da população. Isto é justificado pelo caráter de urgência da obra, como todas as outras relacionadas de algum modo à Copa do mundo de futebol. No entanto, algumas mudanças aconteceram de modo incongruente com a realidade local e sem uma justificativa junto aos mais afetados. Falamos especialmente do caso dos vendedores de coco, que foram obrigados a desocupar os seus quiosques para que estes fossem demolidos, no final de maio de 2014. Até meados de 2016 não tínhamos notícias sobre a possível construção de novos quiosques, apesar de os gestores terem sempre se referido à (re)implantação de “quiosques para venda de coco e acarajé”.

Logo depois da Copa, ainda em julho de 2014, o Projeto Nova Orla demoliu grande parte das estruturas existentes em toda orla de Salvador e divulgou o projeto com os novos modelos de quiosques a serem construídos, nenhum para a venda de coco.⁸¹

A rua foi transformada, *grosso modo*, em um grande calçadão. Seu projeto, apresentado à população, tinha por base elementos típicos dos *waterfronts* difundidos por um urbanismo globalizado – o piso intertravado compartilhado é a expressão mais evidente – indo na direção

⁸¹ Os quiosques presentes no projeto teriam 100m², 50m² ou 30m², enquanto a área necessária para um quiosque de coco não chega nem a 10m².

da estandardização à qual Milton Santos (2009) refere-se como uma “vocação   mesmice”. No entanto, em Salvador, respeita-se os interesses específicos de uma “cultura” local. Sobre estes, queremos dizer dos interesses no “empreendimento” do megacarnaval soteropolitano, evento para o qual a nova orla da Barra se afirmou como palco máximo. O *waterfront*, ou a Praça do Farol, não podia contar com nenhuma estrutura que viesse dificultar o trânsito dos trios elétricos, por isso, toda a ambienta o, inclusive em termos paisagísticos, foi feita com elementos móveis, possibilitando a sua retirada para os dias de carnaval. A estrutura para a festa da Fifa, portanto, não contradisse a nova voca o da orla próxima ao Farol, de tornar-se praça de eventos e acolher ambienta es efêmeras.



Cena do filme “O Show de Truman” (WEIR, 1998), onde mostra a realidade da cidade de Seaside, onde foi filmado o espetáculo cinematográfico. Trata-se de cidade planejada segundo o modelo de comunidade proposto pela vertente americana do *New Urbanism*, o qual foi amplamente utilizado como referência para a implanta o de novos bairros-cidades periféricos destinados  s classes m dias americanas.

Na imagem, a cidade que foi chamada Seaheaven, no filme, com o exemplo do piso compartilhado, curiosamente, também pavimentado com tijolos intertravados.

Fonte: <<http://entrelinhablog.com.br/o-show-de-truman-a-sociedade-do-espetaculo/>>

Ainda que ef mero o urbanismo de eventos também foi visto na festa de Iemanjá daquele mesmo ano, anunciando o que seria visto na Copa do Mundo. A festa, típica do bairro do Rio Vermelho, em outro trecho da orla de Salvador, dispôs de gradis e portais delimitando os locais de passagem, entrada e saída das pessoas.⁸² Naquele momento, saímos rapidamente

⁸² A festa ocorre tradicionalmente, no dia 2 de fevereiro, desde a década de 1970, quando passou a ser reconhecido o seu potencial turístico, o que a tornou, assim como o carnaval, uma marca (ou marco) da expressão cultural da/na cidade. Em outra oportunidade, propusemos uma narrativa da experiência da festa, vivenciada naquele ano de Copa do mundo, em artigo intitulado “A festa de Iemanjá: o espetáculo na vitrine” (ROCHA; MIGLIANO, 2014)

no nosso percurso, tateando, um entendimento do que se intencionava para os espaços de orla na cidade, quais interesses podiam estar contidos na almejada padronização.

Enquanto na festa dedicada a Iemanjá nos perguntávamos se “políticas (urbanas) de matriz identitária podem ser estrategicamente planejadas?” (ARANTES, 2011, p.14) – visto que houve uma preocupação em decorar o espaço, embelezar, propor uma estética padrão, em consonância com os anseios de empresas diretamente envolvidas, interessadas em se beneficiar do novo negócio – a transformação do espaço público da orla da Barra para a festa “padrão Fifa”, parecia buscar desprover o lugar, e sua ambiência, da matriz identitária, fortemente presente na festa de Iemanjá. O lugar – o Farol, o mar, o pôr-do-sol, as pessoas – foi levado a tornar-se cenário, pano de fundo para o empreendimento do mundial. Não fossem as diferentes apreensões, percepções, apropriações dos sujeitos que por ele transitavam, o idealizado padrão Fifa, poderia se pretender neutro. Mas tal transformação também não perdurou.

No entanto, as reformas urbanas que se consolidaram enquanto urbanismo permanente nas orlas da Barra – e, mais recentemente, já em 2016, também no Rio Vermelho – não negam o seu caráter cenográfico, vislumbrando-se cartão-postal para o carnaval. Nesse sentido, a reforma foi amparada por diversas justificativas, entre elas, como citamos anteriormente, estava a de dar prioridade para a circulação de pedestres, ciclistas e outros modos não motorizados, diminuindo a velocidade média e a quantidade de carros transitando por naquele espaço. Vemos que o apaziguamento, ao modo do que foi observado em Grenoble, no tocante à *mobilidade*, manifesta-se em Salvador como um primeiro passo para uma transformação mais complexa. Ele visa desde uma mudança cultural dos usuários do novo ambiente apaziguado, até uma redistribuição ordenada de usos ou a restrição dos usos considerados incoerentes com os espaços de orla. Uma série de fatores vêm se articular à temática do apaziguamento, evidenciando a conformação do que vimos entendendo como dispositivo de pacificação.

A demolição dos quiosques de coco, por sua vez, foi justificada pela obra em si, para dar lugar à padronização de toda orla da cidade, operada pelo projeto Nova Orla, no qual estavam previstos quiosques-tipo.

Outras padronizações foram observadas nas praias da Barra, onde a Semop prometeu “choque de ordem” pois “ficou muito claro que não podemos fazer uma obra dessa dimensão e não ter uma gestão específica”, segundo falou ao Jornal Correio *online*⁸³ o secretário municipal de Desenvolvimento, Turismo e Cultura, Guilherme Bellintani. A Barra perdeu a

⁸³ Disponível no link: <http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/comissao-vai-promover-choque-de-ordem-na-barra-apos-a-copa-veja-o-que-muda/?cHash=7a482f39ba3109cc3c039be010cb64f6>. Consultado em 20/07/2016.

cor. Mas não totalmente... As barracas e “sombrieros” – como os baianos referem-se aos guarda-sóis – deixaram para trás o seu colorido diverso para receber o novo padrão azul e branco (seria uma referência a Iemanjá?). Ficaram proibidas cadeiras de plástico no espaço renovado; apenas cadeiras de madeira ou alumínio. A substituição fica por conta dos comerciantes. E outras decisões foram tomadas no tocante ao padrão estético (ou seria maquiagem?) inclusive em relação à limpeza, especificando-se aqueles usos que poderão continuar a fazer parte do lugar, depois da renovação, e os outros, os que foram levados a sair. Certas mercadorias não são mais aceitas ocupando a área da nova orla com os vendedores ambulantes – o feijão verde, por exemplo, foi considerado um produto destoante com a atmosfera praiana da Barra. O coco e o acarajé, por outro lado, poderão permanecer, o primeiro, se conseguir se manter sem a estrutura do quiosque.



Manhã de uma segunda-feira, em abril de 2012 e Tarde de uma quinta de setembro, 2015
Registros da autora

Com o choque de ordem, observamos uma espécie de poda da potência criadora dos diversos sujeitos do espaço público, numa tomada da ação de ocupar o espaço público a partir da imposição autoritária de padrões de ocupação. Na ânsia por conceber lugares, os atores dominantes executam determinações sobre os territórios praticados, o que visa a deslegitimar tais práticas (e seus sujeitos) sobre o território no espaço público urbano. Este processo já havia sido observado por Milton Santos como uma “corporatização do território” (SANTOS, 2009), levando em conta o papel das grandes empresas na concepção dos lugares, sob o discurso da modernização do território. Tais empresas atuam antes na intencionalidade de dotar o lugar de valores e usos específicos, tornando-os rígidos, otimizados para proporcionar a maior rentabilidade possível, segundo o mesmo autor.

A questão do lugar já foi tratada por diversos autores, Ana Fani Carlos (2007), assim como Milton Santos, também geógrafa, dedicou um livro ao tema, “o lugar do/no mundo”, entendendo o lugar como ponto de interseção entre o mundial e o local. Sobre isto, Otília Arantes nota a “contradição recorrente entre o valor de uso que o lugar representa para seus habitantes e o valor de troca com que ele se apresenta para aqueles interessados em extrair

dele um benefício econômico qualquer, sobretudo na forma de uma renda exclusiva” (ARANTES, 2011, pg. 26). Aqui, procuramos nos deter na compreensão do lugar como espaço utilizado pelos habitantes que a ele atribuem significado.

Ao tratarmos do espaço público como lugar, gostaríamos de nos deter sobre os padrões de exclusão de determinados sujeitos do lugar, aqueles que o compõem praticando-o cotidianamente. Já nos referimos, em outras partes do percurso, à expulsão dos vendedores de couro da Barroquinha, bem como a tentativa de expulsão dos artesãos da Ladeira da Conceição. A retirada dos vendedores de coco também demonstrou a intenção de impossibilitar a sua volta, devido ao tempo que passariam sem trabalhar e a necessidade de buscar outros meios de subsistência, afastando-os dos holofotes do poder público e dos interesses dominantes das empresas privadas.

No Porto da Barra, acompanhamos mais de perto o caso de Jô, vendedora e comerciante de coco há décadas, herdeira do *saber-fazer* do pai, segundo ela, primeiro fornecedor de coco para a capital da Bahia. Jô, como é conhecida, é permissionária do quiosque, delimitado pelo poder público, que ficava em frente ao Forte de Santa Maria, uma localização que possibilitava a participação intensa da vida do lugar. Ela viu o seu quiosque ser demolido por partes: depois das primeiras marteladas, ele ainda ficou de pé por alguns dias, para finalmente vir a baixo por inteiro.

Os ordenamentos urbanos – numa ação de gentrificação do projeto Nova Orla – trouxe a destruição de parte dos equipamentos de serviço, como quiosques e restaurantes, em toda a faixa de orla de Salvador, com promessas de reconstrução de alguns deles, a serem administrados por três empresas baianas, que tornaram-se as responsáveis, através de licitação, pela construção, exploração e manutenção dos quiosques.⁸⁴ No jornal Correio de 16 de julho de 2014 – que trouxe na capa a imagem da demolição de estruturas de bares e restaurantes da Orla – o secretário Guilherme Bellintani informa que o “projeto não inclui quiosques de coco, então, se naquele local tinha quiosque de coco, pode voltar a ter. Isso varia de acordo com o projeto específico de cada trecho da orla.”

Até o momento de escrita desta tese, os vendedores de coco não tinham seus quiosques reestabelecidos. Alguns desistiram da função. Mas não dona Jô. A vendedora é uma presença constante no Porto da Barra, onde continuou atuando no ramo, agora em um ponto comercial alugado nas proximidades da sua clientela, na região do Forte de Santa Maria. Ao longo dos anos, tornou-se referência para muitos usuários da área, os mais diversos. Seu ponto de venda, agora menos visível em relação à praia, é base para outros trabalhadores, como os garis que se

⁸⁴ Em outro texto, intitulado *A nova colonização da orla de Salvador* (Rocha, 2014a), tratamos especificamente sobre as ações do Projeto Nova Orla imediatamente após o mundial de futebol.

concentram ali na hora do almoço, ou a baiana que vende acarajé e guarda ali seu material de trabalho. Todos apresentam grande respeito para com ela, que foi desrespeitada e deslegitimada pelo poder público.⁸⁵ O espaço em torno do seu antigo quiosque já apresentava esta territorialidade compartilhada pelos trabalhadores e usuários frequentes, se constituindo assim em uma referência e lugar fortemente apropriado no espaço público. No novo ponto, essa rede de sociabilidade conseguiu se manter devido a alguns movimentos de astúcia dos seus membros – a exemplo da resiliência da vendedora, ao se manter no lugar – por outro lado, deixou de ocupar aquela rua, espaço público de grande visibilidade.

O status de Jô, enquanto prestadora de serviço, é levado a transmutar-se, perdendo o vínculo que tem diretamente com o poder público, através do título de permissionária, para tornar-se mais uma empreendedora, ligada ao local, pelo produto que vende, através (exclusivamente) do mercado, inclusive o mercado imobiliário. Desta forma, ela é excluída do jogo político. É importante lembrar que, atualmente (2015/ 2016), além do aluguel do ponto na galeria privada, ela ainda paga os impostos como “permissionária de um quiosque na orla da Barra”, segundo consta no documento.⁸⁶

Percebemos que o seu papel na sociedade vai além daquele relativo à sua profissão. Ela não seria uma simples vendedora de cocos, mas uma agente (relativo à ação) social espontânea, infelizmente não considerada pelas instituições. Ela compõe um agenciamento coletivo com grande parte da classe trabalhadora presente no seu entorno, com o próprio entorno, com os demais usuários desse entorno e as demais atividades por eles desenvolvidas. Apesar de Jô de praticar, em certa medida, a conhecida *viração* associada às situações de pobreza, não podemos considerá-la de fato uma pessoa excluída da sociedade. Ela apresenta condições de se inserir no jogo econômico formal e, com isto, nos processos de subjetivação operados pelo pensamento hegemônico. Isto é percebido, por exemplo, no tocante à preocupação higiênica com o produto que vende; utiliza um facão aparentemente novo e sempre muito limpo pelas dezenas de flanelas que se revezam. Outro ponto notado é o seu caráter de conselheira de todos os que a demandam opinião, por exemplo, quando nos alerta a respeito do risco da rua para uma mulher desacompanhada. Talvez esta seja a sua forma de cuidar das pessoas que a frequentam, alertando dos perigos e interessando-se por suas vidas.

⁸⁵ Jô foi intimada verbalmente a sair do quiosque em 3 dias, sem nenhuma garantia formal de que teria o seu ponto reconstruído ou novamente delimitado pelo poder público. Já buscou esclarecimento em diversos órgãos do município, sobre o projeto, mas sempre a indicam procurar outro órgão. Segundo ela, isto nunca tinha acontecido em outra gestão. Em abril de 2015, Jô e os demais permissionários de coco já tinham ido a 3 reuniões com a secretaria de ordem pública, Rosemma Maluf; a primeira foi juntamente com as baianas de acarajé. A última reunião havia sido no começo daquele mês, quando Jô pediu uma previsão de conclusão do novo quiosque, para que pudesse dizer aos seus clientes, ao que a secretária respondeu “seis meses”.

⁸⁶ Documento de Arrecadação Municipal (licença); Prefeitura Municipal de Salvador; Secretaria Municipal de Ordem Pública; PUB/ TLP/ VNT/ PSE



Placa sobre a galeria onde agora se encontra o ponto comercial de Jô, arcevo da autora, 2015.

Carrinho (alegórico) sobre a calçada indicando a entrada da galeria, foto encontrada no blog de viagens *Vaneza com* Z<<http://vanezacomz.blogspot.com.br/2015/04/agua-de-coco-por-r250-na-barra.html>>



Por outro lado, desvia-se de pensamentos dominantes a respeito de aspectos do cotidiano, ou da transformação do cotidiano operada pelo poder público. Notamos aqui especialmente a relação com a nova forma ambulante da polícia militar que se instala todos os dias em frente ao forte de Santa Maria, quase na entrada da galeria onde ela se encontra hoje. Quando a perguntamos sobre o controle da violência, o qual imaginamos ter melhorado com a presença ostensiva da polícia, Jô demonstra que seu entendimento de segurança pública é outro quando considera: “ter polícia não quer dizer nada”. O assunto é colocado momentaneamente em suspensão. No entanto, em outros momentos, Jô nos deu algumas pistas do que seria uma regulação vivenciada do lugar, em contraposição a uma ordem imposta pelas novas formas de presença policial. Certa vez, nos contou que a lona do seu quiosque era constantemente violada por um grupo de meninos, moradores da praia – à imagem dos Capitães da Areia, de Jorge Amado – sempre à noite e, por isso, era importante não deixar o facão e demais objetos cortantes no quiosque. Segundo ela, os meninos só queriam

beber os refrigerantes guardados na geladeira, mas ela acabava tendo muito prejuízo com o dano à lona. O que se revelava para nós como um risco, para ela parecia ter outro significado, pois apesar disto, segundo ela, naquela época podia ficar no lugar de trabalho até quase dez horas da noite, enquanto hoje, tem que fechar tudo e ir embora até às 19hrs, no máximo, visto que fica perigoso.

Finalmente, podemos dizer que o maior risco observado quanto à situação em que Jô se encontra, é aquele relativo ao próprio poder público, operando no sentido de calar/imobilizar os discursos/agenciamentos construídos no cotidiano de uma apreensão prolongada do espaço de sociabilidade. A atuação, o conhecimento e mesmo a representatividade locais dessa vendedora aliam-se ao cuidado e comprometimento social, ou comunitário. Isto nos remete inclusive, àquelas mulheres negras referenciadas por Ruth Landes (1967), na primeira metade do século XX. Em seu livro mais célebre, a autora identifica Salvador como “Cidade das Mulheres”.

Se continuamos sobre a referência de Landes, podemos tensionar o sentido de espaço público como campo de atuação política feminina. Diferente daquelas mulheres apresentadas à/pela autora, atuantes sobretudo no espaço privado dos terreiros, seus locais de residência, seus “lugares” – embora tivessem se tornado figuras públicas – vemos no caso de Jô a atuação feminina no espaço público da rua. Da mesma forma, podemos dizer das baianas de acarajé, também presentes na orla da Barra, sem, no entanto, termos tido uma interlocução considerável com elas. De fato, em Salvador, as baianas que vendem acarajé nos seus tabuleiros são uma presença já antiga na paisagem da cidade.

Na Barra, percebemos os tabuleiros das baianas sempre fazendo parte dos passeios. Sua estrutura desmontável é colocada e retirada todos os dias, como sempre o fora, diferentemente dos quiosques de coco, que guardavam o grosso do produto oferecido. Curiosamente, a primeira reunião dos permissionários dos quiosques de coco com a Prefeitura foi realizada juntamente com as baianas atuantes na área.⁸⁷

Como alternativa ao quiosque, foi indicado a Jô e demais vendedores de coco o uso de um carrinho para a venda ambulante do produto. O mesmo deve seguir a forma padronizada em tons de verde e branco, e ocupar o espaço público apenas nos horários comerciais. Jô adquiriu o seu carrinho, como mostrado na imagem anterior, apenas para, estando sobre o passeio, chamar a atenção e indicar o ponto da venda de fato, longe dos olhos dos que passam.

⁸⁷ Recentemente, já em 2016, em contato com Jô por telefone, ela nos informou sobre as novas negociações com a Prefeitura para a reconstrução dos quiosques. Para estas negociações, foram convocadas igualmente as baianas, que poderão ter, elas também, as suas estruturas fixas de vendade acarajé.

Com o exemplo do coco – em diálogo com o do acarajé – queremos chamar a atenção para duas questões relativas ao espaço público, as quais poderão ser retomadas na terceira parte desta tese.

A primeira delas, está em consonância com uma *tendência* mais global da oferta de comida ambulante, a exemplo dos chamados *foodtrucks*, ainda que se dê de maneira específica no caso de Salvador. A destruição dos quiosques e o estímulo a uma presença mais passageira dos vendedores no espaço público, com a preservação de formas mais “leves” de ocupação, nos indagam sobre a preocupação do poder público em afastar ao máximo, daquilo que se entende por “espaço público”, as possibilidades de estabelecimento de redes de relações locais não condizentes (que não necessariamente agregam valor financeiro) com a capacidade de empreendedorismo, ou do rendimento econômico do lugar. Ao lado das intervenções desestruturadoras dos arranjos entre as ações dos diversos sujeitos no local – como as diversas padronizações e limitações impostas – observamos ainda a promoção de uma “praça de alimentação” ambulante que vem ocupar, em formato de evento, uma vez por semana, uma localidade pública diferente da capital baiana.

A proposta do evento “A Feira da Cidade”, é a de “revelar o que há de melhor em Salvador”, segundo sua página nas redes sociais. Para tanto, propõe a venda da dita alta gastronomia de chefs renomados em versão *fastfood*, ou melhor, em versão ambulante, a preços acessíveis às classes médias (em torno de 15 reais). O mesmo serve para os demais produtos comercializados n’ a Feira. A proposta é fruto de uma parceria público-privada e tem a intenção de trazer para a “rua” uma população elitizada – de empreendedores e de consumidores – que a renegou durante séculos de história e que, hoje, só vem a utilizá-la nas situações/lugares excepcionais, criados pelos “fazedores de cidades”. Entre estes, além dos tradicionais arquitetos e urbanistas parceiros do poder público, vemos atualmente diversos tipos de empreendedores que intervêm, fazem e pensam a cidade, como confirmou Carla Maciel, produtora e idealizadora d’ a Feira da Cidade; “A Feira é isso, é pra pensar, pra construir esse espaço público juntos.”⁸⁸ Pela sua fala, busca atuar independentemente das grandes corporações, para que não haja disputa de marcas (especialmente de bebidas), ainda assim vai no sentido da concepção de lugares, espaços-tempos pacificados do/pelo evento.

Aqui vemos a captura do sentido de feira, por um empreendimento privado e verticalmente planejado, diferentemente as feiras tradicionais, formadas através da apropriação horizontal de lugares estratégicos, o que provoca um crescimento rizomático da feira. Se tomamos a diferença entre tática e estratégia em Michel de Certeau, aqui temos um

⁸⁸ Entrevista disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/criadora-da-feira-da-cidade-carla-maciel-explica-porque-deu-uma-pausa-no-evento/?cHash=06f5bacec4bb5781b0ddc772db9ed411>>

claro exemplo de feira estrategicamente concebida, o contrário das feiras originadas e cotidianamente transformadas pelas táticas habitantes. Além disso, ainda que as feiras populares tenham suas estruturas desmontáveis e móveis, elas se associam fortemente ao lugar onde se implantam, sempre o mesmo e sempre na mesma periodicidade. Por outro lado, a Feira da Cidade vem propor uma ocupação generalizada dos espaços públicos da cidade, sem construir uma relação cotidiana com nenhum deles, mas com *a cidade*, como elemento genérico, quase imaterial.



A segunda questão, nós já a comentamos rapidamente, diz respeito à presença feminina, e negra, no espaço público de Salvador. A questão foi motivada primeiramente devido à nossa própria condição de mulheres usuárias do espaço público urbano, mas foi cotidianamente provocada pelos encontros com outras mulheres, empreendedoras ou não, atuantes nos espaços das ruas e praças. Além disso, a presença feminina na vida pública da cidade de Salvador é especialmente marcada, ao longo da história, com as *ganhadeiras* negras, mas outras questões foram sendo colocadas à medida desta apreensão-tradução, algumas delas veremos a seguir.

Ruth Landes, ao estudar as relações de “raça” na Cidade da Bahia no final dos anos 1930, notou que as mães-de-santo eram referências importantes para uma grande comunidade pobre e negra. Sobre as mulheres e o espaço público, em geral, observou: “Um aristocrata jamais consente que as mulheres da sua classe andem sozinhas depois do pôr-do-sol, enquanto as negras sempre andam sós, mesmo quando acompanhadas por um homem” (Landes, 2002 [1967], p. 101). O status diferenciado das mulheres negras se deve a uma série de fatores da constituição da sociedade baiana e brasileira, mas gostaríamos de considerar a sua exclusão do sistema social. Como toda a população de origem africana, eram estrangeiras às normas aplicadas às famílias pertencentes à “boa sociedade”. Longe dos deveres patriarcais, também dominantes em contexto africano (Ibid.), a mulher negra no Brasil foi chamada à conhecida viração para dar conta de si própria e dos filhos. Isto explica a importância feminina tanto no contexto das “famílias de santo”, quanto no uso e ocupação do espaço público urbano para o trabalho enquanto “ganhadeiras”,⁸⁹ como eram conhecidas as baianas que comerciavam principalmente alimentos nas ruas da cidade. Aqui, a chamaremos simplesmente baianas, como são cotidianamente chamadas as mulheres que exercem esse ofício.

Segundo a tese de Gerlaine Torres Martini (2007), sobre as Baianas do Acarajé, a venda ambulante de alimentos pelas mulheres negras é um elemento formador da ambiência das ruas, portanto, da paisagem urbana de Salvador, e data do início da colonização brasileira. “No século XVII, em 1631, como indica documento das posturas do Arquivo Municipal de Salvador, as ‘pretas’ já eram obrigadas a ter licença para poder vender na rua” (Idem, pg. 13). As baianas também foram presença “subversiva” nas ruas do Rio de Janeiro no início do século XX, a *Belle Époque* carioca, segundo nos conta Mônica Velloso (1990). Época de uma preocupação excessiva em ver a cidade modernizada, com o fluxo de pessoas garantido e controlado, se destaca uma “espantosa” fluidez com que as mulheres negras ganham as ruas, ao contrário das mulheres da elite, “que transitam por um espaço rigidamente codificado, sempre obedientes às normas” (Ibid., pg. 216).

Se fizermos aqui um paralelo com a questão da experiência de cidade na modernidade, problematizada por autores cujas obras se tornaram clássicos no tema, vemos através de Janet Wolff que, apesar de Sennett, Simmel e mesmo Baudelaire reconhecerem a diferença da experiência urbana feminina, “o dandy, o flâneur, o herói, o estranho – todas as figuras invocadas para sintetizar a experiência da vida moderna – são invariavelmente figuras do sexo

⁸⁹ Atualmente, o termo é associado ao grupo musical “Ganhadeiras de Itapuã” oriundo da tradição e dos pregões das mulheres vendedoras dos peixes comprados diretamente dos pescadores de Itapuã.

masculino”⁹⁰ (WOLFF, 1985, pg. 41, tradução nossa). A autora observa a separação dos domínios público e privado do ponto de vista dos sexos e, citando a experiência de Georg Sand – ao vestir-se como um homem, pôde enfim flunar na Paris do século XIX – lembra que “as mulheres não podiam passear sozinhas na cidade” (Ibid.).

Percebemos então que o caráter “público” do espaço autorizava aos homens uma experiência de mundo relativa ao conhecimento de si na liberdade e no risco de ser no mundo. No entanto, para as mulheres, “era onde se corria o risco de perder a virtude” por ser visto como um domínio imoral, segundo Sennett (1998 [1974], p. 39), referindo-se também ao século XIX. Outros autores, como Manuel Delgado (2007) também problematizam o sentido de espaço público, e salientam a diferenciação da experiência feminina em relação à experiência masculina de cidade através da compreensão do adjetivo “público” nos dois casos. Delgado conclui que o *homem público* é aquele que, no “reino da crítica e da opinião” do espaço público, deve prestar contas das suas ações sempre que for pedido. Em contrapartida, *mulher pública* indica que a mesma é parte do espaço público e, assim sendo, está acessível ao público; diferentemente de se estar *no* espaço público, ela está *do* espaço público (Ibid., pg. 226).

As baianas, as trabalhadoras das ruas de Salvador, surgem aqui para deixar mais nítida a problematização e o paradoxo da presença feminina no espaço público. Mônica Velloso (1990) já havia notado que muito do que se dizia da experiência urbana moderna e se objetivava com a modernização das cidades não se aplicava ao uso e apreensão das ruas pelas “tias baianas”.

Em nossa experiência cotidiana e errante em Salvador, vivenciamos expressões de um machismo latente, chegando a nós, enquanto mulheres na rua,⁹¹ de forma a nos remeter a tempos anteriores (ou tempos de sempre), inibindo a nossa presença e/ou nossas atitudes em espaço público (ou terra de ninguém). Por outro lado, tal experiência nos deu a possibilidade de conhecer e conviver com outros modos femininos de estar no espaço público urbano: a presença de mulheres que, contrariamente ao que se pudesse esperar em uma sociedade fundamentada no machismo, atuam como agentes espontâneas e referências dos/nos espaços de sociabilidade. Aqui trazemos o exemplo de duas dessas mulheres, ambas negras: uma delas é Jô, da qual já falamos e tornaremos a falar, figura tradicional na orla do Porto da Barra, vende cocos há anos, trabalhando no pesado com o facão em punho. A outra, conhecida como Bia, é o que chamamos no Brasil “moradora de rua”, é de fato uma errante, seria um daqueles a que

⁹⁰ “The dandy, the flâneur, the hero, the stranger – all figures invoked to epitomise the experience of modern life – are invariably male figures.” (WOLFF, 1985, p.41)

⁹¹ “Mulheres na rua: apontamentos sobre a dimensão política do corpo feminino no espaço público” (ROCHA, Maria Isabel C. M. e MIGLIANO, Milene). Artigo submetido à Revista Urbana, em fase de avaliação.

Milton Santos nomeou *homens lentos*, se não tivesse o expressivo diferencial de ser uma mulher. Ambas atuam em zonas nobres da cidade de Salvador.

Bia, em suas errâncias, cobre uma grande região entre os bairros do Centro e da Barra, passando pela Vitória e pela Graça, onde os edifícios e condomínios ainda são chamados mansões. Ela conhece, cumprimenta e conversa com todas as pessoas cujos olhares cruzam com os seus, é só encontrar uma brecha. Nem sempre, quase nunca, pede alguma coisa, um “trocado”, mas está sempre ativa em comunicar, nem que seja com um “não fique com medo não, eu lhe protejo”. Há de se pensar que incrível é o poder dessa mulher, capaz de nos proteger dos possíveis riscos da rua, como se fosse imune a esses mesmos riscos. Será que não é?

Ouvimos vários relatos a respeito dela, geralmente vindos de outras mulheres, das suas conversas envolvendo os temas mais banais do dito “universo feminino”, como menstruação, casa e filhos, também sobre dor de cabeça ou sobre a boa e velha cachaça. Através dela percebemos o espaço público como lugar de fato da *enunciação pedestre*, mas também como lugar da resistência e do convívio. Agindo para além das normas culturais (de distanciamento, por exemplo) e da expectativa sobre uma “moradora de rua”, ela, como diria Ana Clara Torres Ribeiro (2005), costura saberes à co-presença, saberes de sociabilidade. “esses gestos-fio reafirmam a sociabilidade, possibilitando o afloramento de fundamentos da vida social, distantes a priori de qualquer tipo de fundamentalismo.” (Ibid. p. 417). Além disso, por escapar ao totalitarismo da racionalidade, segundo dizia Milton Santos (2002 [1996]) sobre os homens lentos, realiza errâncias dentro da sua condição feminina: e faz questão de afirmar a sua presença no espaço público. Talvez mais importante que isso, ela estabelece uma parceria, segundo suas próprias palavras, nos faz parceiras no desbravamento do espaço público, quiçá na nossa própria sobrevivência. Através da sua provocação enunciativa – e não apenas através da linguagem verbal – ela nos afeta de forma a desestabilizar as subjetividades já incorporadas do discurso dominante. Nos resta a disponibilidade de nos deixar contaminar para tensionar certas determinações e estereótipos construídos socialmente – como aquele de mulher pública – e perceber a “energia revolucionária própria dos miseráveis, dos *excluídos* do jogo político corrente” (DIDI-HUBERMANN, 2011, p.34 [grifo no original])

De volta ao Porto

Muitas questões foram levantadas a respeito da interdição ao carro. Os comerciantes afirmam não ter sido positivo para o comércio, visto que este se baseava em um público não só de turistas, e de moradores não só da Barra, mas de classes médias (pouco usuárias do transporte público) vindas de toda a cidade. O transporte público também sofreu modificações

nos trajetos e nas linhas, no entanto, ainda vemos uma grande frequência das classes mais populares ao Porto da Barra. Quanto a isto, a mudança mais tangível, para nós, enquanto moradoras, representou uma maior aproximação entre a Barra e a Avenida Sete central, visto que foi criada a linha de transporte coletivo “Integração Lapa-Barra”. Em contrapartida, foram extintas diversas linhas de ônibus que passavam pela orla e pelo bairro da Barra, com isto, para chegar lá, muitas pessoas que pegavam apenas uma condução passaram a fazer uma espécie de conexão na Estação da Lapa. Como este trabalho propõe uma metodologia de apreensão baseada na nossa vivência cotidiana, um aprofundamento na questão do impacto causado pelas mudanças no sistema de transporte urbano na Barra seria necessário, e se constituiria em matéria para outro trabalho de investigação.

Ouvimos também relatos considerando um aumento da violência após a reforma. Quanto a isto, refletimos sobre a possibilidade de ter havido uma desestabilização relativa àquela inversão de ordens policiais observadas entre 2011 e 2012, quando da nossa chegada em Salvador. Aqueles que antes, de certa forma, controlavam o espaço público à noite, passaram a conviver com uma maior diversidade de sujeitos, estimulados a frequentar o espaço “iluminado”. Colocamos o termo entre aspas ao perceber, no caso estudado, o risco da dicotomia opaco-luminoso (sugerida por Milton Santos) e, assim, o risco de assumir que o espaço foi tornado luminoso a partir da reforma. Com a ideia de o espaço ter sido “iluminado”, nos interrogamos sobre a possibilidade de “jogar luz” sobre as opacidades presentes sem, no entanto, extingui-las, apesar de haver um interesse e mesmo operações estratégicas nesse sentido. A reforma que pretendia “limpar” o lugar das impurezas – do trânsito e das ocupações malquistas, ditas favelizadas – acabou por favorecer o contato, e portanto, o conflito entre diferentes grupos, apesar da presença ostensiva da polícia militar no espaço reformado. Esta, que antes tinha seu posto fixo no Largo do Porto da Barra, em frente ao Instituto Mauá, passou a ocupar o Porto em dois pontos: ainda no Largo, em local mais visível, e no Largo do Forte de Santa Maria, lugar antes ocupado pelo quiosque de coco de Dona Jô.

A grande questão quanto à reforma do Porto, para nós, vai além do quesito mobilidade: por que retirar os trabalhadores do local da forma como foi feito? Sem grandes justificativas – considerando a emergência da Copa uma justificativa muito pequena e insatisfatória – e sobretudo sem levar em conta a rede de relações que se formaram ao longo de anos, constituindo o lugar, e não apenas o cartão-postal.

Outras questões são igualmente imprescindíveis para entender esta pacificação, como o próprio objetivo de apaziguamento – lembrando que o termo é empregado no campo das políticas públicas de outros contextos, não no caso brasileiro – comprometendo relações estabelecidas pelo uso do carro e criando outras. Entre estas, temos o contato entre indivíduos diferentes, mas também uma desregulação, que se manifestou, em algumas falas ouvidas,

como aumento da violência – processo que requer um cuidado e um tempo maiores para o estudo.

Sobre este possível aumento da violência, podemos nos remeter aqui ao Território Empreendedor, onde ouvimos um vendedor ambulante falar sobre sua preocupação com a redução de velocidades e o aumento das calçadas – com a implantação dos *parklets* – temendo que isto fosse facilitar a fuga dos chamados sacizeiros: “Se, com esse movimento todo, ainda roubam, imagine quando tirarem os carros...”. O que nos mostra haver uma ordem estabelecida, embora frágil e em constante transformação, a qual foi desestabilizada, numa referência ao que Milton Santos chamou “ordem desordeira” (SANTOS, 2001, pg. 86). Segundo o seu raciocínio, podemos considerar aquilo que é da ordem da *muvuca* como um conjunto de contra-racionalidades, ou seja, “formas de vivência e de regulação criadas a partir do próprio território e que se mantém nesse território a despeito da vontade de unificação e homogeneização, características da racionalidade hegemônica, típica das verticalidades” (Ibid., pg. 110). Daí a “vontade permanente de desorganização, a serviço dos atores hegemônicos” (Ibid., pg. 111).

Em outra oportunidade, Santos nos fala “Ao contrário do imaginário que a acompanha, a desregulação não suprime as normas. Na verdade, desregular significa multiplicar o número de normas” (SANTOS, 2009, pg. 275). Tal afirmação é condizente com o que pudemos vivenciar na orla do Porto da Barra, com as demolições e o choque de ordem operados.

Ela complementa-se também com o que Ana Clara Torres Ribeiro (2005) fala em termos de “racionalidades alternativas”. A autora, dialogando amplamente com Milton Santos, entende a racionalização da vida como sendo um processo fragmentador – “por recusar o diálogo aberto com a memória dos lugares e restringir a co-presença” (Idem, pg. 420) – e, ao mesmo tempo, fragmentado, operando de maneira incoerente e irracional, segundo sua própria racionalidade. Seria em decorrência deste seu caráter fragmentado e irracional que se dá a desorganização, desregulação, desregulamentação de uma sociabilidade criada cotidianamente, nativa, no sentido de ter se constituído no e com o lugar. No lugar desregulado pela racionalização artificial – por não ser natural do lugar – e “em contraste com esses frutos da racionalização, expandem-se a ação espontânea, o ato tentativo, a ‘viração’.” (Idem, pg. 421). Apenas essa ação espontânea, tentativa, tateante ou tática é capaz de jogar com as racionalidades artificialmente implantadas, assimilando-as ou não, mas abrindo-se para a apreensão desse outro racional. Só nesse jogo é possível a emergência do que Ribeiro coloca como “racionalidades alternativas”. Aqui, entendemos o alternativo como alter-nativo, outro-nativo, criado a partir da adesão do Outro (artificial) ao nativo (natural). Assim, associamos a este Outro uma categoria de estrangeiro – que pode ser o próprio gestor – desconhecedor do modo de vida nativo, detentor de uma racionalidade alheia ao espaço

praticado, ao passo que as *regulações* e *apropriações* espontâneas são, por outro lado, tornadas estrangeiras pela intervenção deste Outro. A pacificação revela-se então quando a proposta se baseia em eliminar as ações dos muitos outros, tornados estrangeiros face ao poder dominante, ou enquadrá-los na nova racionalidade artificial. A compreensão das “racionalidades alternativas” propõe, portanto, a antítese do combate (racionalidades *versus* contra-racionalidades): o jogo entre um *e* outro, e, nesse ponto, Ana Clara cita Milton. “A questão, para nós, seria descobrir e pôr em prática novas racionalidades, em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pelos homens, lá onde eles vivem.” (SANTOS, 2005, pg. 154, Apud RIBEIRO, 2005, pg. 422)

Parte III. **DAS REMINISCÊNCIAS**

Ao vivenciar a cidade de Salvador, percebemos uma relação muito forte à história, não só sua história particular e local, mas à história do Brasil. Talvez por ter sido a primeira capital do país e ainda carregar vivo esse passado – inclusive no slogan da Prefeitura de Salvador: “primeira capital do Brasil” – encontramos particularidades em algumas suas situações urbanas, para nós pouco convencionais. Reminiscências de outros dispositivos de pacificação que atuaram no funcionamento da sociedade e na constituição do território do país; algo como uma memória, ou diversos fragmentos de memória surgiam em momentos e lugares diferentes, da cidade que praticávamos.

Tropeçamos em alguns restos, rugosidades, segundo a noção de Milton Santos, nos levando a indagar sobre o que os mesmos podiam ter sido ou significado em outros tempos – formas espaciais, discursos, modos de fazer. Tais restos, sendo materiais ou não, objetivos ou subjetivos, provocaram no tempo do percurso uma necessidade de olhar para o passado, praticar o anacronismo, embora estivéssemos centradas na experiência cotidiana contemporânea na Avenida Sete de Setembro. Ao nos permitir um anacronismo controlado (LORAU, 1992), buscamos sobretudo desvendar alguns aspectos de outros dispositivos de pacificação, atuantes naquelas outras épocas, a partir de suas reminiscências, aquelas que nos encontraram no caminho. Além de restos dos componentes estratégicos, tais reminiscências podem ser daquilo que sobreviveu, modos de vida que, com suas táticas de desvio, escaparam à captura (ou extinção) pelos dispositivos. Esses outros dispositivos podem ainda nos remeter a outros contextos socioespaciais fora de Salvador, mas ainda no Brasil, de modo a explicitar a conjuntura que os conformou e onde atuaram.

No percurso apresentado, identificamos restos do processo de colonização e conquista do território, o qual apresenta claramente o seu dispositivo de pacificação indígena (terra e povo). Também notamos resíduos do processo de modernização das cidades – do tempo em que se instaurava a necessidade de civilizar o urbano (espaço e habitante) e assim colocar a cidade no rol da civilização ocidental – com sua *tabula rasa* que permitia a “criação” de novas formas urbanas no lugar das antigas. Aqui, nos deteremos primeiramente (capítulo 8) sobre esses dois processos e seus respectivos dispositivos de pacificação, para posteriormente (capítulo 9), através do entendimento da espetacularização da cidade, chegarmos ao processo atual de gourmetização dos espaços públicos.

A partir da compreensão principalmente de três momentos distintos – colonização, modernização, gourmetização – vamos nesta terceira e última parte, revirar os restos, reminiscências, rugosidades que nos fazem olhar, como através de janelas, para outros processos e seus dispositivos. Além disso, enquanto rugosidades, tais restos convivem e sobrevivem a outras sobreposições no espaço-tempo atual, visto também que este espaço-tempo se dá sobre as condições deixadas por outros que já passaram.

Em cada qual dos seus momentos, o processo social envolve uma redistribuição dos seus fatores. E essa redistribuição não é indiferente às condições preexistentes, isto é, às formas herdadas, provenientes de momentos anteriores. As formas naturais e o meio ambiente construído incluem-se entre essas formas herdadas.

O que na paisagem atual representa um tempo do passado, nem sempre é visível como tempo, nem sempre é redutível aos sentidos, mas apenas ao conhecimento. (SANTOS, 2009, pg. 140)

Tomando a última sentença da citação de Milton Santos, notamos que o que a paisagem atual – no nosso caso dos ordenamentos/ pacificações da cidade de Salvador – revela de um tempo do passado pode ser o próprio conhecimento do sentido de pacificação. Do momento em que o urbanismo crítico utiliza o termo, ou ainda, do momento em que existe na atualidade um processo de pacificação direcionada a outros territórios da cidade (as favelas), qual seria a carga *rugosa* que esses usos do termo pacificação trazem? Loraux nos diria da importância da prática de um “anacronismo que é a atenção ao repetitivo” e que “tem a ver com a consideração sistemática das paixões e da relação com o poder, que provavelmente, aliás, são cúmplices” (Op. Cit., pg. 67). Nesse sentido, como falamos nos capítulos introdutórios desta tese, tropeçamos na pacificação dos espaços públicos, e aqui procuramos direcionar o olhar para a janela aberta por reminiscências do percurso – sejam termos e noções (re)utilizadas, sejam ações, intervenções, códigos de conduta, etc. – que remetem a processos operados por outros dispositivos.

Se tomamos os três momentos distintos citados e seus respectivos dispositivos, não queremos com isto definir um recorte histórico que vá desde o Brasil colonial até os dias atuais. Intencionamos antes tatear o sentido da pacificação considerando a existência de outros dispositivos pacificadores que deixaram rastros reconhecíveis. A pacificação indígena, por exemplo, cujo alvo era o território e a população ameríndia, não é dissociado da própria noção de colonizar ou de colonização. Desta forma, o nosso foco se faz mais nas reminiscências do processo da colonização em si – da disciplinarização do território e da instauração de uma cultura nova/ outra – do que no seu período histórico.

Já quando falarmos na modernização das cidades, o foco no período histórico é acentuado, especialmente porque nos detemos no ambiente urbano e tentamos entender o conjunto de elementos que compunham a ideia de modernizar. Aqui, o período histórico se faz mais presente por trazer esses elementos, mas também por ter sido o momento no qual se definiram como disciplina, recebendo a patente de ciência, alguns modos de fazer e pensar, como o próprio urbanismo. Fazia-se, então, a transição de uma *ordem rural* para uma *ordem urbana* que vinha atrelada a uma série questões de natureza diversa, desde a polícia até o sentido de embelezamento. Além disso, trata-se do processo que traçou a Avenida Sete no

solo soteropolitano, portanto, este traçado se constitui ele próprio em uma das rugosidades deixadas pela modernização.

Sobre o terceiro dos processos citados, é importante esclarecer desde já que o termo *gourmetização* utilizado se trata de uma tentativa de nomear o processo atual pelo qual passa, entre outras coisas, também o espaço público urbano, através das conhecidas revitalizações e demais reformas “requalificadoras” que vêm atuar em alguns pedaços do espaço urbano. A escolha do *gourmet* como categoria dos processos atuais se deve também à intensificação do uso do termo relacionando-o ao usufruto de determinados espaços onde se pode consumir produtos ligados à alimentação entendida como sofisticada. Estando relacionado ou não ao consumo alimentício, o termo vem sendo empregado para atribuir uma diferenciação padronizadora aos produtos a serem consumidos por quem pode pagar o preço do selo *gourmet*. Assim, o associamos também a certos espaços públicos de uso cotidiano que passaram por processos de “releitura” visando torna-los atrativos àquelas camadas da população de gostos, diz-se, mais refinados. A escolha do termo para o processo se deu com base no modismo atual, não sendo um termo oficialmente empregado pelas políticas públicas. Apesar desta informalidade, procuramos problematizar a questão da pacificação dos espaços públicos tensionando a participação da arquitetura e do urbanismo enquanto ferramentas para promoção de uma imagem de cidade *gourmet*, ou seja, de modo a atrair uma população “selecionada”, a quem possa interessar a deglutição dos padrões impostos pelo mercado e pela sociedade de consumo vigentes. Certamente tal uso do *gourmet* é discutível; é o que faremos no capítulo final desta tese.

Capítulo 8. OUTROS DISPOSITIVOS DE PACIFICAÇÃO, RESTOS DE OUTROS MOMENTOS

Este capítulo se detém sobre algumas rugosidades que encontramos no nosso caminho na Avenida Sete de Setembro, nos levando a olhar, como através de uma janela, para o contexto no qual foram originadas. Este olhar, ou essas janelas, por surgirem à medida da nossa vivência, não obedecem a uma ordem cronológica rígida, quer dizer, podemos nos deparar com uma reminiscência do tempo da colonização e em seguida observar elementos da espetacularização na cidade, processo que só veio se manifestar séculos depois, inclusive depois das grandes reformas modernizadoras. Aqui, a ordem do tempo histórico de cada processo importa menos do que as reminiscências e sobrevivências que revelam seus dispositivos de pacificação específicos.

Territórios e patrimônios conquistados: da colonização

Já no início deste trabalho, e no decorrer dele, nos remetemos algumas vezes à pacificação dos povos indígenas, sobretudo como mecanismo que possibilitava a conquista e o controle territorial no Brasil colônia. Chegamos então ao período colonial através do próprio termo da pacificação. Enquanto política, esta pacificação foi implementada na colônia como modo de relação com os povos originários, sobretudo aqueles mais resistentes ao novo modo de vida imposto, quando não eram dizimados.

Segundo Paulo Knauss de Mendonça (1991)

Contraditoriamente, apesar do caráter nitidamente militar desse processo, cuja finalidade era afirmar a dominação portuguesa no continente americano, o documento acerca dos atos do governo Mem de Sá conclui sempre destacando a “pacificação”, ou a solução de “ficar pacífico”, ou ainda “assossegar o gentio”, associando a obra do governo-geral com o apaziguamento e nunca com a agressão, o domínio ou sequer a conquista. No capítulo 15, Mem de Sá indicava ainda, como essa “*pacificação*” era por ele condicionada à aceitação dos índios de se tornarem vassalos da Coroa portuguesa, explicitando como a dominação se impunha. Nesse sentido, pode avaliar como o processo de afirmação do domínio português na América, apesar de essencialmente guerreiro, instalou-se sobre uma ordem de valores sustentada no ideal de “*pacificação*”, constituindo-se em autêntica metáfora do processo conquistador. (Idem, pg. 107, grifos no original)

O autor nota como a metáfora pacificação é utilizada pelo discurso oficial para se referir a um processo de conquista que se diz contrário à prática da guerra. Por outro lado, pacificação era a própria guerra da conquista, que se dava visando o domínio e o controle da população e

da terra. Assim, o discurso da “pacificação” era legitimado “pelo vocabulário religioso, em contraste com as ações reais de caráter essencialmente militar” (Ibid., pg. 110).

As guerras de pacificação se deram sobretudo no objetivo de instaurar na colônia o controle exclusivamente português. Mas havia fundamentalmente um interesse econômico no território onde as populações indígenas se encontravam e do qual sobreviviam. Mais do que garantir o monopólio colonial, a Coroa, atuando militarmente, garantia a implantação e exploração da agroindústria por empresas privadas (Ibid.). Essas rápidas considerações sobre o processo de pacificação colonial, já nos fornece indícios para constatar que todo um sistema de relações de poder veio se instalar com a colonização, sugerindo a atuação de outro dispositivo de pacificação, atuando com outras ferramentas, mas também visando o controle territorial para a exploração econômica.

Aquele dispositivo estava indissociável do sentido mesmo da colonização. Se nos atemos à palavra, como fez Alfredo Bosi (1992), tanto colonizar, quanto culto ou cultura, são derivados do mesmo verbo em Latim *colo*. “*Colo* é a matriz de *colônia* enquanto espaço que se está ocupando, terra ou povo que se pode trabalhar e sujeitar.” (Idem, pg. 11, grifos no original). Neste sentido, a colonização do Brasil se deu com base no disciplinamento e na sujeição tanto da terra quanto dos povos aqui habitantes. O território veio a ser repartido e reordenado segundo as lógicas de exploração da época, enquanto que o seu povo foi levado a se sujeitar e assimilar, além de um novo culto, o cristianismo, uma nova cultura, a ocidental.

A chamada “guerra justa” era a guerra da conquista, regulamentada pelos Regimentos da coroa portuguesa, considerada absolutamente necessária para a conquista definitiva do território.

O objetivo militar — a conquista e a submissão dos indígenas — era condição para a incorporação da população nativa (batismo e catequização) e para o posterior desenvolvimento de uma atividade econômica permanente (com o plantio da cana e a produção do açúcar), primordialmente voltada para o comércio exterior, que logo viria a se configurar como o modo de produção dominante na colônia. (OLIVEIRA, 2014, pg. 130)

O objetivo militar apresenta hoje os seus restos no dispositivo de pacificação dos espaços públicos, um pouco menos evidentes do que no dispositivo de pacificação de favelas, mas incorporado ao sentido mesmo de planejamento estratégico,¹ como forma de garantir a segurança necessária aos novos capitais que venham se interessar pela exploração territorial. É este planejamento que vem delimitar “territórios empreendedores”, nos quais deve haver

¹ Nas palavras de Otília Arantes (2011, pg. 36): “A esta altura é bom não perder de vista a origem militar da palavra estratégia, que da esfera semântica da guerra econômica foi transplantada, com involuntária precisão, para um urbanismo que pelo menos confessa precisar de adversários, aliás facilmente identificáveis.”

um ordenamento/ fiscalização (ou pacificação) capaz de “sossegar o gentio”, de modo a integrá-lo ao sistema dominante. Hoje, a indústria turística e de negócios dominam o mercado global de cidades. A militarização atual alia-se, portanto, às leis de mercado, diferentemente das “leis da igreja” daquele outro dispositivo, no qual a catequização ocupava o lugar do empreendedorismo contemporâneo.

Além da guerra em si, a catequização jesuítica também era tida como extremamente necessária, e deveria garantir não só o conhecido catecismo, mas um controle amplo das ações, pensamentos e desejos dos índios, de modo que estes não voltassem a cometer atos contra a moral cristã, considerados ofensivos e pecaminosos. Este controle tanto pela guerra quanto pela religião, ambos justificados pelo discurso da “absoluta necessidade”, que os tinham como única via possível em prol da dominação, caracterizava o dispositivo de pacificação colonizador, este que operava principalmente no meio rural, onde as comunidades indígenas eram consideradas o inimigo número um da expansão econômica do império português. Segundo João Pacheco de Oliveira, “a tutela religiosa nunca esteve separada das intervenções militares” (Idem, pg. 151) no caso da pacificação colonial. A catequização era então a base discursiva, operando um processo de subjetivação que se sobrepunha à pura militarização. “Todo dispositivo implica, com efeito, um processo de subjetivação, sem o qual o dispositivo não pode funcionar como dispositivo de governo, mas se reduz a um mero exercício de violência.” (AGAMBEN, 2005, pg. 14).

E o processo se dava visando ao mesmo tempo dois alvos, ou dois elementos constituintes do mesmo alvo: o território e a população indígena.² Esta, após convertida, era utilizada como mão de obra no território ocupado pelos engenhos e plantações ou mesmo nas cidades, apesar de, segundo a Bula Papal, os indígenas possuírem uma alma e, portanto, não poderem ser escravizados. Neste ponto, observamos a aparente existência de uma disfunção entre o poder militar do Estado português e o poder religioso das missões católicas. Segundo Schwarcz e Starling (2015), o discurso moral religioso considerava os indígenas “inaptos” ao trabalho extremo do cultivo, o que ocultava simplesmente uma visão de mundo distinta da visão dos europeus sobre a natureza e as necessidades básicas. Tal visão foi traduzida como “desinteresse” pelo trabalho – o que evidencia o processo de subjetivação em marcha inclusive quanto aos portugueses em relação aos nativos “rebeldes”, esse Outro incompreendido (e por isso dizimado) pelos colonos.

É importante notar o caráter civilizatório dos diferentes dispositivos de pacificação, caráter que transcende os séculos e os contextos socioespaciais onde se dão no Brasil. Na época

² O que remete ao assunto das favelas tratado no segundo capítulo. A categoria pacificação é analisada por João Pacheco de Oliveira (2014) observando os paralelos entre a política de pacificação indígena e aquela de pacificação das favelas.

do Brasil-colônia, catequizar pode ser lido como equivalente a civilizar, já que os preceitos de moral e bons costumes eram ditados pela igreja católica, especialmente pela catequese dos jesuítas. Transgredir tais preceitos significava uma aversão imperdoável à civilização, assim, no discurso dominante – que vem dominar inclusive o imaginário popular – os índios se tornaram selvagens incorrigíveis.

O ímpeto de vencer a selvageria transformou-se em força civilizatória empregada pelos jesuítas, o que por sua vez favoreceu a criação de políticas de disciplinamento dos povos indígenas. Uma nova conformação espacial articula-se à ação militar e ao discurso catequizador na composição do dispositivo. Aqui observamos o disciplinamento baseado em um confinamento,³ uma delimitação física dos espaços onde podiam se domesticar as práticas indígenas. Isto, na colônia, tomou a forma de aldeamentos, as chamadas missões jesuíticas.

A índia Tainã tinha razão quando disse que as aldeias eram invenção do colonizador.

A alusão crítica ao confinamento, ou aldeamento que encontramos na provocação do Espaço Cultural Tupinambá, nos levou a perceber mais algumas reminiscências do projeto de conquista de território da colonização. Com o slogan “a nossa aldeia é a rua”, os responsáveis pelo Espaço tensionavam, ao mesmo tempo: a exclusão das populações originárias do convívio nas cidades, sendo relegadas a aldeias distantes da sociedade urbana; e a proposta de uma espécie de *aldeamento cultural*, expressado no Passeio Público em si (território fechado, originalmente destinado ao uso pelas elites).

Podemos considerar o Passeio como fruto das primeiras intenções de dotar a cidade de um espaço espetacular, ou seja, representativo de sua condição urbana ocidental; seria o primeiro simulacro de um tipo de experiência urbana descolada da vida cotidiana. Um espaço que “encheria os olhos” dos visitantes estrangeiros, que propunha uma nova cultura de sociabilidade diferente da cultura existente, que vinha ensinar essa nova sociabilidade em meio a peças de arte ocidental e de uma natureza domesticada. Não é à toa que o chamado Jardim Público foi implantado no mesmo intuito do Teatro São João; para servir pedagogicamente aos anseios de ver modernizado todo um contexto urbano e social. O teatro e o jardim seriam, então, os lugares de representação de e para a sociedade que pretendia desvencilhar-se do passado colonial.

No tocante à representação, vemos como os espaços criados outrora para instituir uma nova cultura, como o Passeio, são hoje objeto de revitalizações com as quais pretende-se trazer de volta aspectos daqueles lugares no passado, o que representavam e o que continham como modo de vida daquele outro tempo, buscando ressubjetivá-lo, reintegrando-o à paisagem-vitrine da cidade. Esses espaços são convocados a fazer parte de um espectro de cidade que

³ Remetendo-nos às considerações de Foucault ([1979] 2014) sobre as sociedades disciplinares.

conjuga ainda a representação da cultura negra docilizada – admitida como partido de autenticidade: “a gente sente que é diferente”⁴ – e estetizada, a imagem do caboclo como símbolo de um guerreiro autêntico que já não existe mais. A corporificação do caboclo (não-civilizado?) que reivindica sua terra, sem os limites físicos estabelecidos pelo colonizador, e ocupa um território símbolo do poder ocidental – como fazem Tainã e Xauã – já não adquire a mesma romantização.⁵

É importante fazer uma ressalva a respeito do dispositivo de pacificação à época da colonização, operado diferente no tocante a índios e negros. Como vimos anteriormente no percurso, os sujeitos de cultura africana – portanto estrangeiros – foram levados a conviver mais intimamente com os brancos europeus, no ambiente familiar das fazendas e, especialmente, nas cidades, onde realizavam todos os serviços necessários ao funcionamento da economia e da vida social. Eles se valeram então de táticas de sobrevivência diferentes daquelas dos indígenas, mais relacionadas a uma mistura cultural da qual trataremos mais à diante.

Se temos uma cultura negra de fato viva e onipresente em Salvador, embora a sua relação com a cidade se mostre mais complexa do que se pode concluir analisando-se superficialmente, o mesmo não podemos afirmar quanto à cultura dos povos originários. A cultura e população de origem indígena continuam à margem do espaço urbano, sendo paradoxalmente empregadas como símbolos de resistência da Bahia, na imagem do caboclo, guerreiro da independência baiana. À parte dessa representação, não relacionamos tão facilmente a cultura indígena à cidade de Salvador, exceto quando nossa experiência na cidade nos apresenta ocupações outras dos espaços públicos que vêm a nos interrogar sobre as reminiscências da colonização e da resistência indígena. É o caso do Espaço Cultura Tupinambá no Passeio Público.

Quanto aos aldeamentos, vemos como estes vêm servindo diferentemente aos dispositivos de pacificação, seja como forma espacial destinada à doutrinação cultural e

⁴ Slogan promovido pela Secretaria de Desenvolvimento, Turismo e Cultura de Salvador.

⁵ Assim, o chamado *indianismo* foi uma das formas encontradas para “valorizar” o que é tido como típico, no caso, o elemento indígena. Consideramos controverso o termo da valorização, pois observamos como os interesses econômicos têm falado mais alto sobre a forma como são tratados os habitantes originários (a exemplo de outros segmentos considerados típicos). Já na contemporaneidade, Reijane Silva (2010) nos fala sobre o “índio negado e o índio desejado” na construção de uma imagem do Estado do Tocantins especialmente voltada para a exploração turística do território. Para tanto, o combate ao indígena como causa do atraso – em prol da instauração de uma sociedade moderna –traveste-se na representação do mesmo como elemento da identidade tocantinense; pluricultural, integrado e homogeneizado. A autora conclui que “O processo de ‘pacificação’ discursiva dos indígenas do Tocantins implica a invenção de um modelo ideal de nativo. Desconsidera-se o indígena real, produz-se um discurso que reifica o imaginário do índio do passado, ‘alma do estado’, contribuindo para que se mantenha a distância, estabelecida historicamente, entre a sociedade envolvente e os povos indígenas do estado”. (Idem, pg. 159)

religiosa, seja destinada a uma suposta preservação cultural-patrimonial. Esta última, que remete à situação atual do Passeio – a exemplo de outras localidades – foi empregada também no tocante aos povos indígenas, mais recentemente, quando já não se objetivava a sua aculturação.

Já no século XX, as então novas pacificações do Brasil republicano, baseavam-se no disciplinamento por meio da criação de reservas indígenas que, *a priori*, visavam a proteção das populações, ditas primitivas, remanescentes frente à expansão da economia nacional em direção ao que se chamava sertão. Dizia-se naquele momento da importância de se preservar sua cultura e modo de vida “primitivos”, estando sobre terras de domínio público [delimitadas] e sob a tutela do Estado laico (OLIVEIRA, Op. Cit.).

Outras narrativas, no entanto, nos mostram que o processo não aconteceu tão respeitosa quanto se propôs. Vejamos o exemplo dos Waimiri-Atroari durante o seu processo de pacificação entre 1969 e 1980:

As mudanças abruptas e violentas impostas durante a sua ‘pacificação’ pela Fawa submeteram os Waimiri-Atroari a um estilo de vida totalmente alheio à sua vida anterior, seguindo o regime de trabalho e modelo social dos funcionários da Funai, e os obrigaram a se acomodar à dominação. Com a população drasticamente reduzida por epidemias que desestruturaram a rede das aldeias tradicionais, os sobreviventes foram submetidos a campos de ressocialização forçada (os aldeamentos da Fawa), onde sua única opção era de *internalizar as regras do jogo* do indigenismo oficial norteado pelos planos de desenvolvimento econômico regional, adotando o modelo de ‘índio civilizado’ da Funai. (BAINES, 2000, pg. 313, grifo nosso)

Podemos notar os dois sentidos do processo de civilização: aquele dos ditos “brancos” que visam demonstrar o seu caráter civilizado ao disciplinar o outro “respeitando a sua diferença” (no discurso), e aquela mais nítida do “índio civilizado” pelo branco. Este último, esteve presente nas tentativas de construção de uma identidade nacional, preocupação que começou a ocupar parte da elite intelectual brasileira notadamente na primeira metade do século XX, portanto, depois da abolição da escravatura.

Aqui retomamos ao caso do Passeio Público, juntamente com outros casos encontrados no caminho, de modo a problematizá-los como reminiscências do *elemento histórico* – como sinônimo de dispositivo, seguindo o pensamento de Agamben (2005) – da colonização, e notando como a conquista de território aparece hoje relacionada ao tratamento dado aos espaços públicos urbanos.

Segundo Alfredo Bosi, “o traço grosso da dominação é inerente às diversas formas de colonizar e, quase sempre, as sobredetermina. *Tomar conta de*, sentido básico de *colo*, importa não só em *cuidar*, mas também em *mandar*.” (BOSI, Op. Cit., pg. 12). A colonização como dispositivo pacificador atuando na conquista de território, pressupõe uma terra sem dono, ou

sem um dono capaz de dominá-la ou “tomar conta” dela. Daí, a construção do discurso da desordem, observado no percurso – quando a Prefeitura sugere uma retomada do espaço público para entregá-lo à população – revela um rastro do antigo dispositivo da colonização. Este discurso seria uma ferramenta para justificar investidas do poder público até mesmo no sentido da privatização do espaço.

A desordem aparece primeiramente associada ao comércio ambulante que, juntamente com o lixo, ilustra a obstrução das calçadas e embasa a necessidade de *desprivatização* desses espaços públicos.

Vamos dar uma atenção grande ao comércio das ruas, porque realmente ele está tomando as calçadas. Mas tudo isso de forma calma, tranquila, com o diálogo com as lideranças de cada segmento. [...]
Assumir uma secretaria como essa, além da honraria, é uma chamada ao trabalho forte, especialmente por essa secretaria que irá absorver uma das maiores problemáticas hoje de Salvador que é o acúmulo de lixo nas ruas. (Bahia Notícias, 5/12/2012)⁶

Na citação acima, da fala da secretária de ordem pública, o sentido da pacificação aparece refletindo a ação de “assossegando o gentio”, encontrada em Mem de Sá, ao mesmo tempo em que sugere a necessidade de “tomar conta de” uma terra sem dono (onde se acumula dejetos) como é tido o espaço público. A percepção (decorrente de processos de subjetivação) de uma terra sem dono – ou ocupada por sujeitos que dela não cuidam – embasa a intervenção do poder público de modo a conceder a abertura necessária à apropriação privatizadora da parte de outros atores, estes, vistos como capazes, não só de *cuidar*, mas também de *mandar* na terra ocupada. Como exemplo, podemos lembrar as marcas de bebidas que participaram do *choque de ordem* na Barra, do banco Itaú, que conquista cada vez mais espaços públicos nas cidades brasileiras, com o sistema de locação de bicicletas.⁷ Em menor escala, as ocupações *gourmet* também são estimuladas a transformar espaços cotidianos opacos em espaços luminosos (SANTOS, 2009).

Relacionar tais espaços opacos à degradação da imagem da cidade remete à sensação generalizada de crise já tratada por Carlos Vainer, como uma das bases para a criação de um consenso no seio da população, “para que a cidade dê um salto adiante, tanto do ponto de vista físico, como econômico, social e cultural” (Castells & Borja, 1996, p. 156, Apud VAINER, 2000, pg. 93). O autor cita, entre outros, dois dos grandes defensores e difusores dos modelos

⁶ Em matéria já citada no início desta tese, Rosemma Maluf, a secretária de Ordem Pública, afirma, em dezembro de 2012, que é preciso realizar um trabalho de maquiagem para receber os visitantes. Disponível em <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/127912-precisamos-realizar-trabalho-de-maquiagem-para-receber-visitantes-diz-secretaria-de-neto.html>> Consultado em 30/07/2016.

⁷ Notamos como as ciclovias e ciclofaixas estão dispostas apenas onde o banco possa instalar o seu sistema de bicicletas “públicas”.

de planejamento estratégico urbano, Manuel Castells e Jordi Borja, para analisar e ilustrar o pesamento que norteia as intervenções urbanas atuais. A partir dessa consciência de crise, que instaura uma “terra de ninguém” subjetiva, propõe-se uma flexibilização para a injeção de novos capitais através de parcerias público-privadas. “A crise urbana, que é crise econômica e política, sob a metáfora da guerra tal e qual apresentada por Agamben, autoriza, mais do que isso, exige e instaura, como necessidade emergencial, uma nova forma de constituição do poder na/da cidade.” (VAINER, 2011, pg. 10)

A afirmação de Bosi condiz ainda com o discurso do abandono na medida em que se toma o uso necessariamente como cuidado, e este, por sua vez, remete ao sentido de ordem. Grosso modo, um ambiente cuidado é um ambiente ordenado. Se não há quem cuide – e isto, claramente demonstra uma falha da gestão urbana – entende-se que o espaço está abandonado, mesmo que dele se faça uso. Este discurso remete ao que Jeudy nos trouxe nos termos da necessidade de uma reapropriação – pelo “moralismo gestor” – que produza *amenidade*, quando as “qualidades de uma cidade são consideradas perdidas, deterioradas” (JEUDY, Op. Cit., pg. 153).

Segundo Henri-Pierre Jeudy,

A forma ‘politicamente correta’ da gestão urbana revela-se na demonstração pública de uma busca de qualidade de vida como fundamento ético de uma estética na cidade. Preocupada em promover as representações públicas de uma certa *amenidade*, a gestão urbana não descobriu só agora que a qualidade de vida é essencial ao fato de viver junto em uma cidade” (JEUDY, 2005, pg. 153).

Desta maneira, o poder público constrói uma imagem de cidade anterior aos ordenamentos propostos – a imagem da desordem e do abandono – para, a partir do processo de requalificação, promover a sua “redescoberta associada a empreendimentos novos que produzam essa *amenidade*” (Idem). Nos perguntamos, então, quais seriam tais empreendimentos *amenizadores* e em que medida esta *amenidade* se revela também um resto do dispositivo de pacificação colonizador, quando se dizia do processo de “ficar pacífico” ou, especialmente no caso brasileiro, cordial. A questão se faz ao analisarmos, quanto ao Território Empreendedor, por exemplo, como é atribuída à “ordem *shopping-center*” o papel de amenizar os diversos atritos possíveis no espaço público convencional da rua, a partir do momento em que lhe é dado o poder de “designar o que poderia ser uma estética da vida cotidiana” (Ibid.). Este poder também seria atribuído a outras ocupações não espontâneas, como a Feira da Cidade e outras iniciativas *gourmet*, as quais veremos no capítulo final.

O abandono do espaço público pela gestão municipal, à qual cabe a responsabilidade pela manutenção (cuidado), não implica, no entanto, em um abandono pelos usuários. Muitas vezes, o abandono pelo poder constitui uma abertura para apropriações as mais diversas e

imprevisíveis, que vão além do uso, se configurando em ocupações mais duradouras. Isto nos sugere um retorno à ruína, noção tratada rapidamente nos capítulos anteriores, para salientar a potência estética de conservar o passado e ao mesmo tempo estar disponível para as transformações do presente. Quanto ao uso cotidiano, as vezes que passamos pelo Passeio Público, por exemplo, pudemos observar a constante presença de pessoas que utilizavam o espaço, independentemente dos usos provocados pelo Teatro Vila Velha, localizado em um canto do Passeio.

Na categoria das apropriações mais duradouras, como o próprio Espaço Cultural Tupinambá, a própria noção de ruína é tensionada, porque não há de fato um “abandono” ou disponibilidade a transformações ao acaso do tempo e da natureza. Há uma investida do cuidado humano, assim como há nos Arcos da Conceição e no quiosque da Jô, que sustenta ou mantém alguma ordem no espaço. Podemos dizer que a expulsão – ou *remoção*, para usar o termo corrente – do casal do Passeio estaria sendo dificultada, em vista do cuidado despendido por eles para a manutenção daquele Espaço. Como colocamos anteriormente, a ocupação (o próprio Espaço Cultural) se estendia ao canteiro em frente ao lugar, sem delimitações, portanto, mas com uma ordem nitidamente identificável. Nota-se que houve uma espécie de poda na ocupação tupinambá e, posteriormente, a sua renovação, na fachada e na disposição das plantas e demais elementos do jardim. Entendemos tal renovação como uma forma de afirmar a ocupação, em consonância (ressonância?) com a restauração do Passeio Público, embora a presença tupinambá não tenha sido mencionada em nenhuma das notícias de que tivemos acesso sobre a reforma e a reinauguração.

No caso dos Arcos da Ladeira da Conceição da Praia, onde foi proposta a substituição dos artesãos por supostos artistas que participariam das chamadas “residências artísticas”, intentava-se a substituição de uma cultura imanente, viva, vida do lugar, por uma cultura artificial, ainda que travestida do discurso da valorização patrimonial. Sob este discurso, se patrimonializa uma estrutura de engenharia e arquitetura (a terra) dissociando-a dos sujeitos que a habitam e conformam (o povo). Que sentido adquire a noção de patrimônio nesse caso? A patrimonialização pode aqui ser entendida como uma rugosidade da colonização, do momento em que propõe uma retomada da terra que deve ser limpa dos seus habitantes originais para possibilitar a ocupação por outra economia? Propõe-se a instalação de uma nova cultura no lugar da antiga e de um culto ao que pode ser vendido como matéria espetacularizada da cidade, revelando o sentido mesmo de *colo*, visto anteriormente.

Se, em um primeiro momento, a proposta de intervenção do poder público considerou a remoção e desconsiderou a rede de sociabilidade existente e a ancoragem daqueles sujeitos no território dos Arcos, por eles sustentado, em momento posterior – já preservando os trabalhadores no local – foram desconsideradas as condições necessárias para que pudessem

se manter trabalhando e, assim, “garantir seu sustento”. Além disso, os Arcos sofreram várias tentativas de desocupação da parte de agentes do poder público – IPHAN ou municipalidade – muitas vezes não identificados e atuando de maneira informal, sem documentos e de modo intimidador, segundo relatam os habitantes (ver vídeo da próxima nota). As intimações para desocuparem, dentro de prazos mínimos, o local onde seriam realizadas reformas não abriram espaço para o diálogo com os ocupantes, aos quais restava ceder às ameaças ou resistir a elas. Os artífices, por outro lado, apresentam a consciência afetiva de que são indissociáveis, juntamente com suas atividades, tanto da materialidade estrutural dos arcos que conservaram ao longo dos anos, quanto da Ladeira em sua comunicação com as Cidades Alta e Baixa.

O que sustenta a Montanha somos os Arcos aqui.⁸

Tomando ainda a noção de patrimônio em Jeudy, podemos constatar a contradição patrimonial do poder público ao investir contra a permanência ou a participação dos artífices no processo de restauração dos Arcos como patrimônio material. O autor propõe o entendimento do que nomeia “processo de reflexividade” utilizado nas estratégias de conservação. “O processo de reflexividade, que incita toda estratégia patrimonial, consiste em promover a visibilidade pública, dos objetos, dos locais, dos relatos fundadores da estrutura simbólica de uma sociedade” (Ibid., pg. 19-20). Ao negar a participação da população na constituição do objeto patrimonializado, o poder público põe em risco até mesmo a estratégia baseada no processo de reflexividade. Ele atua possivelmente no sentido da não-reflexividade, visando dotar o espaço cotidiano daqueles sujeitos de características nas quais eles não mais se reconheçam, abrindo o espaço para outras apropriações, quiçá privatizações, enfim, outros processos de subjetivação, alheios a toda estrutura simbólica anteriormente construída. A esta instauração de uma outra cultura associamos o que se entende por colonização.

⁸ Fala de Simone, artesã que trabalha em um dos Arcos da Conceição, para um dos vídeos sobre o caso, explicitando a participação dos artífices na manutenção da obra de engenharia (feita para a sustentação da via superior, a Ladeira da Montanha) e a indissociação entre eles – artífices e Arcos. O vídeo (produzido do Mattijs Van de Port, disponibilizado em 27 de maio de 2015 no link: <<https://vimeo.com/129063113>>) traz uma narrativa que denuncia o modo como o poder público vem tratando os antigos habitantes do Centro Antigo.

O CENTRO ANTIGO SANGRA



**NÃO VAMOS ACEITAR VER O
POVO NEGRO EXPULSO DE NOVO**

Detalhe de panfleto distribuído durante a marcha do 2 de julho de 2015.⁹

O processo de remoção da população toca, de maneira geral, todas as ladeiras ocupadas¹⁰ próximo à costa da Baía de Todos os Santos, e foi exacerbado com as chuvas do inverno de 2015, utilizadas como justificativa “técnica” – de risco de desabamento – para a desocupação dessa área de encosta litorânea, como aconteceu com a Ladeira da Preguiça, citada anteriormente. A remoção se revela, portanto, um eco das formas de expulsão utilizadas pelo dispositivo colonizador, ou seja, um eco da dizimação de populações que se constituíam em empecilhos à economia extrativista.

Como não estamos mais em *guerra justa*,¹¹ as operações de remoção não podem dizimar a presença de tais habitantes, daí a importância de permanecer, ocupar corporalmente. Ainda

⁹ Como nos sugere o panfleto na imagem anterior, a remoção da população habitante das ladeiras teria ainda um viés racista, sobretudo quando associa-se o *negro* à ao povo pobre. Neste ponto, encontramos ainda um forte eco das relações de dominação de tempos de escravatura. Diversos autores, como Lilia Schwarcz e Heloisa Starling (2015), notam que a designação *negro* correspondia genericamente a *escravo* à época da colonização. Os próprios habitantes originários eram chamados *negros da terra* e não é à toa que o caboclo ainda aparece como símbolo de resistência às remoções, representadas pela retroescavadeira, e associado ao “povo negro”.

¹⁰ Aqui lembramos, nas proximidades da Avenida Sete, as Ladeira da Montanha, Ladeira da Conceição da Praia e Ladeira da Preguiça, mas há ainda as comunidades do Unhão e da Gamboa de Baixo, que também convivem com o interesse turístico no patrimônio histórico e sofrem, por isso, ameaças constantes de remoção. Sobre esta última, localizada na costa da Baía, na altura do Campo Grande, o trabalho de Fabrício Zanoli (2015 e 2016) traz também a perspectiva patrimonial por tratar da ocupação para uso residencial de um antigo forte marítimo passível de tombamento. A Gamboa de Baixo sofre ainda pressão especulativa por ser vizinha da área privatizada pelos píeres do Corredor da Vitória. Após esse trecho privatizado pelos condomínios da Vitória, que não são questionados pelo poder público, vimos também como a Vila Brandão vem suportado a pressão do Yacht Clube com a ampliação da área privada a este, também sem questionamentos da parte da gestão municipal.

¹¹ Aquele modo de relacionar-se com os indígenas das primeiras incursões colonizadoras apresenta suas rugosidades mais salientes no interior do Brasil, em regiões onde há um real enfrentamento aos habitantes originários, por parte dos grandes fazendeiros, interessados na exploração do território. Hoje, tal enfrentamento é menos “justo” do que outrora, pois não mais embasado pela “Lei da Igreja”, operando o *elemento histórico* de então. Uma rápida busca na Internet nos mostra diversas notícias sobre o “conflito por terras” entre comunidades indígenas e grandes famílias agropecuaristas, exploradoras da terra com as monoculturas principais de soja, cana de açúcar, milho e de pasto para o gado. O chamado “conflito”, que deveria ser intermediado pelo poder público federal – o qual vem há séculos priorizando o interesse dos fazendeiros – principalmente para garantir o

assim, o dispositivo atual de poder se vale de outras ações pacificadoras, como a demolição, sob a justificativa das chuvas ou mesmo injustificada. Nesse aspecto, o caso do Coco da Jô é emblemático, onde a demolição foi possibilitada pelo fato de se localizar sobre o espaço público a ser reformado. Assim, se realizaria uma expulsão *não-letal*, desencorajando os sujeitos a voltarem a atuar no ramo, ao mesmo tempo em que se possibilita a exploração econômica da área da orla por outros atores.

Assim, foram demolidas todas as estruturas existentes na orla de Salvador, para dar lugar à Nova Orla. Esta seria administrada por três empresas selecionadas em um processo de licitação, cada qual sendo responsável por parcelas diferentes de orla, onde construiriam novas estruturas segundo o padrão determinado. À partilha da orla entre as três empresas associamos o regime de *sesmarias*, empregado na colônia. De maneira bastante simplificada, as sesmarias eram lotes de terra doados (pelos capitães-donatários das capitânicas hereditárias) para serem explorados por um sesmeiro, este tinha a obrigação de tornar a terra produtiva e de pagar impostos à Coroa. No nosso caso, o empresário licitado seria o explorador das terras públicas, ao mesmo tempo em que desconecta da Prefeitura o trabalhador direto, este que deixa de pagar impostos como permissionário e passa a pagar o aluguel dos novos quiosques à empresas selecionadas. Deixa de ter um acordo com a coletividade e passa a ter um contrato de mercado privado.

Observações sobre o domínio colonial do povo negro

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que vemos a luta pela permanência negra no frontispício da Baía, por outro lado,¹² há uma valorização do patrimônio de referência negra, reafirmando o relevo de vale como apropriável pelas práticas e expressões culturais afrodescendentes, enquanto os locais geograficamente mais visíveis são destinados a uma ordem mais hegemônica. De toda forma, podemos dizer que hoje há uma preocupação em pacificar o elemento negro que não se via à colonização. Aqui nos referimos à pacificação como “civilizar e incluir”, como observou João Pacheco de Oliveira (Op. Cit., pg.127) no tocante às populações indígenas.

desenvolvimento das populações originárias, através da demarcação e retomada das terras indígenas, acaba por ser “resolvido” criminosamente pelo poder “paramilitar” dos fazendeiros, como foi denunciado pelo Conselho Indigenista Missionário (segundo a reportagem de Talita Bedinelli, disponível *online* e consultada em 16/08/2016: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/16/politica/1466030530_754621.html>)

¹² Na descida para o vale, após a *primeira cumeada* – como também é conhecida a Cidade Alta, englobando o eixo da Avenida Sete e Rua Chile – em direção à Barroquinha e Baixa dos Sapateiros.

Quanto aos negros trazidos da África e seus descendentes, nunca houve uma política de governo nomeadamente de pacificação. Isto pode ter se dado (ou melhor, não ter se dado) pois, diferentemente dos índios, não se via a necessidade de persuadir a população traficada; a escravidão era a forma de dominação mais cruel e eficaz em relação a esta população. Ao negro – como a outros indivíduos legalmente escravizados na Europa, em épocas distintas¹³ – era dado o tratamento de “estrangeiro”; sem lugar, sem história, sem família (SCHWARCZ & STARLING, Op. Cit.). Por outro lado (mas por isto mesmo), e contrariamente aos indígenas, os africanos eram cada vez mais numerosos, pois constituíam uma espécie de fonte inesgotável de mão de obra, cujo mercado, no chamado “tráfico de viventes”, era um dos mais importantes internacionalmente, o que os tornava para sempre estrangeiros.

Aqui entramos novamente na discussão sobre o estrangeiro como excluído. Segundo vimos com as questões levantadas por Tainã, podemos dizer que, em relação aos índios, os negros, marginalizados no processo de construção nacional pelo discurso dominante, eram, no passado, ainda mais excluídos. No entanto, por terem sido amplamente explorados como força de trabalho, inclusive urbano, se viram obrigados a conviver com os brancos e demais homens livres na cidade. Não tinham direitos e nem relação forte com a terra, por isso, não foram persuadidos a lutar por territórios como o foram os indígenas, sobretudo no período colonial.¹⁴ Aliás, não era lucrativo levar um negro à morte que não pela força do trabalho. A atividade produtiva era relegada aos africanos escravizados, por ser, além de violenta em si mesma, considerada desonrosa. Ao mesmo tempo, “o discurso proferido pela Igreja e pelos proprietários entendia tal trabalho árduo como uma atividade disciplinadora e civilizadora.” (SCHWARCZ & STARLING, Op. Cit., pg. 91) e isto tanto para os senhores quanto para os escravos, no entanto, o sendo diferentemente para cada grupo. A punição integrava o dispositivo colonizador e era justificada por sua necessidade como método civilizador.

Esta relação extrema de poder, até mesmo por se configurar em uma relação de dependência, estreitou o contato entre dominantes e dominados, o que possibilitou uma série de trocas culturais, especialmente nas cidades que se formavam. Neste ponto, é interessante

¹³ “Europeus, desde a Antiguidade, conheciam diversas formas de escravidão – sistema que estava longe de ser extinto na época das grandes navegações – mas menos intensas ou disseminadas do que aquela que surgiria a partir do século XVI. Poucos foram os povos que deixaram de conviver com o sistema escravocrata, e os que o praticavam sempre deram aos cativos o tratamento de “estrangeiros”, julgando-os indivíduos sem história ou família. Não há dúvidas de que camponeses e servos muitas vezes se viram em condições que lebravam uma escravidão temporária. Entretanto, foi a falta de raízes, de direitos e de laços com a comunidade o que distinguiu a escravidão dos demais sistemas de trabalho, ainda que igualmente compulsórios”. (SCHWARCZ & STARLING, 2015, pg. 79)

¹⁴ É importante lembrar aqui que falamos da época da colonização, sabendo que, posteriormente, muitos negros escravizados foram levados a se tornarem membros das forças armadas nacionais, com a promessa de que seriam libertos por lutarem pelo império do Brasil.

analisar o que considerou Nestor Duarte, estudioso das miscigenações brasileiras em época mais próxima do regime escravagista, década de 1930.

Acreditamos que a influência da cultura, principalmente técnica, do índio é maior no povo do que a negra, mas esta, sobretudo, é mais profunda e atingiu à classe mais alta, a do senhorio aristocrático. A do índio todos a absorveram diretamente — a sua agricultura, os seus produtos agrícolas, os seus processos culinários, os seus alimentos, a sua viola, a sua rede, a sua paliçada como os seus instrumentos de trabalho. O maior alimento nacional é do índio. Mas, utilizando-nos do que o índio podia dar, esquecemos o índio, ou o assimilamos menos como elemento humano do que seria de esperar em face do patrimônio que nos deixou.

O negro, ao contrário. Ficamos com ele no espírito e no corpo, mais do que parecia prever sua situação aviltada de escravo. Dignificamos o índio, tratamo-lo melhor, chegamos a reconhecer que ele transmitia uma certa aristocracia de sangue ou de origem, mas nem assim pôde preencher um papel sentimental tão íntimo e cordial como o negro. O negro se dá ou nós o fundimos no branco com outra liberdade e abundância. É ele propriamente que fica conosco para misturar-se conosco. O outro dá o que tem e desaparece ou fica alheio, ainda que presente. O negro acompanha-nos sempre e só desaparece para misturar-se melhor. Essa superioridade do negro sobre o índio se não provém do seu próprio ser social será talvez apenas a primazia do escravo doméstico que o índio não foi ou não soube ser, como o africano escravo.

O índio é ainda o homem livre, a raça conquistada e destruída. Deixou-nos a sua cultura e morreu. Viverá por ela. O negro deixa de ser o africano original. Modifica-se até organicamente (Gilberto Freyre), mas vai ficar e permanecer nessa sociedade, como um dos seus elementos mais vivos.

Foi, porém, a domesticidade que lhe deu esse primado sobre o índio, mais distante, taciturno e “introvertido”. A domesticidade lhe permitiu influir na sentimentalidade do nosso meio social, carregando-o de atributos psicológicos que se não são do africano, são do escravo, ou, melhor, da escrava negra, que é, depois do senhor e da senhora, a terceira pessoa na tripeça de criação do brasileiro.

O negro foi, assim, a maior fonte das chamadas “virtudes negativas” do caráter do brasileiro — a bondade, a sensibilidade comovida, o gosto do perdão, da acomodação, da transigência, do desprendimento, virtudes que não exigem violência de sentimento, antes decorrem dessa sensibilidade à flor da pele. O português e o africano escravo se identificam nessa fronteira sentimental comum.

Não deu, entretanto, ao brasileiro nenhum elemento das virtudes positivas — a energia de querer, o sentimento de justiça rígida ou o ódio justiceiro, a inteireza da conduta impessoal, a objetividade de ação.

Cúmplice do nosso privatismo sentimental, o negro ainda mais concorreu por que o brasileiro esquecesse de que podia ser um cidadão. (DUARTE, 1939, pgs. 162-164)

É nítido como o outor, apesar de inserido em uma cultura miscigenada, como ele mesmo concorda, se coloca no lugar do mesmo, o branco, ou se priva de explicitar o seu lugar. De toda forma, se distingue sobretudo dos outros, índios e negros, à medida que apresenta a

sua teoria, como se os primeiros fossem elementos passados, que já não existem mais, ou apenas existem invisivelmente em nós. Mas o que queremos notar aqui, principalmente, é quanto Duarte considera ter havido uma disponibilidade mútua de contaminarem-se ambos, negros e brancos, diferentemente do houvera sido (não é mais?) quanto aos índios. Tal disponibilidade teria sido provocada, sobretudo devido à *domesticidade*, onde se estebeleceram mais intensamente as trocas. A ela, nós acrescentaríamos a *urbanidade* crescente com as cidades, associadas, desde povoados (como sendo uma infância urbana), à instalação de uma igreja no que se tornaria uma praça, centro de uma comunidade. A urbanidade seria então o palco de uma das maiores expressões das trocas entre os diferentes povos.

A religiosidade e a devoção aos santos católicos eram entendidas pela população negra (diferentemente da população originária) como uma possibilidade de diálogo, e por isso, uma ferramenta de resistência e integração através dos cultos e demais ordens morais e civilizatórias que se desdobravam dos dogmas da Igreja. Para além da colonização impositiva, fortaleceu-se o processo de aculturação tática da população pobre e negra, de modo a buscar um reconhecimento como atores sociais.¹⁵ Atualmente, um dos primeiros templos católicos dedicados a irmandades de negros – a Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, erguida em finais do século XVII – localizada no Largo do Pelourinho, apresenta a sua já tradicional missa ao som de atabaques, que se tornou um claro atrativo turístico.

A Igreja Nossa Senhora da Barroquinha tem uma história diferente, e hoje é símbolo do sincretismo religioso, pois teve anexada à sua estrutura a irmandade africana que deu origem ao Terreiro da Casa Branca,¹⁶ tombado patrimônio nacional (MARTINI, Op. Cit.). Desta forma, os africanos e seus descendentes foram negociando o seu espaço-tempo, na cidade e nas relações no ambiente doméstico, para ressignificar a sua cultura, contaminando e se deixando contaminar pela cultura hegemônica.

¹⁵ Segundo observou Ruth Landes (1967), muitos fiéis descendentes de africanos eram considerados “católicos fervorosos” devido aos seus gestos de culto – muito semelhantes ou iguais ao candomblé. Além deles, dizia-se que as sacerdotisas do candomblé eram “naturalmente” católicas.

¹⁶ Segundo Renato da Silveira o “Candomblé da Barroquinha” foi provavelmente o primeiro terreiro baiano de keto, originado a partir da instalação da irmandade negra “Senhor Bom Jesus dos Martírios dos Crioulos Naturais da Cidade da Bahia” ao lado da Igreja N. S. da Barroquinha, na década de 1740 (SILVEIRA, 2015).



Cartaz fixado no mobiliário da Igreja N. S. do Rosário dos Pretos, no Pelourinho, abril de 2015, acervo da autora

O apelo turístico do patrimônio miscigenado vem sendo observado pelas gestões municipais e estaduais há algumas décadas, o que fica claro, por exemplo nas grandes festas de largo – associando santos católicos e orixás – e no carnaval, eventos que recebe cada vez mais incentivo dos poderes públicos. Vale salientar que nem todas as festas de largo se tornaram espetaculares, do ponto de vista estratégico, apenas aquelas consideradas mais conectadas com o ideal de cultura baiana que reúne aspectos mais atrativos, como sol, praia e carnaval, ou seja, as festas dos santos que se comemoram no período do verão são as que mais atraem turistas e visitantes.

Mesmo com o crescente interesse econômico da indústria do turismo nas manifestações afro-brasileiras-baianas, não podemos negar o caráter de resistência de tais manifestações. Mas, além delas, resistem as práticas e os lugares do *negro* – enquanto grupo de sujeitos das classes mais pobres e marginalizadas – às próprias investidas do poder público.

As pacificações dos indivíduos associados à cultura negra, vale lembrar, não surgiram na história sob esta denominação. Trata-se mais especificamente de um processo civilizatório contrário à cultura negra, ou africana, os ordenamentos referentes às modernizações urbanas por que passaram as cidades brasileiras, a exemplo de Salvador, segundo veremos a seguir.

De pacificação a ordenamento: juntando peças

Outros conceitos e situações foram surgindo no nosso percurso de modo a provocar a indagação sobre a existência de outros dispositivos, os quais se revelavam através das reminiscências de discursos, atores, formas de organização territorial que assumiam. Além do dispositivo colonizador que acabamos de ver – e que nos chamou a atenção de maneira mais evidente por contar com o elemento da pacificação indígena – nos detemos sobre outras noções que sugeriam a existência, em tempos passados, de uma rede complexa, relacionando uma série de elementos, interligados pelo objetivo do controle de populações.

Entre essas noções, logo que nos colocamos em contato com a Avenida Sete, em Salvador, vimos como se fortalecia a noção de *ordem pública*, através da Secretaria Municipal de mesmo nome, a qual se tornava mais atuante com a nova gestão da Prefeitura, especialmente nos espaços públicos mais centrais, onde propunha uma série de ordenamentos. Estes ordenamentos logo se associaram ao entendimento que vínhamos construindo de pacificação, devido, entre outras coisas, à epistemologia de *ordem* e de *paz*, e ao teor estratégico que contêm – tanto ordenamento quanto pacificação.

Vimos então observar o contexto histórico onde surge a noção de ordem pública, em consequência da necessidade de organizar/ ordenar as cidades brasileiras, e encontramos nas primeiras modernizações a delimitação de outro dispositivo que viria a se fortalecer para atuar no controle da vida no território urbano.

O anseio por modernização foi plantado na sociedade brasileira notadamente com a chegada da corte portuguesa no início do século XIX. A partir de meados daquele século, segundo Robert Pechman (2002), o destino do povo brasileiro sofre um “desvio fatal”, rompendo com o desenvolvimento em curso de uma civilização rural, e passando a depositar maior atenção ao novo desenvolvimento urbano – decorrente primeiramente da exploração de metais preciosos nas Minas Gerais e, depois, da urbanização da capital do Império português, a cidade do Rio de Janeiro. A convivência na cidade de tipos (de famílias, de pessoas) cada vez mais heterogêneos implica na construção de uma nova ordem social, foco do trabalho de Pechman. Este toma

a ordem como uma das dimensões do novo processo de socialização, onde vão constituindo e se aperfeiçoando os mecanismos de contenção,

enquadramento, legitimação e sedução a que é submetido todo e qualquer sujeito ou grupo que convive em sociedade. [...] sirvo-me desta percepção do que seja ordem para tentar entender o processo de formação de uma ordem urbana moderna. (Idem, pg. 38, grifo no original).

Para o autor, em sua consideração sobre o conceito de ordem, esta não pode explicar-se por si mesma, pois faz parte de um sistema mais amplo, o chamado “processo civilizatório”, o qual, por sua amplitude, é capaz “de dar conta, em suas múltiplas dimensões, de uma nova experiência social (a da *ordem urbana*) surgindo no interior de outra (a da *ordem rural*) que se exauria” (Ibid., grifo no original). Ao procurar apreender o dispositivo de pacificação, no trabalho de campo em Salvador, tropeçamos em reminiscências daquele “processo civilizatório”,¹⁷ especialmente quando encontramos os tais ordenamentos dos espaços públicos.

Aberta esta janela para o momento da modernização, vamos examinar como aquela nova ordem social, que passava a ser urbana, ao atuar junto aos mecanismos do dito processo civilizatório, revela a existência de outra rede-dispositivo, a qual chamamos pacificação. Embora não se mostre nesses termos, propomos analisar, com os demais restos encontrados no percurso, como a “ordem urbana moderna” constituiu, ela também, o seu dispositivo de gestão territorial.

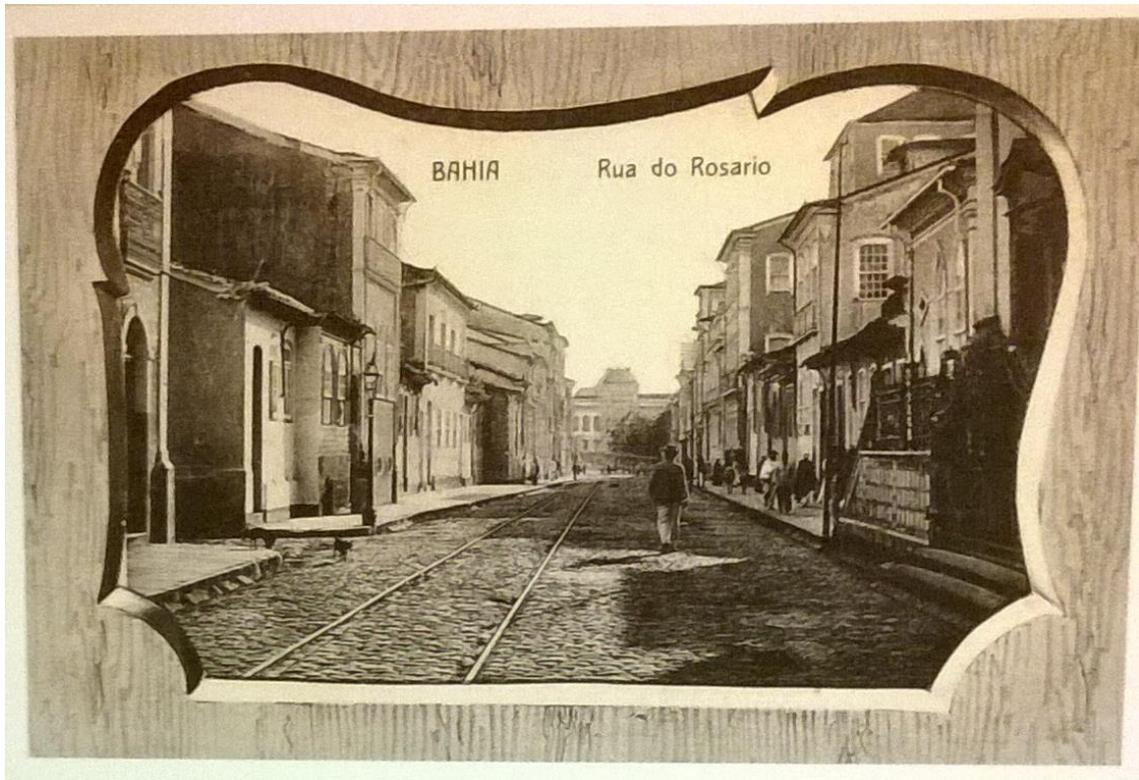
Feita esta breve introdução, partimos aqui para retomar algumas das reminiscências que *catamos* no nosso percurso para analisá-las com mais cuidado, observando a sua relação com as estratégias atuais de controle e gestão territoriais, mas também em que medida podem revelar sobrevivências, modos de vida que escaparam à captura por outros dispositivos passados.

Avenida Sete de Setembro e antes dela: da modernização

Uma reminiscência bastante evidente do processo de modernização das cidades encontrada no percurso é a própria Avenida Sete, a qual se consolidou como tal em meados da década de 1910, a partir da grande reforma urbana que prometia colocar Salvador no rol das grandes cidades da civilização ocidental. Foi fruto então, do anseio em dotar a cidade de avenidas arborizadas e largas o suficiente para proporcionar a rápida circulação de pessoas e mercadorias através de automóveis e bondes. Apesar de ser o grande exemplo de avenida moderna da capital baiana, é perceptível ainda hoje que é composta por trechos diferentes,

¹⁷ Robert Pechman baseia-se no livro “O Processo Civilizador” de Norbert Elias, onde o autor desenvolve a trajetória histórica de conceitos como *civilisation*, *civilisé*, *cultivé*, *poli*, *police*.

herdados de outras ruas alargadas e/ou emendadas à custa da demolição de diversos edifícios, ou da construção de pequenas pontes.



Rua do Rosário, antes do alargamento para se tornar Avenida Sete¹⁸

Investigar as condições e ideais da época em que se deu a obra originária da Avenida – o que ela veio significar – se torna especialmente importante visto que o poder público propõe hoje um retorno ao seu “estado áureo” (como vimos no capítulo 4), ou seja, se reconsidera a avenida de outrora como modelo de urbanidade para os ordenamentos e revitalizações atuais.

Inexistente até 1915, a Avenida Sete, na forma como é conhecida atualmente, foi fruto dos anseios de uma classe dominante que queria ver modernizada a sua imagem. Esta deveria ser refletida na cidade civilizada, se sobrepondo e descartando a imagem da cidade colonial, confusa, com suas pequenas ruas tortuosas, e insalubre. A demolição de partes de construções

¹⁸ A imagem foi vista na exposição comemorativa dos 100 anos da Avenida Sete de Setembro, em setembro de 2015, e era apresentada com o texto do curador, Nelson Varón Cadena, que reproduzimos a seguir: “A Rua do Rosário, um dos trechos da Avenida Sete, era a denominação antiga, anterior à ampliação da Avenida, e seu nome tinha como referência a capela de Nossa Senhora do Rosário, de João Pereira, construída em 1746. Sua fachada teve de ser demolida quando da construção da rua e, portanto, modificada. A bela foto do cartão postal é de 1906 e nos revela os detalhes das calçadas de pedra, da falta de sombreamento por árvores e lá no fundo o prédio original do senado da Câmara, na Praça da Piedade, que foi demolido parcialmente para executar o projeto da Avenida. O gradeado da Igreja com uma pequena escadaria é visto parcialmente do lado direito. Acervo do Museu Temporal.”

e de edificações inteiras, inclusive religiosas, era considerada necessária ao progresso ou ao “movimento civilizador”, contrário à “colônia infecta e africanizada”.

OS FRADES DO S. BENTO E A REMODELAÇÃO

Uma coisa que não se compreende é que os srs. frades queiram entravar o nosso progresso, creando toda a sorte de dificuldades ao plano de melhoramentos.

Homens extranhos ao movimento civilizador, pouco se lhes dá que a Bahia seja eternamente a velha cidade da colonia infecta e africanizada, ou que se a queira remodelar dando-lhe o molde das cidades europeias. (O CORREIO, 1913. Apud. PINHEIRO, 2002, p.229)

Os ordenamentos, ou melhoramentos urbanos, eram tidos como “escola de civilização”; entendia-se a racionalidade da técnica e a estética como meios para gerar um ambiente urbano capaz de influenciar os comportamentos e costumes – claro, com uma ajuda das leis e das forças da ordem. Ambos os aspectos da “ordem”, polícia e urbanismo, se encontravam no objetivo de disciplinar a cidade e sua população, remodelando-a ao ideal vigente de civilização europeu.

Estudando o caso de São Paulo entre 1850 e 1950, Stella Bresciani (2001) observou como o termo *melhoramentos* aparece constantemente nos enunciados sobre as intervenções na cidade. Ela o considera, portanto, como *lugar-comum*,¹⁹ mas também como *metáfora*, capaz de articular um sentido a uma imagem ou forma representativa. A autora se pergunta: “constituiria, então, um dos desdobramentos identificáveis da noção mais ampla de progresso; um sinal localizável por sua materialidade apreensível e mesmo mensurável?” (Idem, pg. 343-344). De fato, a palavra era utilizada na articulação de diversos elementos para construir o discurso que baseou as intervenções urbanas, chamadas melhoramentos. Destes, obtinha-se os benefícios, além da salubridade, “da ordem pública e da amenidade dos costumes”, como destacou do Relatório administrativo da província de São Paulo de 1874 a mesma autora (Ibid., pg. 347).

O trabalho de Bresciani é interessante aqui para chamarmos a atenção para o termo – assim como a associação de elementos formais e conceituais que ele evoca – que foi amplamente empregado em finais do século XIX e início do XX, de maneira geral, em todo o Brasil. Em Salvador, os anseios que vieram motivar os melhoramentos para levar a cidade a formas mais modernas, partiram da necessidade de solucionar o que se entendia como disfunções urbanas, bem como transformar a imagem que a cidade tinha de si mesma.

¹⁹ A autora utiliza a noção de lugar-comum para designar um termo de ampla compreensão na sociedade, se encontrando no cruzamento de diversos pontos de vista.

Em todos os projetos, propostas e comentários que se fazem em relação às melhorias necessárias em Salvador, encontramos o registro da urgência em agilizar os deslocamentos, da mudança da estrutura viária tanto na Cidade Alta como na Cidade Baixa, e de uma mudança na estética, que não agrada a todos, sempre visando à modificação da aparência de cidade colonial. Em 1912, são aprovadas as mudanças necessárias. (PINHEIRO, Op. Cit., p.221)

Além disso, havia a preocupação com o ponto de vista estrangeiro em relação à cidade, como vimos nos capítulos anteriores. Os melhoramentos deveriam operar de modo a sinalizar para o estrangeiro o nível civilizacional em que se encontra a sociedade da cidade visitada. O próprio Ezequiel Ubatuba, citado anteriormente, recordou a impressão desfavorável que teve da cidade da Bahia quando a visitou antes das grandes reformas do início do século XX (FERNANDES & GOMES, 1993). Entre estas reformas, temos a abertura da Avenida Sete de Setembro, realizada entre 1912 e 1915.

No entanto, o modelo de civilização urbana começara a ser difundido um século antes. É interessante nos determos um pouco sobre esse período precedente para nos aproximar do momento de entrada em cena do urbanismo no Brasil e também da formação da noção de ordem urbana, quando a preocupação com a aparência (de ordem e de civilização) rege diversos aspectos da vida na cidade.

No tocante a Salvador, nos baseamos, entre outros, na obra de Kátia Mattoso, principalmente seu texto “Salvador: A Cidade do Século XIX” (In. MATTOSO, 1992, pgs. 435-454), o qual nos chamou a atenção pelo modo como a autora o compôs.

Embora Mattoso não explicita a referência à forma narrativa de Walter Benjamin, vemos já no título uma referência ao clássico benjaminiano “Paris: capital do século XIX”,²⁰ escrito na década de 1930. Além do título, vemos como Mattoso, em pleno século XX, também se transporta para a cidade da Bahia do século XIX, afim de desvendar a sua “Cidade à Beira-Mar”, a “Cidade Alta”, o ambiente privado em “As Casas: Proximidade e Reserva”, e o ambiente público do ponto de vista das “Revoltas e Motins”. E neste último, vemos mais um ponto em comum com o trabalho de Benjamin, o qual finaliza o seu texto com o tópico “Hausmann ou as barricadas”, onde discorre sobre o alvo das reformas realizadas pelo Barão

²⁰ O texto de Walter Benjamin foi base para um exercício teórico-metodológico proposto no âmbito da pesquisa Pronem, publicado na revista Dobra nº 14 sob o título “experiência, memória e narração da cidade”. “Paris” foi tomado como inspiração por sua forma narrativa, mas também como método de categorização para a compreensão histórica da cidade.

Assim construímos um texto em partes, cada qual procurando aprofundar sobre um aspecto da cidade e da vida em sociedade a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita – prof. emérito da FAUFBA – da primeira metade do século XX. O intuito era de investigar quais reflexos do século passado há sobre o nosso, quais reminiscências daquela época ainda encontramos na época atual, seja na forma física da cidade, seja na construção de subjetividades do/pelo povo baiano. A experiência foi bastante importante enquanto introdução à cidade de Salvador em diversos dos seus aspectos subjetivos, que se manifestam de maneira mais tátil, como, por exemplo, nas suas ruas e desníveis, mas também, na cor da sua gente.

naquela Paris. O urbanismo demolidor de Haussmann nunca escondeu o seu objetivo de, com as novas perspectivas urbanas, combater os levantes populares e sobretudo a construção de barricadas; abrindo avenidas largas, facilitando a comunicação entre os bairros operários e as casernas militares, e promovendo o que se chamou de “embelezamento estratégico” (BENJAMIN, 1985, pg. 42).

Analisando textos de autores diversos sobre o tema das modernizações urbanas do início do século XX, vemos que a preocupação em conter as revoltas populares não aparece tão relacionada às reformas nas grandes cidades brasileiras – que ficaram conhecidas também como “haussmannizações”. O tipo de intervenção urbana implementada por Georges-Eugène Haussmann em Paris, durante o Segundo Império francês (entre 1853 e 1870), influenciado pelas “ideias napoleônicas”,²¹ foi trazido para o Brasil notadamente por Francisco Pereira Passos, sobretudo durante seu mandato como prefeito do Rio de Janeiro (entre 1902 e 1906), então capital da República. Em Salvador, o governador da Bahia entre 1912 e 1916, José Joaquim Seabra, abriu o espaço para as intervenções urbanas – e para o seu próprio mandato – à força de canhões.²² Seabra, que presenciou a reforma da capital federal enquanto ministro da Justiça, foi incisivo quanto aos seus anseios modernizadores para a capital da Bahia.

Não cessarei de vos dizer que o movimento, a inquietação de melhorar, o forte desejo de progresso, a que não mais refogem os desanimados de outrora, convertidos em operários da grande transformação, que somente a inveja e a maldade não festejam, sintetizam-se nas avenidas que se rasgam, nas ruas que se alargam, nas casas novas que se erguem, nas cúpulas e torres que se erigem, na ânsia de renovar e progredir [...] E vos confesso que tudo farei para dar à Capital do Estado novos melhoramentos, o que faz jus a sua população ordeira e operosa. (OCEPLAN, 1979, p. 16)

O processo, fortemente baseado na ideia de “melhorar”, associava o sentido de renovação urbana ao de progresso social e, assim originou, entre tantas modificações da malha urbana, a abertura da Avenida Sete de Setembro, na Cidade Alta, conformando o que veio a ser o novo centro da cidade.

Nosso cotidiano em Salvador nos mostrou como a Avenida Sete se configura ainda hoje em local de referência em termos de comércio, serviço e de sociabilidade urbana. É também local de preferência para a realização de manifestações e marchas reivindicativas, momentos de demonstrar a insatisfação com as condições de vida e trabalho. Por isso, gostaríamos de observar como o aspecto das “revoltas e motins”, que nos é apresentado por Kátia Mattoso,

²¹ *Des Idées Napoléoniennes* foi um ensaio de Napoleão Bonaparte, publicado em 1839, onde o imperador explicita sua opinião favorável às grandes obras urbanas (PINHEIRO, Op. Cit.)

²² Sobre o bombardeio promovido por J. J. Seabra que veio abrir o caminho, como uma tábula rasa, na região central de Salvador, possibilitando a amplitude da intervenção urbana modernizadora.

compõe o panorama sobre a Salvador do século XIX, mas que perde força nos textos sobre o modelo urbanístico de “destruição criadora”, importado no Brasil.

Antes do período tratado por Mattoso, devemos levar em conta aquela que é considerada a “primeira revolução social brasileira” (RUY, 1942), a Conjuração Baiana, combatida violentamente pelo poder colonial em fins do séc. XVIII, e que se impôs como tema relevante do nosso percurso. Segundo vimos, quatro dos conjuradores foram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade como forma de exemplo dissuasivo à população. Os mesmos têm hoje seus bustos expostos em homenagem, como mártires do “Movimento Revolucionário de 1798”, como consta nas placas informativas colocadas abaixo dos bustos, sendo assim também referido por Affonso Ruy, autor da obra supracitada. Tal movimento aconteceu quase como um eco da Revolução Francesa, que se concluiu, tendo iniciado em 1789.

O assunto da revolução baiana é bastante extenso e já foi amplamente tratado por diversos trabalhos. Aprofundar na relação entre o movimento revolucionário e os espaços de sociabilidade experienciados exigiria uma toda outra tese, visto a sua complexidade. Nos focamos aqui em observar a construção de um ambiente, não apenas físico, onde será considerada necessária a intervenção urbanística com vistas ao seu *melhoramento* – especialmente no tocante à Avenida Sete de Setembro – o que se fará mais tarde, na segunda década do século XX. Esse ambiente se forma, portanto, com a presença de diversas manifestações de insatisfação das classes mais desfavorecidas do povo baiano, as quais, no jogo político-econômico de produção e comercialização de alimentos, tiveram de enfrentar a fome em muitos momentos, como também se deu às vésperas do Movimento Revolucionário de 1798.

Foram muitas as sublevações de escravos de 1807 a 1835. Entre 1808 e 1850, a descolonização e a instalação de um novo Estado brasileiro deram lugar a lutas políticas e tensões sociais entre a população livre da cidade. [...] Essas tensões, aliás mal estudadas e que apenas evocaremos aqui, abalavam fortemente os habitantes de Salvador, e a lembrança desses conflitos ou o medo de novas sedições está sempre presente para esse povo, mais inquieto do que parece. (MATTOSO, Op. Cit., pg. 451)

Mattoso observa como o clima de mudanças refletia-se no Brasil naquele início de século e provocava a reação também da classe trabalhadora da época; os negros, escravizados ou não. Estes se rebelavam contra os brancos, por serem a imagem do “cidadão pleno” de direitos, mas se voltavam sobretudo contra todos aqueles que compunham uma “população livre e cheia de privilégios”. Daí a luta por igualdade e liberdade já expressada em 1798.²³

²³ “Igualdade e liberdade / No sacrário da razão / Ao lado da sã justiça / Preenchem meo coração”. Primeira estrofe de “poesia revolucionária” à qual foi atribuída a função de hino da Revolução Baiana por Affonso Ruy (Op. Cit., pg. 216).

De fato, a liberdade era mais necessária à inserção social do que a branqueamento da pele. Mas a verdade é que cada uma dessas revoltas acabava por isolar um pouco mais os escravos num círculo fechado, como o atesta essa sucessão de medidas: proibição de livre circulação de escravos após as nove horas da noite (1807); proibição de festejos e danças, de dia ou de noite (1814); proibição do trânsito de escravos pelas ruas, a não ser no cumprimento de ordens dos senhores (1833). Além disso, os escravos não podiam comprar armas nem instrumentos cortantes. Todas essas regulamentações são um indício da insegurança que reinava então nas ruas da cidade, sobretudo até a década de 1840, quando as autoridades passaram a reprimir com mais eficácia qualquer tentativa de revolta dos escravos. (Ibid., pg. 452)

Percebemos que o controle começava a ser severamente exercido a respeito do uso do espaço da rua. Affonso Ruy nos fala de um “toque de recolher do sino”, tangendo para casa a sociedade que tinha tanto medo da rua escura, quanto passavam a ter dos escravos, igualmente negros. “Embiocava-se a cidade, pela noitinha, desertas as ruas de gente limpa, que só excepcionalmente as atravessava, de carruagem, às pressas.” (RUY, Op. Cit., pg. 56). Desse toque de recolher para a “gente limpa” em fins do século XVIII, deriva-se o toque de recolher para os outros, no século seguinte, valendo-se notadamente da não-cidadania destes últimos, do seu caráter de escravizados e, portanto, de excluídos da sociedade. Importante salientar que, além do perigo iminente da rua mal iluminada, havia nitidamente uma preocupação em conter as revoltas, e isto nos parece ter sido pouco explorado como possível motivação para os ordenamentos urbanos realizados no início do século XX, a exemplo daquela empreendida pelo Barão de Paris. O livro de Eloísa Petti – *Europa, França, Bahia* – citado anteriormente, embora proponha traçar os caminhos das “difusão e adaptação de modelos urbanos” (como revela em seu subtítulo) de Paris até Salvador,²⁴ não deixa muito clara esta relação com a estratégia *haussmanniana* de conter as barricadas na capital da Bahia. De toda forma, as normas estabelecidas já revelam aspectos da ordem urbana que se pretendia delinear, preocupada com a reação daqueles sujeitos excluídos da “boa sociedade” da época, que poderiam justamente se revoltarem contra o sistema explorador e extremamente desigual.

Kátia Mattoso nos diz que o chamado “perigo negro” foi observado principalmente pelos estrangeiros residentes na Bahia, e que ele seria considerado equivalente às “classes perigosas”, como eram tidas as classes operárias francesas. Tal perigo foi expressado pelo cônsul francês na Bahia, década de 1820, Jacques Guinebaud, ao demonstrar a sua inquietação

²⁴ A autora segue o partido cronológico para mostrar como o modelo haussmanniano se modificou ao entrar no contexto brasileiro, através da sua adaptação para a cidade do Rio de Janeiro, e como o Rio passou a ser o modelo (de haussmannização) para a reforma de Salvador. E esta, por sua vez, “contrariou” o modelo ao adaptá-lo às suas condições específicas. Sendo assim, ao insistir na existência e adaptabilidade de modelos urbanos, Eloísa Petti Pinheiro nota apenas parcialmente os contextos econômicos e sociais das cidades brasileiras que buscam adotar tal modelo. O aspecto das revoltas e motins, observado por Katia Mattoso no tocante ao século XIX, só chega a ser observado por Petti Pinheiro quanto ao contexto carioca.

quanto à admissão de negros nas Forças Armadas, temendo que o sentimento de inferioridade que os “brancos da terra” desprendiam para com os negros alimentasse o rancor e o ódio destes em relação aos primeiros – tal qual acontecia entre burgueses e operários na Europa²⁵ – e os fizesse insurgir.

Desta forma, visando a contenção de revoltas e motins, antes de um “embelezamento estratégico”, houve uma tomada do controle da população por um poder público nascente, que instituiu normas visando o disciplinamento das populações, tanto da população livre quanto daquela escravizada. A primeira, tida como dócil,²⁶ em um primeiro momento, com o toque de recolher, deixa a rua à noite sob o domínio do outro, considerado indócil, ou bárbaro. Este, constituindo a classe dos trabalhadores pobres, escravos de ganho ou libertos, tinha sua vida – ofício, circulação, lazer e demais práticas cotidianas – cada vez mais controlada pelo poder do Estado. “Através do aparato legal, ele baixava posturas e decretos que restringiam a mobilidade e as atividades dos ganhadores e usava a força policial para manter a ordem. Vemos, portanto, o poder público passar a exercer a posição de feitor na cidade.” (COSTA, 1991, pg. 20).

Ana de Lourdes da Costa ressalta como os sujeitos escravizados eram vitais para o funcionamento da cidade e, ao mesmo tempo, exercer o máximo controle sobre eles era o único meio para reprimir as suas manifestações e manter o regime escravagista. O trabalho de Costa traz principalmente os aspectos da cidade decorrentes dos usos dos espaços públicos pelos negros. “Os espaços da cidade apropriados pelos ganhadores para o estabelecimento dos ‘cantos’, marcando uma territorialidade negra, se encontravam espalhados pela cidade, sobretudo em sua área central.” (Idem, pg.24)

A autora buscava saber como se organizava a vida em meio urbano dos negros que exerciam diferentes ocupações, e em quais espaços da cidade eram encontrados os chamados *cantos*. Encontra em Nina Rodrigues uma descrição detalhada dos lugares onde se agrupavam os sujeitos de diferentes nações africanas, homens em uns cantos, mulheres em outros. Muitos daqueles lugares coincidem com trechos por onde passamos (grifados na citação abaixo), espaços de intenso fluxo de pessoas, mercadorias, serviços, táticas de comércio e de sociabilidade.

²⁵ Falamos especialmente da Paris de Haussmann por tomarmos este modelo urbanístico explicitamente difundido no Brasil. No entanto, outros estudos foram conduzidos sobre as formas de controle da população pobre e/ou operária em outras localidades, como Londres. A título de exemplo, podemos citar o trabalho de Stella Bresciani (1982) sobre o “espetáculo da pobreza” em Londres e Paris do século XIX.

²⁶ É interessante relacionar esta docilidade com os anseios das classes de mais baixa renda em ascender na sua posição social. Segundo Mattoso (Op. Cit., pg. 600), a obediência à normas impostas de cima era o primeiro critério para pleitear um nível social mais alto.

Não se vá crer no entanto, que isolados da população mestiça e crioula, se fundam todos os africanos em uma colônia estrangeira grande e uniforme. Cada qual procura e vive com os de sua terra e são os sentimentos e as afinidades da pátria que nesta cidade repartem os derradeiros africanos em pequenos círculos ou sociedades. As nações ainda numerosas possuem os seus cantos, sítios da cidade onde, a tecer chapéus ou cestas de palha e a praticar das gratas recordações da mocidade, os velhinhos aguardam fretes. Na cidade baixa, nos Arcos de Santa Bárbara ficam os Guruncis. Passos adiante, entre os Arcos de Santa Bárbara e o Hotel das Nações, alguns velhinhos, cansados e modorrentes, últimos representantes da outrora enérgica, belicosa e aguerrida colônia dos Haussás, ali diariamente se reúnem. Mais numerosos são os cantos dos Nagôs. No canto do Mercado, rua do Comércio ao lado dos Cobertos Grandes, em mais de um ponto na rua das Princesas em frente aos grandes escritórios comerciais, se congregam velhos nagôs, ainda fortes, robustos, numerosos e faladores. São também de nagôs os cantos da cidade alta. No canto da rua da Ajuda por traz do edifício da Câmara Municipal, *no largo da Piedade* em frente ao Convento, no da porta da casa que fica junto ao Hotel Paris, *na Ladeira de São Bento*, se reúnem negros desta procedência. Nestes dois últimos cantos estão os africanos que ainda possuem e carregam os palanquins que em tempos passados e no domínio da escravidão foram os carros de praça ou eram os veículos de luxo das classes ricas. *No canto do Campo Grande*, vindo do Forte de São Pedro a alguns nagôs se reúnem uns três ou quatro gêges. *Na rua das Mercês*, canto de São Raimundo, reúnem-se negros minas, dois ou três. *Na Baixa dos Sapateiros*, canto da rua da Vala, reúnem-se africanos de diversas nacionalidades. As mulheres são encontradas neste último ponto, na rua da Vala canto de São Miguel, na rua do Guadalupe, *na rua do Cabeça e largo Dois de Julho*, no cais de desembarque, na ladeira do Boqueirão em Santo Antônio. Em geral não se separam tanto, como os homens, segundo as suas nacionalidades. (NINA RODRIGUES, 2010, pgs. 110-111, grifos nossos)

O assunto dos “cantos negros” e sua regulação pelo poder público nos chamou a atenção por diversas razões, seja por se tratar de atividades exercidas por uma população marginalizada, findando por consistir a sua forma de sobrevivência, seja por esta população ter ocupado locais por onde passamos e vimos a intervenção do poder público no sentido de ordenar, na atualidade, as atividades ambulantes.

Com a instalação do poder Imperial no Brasil, a mudança nos costumes tornou-se então uma urgência, especialmente na capital, cidade do Rio de Janeiro. Na Cidade da Bahia, onde a presença dos trabalhadores negros (escravizados ou não) no espaço público dava ares de cidade africana (segundo relatos de visitantes estrangeiros), via-se o antônimo do que se entendia por civilização, beleza e higiene, presentes no imaginário como valores da cultura dos brancos europeus. Afim de dotar a cidade e a sociedade de tais valores, mudanças profundas deveriam ser operadas, e não apenas no sentido do embelezamento urbano. Para uma mudança nos costumes, os fundamentos das ciências médicas foram cruciais.

A chegada da corte portuguesa implicou em uma centralização do poder político no Rio de Janeiro – antes, capital da colônia, agora, do império – e com isto na necessidade de se estabelecer um padrão de comportamentos, coerentes com a nova condição do país, mas, sobretudo, com a nova forma de socialização nascente; a cidade. Assim, de uma sociedade baseada nas relações internas das propriedades privadas rurais, onde cada domínio (da casa grande à senzala) obedecia às regras do seu senhor/ chefe de família, a sociedade brasileira começa gradativamente a entrar em um contexto de crescente preocupação com as sociabilidades urbanas. No entanto, a ideia de espaço público ainda era bastante restrita, senão inexistente. Sobre isto, podemos observar que os manuais de civilidade procuram apresentar os modos de lidar em sociedade. O que era então entendido por sociedade? Podemos aproximar a noção de sociedade entendida no contexto do Brasil imperial àquela apresentada por Hannah Arendt (1958), quando considera a “sociedade” como a associação das famílias “economicamente organizadas”, ao que acrescentaríamos o caráter de detentoras de uma influência direta na organização espacial da localidade onde atuam. No caso carioca, tal sociedade que vem surgir no ambiente urbano, não se confunde com as famílias que integravam a “velha elite colonial” (PECHMAN, Op. Cit.), por estar condicionada aos novos costumes ditos de civilidade e polidez da corte. O novo Estado de Corte vem então se opor aos costumes ligados ao poder paterno soberano, estabelecidos a partir da família agrícola da colônia. Esta oposição se dá com uma base forte na medicina e sua vertente higienista, buscando uma universalização de novos valores cientificamente comprovados – é o que nos diz Jurandir Freire Costa (1983), em seu livro *Ordem Médica, Norma Familiar*. Costa, contemporâneo de Michel Foucault, também adota aquela sua compreensão de *dispositivo* para construir a argumentação sobre a transformação das formas de controle, da sociedade colonial (rural) para a sociedade de corte (urbana).

Nesta ação transformadora, componentes de antigos dispositivos de controle, como a militarização e a pedagogia jesuíta, serão reaproveitados e orientados para novos fins. Outros serão criados. Todos eles, no entanto, vão abandonar progressivamente o terreno da lei para entrarem no terreno da norma. A ordem médica vai produzir uma norma familiar capaz de formar cidadãos individualizados, domesticados e colocados à disposição da cidade, do Estado e da pátria. (Idem, pg. 48)

Na citação, vemos a mutabilidade e adequação de formas de controle vigentes (e/ou já antigos) utilizadas no requinte ou renovação de dispositivos de controle social ao que o autor alude enquanto domesticação e subserviência (à cidade, ao Estado, à pátria). Novos elementos

vêm a compor um novo dispositivo que poderíamos chamar modernizador ou higienista, utilizando-se ainda dos restos dos antigos – como a militarização e a catequização jezuítica.

A área de atuação da nova sociedade diferia, no entanto, do espaço público urbano tal como o entendemos hoje, e estava mais atrelada ao espaço privado e ao espaço social dos chamados “salões”, onde se dava o contato entre diversos níveis da sociedade. Além dos salões, apenas a igreja e o Passeio Público são notados como lugares da “boa sociedade” ao mesmo tempo em que estes eram os poucos locais de atuação das mulheres daquela nova elite. Kátia Mattoso (Op. Cit.) observou, em Salvador, a importância do papel da mulher baiana do século XIX, por estar ligada exclusivamente aos assuntos domésticos, entre eles a educação dos filhos, que viria a ser apresentada e avaliada pela sociedade, nos momentos de visitas e festas.²⁷

Apesar das considerações a respeito das “ganhadeiras” e da presença de “meninos e raparigas” que transitavam entre a Cidade Alta e a Cidade Baixa em certos horários do dia, Mattoso afirma: “conhecemos mal a mulher baiana do século XIX” (Ibid., pg, 448) e a partir desta afirmação, ela passa a discorrer sobre as mulheres das classes mais abastadas. A falta de conhecimento sobre a mulher de família branca, segundo a autora, se deve principalmente à dificuldade, para um estrangeiro, de ter acesso à intimidade doméstica, onde eram reclusas essas mulheres; e, como já vimos, a principal fonte para se estudar os aspectos do cotidiano de uma cidade em outras épocas era aquela das narrativas de viagem dos estrangeiros que por ali houvessem passado.

Sobre as mulheres brancas, dizia-se que nem mesmo saíam para ir ao comércio, pois tudo o que precisavam, compravam dos vendedores ambulantes, na porta de casa, quando não podia ser produzido pelos criados no domínio privado (MATTOSO, Ibid; COSTA, 1983). Podemos notar que o comércio de rua dos vendedores ambulantes estava presente no espaço público urbano desde o surgimento das primeiras grandes cidades e tinham um papel diretamente relacionado ao funcionamento da (“boa”) sociedade da época. Neste comércio e, portanto, no espaço público da rua, aí sim, participavam as mulheres negras e pobres. A distinção entre as mulheres que são, de certa forma, autorizadas a utilizar o espaço público das ruas e aquelas que devem permanecer sob a proteção do espaço privado, tem eco ainda na cidade atual, quando, em plena Avenida Sete, no Centro de Salvador, nós somos aconselhadas a não andar sozinhas por determinadas ruas, em determinados momentos do dia.

²⁷ Da mesma forma, o trato com os criados e demais condutas passíveis de extrapolar o ambiente doméstico, forneciam os dados necessários para o julgamento de uma família como civilizada ou não, e isto recaía sobre a responsabilidade das donas de casa. Segundo Mattoso, todas elas deveriam ser boas administradoras do lar e gerir a vida social e a estrutura da casa mesmo em caso de catástrofes. Além disso, podiam gerir os negócios da família quando da falta de um pai ou marido – e, caso curioso, as mães solteiras não se constituíam em casos excepcionais. (Ibid, p. 449).

O dia 20 de maio de 2014, na última visita programada à Praça da Piedade [aquela que começou na Cidade Baixa, Rua da Conceição da Praia, quando eu estava indo até a Ladeira da Preguiça, onde um grupo de travestis me falou que era muito perigoso subir ali sozinha e com “essa cara de turista”] terminou com chuva. Ali, na Praça, ela aproximou as pessoas embaixo do toldo da polícia, do ponto de ônibus, ou dos guarda-chuvas maiores, como o meu, onde veio se abrigar uma senhora que disse estar esperando uma pessoa. Depois da chuva, fui ter com um já conhecido Bob na Praça e o mesmo me perguntou se eu não tinha medo de ficar andando por aí sozinha. Achei (ou terá sido ele que falou?) que era porque anoitecia...

Bem entendido, que há uma diferença evidente entre o tempo do toque do sino, e mesmo da *Cidade das Mulheres* de Ruth Landes, e a Salvador atual, especialmente observando os aspectos sociais do processo de miscigenação (diminuição das diferenças por cor de pele) e, mais recente, diminuição do abismo social entre pobres e ricos, o que acaba por integrar grande parte da população nos mesmos hábitos e restrições cotidianas, em face de uma violência urbana tangível para todos.

No período do império brasileiro começavam as transformações nos modos de vida que levariam mais tarde ao que conheceríamos como modernização, no Brasil República. Jurandir Costa nota como a chamada *mulher de alcova* foi levada a se transformar na *mulher social* e, manipulada pelo dispositivo médico-higienista, se tornou um elemento transformador da família tradicional colonial e gerente do ambiente doméstico, onde permanecia restrita. No entanto, a casa devia ser, a partir de então, devidamente assepsiada física e socialmente: o discurso médico acabara de “descobrir” quão nocivo era o contato com a *rudeza* e os *maus hábitos* dos escravos. Tal discurso acaba por legitimar cientificamente o racismo. Enquanto era possível manter as mulheres afastadas da rua, lugar entendido como do risco e da promiscuidade devido à convivência entre uma heterogeneidade de sujeitos, agora o “perigo” se encontrava dentro de casa. Assim, o discurso médico fora alimentado pelo preconceito racial fortalecido com o ponto de vista europeu, que não admitia o convívio com negros e mestiços, vindo a compor igualmente o dispositivo higienista e fundamentar o discurso abolicionista. (Ibid.)

Nas palavras de Costa, “de ‘animal’ útil ao patrimônio e à propriedade, ele [o negro escravizado] se tornou ‘animal’ nocivo à saúde” (Ibid., pg. 121), passando a ser visto como principal agente corruptor dos lares. O próprio Nina Rodrigues dizia que “na Bahia, todas as classes, mesmo a dita superior, estão aptas a se *tornarem negras*” (NINA RODRIGUES, [1893] 2005, p. 130, grifo no original), para descrever a influência da cultura e modos de vida outros, que não os “civilizados”, especialmente, na Bahia, dos descendentes de africanos. Partindo da constatação da má influência nos costumes, a medicina “evoluiu” em suas pesquisas ao

extremo de diagnosticar o indivíduo negro como naturalmente propenso ao crime.²⁸ O assunto nos interessou particularmente por indicar – desta vez, a partir de justificativas que se diziam científica – uma necessidade de pacificar o negro, lembrando o que havia ocorrido em relação aos índios tidos como rebeldes.

É importante notar que as teorias chamadas lombrosianas²⁹ vieram se consolidar no Brasil sobretudo depois da abolição da escravatura, quando, conforme entendemos, passou a ser necessário um discurso persuasivo que pudesse fundamentar o pensamento dominante a respeito dos negros (da raça negra). Tal discurso passou a embasar, portanto, o racismo, embora fosse, no tocante a Nina Rodrigues – e, provavelmente, demais estudiosos do tema – um modo de pensar “animado de simpatia”, como observou Ruth Landes (2002).³⁰

A resistência negra aos padrões europeus de civilização fora interpretada como uma “força incoercível” que corrompia os modos da família branca no seio do lar. Desta forma, seguindo Costa, entendemos que o dispositivo médico tenha implantado o medo também no interior da casa; anteriormente protegida pela mesma força do escravo, agora se via vulnerável, exposta aos mesmos riscos encontrados na rua; esta, habitada notadamente (quase exclusivamente) por negros [e] pobres. A presença de negros escravizados nas ruas da cidade acaba por conceder a esta características determinantes da sua imagem como cidade e como sociedade – por mais que isto seja amplamente combatido pelas elites brancas do início do século XX – diferentemente do que ocorre em relação ao elemento indígena, cuja cultura já havia sido incorporada à medida em que se excluía o índio da convivência com as demais etnias, seja isolando-o no campo, seja dirimindo-o subjetivamente enquanto sujeito contrário ao que se entendia e/ou se pretendia por civilização.

Era “preciso”, para entrar em um novo padrão de civilização, dotar a nova sociedade de costumes higiênicos e do *bom-tom* inspirado na cortesia, o que implicava em se distanciar da população negra, coisa extremamente difícil em um contexto no qual tudo funcionava, no campo como na cidade, pela exploração da força humana escravizada. Para tanto, mais do que leis, foram criadas normas a serem seguidas no objetivo de aproximar a sociedade ao modelo europeu, considerado o suprassumo da civilização, e afastar a população e os costumes negros

²⁸ Este assunto nos motivou a explorar um pouco mais o tema no referido exercício da pesquisa Pronem, onde propomos a associação, sob o título “Nina Rodrigues ou os Batuques”, do racismo instituído e as manifestações e práticas afrodescendentes, a partir dos relatos de Pasqualino Magnavita sobre a influência da cultura negra no cotidiano marcado pela dominação de classe e raça (ReDobra, 2014).

²⁹ Referentes a Cesare Lombroso, médico italiano que se tornou mundialmente conhecido por suas teorias sobre os aspectos fisiológicos dos homens delinquentes, considerados “criminosos natos”.

³⁰ “Esses escritos são inigualavelmente precisos e vívidos e animados de simpatia, embora apresentados sob o ponto de vista huxleyano da época, que denunciava as práticas dos negros como inferiores” (LANDES, Op. Cit., pg. 115-116)

para a margem daquilo que se instituía como humanidade, excluindo-os dela e incorporando-os ao “reino da animalidade” (COSTA, Op. Cit., pg. 150).

Seguindo o vocabulário médico, o higienismo se instaurou no pensamento sobre a cidade propondo a identificação, ou diagnóstico do “mal” para se buscar a sua cura ou “melhora”. Antes propriamente dos melhoramentos urbanos, vimos o surgimento de uma série de manuais e normas destinadas especialmente à “boa sociedade”, aquela que deveria aprender a respeitar e submeter-se aos seus superiores. “Não seria de bom-tom, enfim, subverter as hierarquias” (PECHMAN, Op. Cit., pg. 86). Para tanto, era necessário policar-se, e este era um dos atributos mais valorizados do sujeito civilizado, o que o categorizava enquanto indivíduo capaz de atuar para a preservação da paz social, ou seja, o antônimo do bárbaro. Aqui observamos novamente o quanto a ordem e a paz social estão imbricadas. Além disso, valem-se de uma “necessidade” de submissão de uma classe social à outra, para instaurar um processo dito civilizatório e o policiamento da população.

Police, Polis (das normas sociais à ordem urbana)

Tendo em mente que o carro-chefe da Semop é a Guarda Municipal, propomos aqui nos deter um momento no processo de formação do corpo de polícia, percebendo como isto se deu de maneira intimamente relacionada com a construção do que se entende por ordem urbana, por sua vez, relacionada aos melhoramentos/ remodelações e finalmente ao urbanismo.

Se o guarda civil não quer a roupa no quarador [2x]

Ai Meu Deus, onde vou quarar?

Quarar minha roupa...³¹

Sobre a polícia, é interessante procurarmos entendê-la descolando-a de suas significações atuais, mas observando como o termo foi empregado no começo da urbanização brasileira, no início do século XIX, quando as atenções passaram a ser mais voltadas às cidades, sobretudo à capital do Império, a cidade do Rio de Janeiro. Segundo Pechman (Op. Cit.), o significado de polícia, em meados do século XIX, incorporava muito do que se entendia por *contenção cortesã*, que vem a substituir a política de repressão – adotada sobretudo contra os mais fracos, os mais pobres, os chamados vagabundos, e os escravos – quando da instalação

³¹ Canção de samba de roda baiana (domínio público) que traz um aspecto da desestruturação dos costumes cotidianos, sobretudo da população trabalhadora mais vulnerável economicamente.

de uma sociedade de corte na capital. Polícia salientava então a sua referência à *pólis* e, mais fortemente, à *polidez*, por meio da qual a sociedade poderia tornar-se uma civilização. A relação entre cidade e civilização seria desenvolvida através da atuação da polícia.

Prova disso são as atribuições conferidas ao intendente geral de polícia nomeado por D. João VI logo da chegada da corte, o qual é empossado no cargo no mês de abril de 1808. Tomando ares de um prefeito reformando sua cidade, o intendente passa a ser responsável pelo arruamento, pela abertura de estradas novas e cuidado na conservação e asseio das existentes tanto quanto das ruas, praças e mais *logradouros públicos*. Devia também fiscalizar e auxiliar a *edificação pública* e particular; zelar pelas fontes e chafarizes; licenciar e fiscalizar os transportes de mar e terra, viaturas, alimárias de aluguel, barcos, canoas, catraias e lanchas de frete; licenciar e fiscalizar os teatros e *divertimentos públicos*, casas de jogos, botequins, casas de pasto, estalagens e albergues; fiscalizar o contrato de arrematação, da iluminação da corte; coibir os delitos de imprensa, exercendo a censura prévia; cuidar do expediente dos passaportes e prover os serviços de colonização e legitimação de estrangeiros; tratar do registo e material da cadeia e do calabouço, relativamente a escravos; reprimir a mendicidade e vadiagem; fazer a estatística da população; reprimir o contrabando; auxiliar na extinção de incêndios; zelar pela conservação do *Passeio Público*. (Ibid., pg. 72, grifos nossos)

Vemos que a polícia do Rio de Janeiro – capital federal e, portanto, espelho para as demais capitais, especialmente Salvador – nasce intimamente ligada ao aspecto da cidade. Se o urbanismo ainda não existia enquanto prática e disciplina, a polícia se apresenta aqui como uma de suas origens, juntamente com a medicina e a engenharia sanitaristas emergentes. Na citação, vemos a menção ao “público” em alguns momentos e, em dois destes, refere-se a espaços de sociabilidade: o *Passeio Público* e os *divertimentos públicos* (embora estes últimos sejam sediados em estabelecimentos privados). Apenas quando se refere aos *logradouros públicos* é que poderíamos nos remeter ao que entendemos atualmente como espaço público, no entanto, ali, a categoria não está claramente associada à sociabilidade, mas a espaços de circulação. Por outro lado, junto com o *Passeio Público*, por serem os *logradouros* também objetos de *conservação* por parte da polícia (poder público), observamos que concernem à noção nascente de patrimônio público. A repressão à mendicância e a vadiagem aparecem como uma clara oposição entre o que é da ordem do estático e o que é da ordem do ambulante, o que deve ser conservado (tendendo a uma maior presença no tempo) e o que deve ser combatido (por ir de encontro à ordem vigente).

Quanto a Salvador, Kátia Mattoso já havia notado a precariedade das suas condições urbanas, sobretudo até meados do século XIX, e a importância da atuação policial na melhoria de tais condições. “Por volta de 1870, a Polícia gastava, por conta própria, enormes somas para remover os montes de lixo que se acumulavam em ruas e praças” (MATTOSO, Op. Cit., pg. 443). Na mesma época, iniciaram-se os esforços para facilitar a circulação de pessoas e mercadorias

pelas ruas e para vencer os desníveis, de maneira mais independente da força do trabalho escravo, com bondes e até mesmo com o elevador. A tecnologia chegava também no quesito iluminação pública, com um sistema alimentado a gás carbônico (Idem). Neste quesito, vemos se consolidar o papel da polícia como agente da segurança pública. A falta de iluminação agravava a violência urbana numa cidade onde “Era preciso coragem para sair à rua depois que o sol se punha. Um tropeção ou um assalto eram perigos menores: a cidade estava entregue a marginais que não hesitavam em puxar a faca e, por muito tempo, a Polícia praticamente inexistia” (Idem, *ibidem*). A autora salienta ainda que o problema da insegurança permaneceu em Salvador, mesmo com os reforços na ‘guarda urbana’ e no ‘corpo de Polícia’ ao longo daquele século. Nessa parte do seu texto (pgs. 443-444) podemos perceber o aglomerado de questões que alimentam e dão origem à noção de ordem pública; desde a limpeza, passando pela circulação de mercadorias e pessoas, a iluminação e, finalmente, a segurança urbana, elementos de grande peso no dispositivo de gestão urbana atual, representado pela Secretaria Municipal de Ordem Pública.

Apesar de não vermos o comércio ambulante referido como problema nos textos citados, vimos anteriormente que o mesmo tem sido objeto de normatizações desde o século XVII. Além disso, a presença de vendedores, prestadores de serviço e demais africanos nas ruas de Salvador foi amplamente citada nos relatos de viagem ao longo de todo o século XIX, chegando a se constituir em uma das principais características da cidade. Isto passa a ser visto como problema face aos anseios de modernização que opõem a colônia africanizada à metrópole remodelada aos moldes europeus. Nesse momento, passa-se a levar em conta a estética social e urbana, ou seja, o caráter representativo da configuração da cidade, na qual se incluem os sujeitos atuantes nos seus espaços de maior visibilidade – no que vem a ser, não só espetáculo, mas espetacularização da vida cotidiana.

Neste contexto, articulam-se à promoção da “tranquilidade pública” – combate à delinquência, à vadiagem,³² à sujeira nas ruas, com a multiplicação de leis e normas – a necessidade de salubridade, a promoção de uma nova estética urbana, representativa da civilidade da sua sociedade. A questão estética vem integrar aquela noção de ordem pública anteriormente estabelecida e apresenta, nos dias atuais, uma grande importância no âmbito da Semop. Por outro lado, a preocupação em ordenar o espaço público da rua surgiu em decorrência da necessidade de novos espaços para o uso e sociabilidade de uma elite cada vez mais consumidora de produtos e padrões europeus, além, é claro, de cada vez estar mais embasada pelos ditames da saúde e da estética, ambos regidos pelo controle dos hábitos, que

³² Segundo Pechman, a prática da vadiagem, adquire uma conotação de desordem que vai identificá-la seja do ponto de vista da ordem policial, seja da ordem social “carregando consigo a divisão do mundo entre ordem e desordem” (Op. Cit., pg. 105).

ultrapassava a barreira do privado e do social, pretendendo ocupar também os espaços públicos.

É importante notar que o discurso higienista estava fortemente baseado na urgência de melhorar as condições de vida e saúde da população, vítima de fortes epidemias durante todo o século XIX. No entanto, tal discurso se estendia a outros planos da vida em sociedade. Em pesquisa publicada, o Jornal de Notícias em 1912 propõe revelar os anseios da população a respeito da cidade; encontra-se então demandas no sentido de uma modernização geral, o que inclui, entre outras coisas, “higiene nas ruas” e “saneamento geral e esthetico” (Apud PETTI PINHEIRO, 2011, pg. 2015). Nos perguntamos se as noções de higiene e mesmo saneamento podiam ser tidas também como *mots valises*.³³ Quer dizer, se se tratavam de palavras, ou noções, utilizadas para se referir a um conjunto de ações que podiam não apresentar relação clara entre elas. A presença de espaços de natureza abundante e ordenada passava a ter relação com a limpeza e iluminação das avenidas, ambos sendo considerados fundamentais para uma cidade saneada e higiênica, e para o cuidado com o bem-estar e a saúde da população.

Salvador já contava, no século XIX, com numerosos “recantos bucólicos” onde a população podia esquecer os inconvenientes de ruas tortuosas, íngremes, sujas e perigosas, como o “esplêndido Jardim Público, que todos os viajantes estrangeiros louvavam” (MATTOSO, Op. Cit., pg. 444). O Passeio Público – referido na citação como Jardim Público – é um exemplo daqueles espaços destinados ao uso das elites, onde, além do verde exuberante, havia também uma organização espacial que seguia um certo padrão ocidental.

A nova função da mulher na sociedade também é causa da extrapolação da vida doméstica que vem a atingir o espaço social dos teatros e o espaço público dos logradouros, levando a “necessidade”³⁴ de assepsia para outros ambientes que ela viria a frequentar. É o caso das novas avenidas que seriam abertas visando o usufruto das classes mais abastadas, onde veio investir o comércio varejista voltado para o público feminino, como o foi a Avenida Sete de Setembro. De cidade colonial com suas ruas ocupadas por uma grande população negra e pobre, a *civilização* exigia ares de cidade transformada, onde se exibissem espaços públicos organizados e limpos, aptos a serem frequentados por aquelas damas, onde elas pudessem andar pelos próprios pés, já sem necessidade de palanquins e nem de cadeirinhas de arruar.³⁵ Essa transformação deveria portanto acontecer, não só em termos formais como também sociocomportamentais.

³³ Stella Bresciani (2001, pg. 343) traduziu como “palavra guarda-chuva” por recobrir “uma lista de situações tão diversas que a tornaria inespecífica e sem valor significativo”.

³⁴ Bem entendido que tal necessidade é construída pelo discurso paternalista, ditando as normas e restrições para a atuação feminina.

³⁵ Estes meios de transporte foram utilizados até finais do século XIX em Salvador, mesmo havendo o sistema de bondes elétricos na cidade desde meados daquele século. Segundo Mattoso (Op. Cit.), devido a uma rápida

No início do século XX se dá uma espécie de substituição do segmento feminino que, até o fim do século XIX, estava sempre presente na cidade em busca de sobrevivência, pelas mulheres dos segmentos médio ou abastado da população soteropolitana, isto é, uma substituição das ganhadeiras, mulheres escravas, forras ou livres pobres pelas mulheres de elite. São essas últimas, antes ainda reclusas no espaço privado das suas casas, sob o controle autoritário do patriarca, que vão usufruir do espaço público *recém remodelado*, inaugurando novas práticas sociais urbanas, quando a rua perde então aquele caráter de coisa proibida e de má fama, local de suspeita generalizada, de tensão com as regras estabelecidas. *Não se trata, entretanto, de todas as ruas da cidade, mas, particularmente, aquelas que foram beneficiadas com as modernizações, novos calçamentos, infra estrutura e iluminação nos moldes europeus, seja no centro ou nas vias que levam aos bairros nobres e balneários e que vão ser utilizados pela Salvador "branca", isto é, pela elite cidadina.* (ARAÚJO, 2002, p. 1, grifos nossos)

Aqui vemos os primeiros processos de gentrificação causados pelas remodelações de certas ruas – como a Avenida Sete – visando o seu usufruto pela elite cidadina e a sua valorização pela adoção de padrões europeus. Tais ruas se constituíram em extensões possíveis do ambiente feminino, portanto, do ambiente familiar. Atualmente, os padrões de referência para os espaços públicos são extraídos não mais dos contextos entendidos como “civilizados” propriamente ditos, mas dos ambientes percebidos, pelas classes dominantes, como seguros, limpos e confortáveis, em resumo, dos ambientes privados controlados.

Analisando a citação anterior, podemos observar como a Avenida Sete se constituiu em um grande eixo integrador de importantes locais de interesse daquela elite que se afirmava como moderna, higiênica e metropolitana; desde a Rua Chile – vitrine da cidade, segundo Milton Santos (Op. Cit., [1959] 2008) – passando por diversas freguesias paroquiais, jardins públicos, até chegar no principal balneário urbano, o Porto da Barra. Desta forma, ela se tornou um ícone de uma nova estética de vida na cidade, não apenas das formas arquitetônicas, mas do modo de ser cotidiano daquela população autorizada a usufruir da sua ambiência urbana.

Chamamos a atenção aqui para um elemento bastante ressaltado tanto no discurso à época da abertura da avenida, quanto nos dias atuais, a estética.

comparação custo-benefício entre o preço alto do transporte em bondes e o caráter de exclusividade dos palanquins, muitos baianos faziam questão de serem carregados pelas ruas e ladeiras à força humana.



Indicação do Setor de Proteção à Estética da Cidade e papel afixado à entrada de uma das salas da Semop, Acervo da autora, 14 de dezembro de 2015.

No início do século XX, a estética moderna era pretendida tanto nos embelezamentos das ruas e edifícios quanto no tocante à limpeza (saneamento) urbano e ainda na conduta (polidez) das pessoas. “A preocupação estética já vem do século XIX, com a chegada dos novos modelos estrangeiros, seus novos códigos estéticos e novos bens de consumo.” (PETTI PINHEIRO, Op. Cit., pg. 215). Propunha uma adequação ao novo padrão de civilização que se impunha. Era considerada tão importante para cultivar a moral e os bons costumes na vida cotidiana quanto o eram a higiene e a técnica. Além disso, também contribuía para atrair a “boa sociedade”, seja do campo ou de outras regiões, trazendo riqueza e lucros para a cidade (BRESCIANI, 2001).

Atualmente, vemos, no caso de Salvador, a noção de estética mais relacionada a aspectos materiais e superficiais, daí a secretária falar em um “trabalho de maquiagem”. No tocante à região do Centro em geral, atua ainda o discurso patrimonialista – quando vemos a preocupação com a “proteção a estética da cidade” – associado a um retorno ao “estado áureo” da Avenida Sete de Setembro.

A questão do patrimônio é mais recente e associa-se à toda problemática da espetacularização das cidades. Esta pode ser considerada um outro momento, cujo dispositivo de pacificação começou a ser formatado a partir da preocupação estética das modernizações, mas que veio articular outros campos de saberes para o refinamento do controle da vida em sociedade a partir da manipulação e produção de imagens (espetaculares). Segundo observou Jurandir Costa anteriormente, elementos de dispositivos anteriores podem ser “reaproveitados e orientados para novos fins”, é o caso da estética quando passa a ser empregada na espetacularização urbana.

Sobre os diferentes dispositivos de pacificação

Gostaríamos de notar ao final deste capítulo como os diferentes momentos históricos detiveram os seus respectivos dispositivos de pacificação, os quais foram se revelando à medida do nosso percurso, com os restos dos seus componentes reminiscetes, ou do que sobreviveu a eles. Tais restos nos levaram a olhar para aqueles outros tempos afim de identificar mais claramente os seus dispositivos, como fizemos sobretudo no tocante às modernizações.

A própria Avenida Sete guarda rugosidades da modernização pela qual passou a cidade de Salvador no início do século XX, o seu traçado é uma resultante desse processo. Ele revela também como os modelos sofrem desvios a depender do território onde visam se inserir, pois, se as modernizações propunham a criação de longas avenidas em linha reta, os desníveis de Salvador se impuseram a esse modelo. Por outro lado, o problema da circulação rápida poderia ser resolvido mesmo com a sinuosidade da Sete recém criada. Aqui vemos uma das associações entre elementos diferentes que operaram no ordenamento urbano modernizador: traçado viário e circulação. Outros elementos reforçaram a necessidade de uma profunda transformação urbana e vieram constituir o que estamos entendendo como um outro dispositivo de pacificação. A noção de ordem urbana, ou ordem pública, é um desses elementos discursivos que também implicam em aspectos físicos, da materialidade das cidades. Esta noção contém em si mesma uma série de elementos associados entre si, nos permitindo dizer que se trata de uma noção *universal* – retomando a ideia dos *universais* em Foucault – ela mesma sendo um dispositivo.

Foucault, como sabem, sempre recusou a se ocupar daquelas categorias gerais ou antes da razão que chama de “as universais,” como o Estado, a Soberania, a Lei, o Poder. Mas isto não significa que não há, no seu pensamento, conceitos operativos de caráter geral. Os dispositivos são precisamente o que na estratégia foucaultiana ocupa o lugar dos Universais: não simplesmente esta ou aquela medida de segurança, esta ou aquela tecnologia do poder, e nem mesmo uma maioria obtida por abstração: de preferência, como dizia na entrevista de 1977, “a rede (*le réseau*) que se estabelece entre estes elementos”. (AGAMBEN, Op. Cit., pg. 11)

A pacificação modernizadora seria, portanto, um dispositivo complexo que articula em si outros dispositivos, como o da *ordem pública*, e elementos diversos como circulação, estética, higiene. Diferentes modos de ação vêm se associar a essas noções como meio para garantir a transformação almejada pelas classes dominantes. Nesse sentido, o policiamento – de si e dos outros – se constitui também em um elemento da rede. De maneira geral, mais do que *tornar pacífico*, no momento das modernizações se dizia da necessidade de *tornar civilizado* de maneira a poder ser incluído no padrão de sociedade ocidental.

Muitos elementos do dispositivo modernizador parecem ainda ressoar no momento atual, no entanto, é importante notar, como o fez Jurandir Costa, as ressignificações pelas quais passam tais elementos, de modo a serem retomados na composição dos novos dispositivos com novos papéis. A estética é um desses elementos, segundo vimos, mas a própria ordem pública apresenta-se diferentemente nos dias atuais. Embora ainda possamos entendê-la como um dispositivo em si, ela despreza alguns elementos e admite ou associa-se a outros, como o faz quanto ao próprio urbanismo. Entre os que despreza, ao menos no discurso, podemos citar o controle dos *divertimentos públicos*, uma preocupação com a moral e os bons costumes que se refletia no uso dos espaços públicos. Esta preocupação e tentativa de instaurar uma cultura civilizada na cidade, pode-se dizer de um elemento transformado e reaproveitado dos *universais* vistos no momento da colonização.

Naquele dispositivo colonizador, o sentido de civilização mostrava-se mais como doutrinação religiosa, ditando os parâmetros sociais, hábitos e comportamentos. A ordem era objeto de conquista militar e se evidenciava no território claramente demarcado, segregando-se os territórios em domínios privados – das sesmarias e grandes fazendas – e aqueles de atuação da igreja, como o eram inclusive os aldeamentos indígenas. O dispositivo de pacificação colonial revela-se, hoje em dia, sobretudo a partir das reminiscências de um modo de pensar que sobredetermina os mecanismos de exploração econômica dos territórios (a serem) conquistados, desconsiderando as formas de vida anteriormente construídas e presentes, ligadas a esses territórios.

O momento atual, e a experiência do percurso em Salvador, além de revelar restos de peças desses dispositivos passados, evidencia outros processos operados pelo dispositivo de pacificação dos espaços públicos em marcha. É nesse sentido que trataremos aqui da gourmetização da cidade, processo associado à já conhecida espetacularização urbana, a qual agrega ou salienta sobretudo valores que regem a sociedade de consumo. Vamos a ela.

Finalmente, discutiremos a questão da gourmetização. Como já introduzimos no início desta terceira parte, tomamos o risco de utilizar este termo na tentativa de entender o processo pelo qual passamos atualmente no tocante às cidades e seus espaços públicos. Mais especificamente, para entender o dispositivo de pacificação que vimos atuando em nosso percurso. Pode-se indagar por que não utilizar o termo mais recorrente, da espetacularização urbana, nascido da crítica à sociedade do espetáculo, baseada no livro de Guy Debord. De fato, entendemos ser este um processo atual que se mostra claramente nos espaços urbanos, de um convite à contemplação e, assim, à passividade. A ideia de monumentalização, na modernidade, já apontava para esta via do encantamento em obra nos espaços públicos. As imagens tomaram as rédeas da vida e os veículos midiáticos tomaram para si a expertise de manipulá-las.

Por outro lado, ainda que as imagens se imponham como padrões estéticos, baseados em um suposto “gosto comum” – parte do consenso fundamental para o planejamento estratégico e o urbanismo espetacular – o seu espetáculo traz muito forte a ideia da passivização dos corpos, enquanto que o *gourmet* sugere uma experiência corporal “degustativa”, uma espécie de intento de civilizar o gosto. Daí a relação com os processos de dispositivos anteriores. Diferente deles, não impõe o novo, ou se sobrepõe ao velho, mas propõe uma transformação do velho sem negá-lo completamente, qualifica-o. A partir de uma “nova roupagem” (expressão também utilizada corriqueiramente para elementos de natureza diferente, desde uma música em nova versão a um ambiente reformado), usualmente seguindo os ditames de alguma moda, ambiciona a valorização, sobretudo econômica, de um produto.³⁶ Nos perguntamos em que medida, no espaço público, o rótulo *gourmet* pode ser associado àqueles lugares considerados típicos os quais se procura adequar às tendências urbanas globais, inserindo elementos valorizados no mercado competitivo de cidades. Enquanto a colonização buscava civilizar o selvagem, a modernização opunha-se à barbárie da colônia escravista, de que maneira a gourmetização domestica? O que se torna alvo do seu interesse de gourmetizar?

Nos termos de uma culinária típica, a feijoada já pode ser *gourmet*, assim como a coxinha, pelo acréscimo de algum ingrediente que a torne nobre – normalmente, um ingrediente mais caro, inacessível a grande parte da população. Do mesmo modo, Sharon

³⁶ O termo produto é importante aqui por referir-se, com frequência, a algo que é posto à venda, produzido para o mercado, ainda que seja um produto cultural.

Sukin propõe a ideia de uma “domesticação pelo cappuccino”, com a chegada de grupos de gostos e produtos diferentes em um contexto socioespacial existente, com vistas a “agregar valor”, ou seja, tornar o lugar mais caro e com isto mais economicamente interessante ao capital financeiro – e, ao mesmo tempo, mais proibitivo à grande parte da população que não pode pagar o preço.

Novos gostos deslocam aqueles dos residentes de longa data porque reforçam as imagens na retórica do crescimento adotada pelos políticos, fazendo da cidade uma zona de entretenimento 24h, 7 dias por semana, *com espaços limpos, seguros, previsíveis e modernos bairros de luxo*. O sociólogo John Hannigan diz que os mais espetaculares dos novos espaços culturais urbanos – um Times Square Disneyficado ou um distrito *hipster* com galerias de arte, espaços performáticos, cafés veganos – prometem animação segura com “risco zero”. Eu prefiro pensar em um processo mais ordinário de *domesticação pelo cappuccino*, onde lugares selvagens recebem um *upgrading* estético através da abertura de um Starbucks ou outro novo café-bar. (ZUKIN, 2010, pg. 4, tradução e grifos nossos)³⁷

Se tudo isso pode dizer respeito ao processo de espetacularização, propomos levar em conta aquilo a que Zukin se refere como “um processo mais ordinário”, analisando como os padrões de investimentos estratégicos espetacularizantes tocam diretamente no cotidiano habitante, se traduzindo em outros padrões, localizáveis na pequena escala. Além disso, nos valem das reminiscências dos outros dispositivos analisados anteriormente para compor o entendimento do que seria uma gourmetização da vida urbana.

Na Bahia, há muito para se falar em termos de comida. A comida está presente nas ruas da cidade de Salvador de diversas formas – das oferendas para os santos ao *gourmet*. Podemos nos deter aqui sobre as formas de venda e consumo de alimentos que mais foram atingidas com as reformas urbanas realizadas visando o período da copa do mundo de futebol, especialmente aquela realizada na orla do Porto da Barra: os diversos vendedores ambulantes, os menos-ambulantes (como o tabuleiro das baianas que vendem acarajé e outros produtos típicos) e os não-ambulantes (como eram os quiosques para a venda de coco verde).

Especialmente no tocante às Baianas do Acarajé, vimos na época do mundial de futebol serem levantadas várias questões a respeito do seu trabalho, sobretudo quanto à higiene e a estética (vestimenta, maquiagem) com que se apresentam ao público dos jogos. Muitas

³⁷ “New tastes displace those of longtime residents because they reinforce the images in politicians’ rhetoric of growth, making the city a 24/7 entertainment zone with safe, clean, predictable space and modern, upscale neighborhoods. The sociologist John Hannigan says that the more spectacular new urban cultural spaces – a Disneyfied Times Square or a hipster district of art galleries, performance spaces, and vegan cafés – promise the safe excitement of “riskless risk”. I prefer to think about a more ordinary domestication by cappuccino, with wilder places getting an aesthetic upgrading by the opening of a Starbucks or another new coffee bar.”(Zukin, 2010, pg.4, grifo nosso)

notícias³⁸ divulgaram o conflito das baianas com a Fifa e a adequação ao tão invocado *padrão Fifa*, que viria a desestabilizar algumas profissionais em seus modos de fazer tradicionais. Além de receberem instruções de higiene, também tiveram que adequar suas condutas de “atendimento ao público” e adequar-se ao fogão elétrico no lugar do fogão a gás, por motivos de segurança. O processo de adaptação das baianas ao *padrão Fifa* nos serve para ilustrar as formas de disciplinamento dos sujeitos nos espaços que se tornam foco do poder estratégico, já que apenas as baianas atuantes no perímetro do evento tiveram que atender às novas normas. Mostra também como as questões de disciplinamento e códigos de conduta – fortemente presentes no momento das modernizações – ainda apresentam suas rugosidades nos mecanismos de gestão de espaços públicos com vistas a sua gourmetização. Ao desestabilizar a prática de produção e venda de alimentos, a imposição do novo padrão evidencia a atuação daquilo que Milton Santos chamou de “ordem desordeira”. O acarajé *gourmet* vem então com os adicionais de *limpeza, beleza e segurança*, permitindo que os visitantes estrangeiros tenham a experiência do consumo do Outro com “risco zero”. Sugere assim, que há a garantia de uma “boa” experiência daquilo que é típico, ou popular do lugar, diferenciando-a da experiência habitante cotidiana.

A copa do mundo veio desestruturar também o Porto da Barra, e o conheceu em obras, assim como outros locais da cidade que deveriam estar prontos para a copa e não estavam. Tudo estava móvel, ambulante. Os permissionários para venda de coco foram instruídos a utilizar o carrinho (no lugar do quiosque), portando uma quantidade bastante reduzida de cocos e sendo proibidos de portar o facão, também por razões de segurança.

Afim de manter o mesmo padrão com que vinha trabalhando, Jô não abriu mão do uso do facão, por isso, preferiu fazer um esforço financeiro para alugar um ponto próximo ao antigo quiosque onde pudesse continuar trabalhando também com a quantidade habitual de cocos que armazenava semanalmente. A sua decisão foi motivada por acreditar na previsão de reconstrução dada pela Prefeitura.³⁹ No entanto, teve que esperar, até o presente momento (outubro de 2016), dois anos e quatro meses, período em que continua pagando os impostos como permissionária e também o aluguel do ponto temporário. Jô conseguiu manter o mesmo padrão de atendimento, apesar de a localização do ponto não ser tão favorável.

A forma de cortar o coco continua impecável: com um primeiro golpe, ela aplina a base do coco para que o mesmo possa ser apoiado em qualquer superfície horizontal, com

³⁸ Como esta: <<http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/06/22/baianas-do-acaraje-padrao-fifa-sofrem-com-falta-de-estrutura.htm>> Consultada em 31/08/2016.

³⁹ A previsão era de que os quiosques fossem inaugurados junto com a própria área reformada. No início de abril de 2015, na terceira reunião da secretária de Ordem Pública com os permissionários de coco, Jô perguntou à mesma se havia uma previsão de construção dos quiosques para que pudesse informar aos seus clientes, ao que Rosemma Maluf respondeu: 6 meses.

mais três golpes de facão certos, ela esculpe no coco um pequeno chapéu, sob o qual se encontra a abertura para a água, onde entra canudo. Jô limpa o coco com uma flanela antes e depois de abri-lo, assim como faz com o facão reluzente. O coco aberto, ela envolve a sua base em um papel-toalha e, só então, o entrega ao cliente, que se serve de um dos canudos individualmente embalados para beber a água. Se, depois de terminada a água, o cliente quiser comer a polpa do coco, Jô novamente veste as luvas e limpa o facão para, com outros três golpes, partir o coco em terços. De cada terça parte, ela cava com uma colher, soltando a polpa para facilitar o seu consumo com um garfinho plástico que entrega ao cliente em espera. Este tem sido o seu padrão de atendimento, mas, se o cliente preferir comer o coco do modo tradicional, Jô limpa bem a casca para arrancar dela, com outros golpes de facão, espátulas de fibra de coco, com as quais o próprio cliente pode retirar e comer a polpa.

Outras variações foram observadas, especialmente com clientes já habituados e/ou consumidores assíduos da água de coco. Havia, por exemplo, aqueles que levavam uma garrafa plástica e um outro vasilhame para transportar mais facilmente uma quantidade maior de água de coco e de polpa. Jô precedia igualmente na abertura dos cocos para encher uma garrafa de dois litros da água, depois abria cada um para retirar a polpa com uma colher e armazenar na vasilha a quantidade desejada pelo cliente.

Jô preparou alguns cocos para entrega, aparentemente, à uma distância considerável. Alguém havia feito uma encomenda e designou uma pessoa para ir buscá-la. Os cocos iam parcialmente abertos; os cortes que formaram o pequeno chapéu foram feitos com cuidado para não romper a fina camada de polpa, de modo que esta mantivesse a água ainda protegida e sem risco de derramá-la no caminho. Ao mesmo tempo, a película de polpa podia ser facilmente perfurada por um canudo, quando chegasse ao destino.

[Caderno de Campo]

Todo esse saber-fazer artesanal⁴⁰ era impossibilitado com o uso do carrinho, daí a sua persistência em preservar uma prática aperfeiçoada em anos de trabalho. Se o *gourmet* se referisse, de fato, a uma graduação de qualidade de serviços e produtos, podemos dizer que o Coco da Jô teria obrigatoriamente esse selo.

⁴⁰ Procedimento semelhante para a abertura do coco, já havia sido observado por nós em uma Avenida Sete Litorânea ainda não espetacularizada, onde um vendedor ambulante de coco demonstrara essa habilidade, num momento em que ainda não havia a proibição do uso do facão sobre o espaço público.

Continuando no assunto da alimentação, próximo ao período da Copa, no âmbito da 3ª Bienal da Bahia (de 29 de maio a 07 de setembro de 2014), foi publicado o Guia Afetivo da Comida de Rua de Salvador, concepção, realização e projeto gráfico do Coletivo Poro que reúne ilustrações e as descrições de diversas iguarias vendidas nas ruas de Salvador, a grande maioria por vendedores ambulantes. Entendemos a intenção do coletivo de divulgar uma cultura alimentícia de rua, particular da cidade, que não se restringe aos acarajés – hoje encontrados em todo o Brasil e associados diretamente à Bahia, por se tratar do trabalho das *baianas*, como são referidas as ganhadeiras do acarajé.

Pouco tempo depois desse lançamento, no final de setembro daquele ano, foi lançada a Feira da Cidade – uma iniciativa privada para divulgação de restaurantes considerados de alta gastronomia (ou *gourmets*) em versão “de rua”. A Feira ocupou vários espaços públicos da cidade, nos finais de semana, durante seis meses, e dizia-se ir além da gastronomia, “revelando Salvador” através da sua ocupação, segundo a página no Facebook.

Partindo do exemplo do que se dá com a comida de rua em Salvador, podemos problematizar não só as formas ambulantes de alimentar, mas também as formas de ocupar o espaço público urbano (ou desocupar) baseadas em uma ambulanzização e uma padronização *gourmet* capazes, ao mesmo tempo, de revelar uma cidade e de excluir outra. A cidade “revelada” é, no entanto, uma imagem de cidade, um espectro. Muitas vezes tal miragem é apenas visível em um espaço-tempo efêmero, o mesmo do qual é excluída a cidade cotidiana, aquela que permanece.

Segundo a sua idealizadora, a Feira foi proposta para ser contínua, permanentemente presente na cidade de forma itinerante, em espaços diferentes. “Não só ela, mas iniciativas como a dela, que pensam a cidade e não são um modelo a ser replicado para se vender um espaço.”⁴¹ Esta, entre outras afirmações da produtora, vem alimentar o nosso questionamento sobre a diferença entre espetacularização e gourmetização. Considerando o anseio de propor uma experiência diferenciada da cidade e o fato de esquivar-se da ideia de modelo – que teria uma relação mais profunda com o processo de padronização, espetacularização e venda da cidade – o evento nos coloca em face das questões: o que a Feira pretende vender senão um tipo de ocupação elitizada da cidade? O consumo *gourmet* é uma experiência que pretende se sobrepor à realidade própria da cidade? Seria uma iniciativa para a venda, não mais do lugar, mas de um tipo de experiência, uma forma de degustar o lugar? O valor econômico agregado não seria mais, portanto, atribuído ao espaço que recebe a feira, mas à própria, a qual pode ocupar os mais diversos espaços públicos e conceder-lhes valor durante a sua ocupação? Desta

⁴¹ Entrevista com Carla Maciel, disponível em <<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/noticia/criadora-da-feira-da-cidade-carla-maciel-explica-porque-deu-uma-pausa-no-evento/?cHash=06f5bacec4bb5781b0ddc772db9ed411>>

forma, o empreendimento – não mais construtivo, seja de arquitetura ou urbanismo – descola-se do lugar ao mesmo tempo em que propõe “revelar” a cidade, numa espécie de “descobrimento” de espaços que sempre estiveram presentes no cotidiano soteropolitano, indo além dos lugares mais evidentes do espetáculo turístico, àqueles mais distantes da região central de Salvador.



A Feira da Cidade na Ribeira: ocupação do Largo da Ribeira pelos chamdos *big chefs*
Novembro de 2014, acervo da autora.

Diante das diversas ocupações observadas especialmente no Porto da Barra e entorno, notamos como a atuação do poder público corresponde aos interesses das empresas da elite econômica, de modo a favorecer a sua permanência e ocupação nos espaços públicos, ao passo que constrói empecilhos à permanência e ocupação dos demais trabalhadores que dependem do espaço público para o seu sustento.

A respeito da Feira, enquanto exemplo de ocupação *gourmet* dos espaços públicos de Salvador, é interessante a notar como a iniciativa conta com o apoio do poder público municipal, especialmente para que os seus visitantes não se sintam agredidos com uma grande quantidade de logomarcas de patrocinadores, segundo Carla Maciel (Idem), sua idealizadora. Desta forma, apenas algumas estruturas da Feira contam com o logotipo da Prefeitura ou de

alguma marca de bebida, diferentemente do material dos chamados barraqueiros das praias de Salvador, a exemplo daqueles do Porto da Barra – todo um mobiliário de areia que teve de ser padronizado e carimbado com as logos, não só da Prefeitura, mas também das marcas das bebidas “patrocinadoras”. Não temos informações precisas sobre o patrocínio das empresas privadas, mas, segundo Daí, um dos barraqueiros do Porto, todos os permissionários tiveram que pagar pelos novos *kits* (sombrieros, cadeiras e mesinhas padronizadas).



Sombreiro novo: a tática de adequar-se ao padrão azul bandeira e esconder o antigo laranja. Porto da Barra, dezembro de 2015, acervo da autora.

A produtora da Feira afirma que “não trabalha com foco nos balanços financeiros” – quer dizer que o empreendimento não visa o lucro? – e que “a Feira precisa da cidade como investidora”. Quanto aos demais empreendedores que atuam no espaço público, estes são submetidos a uma pacificação seja no sentido de excluir os que não são permissionários (não detém a autorização nem pagam impostos pelo uso do espaço), seja, no caso dos permissionários, no sentido de torná-los adequados ao padrão de espaço público que interessa a municipalidade – o que possibilite o lucro pela venda do espaço de publicidade às grandes empresas, sobretudo de cervejas e refrigerantes. Os permissionários dos quiosques para venda de coco, a exemplo de Jô, e os barraqueiros devem pagar regularmente os impostos que garantem a permissão de trabalhar no espaço público. Ao passo disto, ocupações mais elitizadas como a Feira e outras iniciativas *gourmet*⁴² recebem incentivo e patrocínio municipal

⁴² Os *food trucks* são pequenos camiões e Kombis adaptados para a venda ambulante de comidas e também têm a sua feira, evento autorizado pela Prefeitura, apesar de não ser atividade regularizada pelo poder público.

para ocuparem os espaços públicos, antes mesmo que haja uma lei para regularização dessa atividade.⁴³ As propostas de feiras *gourmets* se baseiam no argumento da promoção cultural, que, no discurso, se sobrepõe à lucratividade das empresas envolvidas. O *release* (texto de lançamento) apresentado no site oficial da Feira fornece a justificativa de ocupar espaços públicos nos termos da intenção principal da sua criação:

“Conhecer o lugar”, “Inspirar as pessoas” e “Intervir no espaço”. A Feira da Cidade é um projeto pioneiro já consolidado em Salvador e que ganhou o amor da cidade com a transformação dos espaços públicos em locais de convívio, cultura, arte e lazer com foco nas pessoas. As ocupações inspiram e estimulam as relações entre as pessoas, e entre as pessoas e a cidade, oferecendo qualidade de vida as comunidades e incentivando os cidadãos a se envolverem nas transformações urbanas. (*release* disponível para *download* na página <www.afeiradacidade.com.br> na aba imprensa)

O texto continua explicitando a sua relação com o nosso campo na Avenida Sete e com as transformações urbanas espetaculares promovidas pela atual gestão municipal: “Sua primeira edição foi em agosto de 2014 na inauguração da nova Orla da Barra e contou com 30 expositores e mais de 40 mil pessoas.” (Idem).⁴⁴ A linguagem assumida por Carla Maciel, disfarça o interesse no lucro por parte dos empresários envolvidos no momento em que se refere a eles como *expositores*, mesclando-os assim, às demais atividades artísticas que são objetos de exposição/ apresentação na Feira. Novamente, é preciso salientar, não negamos aqui que o incentivo a apropriações diversas dos espaços públicos pode ser de fato bastante interessante, do momento em que fomenta o contato entre grupos diferentes, essência mesmo de um espaço público democrático. O que analisamos, no entanto, diz respeito a um processo que, ao contrário, se baseia na diferenciação de espaços-tempos que também se constitui em uma diferenciação dos sujeitos do espaço público. O discurso que prioriza as pessoas e os empreendedores-expositores-artistas se traveste de uma cultura tornada símbolo da

⁴³ A lei que regulamenta os chamados *food trucks* é sancionada pelo prefeito de Salvador em setembro de 2016, após diversas realizações da Feira da Cidade e de outras “feiras” contando com este tipo de venda ambulante *gourmet*. A administração municipal promete regularizá-la antes do prazo máximo de 90 dias, segundo o portal do jornal A Tarde <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1709743-lei-que-regulamenta-food-trucks-em-salvador-e-sancionada>>.

⁴⁴ O texto continua: “O projeto inicialmente teve seu piloto batizado como BIG Chefs RUA abrangendo quatro segmentos, gastronomia, música, vinil e grafite. Com o sucesso da edição piloto, no mês seguinte, entrou no calendário oficial de Salvador, dentro da programação do Festival da Primavera, como A Feira da Cidade e absorve, além dos segmentos existentes, mais de 10 novos, entre eles, manufaturas, moda, design, artes visuais, com 100 expositores e um público médio de 100 mil pessoas. Ao longo da trajetória já percorreu mais de 15 locais diferentes oferecendo uma programação cultural gratuita que acumula mais de 500 horas de música, inspiração e conexões e cerca de 150 apresentações artísticas revelando mais de 300 pequenos empreendedores. Além de fortalecer e aquecer a Economia Criativa com mais de 1000 colaboradores diretos e indiretos, e representando a principal receita e projeção para a marca de mais de 50∞ dos participantes. O projeto foi idealizado pela produtora cultural e jornalista Carla Maciel e tem a realização assinada por sua agência, Agência Agosto. O projeto conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Salvador.” (Ibid.)

reconquista da cidade. O incentivo dado aos cidadãos para se envolverem nas transformações urbanas visa estimular, não uma participação ao debate e à ação sobre o espaço público, mas uma adesão ao tipo de intervenção proposta. Os “cidadãos” são aqueles que compram a ideia, ou vestem a camisa de um projeto de participação contemplativa, segundo Fernanda Sánchez (1999, pg. 127); “Com efeito, pensamos que a assistência ao espetáculo cria uma ilusão de participação.”. Tal participação é estimulada desde que se respeitem as normas estabelecidas pelo projeto do evento, no caso, a Feira da Cidade, e estas seriam tão inquestionáveis quanto os benefícios que o evento traria para a cidade e as “comunidades” afetadas, apresentados incessantemente pela divulgação. Afinal, os “cidadãos” que questionem uma iniciativa considerada (ou vendida como) saudável para a cidade, ou aqueles que desejem participar de modo mais ativo, debatendo a proposta de ocupação, correm o risco de serem excluídos do projeto de cidade (empreendedora) que se constrói.

(

A tentativa de negar a participação daqueles cidadãos que se afirmam como sujeitos do lugar onde habitam/ atuam foi observada em diversos pontos do nosso percurso, como na Ladeira da Conceição, no Passeio Público, na Vila Brandão, evidenciando os restos de um dispositivo de pacificação colonizador, o qual buscava conquistar a terra implantando sobre ela uma (mono)cultura dominante. Os grupos de indivíduos insubmissos seriam então exterminados. Atualmente, tal extermínio se faz excluindo-se as culturas, não mais que “ofendam frontalmente os padrões morais dos europeus” (OLIVEIRA, 2014, pg. 127), mas aquelas incoerentes com a lei do grande capital e os padrões culturais internacionalmente difundidos. Entre estes, está o valor do *patrimônio histórico edificado* (equivalente ao valor da terra, peça do dispositivo colonizador) se sobrepondo aos usos que se fazem dele e à vida que o habita.⁴⁵

)

Voltando à Feira da Cidade, podemos dizer que é uma espécie de miniatura da atuação estratégica sobre o território, pois visa conquistar – ao invés de praticantes ordinários (CERTEAU, 2013) e participantes cotidianos da cidade (cidadãos) – consumidores de um modelo eventual de cidade (citadinos). Neste sentido, Carlos Vainer (2011, pg. 96), notou a

⁴⁵ Em relação a isto, vimos na mesa *Centro Histórico de Salvador em Debate*, realizada no auditório da FAUFBA em 8 de julho de 2015, o discurso de representantes de órgãos públicos, a exemplo do IPHAN, voltados para a preservação do patrimônio edificado, os quais atuavam na promoção de técnicas de restauro e conhecimentos técnicos de conservação que visam determinar os “bons usos” ou os usos adequados, não só às edificações, mas aos logradouros públicos considerados históricos. Assim, desconsideravam as redes de sociabilidades que também “seguram” as edificações e ladeiras antigas, independentes dos órgãos responsáveis pelo patrimônio – embora carentes de técnicas de conservação que possam conservar não só os aspectos materiais, mas principalmente os aspectos humanos e sociais ancorados no lugar, integrando-se àquelas redes através de políticas de preservação mais horizontais, sobre a base do diálogo público.

diferença que se estabelecia entre cidadãos e cidadãos: “enquanto estes se dividiriam quanto a visões ideológicas, projetos de sociedade e prioridades nacionais, os cidadãos estariam acima (ou além) destas pugnas. Em outros termos, o debate sobre as prioridades e o projeto de cidade não tem nada a ver com o debate acerca da natureza, prioridades e projeto de sociedade!”

Por isso, tal ocupação *gourmet* se quer permanente, não devendo ser interrompida, do ponto de vista de sua idealizadora e demais empresários que se favorecem da exposição dos seus produtos.

“Finalmente! Senti falta!”, disse a microempresária Gisele Teixeira, 33 anos, que quase contou os dias para a volta. “Dois meses, né? Não pode mais parar”. O chef de cozinha Jorge Moura, 38, preparando com gosto os pratos do mexicano Me Gusta, brincou: “Sem a Feira, até o sol se escondeu”.

A saudade era geral. Tanto para o público quanto para os expositores, que podem dar visibilidade a seus produtos. “Hoje eu tenho mais de 3 mil seguidores no Instagram e contratei uma funcionária de cozinha, além de duas free lancers que me ajudam aqui. Meu negócio cresceu por causa da Feira”, disse Duda Lima, que vende bolos e brownies no pote desde que o evento foi criado.⁴⁶

Assim como a Feira, os chamados *food trucks* são vistos como benéficos para a instauração da “boa urbanidade” na cidade, pois, segundo Leo Prates – vereador autor do projeto de lei que regulamenta esse tipo de comércio – eles “têm o potencial de atrair pessoas para os espaços públicos”.⁴⁷

Ao mesmo tempo, vemos como a permanência do Coco da Jô, bem como dos demais empreendedores dos antigos quiosques, é bruscamente interrompida, com a demolição do seu lugar de trabalho, quando não se levou em conta o potencial que tinham de, além de atrair pessoas, participar da construção de lugares e redes de sociabilidade mais fortemente relacionadas ao espaço urbano onde se dão. Entendemos que a participação de Jô, bem como de empreendedores em outros ramos se diferem das apropriações *gourmet*, objetos do interesse estratégico, por se constituírem em ocupações ancoradas e enraizadas na vida do lugar, participando ativamente e politicamente da sua conformação. Não anseiam por uma adesão passiva da população, mas constroem, junto com os demais sujeitos do entorno, a possibilidade de transformação efetiva do lugar de convívio sem, no entanto, se submeterem às ordens impostas verticalmente.

Podemos dizer então, das reminiscências do que se entendia como sendo uma “boa sociedade”, presente nos séculos XIX e começo dos XX, a qual deveria usufruir com

⁴⁶ Notícia do retorno do evento da Feira, divulgada pelo site do jornal O Correio:

<<http://www.correio24horas.com.br/detalhe/salvador/noticia/feira-da-cidade-retorna-com-forca-apos-50-dias-imbui-e-o-proximo-bairro>> consultado em 20/10/2016.

⁴⁷ Segundo a matéria do jornal A Tarde sobre a lei que regulamente *food trucks*, citada em nota anterior.

exclusividade da cidade modernizada. De modo similar, se destaca o tipo de urbanidade que interessa aos investidores; aquela onde seja garantida, pelos gestores públicos, a maior segurança e rentabilidade para os novos capitais.

(

Em Salvador, onde o comércio de rua é uma característica que resiste às investidas pacificadoras do poder público, vemos como a ocupação da rua e demais espaços públicos por atividades comerciais se tornam alvos do interesse estratégico. A disputa por lugares – chamada desde a década de 1990 de “guerra dos lugares”⁴⁸ – se dá também nas ruas de Salvador, onde empreendedores das classes médias bem como de grandes corporações capitalistas se *ambulantizam* de modo a disputar lugar com as apropriações anteriormente (já historicamente) praticadas e instaurar não apenas uma urbanidade fabricada, mas, com ela, um modelo de “intervenção no espaço”. Este novo modelo contém uma série de normas a serem seguidas por aqueles que visam se inserir como empreendedores da “boa urbanidade”, mas se impõem também àqueles que praticam modos de fazer tradicionais, como já vimos no tocante às baianas do acarajé.

)

A “boa sociedade”, da qual falamos no capítulo anterior, confundia-se com a população branca, esta que estava livre, inclusive do ponto de vista científico, dos considerados “maus costumes” intrínsecos às demais etnias que nos conformaram. Se, hoje em dia, dissolvem-se (ao menos no discurso) os aspectos relacionados às diferenças de “raças” – observando-se, em vez disso, as diferenças de culturas, onde se opõe o moderno (internacional/ hegemônico) ao vernacular (local/ típico) – no momento das modernizações, os códigos de conduta serviam também para diferenciar os brancos dos negros e mestiços. Assim, “as pessoas de cor que figuravam na elite não eram ‘brancos da terra’ [...] Seriam antes pessoas que, totalmente aculturadas – portanto, naturalmente vistas como brancas – guardavam sinais notórios de mestiçagem” (MATTOSO, 1992, pg. 600). A “negritude” era, então, associada à incapacidade de adaptar-se à cultura dominante, ou seja, era a confirmação de que um indivíduo pertencia a uma cultura inferior, segundo as definições da época. Mattoso nota ainda que “para pleitar um nível social mais alto, era preciso apresentar provas: primeiro, de que se estava disposto a aceitar normas e regras impostas de cima; depois, de que gozava de amplo prestígio no nível em que estava; finalmente, de que se exercia poder sobre os que estavam abaixo.” (Idem, *ibid.*)

⁴⁸ Ana Fani Alessandri Carlos (2007) assim intitulou um capítulo do seu livro sobre *o lugar* seguindo a sugestão de Maria Adélia de Sousa e Milton Santos. Este (Santos, 2009) já utilizava a metáfora da “guerra dos lugares” desde a década de 1990. Este ano de 2016, Raquel Rolnik lançou o livro *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*.

À diferença de uma sociedade fortemente hierarquizada, como era aquela do século XIX, analisada por Kátia Mattoso, as normas sociais em uma sociedade democrática se pretendem, mais que valores hegemônicos, valores consensuais. Ao invés de almejar alcançar os padrões da “boa sociedade”, os empreendedores e os consumidores da cidade – a despeito do sentido de cidadãos como participantes das decisões que dizem respeito à coletividade – devem almejar a “boa urbanidade”, relativa às “boas práticas”⁴⁹ urbanas difundidas pelos dogmas do planejamento estratégico. Nesta difusão, os meios de comunicação desempenham papel fundamental; “intervêm decisivamente na criação de valores culturais e de representações sociais que, por sua vez, promovem determinados comportamentos e formas de utilização dos espaços públicos” (SÁNCHEZ, 1999, pg. 127).

Se nos detemos aqui mais especificamente nas “boas práticas” relacionadas aos usos dos espaços públicos, vimos no capítulo anterior como outros modelos de cidade e de sociedade atingiram outros territórios – o espaço de produção rural, o espaço privado familiar – em outros momentos, tentando modificá-los estruturalmente. A espetacularização assume o objetivo padronizador diferentemente (das colonização e modernização), visando enquadrar ou apropriar-se das expressões cotidianas que possam vir a ser lucrativos e favorecer aos interesses estratégicos e empresariais. Assim, de alvo das operações para erradicação do “problema” de desordem urbana, algumas formas de ocupação do espaço pelos pretos e pobres passaram a ser objeto da espetacularização da cidade, para ser expostos como “iguarias” tipicamente brasileiras.

João Pacheco de Oliveira (Op. Cit.) já havia observado como a categoria pacificação veio se constituir em política de Estado fundada no discurso de proteção contra o extermínio, seja das populações autóctones, seja das favelas. Nós complementamos observando como tais grupos populacionais passaram também a ser vistos (cada um em seu tempo) como formadores de uma identidade nacional, apesar da construção midiática a respeito das favelas ser, ainda, fortemente negativa e preconceituosa. “Em tais discursos raramente surgem sinais de empatia e partilha, com o nítido predomínio de um amedrontado racismo.” (Idem, pg. 149). Assim, antes das favelas cariocas em si – como estrutura arquitetônica típica da chamada *viração*, habitando relevos típicos de morro – foram reconhecidas as manifestações culturais, especialmente o samba, após longos anos de discriminação e repressão policial. E aqui nos remetemos ao carnaval que, apesar de ser frequentemente relacionado às favelas do Rio de

⁴⁹ Diversas listas de “boas práticas” foram elaboradas por organismos internacionais a fim de promover a competitividade entre as chamadas economias criativas, as quais se mostram interdependentes e/ou intimamente relacionadas à gestão territorial. Podemos citar o exemplo da UN-Habitat, disponível no link: <<http://www.bestpractices.org/>> consultado em 20/10/2016.

Janeiro, apresenta uma possível origem na “roda de samba dos baianos”, segundo nota Mônica Velloso.

No seu depoimento, dona Neuma lembra a violência policial para impedir a roda de samba dos baianos. Comparando aquele tempo difícil – primeiras décadas do século – com os dias de hoje, ela observa: “Aí começamos a desfilar na cidade. E hoje são as autoridades que nos procuram. Mas nós aguentamos tudo aquilo”. (VELLOSO, 1990, pg. 225)

Tal mudança de estratégia não veio sem danos para a população anteriormente marginalizada, no caso, a população negra. A captura das expressões antes consideradas de desordem pelo dispositivo estratégico intenciona a sua pacificação, do momento em que propõe a sua adequação a um número cada vez maior de normas, a referida desregulação, sugerida por Milton Santos (2009).

Vemos ainda a ativação do mecanismo de ordenamento para que a tais sujeitos lhes seja autorizado “desfilar na cidade”. Os exemplos mais gritantes no campo estudado ainda são o carnaval e a festa de Iemanjá – esta, notadamente a sua edição pré-copa – mas vemos outros exemplos de captura das práticas através da captura de determinados espaços urbanos, que levam a uma estetização dos próprios sujeitos políticos, de maneira a sacá-los da sua conduta dissensual. Citamos anteriormente as “ganhadeiras”, vendedoras de gêneros alimentícios, e os capoeiristas, sinônimos do marginal até a primeira metade do século XX. Não temos intenção de negar o fato de que são exemplos de resistência da cultura negra, e a sua valorização formal também é fruto das táticas empreendidas por muitas daquelas mulheres e muitos mestres da capoeira. O que está em discussão aqui é a captura do elemento *exótico* pelo planejamento estratégico e a sua estetização *patrimonial*, especialmente quando tal elemento vem a compor o espaço público considerado de interesse turístico.

Entramos aqui na distinção entre “cidade concebida” e “cidade praticada” (DELGADO, 2007), e no conflito intrínseco à relação entre ambas. Tal conflito se sobressai quando observamos os processos de subjetivação fabricada que operam de modo a negar as subjetividades imanentes da cidade praticada. O objetivo de construção de uma imagem da cidade, nos termos de Kevin Lynch nos anos 1960, ainda busca por uma legibilidade da paisagem urbana, ou seja, uma imagem consensual da cidade formada a partir dos elementos que a compõem. Não se trata, portanto, de paisagem em termos de totalidade, mas de uma composição a partir de “pontos de referência” trabalhados urbanisticamente afim de dotar a cidade de uma imagem síntese.

Em campo, percebemos como tais “pontos de referência” tendem a ser definidos objetiva e subjetivamente. Nesse sentido, a Avenida Sete de Setembro se mostra um ponto dotado da simbologia necessária para alcançar afetivamente um grande número de

soteropolitanos, característica utilizada estrategicamente pelo poder público municipal. Este, ao inaugurar parte do projeto de revitalização e os novos camelódromos da Avenida, em comemoração pelo centenário da mesma, considerou:

Minhas amigas e meus amigos, quando a gente vai em qualquer bairro desta cidade, o nosso cumprimento acaba sendo dirigido fundamentalmente ao morador daquele bairro. Quando a gente vem à Avenida Sete, a gente tem que abraçar, cumprimentar e saudar a toda a cidade do Salvador. *Se tem um lugar da nossa capital, da primeira capital do Brasil, que reúne pessoas de todos os bairros, de cada um dos cantos e recantos, de todas as origens, de todas as idades, este lugar é a Avenida Sete de Setembro.* Então, a minha palavra hoje está dirigida a cada um dos habitantes, a cada uma das pessoas que vivem nesta cidade que a gente tanto ama [...] e nesta cidade, que pela luta, pela fé e pela crença do seu povo, retoma o seu orgulho e constrói um novo caminho em direção ao futuro. (Discurso de Antônio Carlos Magalhães Neto, na Avenida Sete de Setembro, em 3/7/2015, grifo nosso)⁵⁰

Se tratava do momento da “entrega” de parte “da requalificação da Avenida Sete de Setembro” – segundo lemos na descrição encontrada abaixo do vídeo na página da internet – verbo que pretende indicar um ato de doação ou, como dito em outras situações, um presente da cidade para os seus habitantes. Cidade esta que, assumindo o papel de sujeito, “retoma o seu orgulho”, a partir das ações da Prefeitura sobre locais estratégicos.

São delineados os perímetros de atuação diferenciada do poder público – e não apenas as barreiras físicas das grades das praças, estabelecendo uma clareza (ainda em Lynch) na distinção interior-exterior – mas vemos também como esses perímetros podem fluidamente se estender para outras zonas de interesse próximas. O Território Empreendedor é o exemplo da atuação estratégica do dispositivo urbanístico com um mínimo de planejamento, dotando-o da flexibilidade necessária para fagocitar outros elementos, práticas e lugares que venham a ser interessantes para o Programa. O uso de “programa” ao invés de “projeto” já se constitui em um indicador da flexibilidade de atuação do mesmo, podendo se estender a outras áreas desde que estas se mostrem enquanto oportunidades de negócios lucrativos. Por outro lado, entendemos projeto como uma projeção no tempo de um território, diretamente relacionado à ideia de planejamento, observando e discutindo aspectos considerados de amplo interesse da população com a mesma. Programa, especialmente neste caso, por ser mais genérico e desprovido de plano, concede abertura a diversas frentes de atuação. Nesse sentido, qualificá-lo como *Empreendedor*, além de favorecer a abertura a diversas formas de empreendimentos – comercial, turístico, cultural, imobiliário – prioriza o interesse privado, em detrimento do interesse público no perímetro expansível. O Programa Território Empreendedor visa então,

⁵⁰O vídeo do discurso está disponível em <<https://youtu.be/lwowldXxox4>>sob o título *100 anos da Avenida Sete de Setembro! Prefeito entrega obras de revitalização e camelódromo*. Consultado em 20/10/2016.

a partir do investimento público, atrair um conjunto de intervenções de empresas privadas, evidenciando o poder transformador do empreendimento privado e a verticalidade da ação. A qualidade de empreendedor ressalta a proposta do programa em gourmetizar o território, sendo – como o próprio selo *gourmet* – uma característica valorizada no universo empresarial. Segundo encontramos na página Internet do Sebrae

Numa visão mais simplista, podemos entender como empreendedor aquele que inicia algo novo, que vê o que ninguém vê, enfim, aquele que realiza antes, aquele que sai da área do sonho, do desejo, e parte para a ação. Ser empreendedor significa, acima de tudo, ser um realizador que produz novas ideias através da congruência entre criatividade e imaginação. (Sebrae)⁵¹

Com base nesta definição, podemos dizer que a região está de fato repleta de sujeitos e suas táticas empreendedoras. Seu Eduardo, é um exemplo desses sujeitos; afiador de tesouras, alicates e afins, construiu sua banquinha na largura exata da grade de proteção do prédio onde ficava o antigo Senado.

Chegando na Praça da Piedade, parei na banquinha de S. Eduardo, amolador de tesouras e alicates, e solicitei o serviço. Enquanto isto, fiquei em pé, recostada na grade, esperando. Aproveitei para perguntar se, nessa mudança dos ambulantes, a Prefeitura não questionou o ponto dele também. Ao que me respondeu: “o que é que eu tenho a ver com os ambulantes?”. Eu falei que ele também ficava ali na calçada. Então disse que ali não atrapalhava a passagem e que a grade onde encosta a sua banquinha atrapalhava muito mais do que ele e nem fazia um serviço para a sociedade como ele fazia. Depois, revelou que o serviço de ordem pública chegou a conversar com ele, sim, mas que trabalha ali como artesão há 30 anos, portanto, continuaria a trabalhar mesmo em pé, se chegassem a levar a sua banquinha.

[Caderno de Campo]

Muitas astúcias empreendedoras são vistas com os vendedores ambulantes, como aquele rapaz que veste o sutiã para chamar a atenção para o produto; a mulher que vende água em um carrinho de bebê; o senhor que demonstra como o seu guarda-chuva não enverga nem em temporal. Os carrinhos de café são uma invenção claramente empreendedora, quiçá tipicamente baiana, ou mesmo soteropolitana, bastante vistos na Praça da Piedade e entorno.

⁵¹ Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Disponível *online*: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/bis/o-que-e-ser-empreendedor>> Consultado em 09/09/2016.



O caminhãozinho para venda de café transformando a calçada da Piedade face à Avenida Sete em parada para uma conversa. Outros produtos são vistos em suportes similares: os CDs podem ser ouvidos e vendidos no mini-trio-elétrico amarelo. Foto da autora, abril de 2012.

(

Como exemplo de empreendimentos em pontos comerciais, conhecemos o restaurante de um grupo de mulheres, do qual faz parte Dona Ieda. Conversamos com ela na primeira vez que almoçamos do seu *prato feito*. Senhora idosa muito animada, explicou que pretendia organizar o quintal daquele ponto afim de transformá-lo em local para serestas e saraus, afinal, público não falta, segundo ela. De fato, o ponto está em uma das pequenas ruas que ligam a Rua Carlos Gomes à Avenida Sete, entre o Dois de Julho e o Politeama, nas proximidades do Largo do Rosário, região que se revela acolhedora da boemia noturna, sobretudo nos fins de semana. Os bares do Largo Dois de Julho, bem como aqueles do Largo do Rosário e outros espalhados pelo Politeama, ou concentrados na Rua do Forte de São Pedro, contam com uma clientela que se mostrou cada vez mais numerosa durante o período vivenciado. Este movimento noturno, entretanto, está ausente do foco do poder público.

)

Visto que tais empreendimentos criativos não se baseiam em um padrão de atuação definido verticalmente, mas nas oportunidades que surgem no próprio lugar, o Programa iniciou suas ações de ordenamento junto àqueles que são considerados a expressão da desordem urbana presente na Avenida Sete, os vendedores ambulantes. Vemos, assim, a

mudança de atuação das formas de controle, o que antes buscava a submissão de outrem, agora intervém para torna-lo inteligível. “Se entende que a atividade nas ruas tenha perturbado tanto a todas as formas de controle que estas passaram a tentar, já não submetê-la, mas simplesmente torná-la inteligível.” (DELGADO, 2007, pg. 259).⁵² Quanto aos ambulantes, a sua submissão às novas normas do espaço público se baseiam ainda nos preceitos da boa circulação, o que se confunde com a própria noção de ordenamento enquanto processo de “tornar inteligível”. A importância de favorecer o fluxo de pedestres nas calçadas, antes ocupadas por ambulantes, é inegável, mas analisamos como este discurso pode ser a porta de entrada para interesses mercadológicos, de exploração no lugar.

É bastante coerente que o Programa Território Empreendedor seja regido pela secretaria de ordem pública, pois, por ser genérica, a ordem permite estabelecer parcerias com diversas frentes de atuação municipal – da limpeza urbana à cultura, passando pelas *feiras e mercados* e pela segurança pública. Para tornar inteligível os territórios nos quais intervém, a secretaria adota categorias identitárias, como o empreendedorismo, nos lugares de comércio; a cultura/arte em outras regiões como a Ladeira da Conceição e o Passeio Público; ou ainda a cultura afro na Barroquinha. Tais categorias visam, quando não substituir, enquadrar ou normatizar as práticas já existentes nos locais (mais ou menos) definidos, dotando-as de legibilidade “identitária”, a partir da construção de territórios que possam ser facilmente lidos e geridos/ controlados.

Quando falamos em legibilidade, nos remetemos primeiramente à experiência visual, ou seja, à espetacularização como forma cenográfica capaz de apresentar o lugar através de códigos/ modelos difundidos e reconhecíveis internacionalmente. O espetáculo propõe uma nova estética, tem portanto, íntima relação com a modernização. Especialmente em Salvador, a reforma urbana da Barra assumiu os contornos de uma mudança radical nos padrões arquitetônico-espaciais do lugar, bem como propunha uma mudança radical de comportamentos, seja em relação ao carro, seja em relação aos barraqueiros e demais estabelecimentos que tiveram que substituir seus equipamentos por outros de outros materiais e/ou qualidade.

Além de uma nova forma, a reforma da Barra se tornou palco para experiências *gourmet*, como a Feira da Cidade, ou experiências que foram gourmetizadas. Por exemplo, o tradicional forró, que acontecia em frente ao Instituto Mauá, e sua feirinha de artesanato foram extintos juntamente com o próprio Instituto. Após a sua extinção, vimos, em setembro de 2015, a ocupação do ponto de ônibus mais próximo ao Instituto – no início do trecho interditado

⁵² “Se entiende que la actividad en las calles haya inquietado tanto a todas formas de control que han intentado ya no someterla, sino simplemente hacerla inteligible” (Delgado, 2007, pg. 259).

para veículos à noite e nos finais de semana – pelo projeto Música no Ponto,⁵³ lançado pela Prefeitura, promovendo concertos gratuitos, desvinculados de qualquer serviço oferecido no novo calçadão, público ou privado. Desvinculado do lugar.

Assim, entendemos que a gourmetização propõe uma experiência dada, fabricada, do espaço, sem abrir-se para o espontâneo, mas apropriando-se dele para (tentar) fazê-lo previsível, programado. Para tanto, se faz necessário todo um aparato técnico, onde se encontram tanto a forma fisicoespacial, quanto a vigilância policial. Na primeira, vemos resquícios da modernização ou, mais precisamente, da espetacularização urbana, quando torna o espaço cenário para apropriações programadas. Na segunda, poderíamos nos remeter ao discurso do medo, que norteia políticas públicas e transforma a polícia em um dos principais atores na concepção de cidades, como já havia observado Mike Davis (1999).⁵⁴ Encontramos, portanto, similaridades em relação à criação de ilhas pacificadas (antes securitárias) decorrentes das novas intervenções e projetos urbanos para melhoria da “qualidade urbana”. Esta é medida pela qualidade da experiência urbana, cada vez mais associada à experiência do menor risco ou do “risco zero”, contraditória à noção mesma de espaço público.

Estes dois fatores – medo e espetáculo – são também tratados por Pascal Amphoux em suas considerações sobre o espaço público de modo a questionar a sua separação teórica entre “esfera pública” e “cena pública”. Separação que ele considera lamentável (mesmo prejudicial) tanto do ponto de vista da pesquisa quanto da prática operacional. Ele fala então de duas declinações: uma cenográfica e outra securitária.

No primeiro caso, quer-se tratar do aspecto das coisas (a cena): “o espaço público é degradado, demos a ele brilho e efeito” – e corre-se o forte risco, se o argumento é considerado literalmente demais, de escorregar para a decoração, a “museificação” ou a folclorização, eliminação paradoxal da relação sensível com o espaço; no segundo caso, quer-se tratar da interação entre as pessoas (a esfera); “o espaço público é inseguro, controlemos nele a acessibilidade e evitemos os confrontos” – e corre-se então o risco de escorregar para o controle físico e para a interdição, eliminação paradoxal, desta vez, da relação social com o espaço. (AMPHOUX, 2003)⁵⁵

⁵³ O projeto foi acusado de plágio por uma banda que havia iniciado a ocupação musical de pontos de ônibus no bairro da Federação. A banda questionou a escolha da Barra para sediar o projeto da Prefeitura e não bairros menos espetaculares, como a Federação, e denunciou o plágio e a falta de diálogo com o poder público nas redes sociais, segundo foi divulgado na matéria: <<http://www.bahianoticias.com.br/noticia/177121-banda-de-salvador-diz-que-prefeitura-plagiou-o-projeto-039musica-no-ponto039.html>> Consultada em 20/10/2016.

⁵⁴ Em Ecologia do medo, o autor trata especificamente do caso de Los Angeles, nos EUA.

⁵⁵ « *Dans le premier cas, on veut traiter l'aspect des choses (la scène): "l'espace public est dégradé, redonnons-lui de l'éclat et de l'allure" – et l'on risque fort, si l'argument est pris trop littéralement, de glisser sur la pente du décor, de la "muséification" ou de la folklorisation, évacuation paradoxale du rapport sensible à l'espace; dans le second cas, on veut traiter l'interaction entre les gens (l'asphère); "l'espace public est insécurité, contrôlons-en l'accessibilité*

Tal tentativa de padronização, estetização, pacificação das práticas contingentes é fundamental para a constituição de parques temáticos. “Na sua essência, a estufa – ou Disneylândia – oferece uma visão da natureza alienígena, editada, uma versão melhorada, uma espécie de versão sublime. Na verdade, o tema comum a todos os parques é a transformação da natureza, que passa da antítese da civilização ao seu *playground*” (SORKIN, 1992, pg. 210)⁵⁶. Assim, os lugares de sociabilidade – significativos para toda uma população, negra ou não, mas, em geral, de rendas mais baixas – espaços que expressavam a antítese dos padrões civilizacionais em outros tempos, passam a ser vistos com um interesse estratégico, especialmente por estarem no centro da cidade, localizados ao lado de lugares representativos do poder das elites urbanas, como o chamado Centro Histórico e como a Orla da Barra, extremos do nosso percurso. No entanto, é próprio dos espaços de sociabilidade a possibilidade de fissura no muro de “contenção do imaginário político” (RIBEIRO, 2011), assim como é próprio dos nômades em suas “obsessões”, a superação das formas rígidas estabelecidas pelos atores hegemônicos, chamados “fazedores de cidade”. Estes teriam também a sua obsessão por uma concepção estável e, sobretudo, controlada da cidade, a ser especialmente percebida nos espaços públicos espetaculares e/ou gourmetizados, dos quais as muitas outras apropriações seriam postas à margem.

Sharon Zukin havia notado na década de 1990 o paralelo existente entre gentrificação e *cuisine*,⁵⁷ entendendo a gentrificação como (entre outros aspectos) a ação daqueles que se consideram “pioneiros urbanos”, noção base para a justificativa da apropriação das regiões centrais pelas classes médias. “Assim como os colonos brancos no século XIX forçaram os americanos nativos para fora de suas terras tradicionais, do mesmo modo os gentrificadores, [auto referidos como] empreendedores e os novos usos comerciais têm limpado da ‘fronteira’ do centro as populações existentes.” (ZUKIN, 1993, pg. 187, tradução nossa).⁵⁸

et évitons les confrontations” – et l'on risque alors de glisser sur la pente du contrôle physique et de l'interdit, évacuation paradoxale, cette fois, du rapport social à l'espace. » (Amphoux, 2003)

⁵⁶“At its core, the greenhouse – or Disneyland – offers a view of alien nature, edited, a better version, a kind of sublime. Indeed, the abiding theme of every park is nature’s transformation from civilization’s antithesis to its playground” (SORKIN, 1992, pg. 210).

⁵⁷Destacamos aqui o termo de origem francesa (apesar de ser usado comumente também em inglês) pois a autora observa especialmente como a cozinha francesa é difundida nos Estados Unidos como referência da alta gastronomia. De maneira similar, utilizamos o termo *gourmet*, embora este venha a ser empregado para qualificar diferentes coisas, até mesmo alheias à cozinha. Zukin, por outro lado, se detém especificamente na difusão de uma *nouvelle cuisine* como expressão da mudança no modo de consumo que se instaura nas cidades estadunidenses a partir do período pós-industrial, ou seja, dos anos 1940.

⁵⁸“Just as white settlers in the nineteenth century forced Native Americans from their traditional grounds, so gentrifiers, developers and new commercial uses have cleared the downtown ‘frontier’ of existing populations.” (ZUKIN, 1993, pg. 187)

Ao lado deste aspecto relativo a uma busca por ocupar um lugar antes ocupado por outros, os nativos, Zukin, ao tratar de mais especificamente do contexto de um país que também já foi colônia, associa o processo de gentrificação à memória reminiscente de outro processo de conquista de território. Mais à frente analisa como, de modo similar a uma expansão colonizadora, através do domínio político e militar, mais recentemente, a difusão da cozinha como expressão de uma cultura global foi dada também pela “adoção ou imitação de normas de cortesia” originadas a partir de uma hierarquia social, e, posteriormente “pelo poder do mercado”.

À expansão da *cuisine* pelo domínio militar e político, devemos adicionar o forte efeito do poder social e cultural. Todas as grandes “cuisines” do mundo se expandiram em algum ponto pela adoção ou imitação de normas de cortesia. Então “cultura culinária” tanto na Europa quanto na Ásia dependem historicamente de hierarquia social. Um estilo local de cozinhar é transformado universalmente em *cuisine* se ele se apropria da comida tanto por meio de uma distribuição inter-regional ou internacional, quanto por uma produção agrícola baseada no mercado. Isto também requer uma elite razoavelmente ampla na sociedade, fora do núcleo inicial de demanda da aristocracia, e uma elite que tenha, ainda, uma atitude curiosa e estética – reflexiva – a respeito do consumo de comida.

Após 1973, o consumo da *nouvelle cuisine* se espalhou não por domínio militar ou por imitação cultural mas pelo poder do mercado. Chefs de Lyon, herdeiros de uma celebrada, embora essencialmente doméstica, tradição de cozinha regional, haviam produzido previamente ótima cozinha *in situ*. Por volta dos anos 70, contudo, a reestruturação da economia global gerou uma elite mais ampla com interesse no consumo reflexivo da *cuisine* clássica que a geração de Bocuse [renomado chef de cozinha] proveu. Pessoas ao redor do mundo viram as suas cozinhas como a cena primária de uma cultura global. Consequentemente, a “nouvelle” forma de cozinhar da região Lionesa foi transformada na norma internacional.

Este processo de mudança marcou de fato uma mudança estrutural. Como a gentrificação, a *nouvelle cuisine* – especialmente como praticada nos Estados Unidos – depende de um novo abastecimento de produção agrícola baseada no mercado, um sistema de distribuição de comida fresca inter-regional e internacional, uma mudança na demanda dos consumidores, e, mais importante, da fusão de tradições culinárias vernaculares segmentadas em uma paisagem do poder culinário homogênea. A culinária clássica, nesse processo, foi virada ao avesso. (Idem, pg. 209-210, tradução nossa)⁵⁹

⁵⁹ “To the spread of cuisine by military and political rule, we must add the forceful effects of social and cultural power. All the world's great cuisines were spread at some point by adoption or imitation of courtly norms. Thus “culinary culture” in both Europe and Asia historically depended on social hierarchy. A local style of cooking is universally transformed into cuisine if it appropriates food by means of both inter-regional or international distribution and a market-based agricultural production. It also requires a fairly broad elite in society outside the initial nucleus of aristocratic demand, an elite that has, moreover, an inquiring and aesthetic - a reflexive - attitude towards food consumption.

After 1973, the consumption of *nouvelle cuisine* spread not by military rule or cultural imitation but by market power. Chefs of Lyon, heirs of a celebrated, but essentially domestic, regional cooking tradition, had

Trouxemos aqui as considerações de Sharon Zukin sobre a *nouvelle cuisine* nos Estados Unidos afim de notar como a comida tem desempenhado seu papel nos processos de gentrificação – e aqui, podemos dizer também de pacificação – em outros contextos urbanos ao redor do mundo. Atuando de maneira a disciplinar o gosto de tal modo que as escolhas e exigências de consumo sejam tomadas por reflexo, o que a autora chama *consumo reflexivo* (paradoxalmente, trata-se de escolhas sem reflexão consciente, mas tomadas por um impulso de consumir dentro de um padrão). Nesse sentido, podemos notar como a autora sugere três momentos distintos de expansão territorial da chamada *cuisine* – a exemplo de outras formas de consumo – que podemos associar aos diferentes dispositivos tratados nesta parte da tese: da colonização (domínio militar e político), da modernização (adoção ou imitação de modelos baseados em normas de cortesia e estética), da espetacularização (construção de uma paisagem homogênia do poder do mercado). E isto antes mesmo de cunhar a expressão *domestication by cappuccino*, tão cara à problematização sobre a pacificação dos espaços públicos.

É importante lembrar das diferenças de abordagem; ainda que nos sirvamos das considerações de Zukin como referencial teórico, ao tratarmos de contextos específicos, através de métodos também específicos, a temática (e a problemática) se mostra de maneira claramente distinta. A começar pelos espaços de que trata a autora, das regiões centrais como um todo (paisagem?), mas a partir das apropriações privadas dos imóveis aí presentes, seja das residências, seja dos empreendimentos que vão ocupar os centros de cidades considerados mal aproveitados. No nosso caso, notamos sobretudo as ocupações (ambulantes) protagonistas do conflito nos espaços públicos vivenciados.

As novas formas de utilização dos espaços públicos, promovidas por iniciativas como as da Feira da Cidade, se baseiam em um discurso de resgate da cidade pelas *pessoas*, contrapondo assim o antes e o depois do projeto de ocupação e contrapondo os usuários cotidianos do lugar aos usuários momentâneos do evento. Assim, relacionamos a ideia do *gourmet* como sendo uma característica não fundamental do objeto, no caso, do lugar, um elemento que vem torná-lo espetacular por tempo determinado. Apesar disto, apresenta um discurso que sugere uma transformação definitiva dos “espaços comuns”, onde “não há mais

previously produced great food in situ. By the 1970s, however, the restructuring of the global economy generated a broder elite with an interest in the reflexive consumption of classical cuisine that the Bocuse generation supplied. People around the world saw their kitchens as the primal skene of a global culture. Consequently, the "nouvelle" cooking of the Lyonnais region was transformed into an international norm.

This process of change indeed marked a structural transformation. Like gentrification, nouvelle cuisine - especially as practiced in the United States - depends on a new supply of market-based agricultural production, an inter-regional and international system of fresh food distribution, a change in consumer demand, and, most important, the melding of segmented vernacular cooking traditions into a homogeneous landscape of culinary power. Classical cuisine, in the process, was turned inside out.” (ZUKIN, 1993, pg. 209-210)

volta” ao estado original, pois a cidade já comprou o modelo e “foi pra rua depois d’ A Feira”, segundo o divulgado nas suas redes sociais.

A FEIRA DA CIDADE
24 de setembro às 14:54 - Salvador, Bahia · 🌐

Há dois anos A Feira transforma espaços comuns em lugares inspiradores. Salvador vai pra rua depois d' A Feira da Cidade, somos muito mais felizes depois d' A Feira da Cidade! Sorrimos mais, amamos mais, vivemos mais o lado de fora!!! Temos mais opções e mais cultura para respirar. Criatividade para compartilhar. Temos uma Feira pioneira com Dna. Mais de 80 edições e mais de 150 dias, não é nada fácil, mas com o apoio de cada um de vocês, o oxigênio se renova, acende o brilho do olhar. A Cidade emana amor pela A Feira. A torcida grita, vibra e comemora. 2 anos de feira, mais de 100 mil fãs e uma história linda que ganha a cada final de semana mais folhas de muitas conquistas. Chegamos aqui por fé e por muito trabalho e dedicação. Para estar aqui muita garra para vencer os desafios. Uma caminhada doce e corajosa! Valente. Vamos com fé juntos construindo com as nossas próprias mãos a cidade que queremos. A Feira sou eu, é você, somos nós. Todos vivem ela. Vamos regar, vamos prestigiar. Não há mais volta. Ruas vivas e com afeto avante e ao infinito definem. Salvador pulsa com A Feira, uma realização que ganhou o amor da cidade! Vem com a gente, 2 anos d' A Feira da Cidade, o movimento que chama chama gente!!!! Vem florir o Canteiro Central da Centenário conosco, nesse final de semana, 24 e 25 de setembro, a partir das 10h com mais de 12 horas de programação por dia gratuita e de alta qualidade para você curtir, experimentar e levar com você. Gratidão a cada um de vocês por mim, por você, pela cidade. Vida linda e longa A Feira da Cidade!!!

Comunidade

Procurar publicações nesta Página

Convidar amigos para curtir esta Página

SOBRE

Pioneira em Salvador, A Feira da Cidade ocupa os espaços públicos com cultura. @a_feira

Normalmente responde dentro de uma hora
[Enviar mensagem agora](#)

<http://afeiradacidade.com.br/>

Página do Facebook da Feira da Cidade com publicação comemorativa pelos dois anos de atividades.

Vemos que a identificação da feira à própria cidade e aos exaltados benefícios que traz a ela é uma forma de “evitar qualquer possibilidade de crítica”, como Fernanda Sánchez já havia notado em relação às imagens produzidas pelo *marketing* urbano. Da mesma forma, a cidade é transformada em sujeito que adotou o “bom modelo” de ocupação dos espaços públicos, ainda que efêmero, por isso *gourmet*, sem uma relação duradoura com os lugares onde se implanta.

(

O exemplo mais expressivo da transformação do espaço-tempo cotidiano em espaço-tempo espetacular, na Avenida Sete, é visto no carnaval. Mais que uma espetacularização, própria do sentido mesmo do evento, o carnaval de Salvador propõe a gourmetização a partir do momento em que insere o elemento segregador, ou o elemento inacessível à grande maioria das pessoas; a corda, ou o espaço cercado por ela. Tal elemento concede, de certa forma, a condição de possibilidade para experimentar a situação da exclusividade, ao mesmo tempo em que é também condição de possibilidade de excluir, ou de incluir fora da corda, ação que dá sentido à mesma. Além disso, o espaço-tempo do carnaval tem se tornado mais um espaço de exploração comercial por marcas de bebidas e não apenas no sentido da divulgação da

marca, mas do monopólio da venda, como aconteceu no último carnaval (2016)⁶⁰, a exemplo da festa de Iemanjá no ano da Copa.

)

Podemos dizer que o dispositivo gourmetizador atua de forma a capturar os aspectos considerados interessantes, sobretudo economicamente, e moldá-los ao padrão de consumo *gourmet*. É o caso, por exemplo, da estratégia ambulante adotada pelo banco Itaú para a divulgação da sua marca, através das bicicletas “laranjinhas”. Ela já faz parte do rol das “boas práticas” que, acabam por colocar em evidência o poder segregador do referido selo *gourmet*, por se localizarem nas regiões urbanas de maior interesse empresarial, pela visibilidade que detém, em detrimento de outras regiões. O Projeto Música no Ponto é um nítido exemplo da gourmetização de uma atividade para ser implantada em local já espetacularizado, como é a Orla da Barra pós reforma.



Preparação para iniciar o concerto no ponto de ônibus da Orla do Porto da Barra. Acervo da autora, setembro de 2015.

Analisando a íntima relação entre a espetacularização e a gourmetização, podemos dizer que a gestão urbana tem investido claramente em “soluções” para a ocupação

⁶⁰ O carnaval de Salvador em 2016 foi comprado pelas marcas de cerveja. Assim, os vendedores ambulantes licenciados receberam em regime de consignação os kits preparados pela cerveja Skin, a qual exigiu a exclusividade nas vendas pelos mesmos vendedores e apreendeu as bebidas de outras marcas que estavam sendo vendidas. A restrição e a apreensão de mercadorias revoltaram os ambulantes que se mobilizaram durante o evento, em frente ao Farol da Barra. A manifestação teve repercussão em diversos veículos de comunicação. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-02/venda-de-cerveja-provoca-protesto-de-ambulantes-no-carnaval-de-salvador>> consultado em 20/10/2016.

programada e elitizada dos espaços públicos onde há um interesse estratégico de que se tornem espetaculares. Estas “soluções” de caráter imediatista revelam o que propomos entender aqui como gourmetização, se tratam de elementos estranhos inseridos em contextos urbanos pelo tempo de um evento, manuseados por idealizadores também alheios à conformação cotidiana e/ou socialmente construída dos lugares onde se inserem. Tais elementos vêm alimentar um projeto discursivo de cidade que está em obra, aquele relativo à espetacularização urbana, pondo em relevo “pontos estratégicos” da paisagem, seja a geográfica, seja cultural. Exclui-se então, dessa paisagem, os “pontos táticos” que revelam apropriações criativas, porém indóceis, e indóceis porque são ações de sobrevivência, de sujeitos que resistem e, apesar das desregulações impostas, reinventam o cotidiano.

O espetáculo não exclui o *gourmet*, no tocante aos espaços públicos, são duas formas de atuação diferentes do mesmo dispositivo de pacificação.

Por outro lado, da mesma forma que o *gourmet* se populariza,⁶¹ o espetáculo urbano atrai também diversas apropriações outras. Algumas delas foram vistas na Sete, sobretudo à noite. Embora os empreendimentos existentes – desde os chamados ambulantes da Avenida Sete central, os vendedores de couro na Barroquinha, o amolador de alicates e tesouras da Piedade, os artesãos da Ladeira da Conceição da Praia, o Espaço Cultural Tupinambá, a seresta desejada por Dona Ieda, entre outros investidores culturais, comerciais e de serviços – aparentemente não interessem ao poder público, o ambiente formado por eles, notadamente ao se tornar foco do interesse estratégico, passa a ser lugar de ocupações variadas. Como a seresta que se expandiu no entorno do Largo do Rosário, no centro comercial, depois da sua reforma para abrigar um dos condomínios de ambulantes que funcionam durante o dia. Na Barra, a faixa de areia tem sido palco para inúmeros grupos que se reúnem com violões, pandeiros, pequenos tambores, petiscos e bebidas trazidas de casa, para aproveitar o ambiente iluminado da nova orla. Os luaus nem precisam da lua cheia, apenas do clima quente, o céu estrelado e de gente.

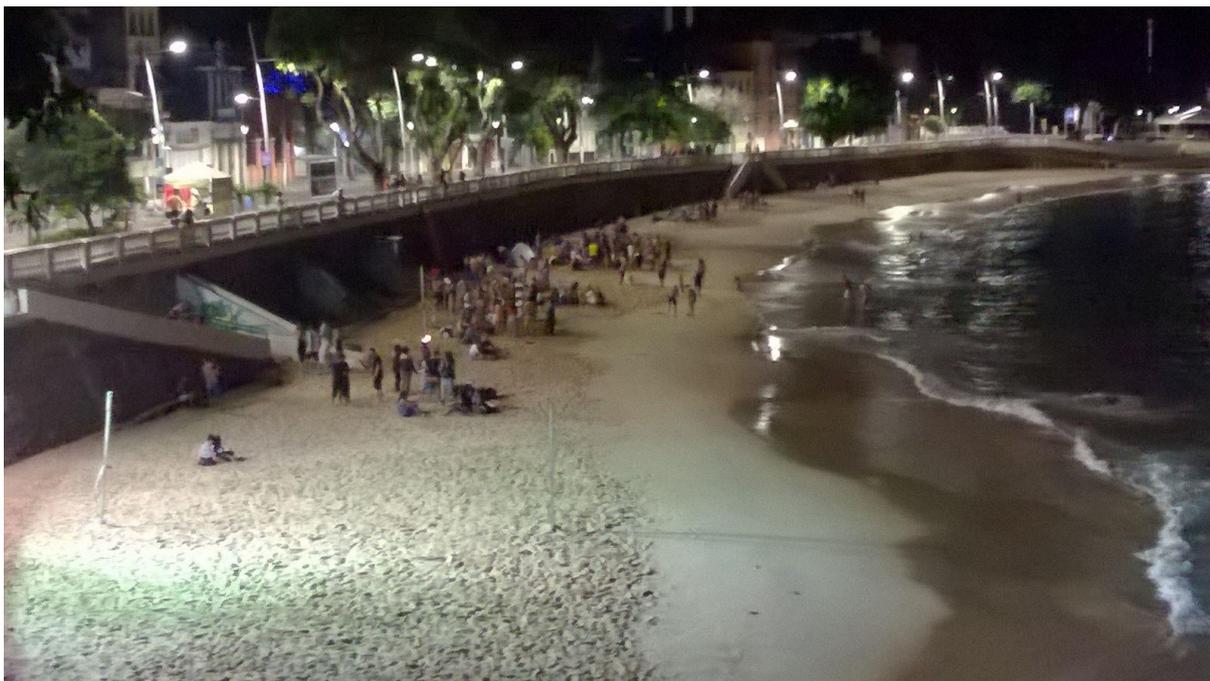
Essas apropriações não-consumistas não interessam ao poder público e às empresas privadas, por isso, temos visto – no momento do final da escrita desta tese, já distante, do campo estudado – notícias sobre a expulsão desses grupos boêmios que animam a beira de praia em Salvador, e não só no Porto.⁶² Ali, os policiais militares chegaram a exigir as notas

⁶¹ Aqui nos referimos sobretudo à adoção do termo por empreendimentos voltados às populações de rendas médias a baixas, desde lanchonetes a projetos de apartamentos com varanda *gourmet*.

⁶² Na Ponta de Humaitá, litoral Norte de Salvador, uma operação da Polícia Militar revistou centenas de adolescentes. Alegando suspeita de uso de drogas, a Polícia não encontrou drogas com os jovens que, estavam aparentemente reunidos para uma festa informal no local e foram acusados de baderneiros. Notícias como esta <<http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1791227-pm-aborda-multidao-em-operacao-na-ponta-de-humaita>> (consultada em 20/10/2016) foram divulgadas nos jornais.

fiscais dos instrumentos musicais que faziam a festa, sob a alegação de se tratarem de instrumentos de trabalho, portanto sugerindo que se estavam lucrando com aquela atividade, e sem licença do poder público. Estas são informações que circularam nas nossas redes sociais, relatos de pessoas próximas.

Vivenciamos alguns desses momentos da noite. Durante o dia, as apropriações eram das mais diversas, seja do calçadão, por skatistas e patinadores, valendo-se do alisamento do piso, seja da areia, para a festa do fim de semana.



Fotografia de um dos luaus no Porto da Barra, feita e enviada pelo celular por Fabrício Zanoli.

ESTRATÉGIA FACE ÀS TÁTICAS E ASTÚCIAS
[NOTAS DE CONCLUSÃO]

PREFEITO É AGRACIADO COM MEDALHA DO PACIFICADOR

A entrega da honoraria consagra parceria firmada entre a Prefeitura e o Exército

O prefeito ACM Neto foi um dos agraciados com a Medalha do Pacificador, concedida pelo Exército Brasileiro na manhã de ontem, durante cerimônia em comemoração pelo Dia do Soldado realizada no 19º Batalhão de Caçadores (19º BC), no bairro do Cabula. A honoraria, entregue pelo ministro da Defesa, Jaques Wagner, e pelo comandante militar do Exército no Nordeste, general Manoel Luiz Pafadache, foi criada em 1953 como reconhecimento a militares e civis, nacionais ou estrangeiros, que tenham prestado relevantes serviços ao Exército, elevando o prestígio da instituição ou desenvolvendo as relações de amizade



A cerimônia pela passagem do Dia do Soldado foi realizada ontem nas dependências do quartel do 19º BC

Aqui começamos a percorrer a via para algumas considerações finais, visualizando o trajeto percorrido até agora, seja no campo físico, da experiência empírica, seja no campo teórico. Entre um campo e outro, encontramos a experiência metodológica, da *contaminação afetiva* ou *apreensão transversal* (GUATTARI) e da *errância* (JACQUES) ou do *tatear errante* afim de apreender o dispositivo de pacificação dos espaços públicos. A nossa errância inicial nos levou a assumir a cidade de Salvador, especificamente a Avenida Sete de Setembro e entorno, como campo base para a experimentação cotidiana. Aqui, tateamos “com os pés” o(s) nosso(s) campo(s) de trabalho, à medida que passávamos, atravessando, na condição de pedestres, as diversas regiões e ambiências costuradas pela Sete. Neste tatear, como foi dito nos primeiros capítulos, nos colocamos em posição de *catadora* (MONNET), e colecionamos pequenos fragmentos de cenas, conversas, cheiros, sons, cores, enunciados, notícias, mas também *rugosidades* (SANTOS) de outros tempos e seus respectivos *elementos históricos* (AGAMBEN; FOUCAULT). A experiência como pedestre, de questão inicial tornou-se o percurso, o fio rizomático, capaz de conduzir a outras questões a serem experimentadas no campo teórico.

Entre os objetos catados no nosso percurso, encontramos a notícia que estampa esta página, publicada pelo Diário Oficial do Município (DOM) em 25 de agosto de 2015, já quando havíamos decidido nos afastar do campo em Salvador. O afastamento de Salvador, em agosto daquele ano, veio estabelecer um limite cronológico para a

experiência corporal com a cidade, a qual nos devora feito um deus gigantesco, nas palavras Mário de Andrade.¹ A notícia de capa soou como uma certificação – no entanto, com tom de ironia – sobre tudo o que vínhamos estudando a respeito da pacificação dos espaços públicos, da qual a Prefeitura de Salvador se afirmava como ator principal. Os Diários Oficiais do Município se mostravam assim, uma extensão do campo empírico que resistiam à distância geográfica, sobretudo por apresentarem uma espécie de “caderno ilustrado”.² Porém, curiosamente, o DOM relativo à imagem foi um dos últimos (publicados *online*) a trazer as páginas ilustradas. Entre essas notícias, tínhamos informações relativas a eventos diversos. A Feira da Cidade foi notícia no DOM em várias ocasiões. Na sexta-feira, dia 11 de setembro de 2015, por exemplo, estava no título “Feira da Cidade do fim de semana na Ponta de Humaitá”, e o subtítulo especificava “O atrativo local da cidade receberá o mix de gastronomia, artesanato e muita música”. Já em 25 de setembro daquele ano, a matéria de capa tratava do “Réveillon de Salvador”, com o subtítulo: “Prefeitura promete realizar a maior festa de virada do ano do Brasil”. Desta forma, podemos dizer que os cadernos ilustrados prestavam um serviço de publicidade da Prefeitura de Salvador.

Voltando à imagem, vemos como a “entrega da honraria” ao Prefeito se constitui em mais um desses eventos dignos de destaque ilustrado no Diário Oficial. Além da surpresa que nos causou – pela coincidência no trato do termo da pacificação – a notícia trouxe ainda uma rugosidade, abrindo uma janela através do sentido da chamada “medalha do pacificador”. Nos remetemos, então, aos idos da ditadura militar instaurada no Brasil com o golpe de 1964, tendo durado até 1985. O regime, governado por militares, buscava “conquistar” a sua aceitação impondo-se com violência à população que o contestava. Os militares que melhor prestassem o serviço de dissuasão violenta dessa população eram condecorados com a “medalha do pacificador” por

¹ “Gosto de banhar ao atá pelas ruas das cidades ignoradas [...] S. Salvador me atordoava vivida assim a pé num isolamento de inadaptação que dá vontade de chorar, é uma gostosura. [...] E nem é tanto questão de apreciar os detalhes churriguerescos dela, é o mesmo do saber físico que dá a passeada a pé. [...] Passear a pé em S. Salvador é fazer parte dum quitute magnificante ser devorado por um gigantesco deus Ogum, volúpia quase sádica até.” (Apud. JACQUES, 2006, pg.126).

Este trecho do relato de Mário de Andrade, de 7 de dezembro de 1928, é lembrado por Paola Berenstein Jacques ao final da defesa desta tese, quando fala sobre o efeito que causam as ruas de Salvador em quem se dispõe a percorrê-las.

² Durante o tempo da pesquisa de doutorado, nos valem dos DOMs sobretudo por conterem essas páginas ilustradas que traziam pequenas matérias sobre os acontecimentos da cidade; cerca de quatro páginas, geralmente introdutórias do conteúdo de fato oficial. O último Diário Oficial com um “caderno ilustrado” foi do dia 29 de setembro de 2015, cerca de 1 mês após este do qual apresentamos a imagem, segundo podemos conferir na página oficial: <<http://dom.salvador.ba.gov.br/>>.

servirem a uma suposta unificação nacional e nacionalista – de uma nação que seria livre de dissensos ideológicos, ou seja, a prática de dissuasão baniria a ação política.

Expressão de reconhecimento pelo serviço prestado ao Estado brasileiro e suas Forças Armadas, na ditadura, a medalha foi horaria àqueles torturadores mais eficientes, causando “graves violações de direitos humanos”, segundo a Comissão Nacional da Verdade, instituída em 18 de novembro de 2011, para investigar tais violações. A pacificação confirmava, naquele período, o seu objetivo de neutralizar grupos de sujeitos revoltados ou rebeldes, ou de posicionamento político (ou cultural) divergente do dominante. Intentava-se, através dela, desmobilizar o sujeito de modo que este cessasse de enfrentar ou contestar a ordem dominante, cedendo à existência passiva, muitas vezes como instinto de sobrevivência.

Sobre a dita medalha, o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, publicado em dezembro de 2014, esclarece o seguinte:

É conhecida, inclusive, a existência de um sistema de recompensas aos torturadores dentro do regime, entre elas a concessão da chamada “Medalha do Pacificador”. A concessão dessa medalha estava prevista no período pelo Decreto do Conselho de Ministros nº 1.884, de 17 de dezembro de 1962, modificado pelo Decreto nº 56.518, de 29 de junho de 1965, e depois pelo Decreto nº 76.195, de 2 de setembro 1975, para os casos de “[...] militares brasileiros que, em tempo de paz, no cumprimento do dever, se hajam distinguido por atos pessoais de abnegação, coragem e bravura [...]” (Decreto nº 56.518/1965, artigo 1º, a) e para militares que tivessem contribuído para “[...] elevar o prestígio do Exército junto às Forças Armadas de outros países e desenvolver as relações de amizade e compreensão entre o Exército Brasileiro e o de outras nações [...]” (Decreto nº 56.518/1965, artigo 1º, c). Na prática, a medalha premiava os agentes responsáveis pela repressão da oposição ao governo, como deu a entender o general Rubens Bayma Denys em entrevista: “Havia a Medalha do Pacificador para quem se destacasse no combate contra os terroristas”. O decreto de 1975, inclusive, deixou de referir, como aquele que o precedeu, ao “cumprimento do dever” para fazer referência expressa ao “desempenho de missões de caráter militar ou de segurança” (artigo 1º, I a e II a). (BRASIL, 2014, p. 358)

O tema da pacificação pela ditadura militar não apareceu em nosso percurso empírico na Avenida Sete, no entanto, posteriormente, se mostrou incontornável, e não apenas devido à condecoração recebida pelo então prefeito, Antônio Carlos Magalhães Neto. O tema da pacificação como negação da política, ecoando aquele “combate contra os terroristas” vivenciado na ditadura, veio fazer parte do cotidiano brasileiro, com a iminência de um novo golpe de Estado contra o regime democrático. Consumado em 31 de agosto de 2016, o que chamamos novo golpe de Estado se constituiu no impedimento da Presidenta democraticamente eleita, Dilma Rousseff, a qual também havia sido

perseguida e vítima da tortura operada pela pacificação do regime militar.³ O impedimento de governar se deu de forma inconstitucional, visto que não foi comprovado, sequer reconhecido, nenhum crime de responsabilidade da Presidenta. Logo após o impedimento, o termo da pacificação ressurgiu explicitamente nas palavras do presidente sucessor, Michel Temer, no discurso da sua tomada de poder.⁴ Pessoas públicas que se envolveram a favor deste golpe atual têm igualmente sido condecoradas com a “medalha do pacificador”, entre elas, o prefeito de Salvador (reeleito em 2016) A. C. M. Neto.

Vemos, com esta janela aberta para a rugosidade da ditadura militar, e nos remetendo ao contexto político atual, que a pacificação, de maneira geral, se manifesta no momento em que os poderes hegemônicos percebem algum tipo de ameaça a sua hegemonia. A forma como articula componentes heterogêneos, dependendo do contexto em que se encontra, é o que vai definir os diferentes dispositivos de pacificação. Daí a importância em reaproximar a noção de dispositivo daquela de *elemento histórico*, como fez Agamben (Op. Cit.); para entendermos como as condições históricas são determinantes na sua conformação.

À noção de pacificação veio somar-se o conceito de dispositivo de maneira a fortalecer a ideia ou intenção de controle que ambos suscitam. O dispositivo, com sua capacidade de articular os mais diversos componentes – de instituições a equipamentos

³ Temos aqui um exemplo de resistência à pacificação operada na ditadura militar na figura da Presidenta eleita Dilma Roussef que, anos depois de passar pelas torturas do regime ditatorial, se constituiu na maior ameaça ao poder dominante, tendo sido, por isto, impedida de governar. O conjunto de políticos responsáveis pelo golpe administrativo, após destituí-la do cargo, em 31 de agosto de 2016, revelou a sua intenção pacificadora através da fala do seu representante, o presidente que assumiu ilegitimamente o posto mais alto da gestão nacional, o qual colocou a “pacificação do País” como um dos alicerces do seu governo. Bem entendido que se trata de outro dispositivo de pacificação, porém ao carregar o objetivo militar de neutralizar grupos considerados perigosos – para o desenvolvimento econômico de uma parcela mínima da população – revela componentes que se assemelham àqueles dos demais dispositivos de pacificação encontrados no nosso percurso.

⁴ “Reitero, como tenho dito ao longo do tempo, que é urgente pacificar a Nação e unificar o Brasil. É urgente fazermos um governo de salvação nacional. Partidos políticos, lideranças e entidades organizadas e o povo brasileiro não devem emprestar sua colaboração para tirar o país dessa grave crise em que nos encontramos. [...] Faço questão, e espero que sirva de exemplo, em declarar meu absoluto respeito institucional à senhora Dilma Rousseff. Não discuto aqui as razões pelas quais foi afastada. Quero apenas sublinhar a importância do respeito às instituições e a observância à liturgia nas questões, no trato das questões institucionais. É uma coisa que nós temos que recuperar no nosso País. Uma certa cerimônia não pessoal, mas uma cerimônia institucional, uma cerimônia em que as palavras não sejam propagadoras do mal-estar entre os brasileiros, mas, ao contrário, que sejam propagadoras da pacificação, da paz, da harmonia, da solidariedade, da moderação, do equilíbrio entre todos os brasileiros.” Trechos do discurso de posse como presidente interino de Michel Temer, após a Presidenta Dilma Rousseff ser afastada do cargo, em 12 de maio de 2016. O texto completo do discurso está disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>>.

técnicos, discursos, representações e formas materiais – se mostra bastante bem ilustrado com a Secretaria Municipal de Ordem Pública, braço direito da atual gestão municipal de Salvador.

No entanto, o dispositivo de pacificação dos espaços públicos não se restringe ao dispositivo formado em torno da noção de ordem pública; a própria Semop tende a extrapolar esta noção, avançando na direção de outros temas. Como vimos em nosso percurso, tal dispositivo é capaz de articular componentes diversos, a depender do que o contexto, ou região urbana suscita como interesse estratégico. O discurso sobre a cultura, por exemplo, foi mobilizado em regiões diferentes. Em uma delas, propõe-se um retorno aos aspectos de cultura erudita europeia, ou seja, um reinvestimento dos poderes públicos no que diz respeito a um espaço de significação das elites econômicas da sociedade – como é o caso do Passeio Público. Em outra região, investe-se na exploração dos espaços de significação para as massas menos favorecidas, capturando-os sob o discurso da cultura, desta vez *negra* (mas ainda do empreendedorismo associado a esse mercado) – como é o caso das baixas da Barroquinha e dos Sapateiros. Em um terceiro exemplo, fala-se em *mudança cultural*, através de ações como conscientização, educação, capacitação que viabilizem os ordenamentos propostos. Esta (suposta) necessidade de assimilação de uma nova cultura foi observada tanto no caso do comércio de rua da *Avenida Sete* e seu “território empreendedor” quanto no tocante ao compartilhamento do piso intertravado da orla da Barra.

Alguns aspectos da ordem pública, e ainda do discurso sobre a cultura, se articulam com o urbanismo, e isto fica evidente quando analisamos como tais componentes são manipulados pelo dispositivo de pacificação dos espaços públicos. O urbanismo como área de saber que se interesse às questões da vida nas cidades – inclusive como saber técnico preocupado com o “funcionamento” urbano – não é em si comprometedor das possibilidades de encontro, uso e apropriação dos espaços públicos. No entanto, tem sido sistematicamente utilizado como ferramenta para melhor se exercer o controle territorial e o domínio pelas elites econômicas. E aqui neste ponto, podemos reassociar o urbanismo à noção de polícia.

Vimos que a polícia é elemento bastante presente em diversas noções que atravessam a nossa compreensão do dispositivo de pacificação. A própria secretaria de ordem pública é fundamentada na atuação policial da guarda municipal, mas vai além, ela guarda em sua lista de atribuições – observada lá no primeiro capítulo – resquícios das competências atribuídas à polícia tal como era entendida e operava na época do Brasil imperial. Indo ainda mais longe, vemos como Foucault analisou as diferentes noções de *polícia*. Ela passou de um sentido mais amplo e amorfo de “coisa pública” –

ou uma espécie de autoridade pública que se exerce sobre uma sociedade em um território – nos séculos XV e XVI, a um sistema mais complexo, voltado para aumentar o poderio e o “esplendor do Estado como ordem visível e forma brilhante” (FOUCAULT, 2005, pg. 422). Esta polícia preocupada com o “ornamento” do Estado, nas palavras de Foucault, atua nos séculos XVII e XVIII nos territórios do poder estatal, ou seja, nas cidades. É nas cidades, sobretudo nas capitais,⁵ que a polícia se configura como dispositivo capaz de favorecer o “esplendor” do Estado, segundo o autor. O objetivo da polícia é, portanto, atuar na conformação e na manutenção de uma ordem territorial (que se quer *estática*) visível (ou rapidamente apreensível). Foucault segue em sua análise do dispositivo policial observando como a “ordem visível” e a “forma brilhante”, só poderiam ser alcançadas pela atuação policial em territórios bem definidos.⁶ “Daí o fato de que a polícia nos séculos XVII e XVIII foi, a meu ver, essencialmente pensada em termos do que poderíamos chamar de urbanização do território” (Idem, pg. 452).

Tomamos aqui estas anotações de Foucault sobre um período e um lugar longínquos, considerando que a ideia de polícia e a prática policial, assim como a ideia de urbano e a prática urbanística, apesar de apresentarem, mesmo nos dias atuais, significações algo distintas nos diferentes contextos ocidentais, têm origem em um tronco comum, herdado do pensamento ocidental europeu. Assim, ainda seguindo essa linha de pensamento, podemos dizer que as duas noções se entrelaçam – assim como as raízes *polis* e *urbs* – em um emaranhado de elementos e discursos sobre a ordem pública, em geral, ou sobre as condições físicas, territoriais, econômicas e sociais que possibilitem uma coexistência estável entre indivíduos diferentes. A polícia estaria para as normas sociais que regulam a vida em sociedade, assim como o urbanismo está para a estrutura territorial que também vem, de certa forma, regular a vida na cidade.

Há cidades porque há polícia, e é porque há cidades tão perfeitamente policiadas que se teve a ideia de transferir a polícia para a escala geral do reino. “Policiar”, “urbanizar”, evoco simplesmente essas duas palavras para que vocês tenham todas as conotações, todos os fenômenos de eco que pode haver nessas duas palavras e com todos os deslocamentos e atenuações de sentido que pode ter havido no decorrer

⁵ Lembrando que Foucault baseia a sua argumentação no caso das cidades europeias. Ele apoia a sua análise sobre textos de autores sobretudo franceses e alemães dos séculos XVII e XVIII – como Louis Turquet de Mayerne (1550-1615) e Johann Heinrich Gottlob van Justi (1720 -1771).

⁶ A partir da definição de eixos de atuação, como o fez Nicolas Delamare, no seu *Traité de la police*, da primeira década do século XVIII. “Essa compilação de Delamare, como as que a seguiram, precisa em geral que há treze domínios de que a polícia deve se ocupar. São a religião, os costumes, a saúde e os meios de subsistência, a tranquilidade pública, o cuidado com os edifícios, as praças e os caminhos, as ciências e as artes liberais, o comércio, as manufaturas e as artes mecânicas, os empregados domésticos e os operários, o teatro e os jogos, enfim o cuidado e a disciplina dos pobres, como ‘parte considerável do bem público’.” (FOUCAULT, 2005, pg. 450)

do século XVIII, mas, no sentido estrito dos termos, policiar e urbanizar é a mesma coisa. (FOUCAULT, 2005, pg. 453)

Neste ponto, podemos observar como tanto a polícia quanto o urbanismo têm sido ferramentas manipuladas pelo poder governamental em favor de uma ordem pública que privilegie o fortalecimento desse poder, o qual tem representado, ao longo de séculos de história, sobretudo os poderes econômicos (privados). Assim, tanto a polícia quanto o urbanismo são ferramentas que visam garantir as condições de vida nas cidades – desde que seja um modo de vida favorável ao crescimento econômico, ou seja, ao poder hegemônico.

O urbanismo, desde sua consolidação como disciplina, tem sido utilizado pelos dispositivos de pacificação das diferentes épocas, se tornando, portanto, ferramenta manipulada em prol do objetivo de pacificação que pode ser entendida como manutenção do *status quo* ou do poder dominante. No entanto, é importante reafirmar o urbanismo para além de seu uso como ferramenta operada pelo dispositivo, para a instauração de manutenção do que se entende por ordem pública. O urbanismo, como área de saberes técnicos e abordagem interdisciplinar, interessa de modo amplo às questões da vida nas cidades, e deve atuar, de fato, no sentido de dar condições de existência digna às pessoas das diversas classes econômicas que aqui habitam, favorecendo um ambiente urbano que admita a co-existência dos muitos e diversos sujeitos. Não se pretende, portanto, sugerir uma compreensão do urbanismo como disciplina nociva à urbanidade democrática, mas entender como esta ferramenta é, ou tem sido, capturada pelos poderes estratégicos – assim como a própria noção de cultura – para servir aos seus próprios interesses. Além disso, com esta constatação, podemos fortalecer um movimento reivindicatório do urbanismo como campo de estudos comprometido com a coletividade.

Segundo vimos na terceira parte desta tese, a manipulação do urbanismo esteve presente na conformação de outros dispositivos, como aquele da chamada modernização das cidades, iniciada nas grandes cidades da Europa do século XIX, como era o caso de Paris. Esse período conheceu o início das formulações que deram origem à disciplina do urbanismo, como na conhecida obra de Idelfonso Cerdà, *Teoría General de la Urbanización*; publicada na Espanha em 1867, contém reflexões e diretrizes de planejamento urbano oriundas de estudos e trabalhos do autor nas décadas anteriores àquela. Sua obra é, portanto, contemporânea do Segundo Império francês (1853 a 1870), quando ocorreram as reformas mais referenciadas em termos de modernização de cidades até hoje. Assim, o assunto do urbanismo como ferramenta de controle de populações tem sido tratado pelos estudiosos das cidades, especialmente quando

abordam o tema da conformação de modelos urbanos. É o caso de Manuel Delgado e de Richard Sennett.

Segundo Manuel Delgado, um dos maiores críticos (senão o mais ferrenho) do modelo Barcelona, a pacificação de uma cidade, através de seus espaços públicos, é a condição para que possa ser “posta à venda”. Ele fala do caráter ideológico da noção de espaço público, manipulado pelos “desenhadores de cidade”, visando projetar usos, fluxos, tipos de apropriações, enfim, dotá-lo de um significado, no mais das vezes, descolado das significações construídas pelas práticas cotidianas. Sobre o projeto “Barcelona”, o autor considera ainda a referência de Paris, a primeira cidade-modelo em seu higienismo pacificador.

Foi a partir dessa confiança cega no poder demiúrgico do projeto, com o objectivo de pacificar territórios cronicamente turbulentos, onde começaram a executar iniciativas que recuperavam o espírito “higienizador” das grandes reformas urbanísticas do século XIX, “destruições criadoras” de centros urbanos cujo modelo seria sempre aquele do Barão Haussmann de Paris. (DELGADO, 2010, p. 54-55, tradução nossa)⁷

Outro autor que retoma o exemplo da Paris de Haussmann, é Richard Sennett (2009), no capítulo dedicado ao que ele chama de “cidade neutra”, do livro *La Conscience de l’Œil*. A noção de “cidade neutra” refere-se ao modo de fazer cidade encontrado nos Estados Unidos; visando a uma neutralização dos corpos através de uma suposta neutralização dos espaços. Nós podemos entender tal objetivo de neutralização como pacificação, sobretudo quando se fala na “neutralidade do espaço enquanto espaço de controle social” (Idem, p. 109, tradução nossa). E aqui ele observa a distinção entre duas práticas urbanísticas de controle que encarnam o poder dominante: de um lado, a partir do modelo da Paris de Haussmann e, do outro lado, o urbanismo estadunidense que se desenvolvia na mesma época. Enquanto o primeiro era baseado na ordem pela monumentalidade, com a criação de espaços de significação, no segundo caso, visava-se a ordem a partir do apagamento do que fosse considerado importuno (qualquer elemento que indicasse uma complexificação do lugar ou do espaço). A este último, Sennett chama “neutralização de lugares”. Vejamos respectivamente:

Em face a estes perigos [a doença, o crime e a revolução], ele imaginou um meio tradicional de repressão: desenhar ruas retas através do labirinto de ruas parisienses lotadas devia permitir que as pessoas

⁷ “Fue a partir de esa confianza ciega en el poder demiúrgico del proyecto con el objetivo de pacificar territorios crónicamente turbulentos, cuando se empezaron a ejecutar eniciativas que recuperaban el espíritu “higienizador” de las grandes reformas urbanísticas del XIX, “destrucciones creadoras” de centros urbanos cuyo modelo siempre sería el del barón Haussmann de Paris.” (DELGADO, 2010, p. 54-55)

respirassem mais fácil, como também à polícia e, se necessário, às tropas que circulassem melhor. [...] Haussmann tentou criar uma Paris de clientes fiéis e mais exigentes, portarias de informação de polícia e de milhares de empresas de serviços de pequeno porte. [...]

Ao construir cidades-grelhas, os “novos” americanos fizeram como no momento de seus encontros com os nativos: eles apagaram a presença de um Outro estrangeiro, antes de colonizá-lo. Em vez de investir no espaço de significação, o controle é exercido pela neutralização dos lugares. (Ibid., P. 109-110)⁸

Os modelos citados por Sennett e Delgado – Paris, Estados Unidos e Barcelona – tiveram e ainda têm ressonância na prática do urbanismo também no Brasil. Observamos que ambos os autores apresentam a grande reforma de Paris do século XIX como referência de urbanismo pacificador (ou neutralizador), mas se debruçam mais demoradamente sobre a realidade urbana que vivenciam; Barcelona para Delgado, Estados Unidos, sobretudo Nova York, para Sennett. Entendemos que os processos de pacificação dos espaços públicos urbanos estão inseridos na rede de ideais civilizatórios, e, portanto, hegemônicos, globalizados, mas operam com base nas particularidades locais. Neste sentido, observamos semelhanças no modo como Sennett faz referência à colonização dos Estados Unidos – assim como Sharon Zukin também havia feito, ao colocar nos termos dos “pioneiros urbanos” – sem, no entanto, esquecer das diferenças de cada contexto territorial e de cada contexto histórico.

O contexto urbano atual que estudamos apresenta, portanto, restos de outros processos que passaram pelo território, mas também ecos de outros territórios distantes. A nossa experiência errante nos possibilitou a apreensão do dispositivo de pacificação em sua atuação cotidiana. Mais que isto, nos colocou dentro do cotidiano da cidade, onde se encontram os muitos sujeitos que atuam no corpo-a-corpo com esta cidade.

Neste corpo-a-corpo, além das marcas deixadas, que contam história de outras épocas, e das reminiscências que trazem questões teóricas ainda presentes nos espaços da cidade, o tatear errante nos espaços públicos mostrou ter o poder de nos colocar em face de questões as mais diversas. Em muitas dessas questões não nos detemos, devido ao caráter de passagem assumido por nossa metodologia de pesquisa empírica. Assim, pela passagem, na busca por compreender o dispositivo, tanto lugares quanto temas os

⁸ “Face à ces dangers [maladie, crime et révolution], il imagine un moyen traditionnel de répression : tracer des rues droites à travers le labyrinthe des ruelles parisiennes surpeuplées devait permettre aux gens de mieux respirer comme à la police, et si nécessaire à la troupe, de mieux circuler. [...] Haussmann tenta de créer un Paris de clients fidèles et exigeants, de concierges indicatrices de police et de mille petits métiers de services. [...]

En construisant les villes-grilles, les « nouveaux » Américains agirent comme lors de leurs rencontres avec les indigènes : ils effacèrent la présence d'un Autre étranger plutôt que de le coloniser. Au lieu d'investir l'espace de signification, le contrôle s'exerça par la neutralisation des lieux.” (SENNETT, 2009, p. 109-110)

mais diversos são apenas observados de longe, alguns, um pouco mais de perto, mas guardando sempre uma distância devida para não nos perder nas provocações suscitadas por eles (seja lugar, seja tema). Um destes temas no qual poderíamos ficar mais demorada e detalhadamente diz respeito à condição feminina das diferentes mulheres usuárias dos espaços públicos. O tema atravessou nosso percurso em vários pontos, chamando a atenção para a complexidade da problemática das mulheres (ou do feminino) como estrangeiras do espaço público. Podemos dizer que as mulheres seriam sujeitos estrangeirizados por um pensamento hegemônico que desautoriza a sua ação nos espaços públicos – todavia, sem que possa impedir tal ação. O tema mostrou-se complexo principalmente a partir do nosso encontro com mulheres que ocupam o espaço público urbano e, notoriamente, mulheres negras que, em certa medida, escapam do padrão de confinamento feminino em ambiente privado (seguro?) e ganham a rua.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher?
(TRUTH, trecho do discurso de 1851)

O trecho acima, do discurso de Sojourner Truth,⁹ tem data, por isso é sobretudo condizente com um contexto de discriminação racial exacerbada – às vésperas da abolição da escravatura dos Estados Unidos. Como vimos no decorrer do nosso percurso histórico, o fim do regime escravagista, também no Brasil, incitou o fortalecimento e disseminação de teorias eugenistas, de modo a manter a distinção entre negros e brancos enquanto seres humanos. A discriminação cientificamente embasada perdurou durante longos anos. Ainda hoje ouvimos os seus ecos. O nosso campo de estudos na Bahia nos trouxe exemplos de normas sociais destinadas às mulheres que não são consideradas, por assim dizer, obrigatórias, quando se trata de mulheres negras. No entanto, vimos também como o tão invocado *perigo da rua*, sobretudo o *perigo da noite*, chega agora a atingir tais mulheres. Se outrora saíam para vender suas especiarias quando a rua já se encontrava “deserta de gente limpa”, agora devem respeitar o “toque de recolher” subjetivo.

Assim, ao longo do nosso percurso, tropeçamos em sobrevivências, formas de vida, que foram (em alguns casos, ainda são) consideradas estrangeiras, ou colocadas,

⁹ Sojourner Truth nasceu escravizada nos Estados Unidos em 1797 e, sendo liberta em 1827 – quando o estado de Nova York abole o sistema escravagista – passa a ser uma liderança do movimento abolicionista estadunidense. “Ain't I a Woman?” é o título que foi dado à sua intervenção na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio, nos Estados Unidos, em 1851, já em idade avançada, segundo os parâmetros da época.

pelo discurso dominante, como antônimo do espaço público. No caso das mulheres brancas, relegadas que eram ao ambiente doméstico, expressavam (sempre segundo o pensamento hegemônico) um modo de vida antônimo do público, encarnavam o ambiente privado e, por isso, destoavam, perturbavam o ambiente das ruas e demais espaços públicos. Para admitir o uso por tais mulheres, regiões urbanas nos centros de diversas cidades passaram por transformações domesticadoras, como ocorreu com a própria abertura da avenida sete. Ou seja, tomando este exemplo, podemos dizer que nos valem aqui de uma questão mais específica – como é o caso da presença feminina nas ruas – para aludir aos primeiros processos de pacificação urbana como domesticação dos espaços públicos.

Os processos de transformação dos espaços implicavam em uma transformação também de tudo aquilo que continham e dos sujeitos que os haviam conformado, em suas experiências e práticas cotidianas. No início do século XX, entendia-se que a cidade de Salvador deveria passar, através de reformas como a que originou a Avenida Sete, de “colônia infecta e africanizada” a uma cidade nos moldes europeus. Para tanto, sem que fosse possível – nem desejada – uma substituição radical das populações ocupantes e usuárias das ruas, operou-se um processo de acentuação das diferenças de territórios; negros e brancos, pobres e ricos. Tal diferença foi expressada na discriminação da Baixa dos Sapateiros e da Barroquinha como o “grande terminal popular”, em oposição ao território frequentado por uma “gente fina”; a Piedade e seu entorno de relevo elevado.

Dividir Salvador
Diz em que cidade você se encaixa
Cidade alta ou cidade baixa diz
Em que cidade que você...¹⁰

Essas divisões, em si, já visam indicar os territórios considerados pacificados, utilizados pelas elites, em oposição aqueles não-pacificados, onde se encontram as classes menos favorecidas, assim como há a dicotomia entre morro e asfalto, no Rio de Janeiro, espaços onde se distingue a própria atuação do poder público. Tendo em mente a referência das favelas cariocas, bem como as de processos de pacificação anteriores, entendemos a transformação gerida pela Prefeitura em Salvador como pacificação, especialmente porque, assemelhando-se aos demais, esse processo mira não apenas o território como espaço físico, imóvel, mas as formas de vida que por ele transitam. Essas

¹⁰ Trecho da canção *Duas Cidades* de álbum homônimo, da banda Baiana System, lançado em 2016.

formas de se apropriar, de configurar o espaço público, assumidas pelos muito sujeitos em seu movimento cotidiano, são consideradas incoerentes com a imagem de cidade almejada pelo planejamento estratégico urbano, daí se tornarem alvo do dispositivo de pacificação. No entanto, elas também se mostraram práticas cotidianas cultivadas, exercidas há longos anos, derivadas de outras práticas, outras formas de vida que estiveram em contato com outros dispositivos de pacificação, sobrevivendo a eles. Tivemos o exemplo mais gritante do Espaço Tupinambá, mas também dos vendedores ambulantes (e os menos ambulantes), dos artesãos, das marchas reivindicativas de direitos de classe,¹¹ do desejo de ocupar os espaços públicos da cidade à noite.

A chegada a Salvador, antes do início da atual gestão municipal, a qual funda as suas ações sobre a noção (e o dispositivo) de *ordem pública*, foi crucial para nos aproximar de um contexto existente e perceber o que esta nova ordem pública veio desregular, desorganizar. Percebemos, na prática cotidiana, a atuação de uma “ordem desordeira”, como disse Milton Santos, e como esta ordem pode ser desastrada em face às táticas habitantes que sabem o território e sabem nele os atalhos para lidar com os dispositivos de pacificação, desviar deles, deixá-los passar, sobreviver.

A nossa busca por compreender a pacificação dos espaços pedestres à medida que revelava a estrutura complexa e mutante do dispositivo de pacificação, nos colocava em meio às diversas táticas de ocupação da cidade. Compreender a nova ordem pública (estratégica) que se intenta instaurar, como alheia à ordem existente, se deve sobretudo ao nosso método de trabalho que se baseou na disponibilidade a uma contaminação afetiva e transversal. O dispositivo se revelava à medida que solicitava uma construção metodológica capaz de dar conta de sua complexidade. Esta metodologia se mostrou, portanto, coerente com o objeto estudado. Ao mesmo tempo, por ser transversal, saca-nos da blindagem do pensamento que fundamenta o urbanismo ou o planejamento urbano estratégico, nos expondo às mais diversas subjetivações e agenciamentos coletivos e – mais importante em se tratando de espaço público – das relações existentes entre os enunciados, as ações, ou os modos de ver e viver e fazer a cidade. Assim, podemos dizer que o método que se constrói a partir de um “tatear errante” pode abrir caminho para a pesquisa urbanística e para o urbanismo como prática de cidade, visto ser uma condição de possibilidade para uma investigação coerente com as demandas da pesquisa, ou do objeto investigado. No nosso caso, o dispositivo de pacificação dos espaços públicos, *elemento histórico* contemporâneo, só pôde ser apreendido em suas

¹¹ Presenciamos uma passeata pela regulamentação das profissões nas áreas de cosmética e estética descendo a Avenida Sete em direção à Praça Castro Alves, em junho de 2015. As noções de cosmética e estética, as quais foram empregadas pela Prefeitura no início do primeiro mandato, foram vistas reivindicadas sobretudo por mulheres que ocuparam a Avenida cobrando o reconhecimento do seu *métier*.

relações de conflito com as muitas outras maneiras de ser na cidade. Os percursos realizados foram, portanto, vias que nos disponibilizaram às muitas outras formas de vida em Salvador, de modo que pudéssemos perceber, entre outras coisas, o que o dispositivo vem a capturar para compor as suas engrenagens e, assim, percebermos as disputas semânticas que se operam cotidianamente. Antes de tudo, o dispositivo (estratégico) só faz sentido em sua relação com a ordem (tática) existente. É esta ordem existente (entendida como desordem) que determina os componentes do dispositivo, necessários ao domínio do pensamento e do poder hegemônico. E é desta mesma ordem tática existente, composta e vivida pelos chamados praticantes ordinários da cidade, que emergem as astúcias necessárias ao rompimento ou ao desvio das estruturas (inclusive de pensamento) criadas pelo dispositivo.



2011

1 caboclos do
2 de Julho no
Campo
Grande

2 passagem
pela Praça da
Aclamação

3 vendedor
de luminárias
artesanais
passando pelo
Porto da Barra

4 guarda-sóis
coloridos no
Porto da Barra

Dois momentos da
oficina Muse de 2012

5 Praça da Piedade
ponto de filmagem da
equipe francesa

6 Porto da Barra; por
trás da câmera fixa



7 pé da
Ladeira da
Barra com
posto policial à
esquerda e
ponto de
ônibus à
direita

8 ponto de
ônibus da
Praça da
Piedade



1



2



3

1 antigo quiosque de coco enfrente ao forte de São Diogo

2 vendedoras ambulantes

3 a festa da Fifa

4 pesquisa de opinião na Praça da Piedade

5 pôr-do-sol na Ladeira da Barra



4



5

6 Rua da Força recém renovada e coberta

7 Ladeira da Barroquinha antes da reforma

8 barracas que vendiam couro na Barroquinha, provisoriamente na Praça Castro Alves



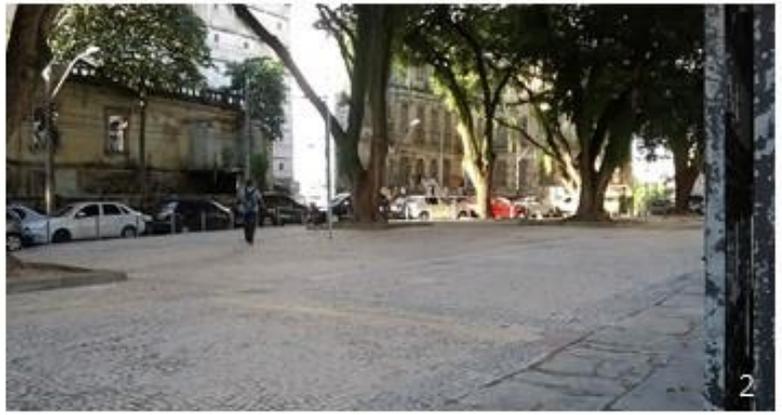
6



7



8



- 1 demolição na Ladeira da Preguiça interdita
- 2 novo piso do Largo do Mosteiro de São Bento
- 3 reunião de senhores "aposentados" no novo calçadão o Porto da Barra
- 4 "aposentado" observa a Piedade em dia de chuva



- 5 posto policial móvel no Porto
- 6 manifestação das esteticistas
- 7 vendedor carrega suas cocadas no ônibus
- 8 Jô, no ponto do Coco da Jô, trabalhando



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, Giorgio. *O que é um dispositivo?* Outra travessia n° 5. Ilha de Santa Catarina, 2005.
- AGAMBEN, Giorgio. *Estado de Exceção*. Trad. Iraci D. Poleti. São Paulo: Boitempo, 2004.
- AMPHOUX, Pascal. Ambiances urbaines et espaces publics. In: CAPRON, G ;HASCHAR-NOÉ, N. (Org.) *L'espace public en question: usages, ambiances et participation citoyenne*. Toulouse : Université Toulouse Le Mirail, 2003, pp. 50-56.
- ARANTES, Otília Beatriz Fiori [2000]. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In.: ARANTES et ali. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- ARAÚJO, Anete Régis Castro de. *A mulher na cidade: Salvador 1915-1930*. In: SHCU, Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo. V. 7, n. 1, 2002. Disponível em:
<<http://unuhoospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/853>>
- ARENDT, Hannah (1958). *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitaria, 2007.
- AUGOYARD, Jean-François [1979]. *Pas à pas: Essai sur le cheminement quotidien em milieu urbain*. Bernin: À La Croisée, 2010.
- BAINES, Stephen G.. O xamanismo como história: censuras e memórias da pacificação Waimiri-Atroari. In: *Pacificando o branco: Cosmologias do contato no norte-amazônico*. Bruce Albert e Alcida Rita Ramos (orgs.). São Paulo: Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado, 2000, pg. 311-346.
- BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. In.: Kothe, Flávio R. (org. e trad.). *Walter Benjamin*. São Paulo: Ática, 1985.
- BIASE, Alessia de. Entrevista, por Paola Berenstein Jacques. In: *Revista Dobra* ano 3, n° 10. Salvador: Edufba, 2012. Disponível online em: <<http://www.redobra.ufba.br/>>
- BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly & SÁCARNEIRO, Sandra de (Orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV. 2015.
- BLAY, Michel (Org.). *Dictionnaire des concepts philosophiques*. Paris: Larousse: CNRS Editions, 2007.
- BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. *Relatório da Comissão Nacional da Verdade (Recurso Eletrônico)*, v. 1. Brasília: CNV, 2014. Disponível online em <http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_1_digital.pdf>

- BRESCIANI, Maria Stella (org.). *As Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS, 2001
- BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. Cenografias e corpografias urbanas : um diálogo sobre as relações entre corpo e cidade. *Cadernos PPG-AU UFBA*, Salvador, v. 7, número especial, 2008.
- BRITTO, Fabiana Dultra. Exercício experiência, memória e narração da cidade. In.: *Revista Dobra*, n. 14, p. 85-88, 2014.
- BOSI, Alfredo. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BOTELHO, André. A viagem de Mário de Andrade à Amazônia entre raízes e rotas. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 57, p. 15-49, 2013.
- CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. Qual a novidade dos rolezinhos? Espaço público, desigualdade e mudança em São Paulo. *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, nº 98, p. 13-20, março de 2014. Disponível online: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002014000100002>>
- CARERI, Francesco. Entrevista, por Paola Berenstein Jacques. In: *Revista Dobra* ano 4, nº 11. Salvador: Edufba, 2013. Disponível online em: <<http://www.redobra.ufba.br/>>
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO FILHO, Milton Júlio de; URIARTE, Urpi Montoya (Orgs.). *Panoramas Urbanos: usar, viver e construir Salvador*. Salvador: Edufba, 2014.
- CERTEAU, Michel de [1990]. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. 20ª edição. Petrópolis: Vozes, 2013.
- COMTE-SPONVILLE, André. *Dicionário filosófico*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- COSTA, Ana de Lourdes Ribeiro da. *Espaços Negros: "cantos" e "lojas" em Salvador no Século XIX*. Caderno CRH. Suplemento, p. 18-34, 1991. Disponível em <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/2097/1/CadCRH-2007-391.pdf>>.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 2.edição. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.
- COUTRAS, Jacqueline. Territoires du quotidien et espaces sexués: du voisinage résidentiel aux espaces d'anonymat. In: *Revista Strates* n.14, 2008. Disponível em: <<http://strates.revues.org/6737>> desde 05 mars 2013. Consultado em 26 de agosto de 2015.
- DAVIS, Mike. *A ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre*. Ed. Record, 2001.

- DEBORD, Guy [1967]. *A sociedade do espetáculo*. Editoração e versão para eBook: eBooksBrasil.com. 2003.
- DELEUZE, Gilles. ¿Qué es un dispositivo? In: *Michel Foucault, filósofo*. Barcelona: Gedisa, 1990, pp. 155-161. Tradução para o português de Wanderson Flor do Nascimento disponível *online* em <<http://escolanomade.org/2016/02/24/deleuze-o-que-e-um-dispositivo/>> Consultado em 20/07/2016.
- _____. Post-scriptum Sobre as Sociedades de Controle. In.: *Conversações: 1972 - 1990*. Tradução de Peter Pal Pelbart. Rio de Janeiro: Ed 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Coordenação da tradução Ana Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997.
- DELGADO, Manuel. *La ciudad mentirosa: fraude y miseria del 'modelo Barcelona'*. Segunda edição. Madrid: los libros de la Catarata, 2010.
- _____. *Sociedades movedizas: passos hacia una antropología de la calles*. Barcelona: Ed. Nagrama, 2007.
- _____. *El espacio público como ideología*. Madrid: Los libros de la Catarata, 2011.
- DEMAILLY, Kaduna-Eve. *Jardiner les vacants*. Fabrique, gouvernance et dynamiques sociales des vacants urbains jardinés du nord-est de l'Île-de-France . Thèse de doctorat em Géographie. Université de Paris 1 Panthéon-Sorbonne, 2014.
- DIAS, Adriana Albert. *Mandinga, Manha & Malícia: uma história sobre os capoeiras na capital da Bahia (1910-1925)*. Salvador: Edufba, 2006.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.
- DUARTE, Nestor. *A Ordem Privada e a Organização Política Nacional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1939.
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras. Idealizações urbanas e a construção da Salvador moderna: 1850-1920. In: SHCU. *Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. V. 2, n. 1, p. 53-65, 1993. Disponível em: <<http://unuhoospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/321>>
- FERNANDES, Ana; GOMES, Marco Aurélio A. de Filgueiras; SAMPAIO, Heliodório. A constituição do urbanismo moderno na Bahia (1900-1950): construção institucional, formação profissional e realizações. In: ANPUR, *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*, V. 6, p. 751-763, 1995. Disponível em: <<http://unuhoospedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/1640>>

- FERREIRA DOS SANTOS, Carlos Nelson e VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa: A apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro*. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.
- FIGUEIREDO, Glória; ARAGÃO, Mônica; REBOUÇAS, Thais. Direito à cidade x direito de propriedade. In: *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, n. 7, p. 69-85, 2012. Disponível online <http://www.riurb.com/pg_numeros_anteriores_2012_07.html>
- FOUCAULT, Michel [1979]. *Microfísica do Poder*. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. 28. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.
- _____. *Segurança, território, população*. Curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. Entrevista, por Fabiana Dultra Brito e Paola Berenstein Jacques. In: *Revista Dobra* ano 5, nº 14. Salvador: Edufba, 2014. Disponível onlineem: <<http://www.redobra.ufba.br/>>
- GARNIER, Jean-Pierre. Scénographies pour un simulacre: l'espace public réenchanté. In: *Espaces et sociétés* (nº 134) 3/2008, p. 67-81. URL: www.cairn.info/revue-espaces-et-societes-2008-3-page-67.htm> DOI : <10.3917/esp.134.0067>
- GUATTARI, Félix. *Caosmose: um novo paradigma estético*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.
- HARDT, Michael. A sociedade mundial de controle. In: ALLIEZ, Éric (Org). *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Editora 34, p. 357-372, 2000.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annalume, 2005.
- HEINONEN, Noora. A cidade alta em alta? Circuitos e cenários das dinâmicas comerciais do centro velho de Salvador. *GeoTextos*, vol. 1, n. 1, p. 81-116, 2005.
- INGLEZ DE SOUZA, Diego Beja. *Tumulto no conjunto: habitação, utopia e urbanização nos limites de duas metrópoles contemporâneas São Paulo/Paris (1960-2010)*. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2014. Tese de Doutorado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo.
- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: Edufba, 2012.
- _____. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 110.02, Vitruvius, jul. 2009. Disponível online: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>>.
- _____. et alii. Salvador cidade do século XX: a partir das memórias de Pasqualino Romano Magnavita. In.: *Revista Dobra*, n. 14, p. 89-131, 2014.
- _____. Montagem urbana: uma forma de conhecimento das cidades e do urbanismo. In.: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. (Orgs.). *Experiências Metodológica para*

compreensão da complexidade da cidade contemporânea. Tomo 4. Memória Narração História. Salvador: EdUFBA, 2015, p. 47-94.

_____. Elogio aos errantes. In.: JACQUES, P. B.; JEUDY, H.-P. (Orgs.). *Corpos e cenários urbanos*. Salvador: EdUFBA, 2006.

JEUDY, Henri-Pierre. *Espelho das cidades*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LANDES, Ruth [1967]. *A cidade das mulheres*. Tradução de Maria Lucia do Eirado Silva. 2ª Ed. Rev. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do "Reage Rio". *XX Encontro Anual da ANPOCS, GT01: Cidadania, Conflito e Transformações Urbanas*. Caxambu, MG: 22 a 26 de outubro de 1996.

_____. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (RBCS)* V. 15, nº 44, 73-90, 2000.

_____. Da "metáfora da guerra" ao projeto de "pacificação": favelas e políticas de segurança pública no Rio de Janeiro. *Revistabrasileira de segurança pública*. São Paulo: V. 6, nº 2, 374-389, Ago/Set 2012.

_____. De territórios da pobreza a territórios de negócios: dispositivos de gestão das favelas cariocas em contexto de "pacificação". In: BIRMAN, Patrícia; LEITE, Márcia Pereira; MACHADO, Carly; SÁ CARNEIRO, Sandra de (orgs.). *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2015. p. 377-401.

LORAUX, Nicole. Elogio do anacronismo. In.: NOVAES, Adauto. *Tempo e História*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 57-70, 1992.

LORETTI, Pricila. Para que serve uma UOP? Algumas considerações sobre a política de ordem pública no Rio de Janeiro. In.: *Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Vol. 8, nº 3, Jul/Ago/Set 2015, pgs. 501-528.

MACHADO, Suza. Baixa dos Sapateiros será revitalizada. *Jornal A Tarde*, Caderno 1, p.4, de 2 de dezembro de 2002. Disponível *online* no link (consultado em 25/07/2016): <[http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/a tarde, 02 12 2002.pdf](http://www.culturatododia.salvador.ba.gov.br/doc-polo/a%20tarde_02_12_2002.pdf)>

MAIOR, Jorge Luiz Souto. O "rolezinho" da FIFA no país de Pedrinhas em Estado de Exceção Permanente. Disponível *online* <<https://blogdaboitempo.com.br/2014/01/21/o-rolezinho-da-fifa-no-pais-de-pedrinhas-em-estado-de-excecao-permanente/>> Consultado em 25/07/2016.

MARTINI, Gerlaine Torres. *Baianas do Acarajé: A uniformização do típico em uma tradição culinária afro-brasileira*. Tese de doutorado em antropologia social: Universidade de Brasília, 2007.

- MATTHEY, Laurent; WALTHER, Olivier. Un “Nouvel hygiénisme”? Le bruit, l’odeur et l’émergence d’une new middle class. Artigo - *Journal of Urban Research* [Online], 1 | 2005. Disponível online: <<http://articulo.revues.org/931> ; DOI : 10.4000/articulo.931> (Consultado em 05/06/2013)
- MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia: a cidade do Salvador e seu mercado no século XIX*. São Paulo: Hucitec; Salvador: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, 1978.
- _____. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MENDONÇA, Paulo Knauss. *O Rio de Janeiro da Pacificação: franceses e portugueses na disputa colonial*. (1991).
- MONNET, Nadja. Flanâncias femininas e etnografia. In: *Revista Dobra*, n. 11, p. 218-234. Salvador: Cian Gráfica e Ed. Ltda., 2013. Disponível em: <http://www.redobra.ufba.br/?page_id=109>
- MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. In.: *Política & Sociedade*, n.3, p. 11-26, outubro de 2003.
- MOURAD, L. N.. *O processo de gentrificação do centro antigo de Salvador 2000 a 2010*. Tese de doutorado. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2011.
- NINA RODRIGUES, Raimundo [1896]. *O animismo fetichista dos negros bahianos*. Salvador, BA: P555, 2005.
- NOZOE, Nelson. *Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia*. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia. Natal: ANPEC, de 9 a 6 de dezembro de 2005. Disponível em <<http://www.anpec.org.br/encontro2005/artigos/A05A024.pdf>>
- OLIVEIRA, Iris Venena Santos de. Cartografia Simbólica De Salvador: Espaços sacralizados pelo povo de santo. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.
- OLIVEIRA, João Pacheco de. Pacificação e tutela militar na gestão de população e territórios. *MANA* 20(1): 125-161, 2014.
- PAZ, Daniel Juracy Mellado. Mais Público do que Passeio - A Vigência do Passeio Público de Salvador (1815-1894). In: PEIXOTO, Elane Ribeiro; et alii (Orgs.). *Anais do XIII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*. Brasília, DF: Universidade Brasília- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2014. Disponível em: <<http://www.shcu2014.com.br/content/mais-publico-do-que-passeio-vigencia-do-passeio-publico-salvador-1815-1894>>.
- PECHMAN, Robert Moses. *Cidades estreitamente vigiadas: o detetive e o urbanista*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002.

- PEIRANO, Mariza. Etnografia não é método. In.: *Horizontes Antropológicos* Vol. 20, Nº 42. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - IFCH-UFRGS, 2014.
- PETTI PINHEIRO, Eloísa. *Europa, França e Bahia*. Difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador). 2ª edição. Salvador: edufba, 2011.
- PORO. *Pequeno guia afetivo da comida de rua de salvador*. Publicação parte do projeto Esteio Galeria, da 3ª Bienal da Bahia. Salvador: creative commons, 2014.
- PORTELA, Thais Bhanthumchinda. Sentidos da Cultura: Conceito reacionário e linhas de fuga. In.: Portela, Thais; Ferraz, Fernando; Jacques, Paola (Orgs.). *Cadernos PPG-AU/ FAUFBA*, Ano 10, número especial Cidade e Cultura, p. 111-125. Salvador: PPG-AU/ FAUFBA, 2011.
- RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: política e filosofia*. Tradução de Ângela Leite Lopes. São Paulo: Ed. 34, 1996.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da Ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.
- _____. Homens lentos, Opacidades e Rugosidades. In.: *Revista Dobra*, nº9, pgs. 58-71. Salvador: Cian Gráfica e Ed. Ltda., 2012.
- _____. Nós temos hoje uma espécie de contenção do imaginário político. Entrevista in *Revista Marimbondo*, v.01, 2011. Disponível em <www.revistamarimbondo.com.br>.
- _____. Sociabilidade, hoje: leitura da experiência urbana. *CADERNO CRH*, v. 18, n. 45, p. 411-422, Salvador, Set./Dez. 2005.
- ROCHA, Maria Isabel C. M.. A nova colonização da orla de Salvador. Anais do seminário da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, *Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar*, Lisboa, 2014.
- ROCHA, Maria Isabel C. M.; MIGLIANO, Milene. A festa de Iemanjá: o espetáculo na vitrine. Anais do seminário da Academia de Escolas de Arquitetura e Urbanismo de Língua Portuguesa, *Arquiteturas do Mar, da Terra e do Ar*, Lisboa, 2014.
- RUY, Affonso. *A primeira revolução social brasileira*. São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942)
- SANCHES, Maria Aparecida Prazeres. "Onde o Amor Floresce na Cidade": As reformas urbanas e os novos espaços de encontros amorosos na Cidade do Salvador na primeira metade do século XX. In: ANPUH. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*. São Paulo, junho de 2011.
- SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais* nº1, pags.115-132, 1999.

- SANTANA, Valdemir. Estação da Lapa gera um novo ponto de comércio na cidade. *Correio da Bahia*, Salvador, 24 fev. 1983. s.p.
- SANTOS, Elisabete; et alii. *O caminho das águas em Salvador: bacias hidrográficas, bairros e fontes.* Salvador: CIAGS/UFBA, 2010.
- SANTOS, Milton [1959]. *O Centro da Cidade de Salvador.* Salvador: Edufba, 2008.
- _____. [1996]. *A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.
- _____. *Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal.* Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SASSEN, Saskia. The Global City: Introducing a Concept. *The Brown Journal of World Affairs*, Volume XI, Issue 2, Winter/Spring 2005.
- SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M.. *Brasil: uma biografia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SEGAWA, Hugo. *Ao amor do público: Jardins no Brasil.* Cidade Aberta, São Paulo, Studio Nobel, 1996.
- SENNETT, Richard [1974]. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade.* São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- _____. [1994]. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental.* Rio de Janeiro: BestBolso, 2008.
- _____. Espaces pacifiants. In.: JOSEPH, Isaac (Org.). *Prendre place: espace public et culture dramatique.* Colloque de Cerisy. Pontigny-Cerisy: Édition Recherches/Plan Urbain, 1995.
- _____. *La conscience de l'oeil: urbanisme et société.* Traduit de l'anglais [Etats-Unis] par Dominique Dill. Lagrasse: Éditions Verdier/ poche, 2009.
- SILVA, Reijane Pinheiro da. *O índio negado e o índio desejado: a "pacificação" dos indígenas na construção da identidade do Tocantins.* Campo Grande: Revista Tellus, ano 10, n. 19, jul./dez. 2010, p. 145-162.
- SILVEIRA, Renato da. *O candomblé da Barroquinha: processo de constituição do primeiro terreiro baiano de keto.* Salvador: Maianga, 2006.
- SIMMEL, Georg. [1908] *El extranjero.* Madrid: Ed. Sequitur, 2012.
- _____. [1909] A ponte e a porta. Trad.: Simone Carneiro Maldonado. *Revista de Ciências Sociais – Política & Trabalho*, nº12, 10-14, João Pessoa, 1996.
- _____. A ruína. In.: SOUZA, Jessé; ÖELZE, Berthold. *Simmel e a modernidade.* Brasília: UnB. 1998. p. 137-144.

- SORIANO, Ana Gabriela Wanderley. *O Espaço Público e a Cidade Contemporânea: as praças de Salvador entre o discurso e a intervenção*. Dissertação de mestrado. Salvador: PPG-AU, UFBA, 2006.
- SORKIN, Michael. *Variations on a Theme Park : the new american city and the end of public space*. New York: Hill and Wang, 1992.
- THIBAUD, Jean-Paul. Le devenir ambient du monde. Conferência apresentada no URBICENTROS#3. *III Seminário Internacional: Morte e vida dos centros urbanos*. Universidade Federal de Alagoas: Maceió, 27 de setembro a 1º de outubro de 2011.
- THIBAUD, Jean-Paul. L'énigme des ambiances en partage. In. : *Ambiances urbaines en partage : pour une écologie sociale de la ville sensible*. Vérone : MétisPresses, 2013.
- THOMAS, Rachel (Dir.). *Les enigmes sensibles des mobilités urbaines contemporaines*. Rapport de Recherche n° 87. Grenoble, CRESSON: ANR - Agence Nationale de la Recherche, 2014.
- THOMAS, Rachel (dir.) *L'aseptisation des ambiances piétonnes au XXI siècle : entre passivité et plasticité des corps en marche*. Rapport de Recherche n° 78. Grenoble, CRESSON : Programme de Recherche Interdisciplinaire "Ville et Environnement" (CNRS – MEEDDM), 2010.
- TRIGUEIRO, Marcele. *Éléments pour une prise en compte du rôle des espaces publics dans les grands ensembles : Les cas lyonnais de la Ville Nouvelle et des Minguettes*. Tese de doutorado apresentada ao Institut National des Sciences Appliquées (INSA) de Lyon: Géographie, Aménagement, Urbanisme ; 2008.
- _____. *Pacificação da cidade: a urbanidade legitimada. O caso dos espaços públicos do grand ensemble Les Minguettes, em Lyon*. In.: Aguiar, D.; Netto, V. M. (Orgs.). *Urbanidades*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2012.
- TRUTH, Sojourner. E não sou uma mulher? Ain't I a Woman. [1851]. Tradução: Osmundo Pinho. *Geledés – Instituto da mulher negra*. Publicado em: 08/01/2014. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/e-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth/#gs.2kCmGR8>>.
- UFBA, ProExt (Programa de Extensão). Plano de Bairro 2 de Julho: dados secundários: propostas incidentes na área de entorno. In: *Relatório final do Plano de Bairro 2 de Julho*. Salvador: PPG-AU, UFBA, 2014. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/blog/detalhar/id/81/post/532>>
- URIARTE, Urpi. Boleros e espíritos na Praça da Piedade, centro de Salvador. Fala no Colóquio *Disputas em torno do espaço urbano: processos de produção/ construção e apropriação da cidade*. Salvador: UFBA, 20 e 21 de novembro de 2014.

- VAINER, Carlos B. [2000]. Pátria, empresa e mercadoria: Notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In.: ARANTES et ali. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- _____. Cidade de Exceção: Reflexões a Partir do Rio de Janeiro. Anais do XIV Encontro Nacional da Associação Nacional de Planejamento Urbano (ANPUR), v. 14, 2011.
- VELLOSO, Mônica Pimenta. As tias baianas tomam conta do pedaço: Espaço e identidade cultural no rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, nº 3, vol. 6, p. 207-228. Rio de Janeiro, 1990.
- VIVANT, Elsa. Sécurisation, pacification, animation : L'instrumentalisation des scènes culturelles off dans les politiques urbaines (enquête). *Terrains & travaux* (n° 13) 2/2007, p. 169-188. URL: <www.cairn.info/revue-terrains-et-travaux-2007-2-page-169.htm>
- VOLCLER, Juliette. *Le son comme arme: les usages policiers et militaires du son*. Editions La Découverte, 2011.
- WOLFF, Janet. The Invisible Flaneuse: Women and the Literature of Modernity. In: Revista *Theory, Culture & Society*, n.2, p. 37-46, 1985.
- ZANOLI, Fabrício O. *Projeto de realocação dos moradores do Forte de São Paulo – Salvador/BA*, Trabalho Final do Curso de Especialização Assistência Técnica, Habitação e Direito à Cidade. Salvador, PPGAU-UFBA, jan.2015. Disponível em: <http://www.residencia-aue.ufba.br/sites/residencia-aue.ufba.br/files/fabricio_zanoli_tc-raue-tr.pdf>
- ZUKIN, Sharon. *The Naked City: the death and life of authentic urban places*. New York : Oxford University Press, 2010.